



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXXI Nº 90, QUARTA-FEIRA, 17 DE JUNHO DE 2026

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP)

Presidente

Senador Eduardo Gomes (PL-TO)

1º Vice-Presidente

Senador Humberto Costa (PT-PE)

2º Vice-Presidente

Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB)

1ª Secretária

Senador Confúcio Moura (MDB-RO)

2º Secretário

Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA)

3ª Secretária

Senador Laércio Oliveira (PP-SE)

4º Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Chico Rodrigues (PSB-RR)

2ª - Senadora Roberta Acioly (REPUBLICANOS-RR)

3º - Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN)

4ª - Senadora Soraya Thronicke (PSB-MS)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Danilo Augusto Barboza de Aguiar
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Patricia Gomes de Carvalho Carneiro
Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Paulo Max Cavalcante da Silva
Coordenador de Elaboração de Atas, Diários e Suplementos

Gabriel Rodrigues da Cunha Coelho
Coordenador de Acompanhamento de Plenário, Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Quésia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Gleison Carneiro Gomes
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen

Celso Dias dos Santos
Diretor da Secretaria de Expediente



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATA DA 82ª SESSÃO, DE PREMIAÇÕES E CONDECORAÇÕES SEMIPRESENCIAL, EM 16 DE JUNHO DE 2026

1.1 – ABERTURA	10
1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO	
Destinada à entrega da Comenda Santa Dulce dos Pobres, nos termos da Resolução nº 25/2020.	10
1.2.1 – Execução do Hino Nacional brasileiro pela Banda de Música da Marinha do Brasil ...	10
1.2.2 – Discurso do Presidente (Senador Eduardo Girão)	10
1.2.3 – Exibição de vídeo institucional	11
1.2.4 – Oradores	
Senador Nelsinho Trad	11
1.2.5 – Outorga da Comenda Santa Dulce dos Pobres à Sra. Maria Nilda Cavalcante Rangel	13
1.2.6 – Oradores (continuação)	
Sra. Maria Nilda Cavalcante Rangel, freira da Casa Imaculada Auxiliadora de Campo Grande-MS ...	14
Senadora Damares Alves	17
1.2.7 – Exibição de vídeo institucional	19
1.2.8 – Outorga da Comenda Santa Dulce dos Pobres ao Sr. Jorge Eduardo Deister	20
1.2.9 – Oradores (continuação)	
Sr. Jorge Eduardo Deister, Coordenador-Geral da Vila do Pequenino Jesus de Brasília-DF	20
Senador Eduardo Girão	23
1.2.10 – Exibição de vídeo com mensagem do Sr. Sullivan Mota, Presidente do Instituto da Primeira Infância (Iprede).	25
1.2.11 – Oradores (continuação)	
Senador Eduardo Girão	25



1.2.12 – Outorga da Comenda Santa Dulce dos Pobres à Sra. Joana Mota Clemente, representando o Instituto da Primeira Infância (Iprede)	26
1.2.13 – Oradores (continuação)	
Sra. Joana Cantidio Mota Clemente, Diretora-Executiva do Instituto da Primeira Infância (Iprede) de Fortaleza-CE	26
1.3 – ENCERRAMENTO	30
2 – ATA DA 83ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA SEMIPRESENCIAL, EM 16 DE JUNHO DE 2026	
2.1 – ABERTURA	32
2.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE	
2.2.1 – Oradores	
Senador Eduardo Girão – Críticas ao Presidente Lula por intitular determinadas matérias em tramitação que aumentam despesas como pautas-bomba. Censura à política fiscal, ao aumento de ministérios e a gastos públicos do Governo Federal.	32
Senadora Roberta Acioly – Manifestação de apoio à derrubada do Veto nº 50/2025, aposto ao Projeto de Lei nº 1791/2019, para garantir o aproveitamento de empregados públicos de estatais elétricas desestatizadas em empresas públicas ou sociedades de economia mista em funções compatíveis com suas atribuições e remunerações, uma vez que não há criação de despesa à União.	34
Senador Paulo Paim – Defesa da redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, sem redução salarial, e do fim da escala 6x1, com destaque para os benefícios à geração de empregos, ao fortalecimento da Previdência Social e à saúde física e mental dos trabalhadores. Necessidade de revisão do modelo de contribuição previdenciária das empresas para que incida sobre o faturamento e não sobre a folha de pagamento.	36
Senadora Zenaide Maia – Crítica às elevadas renúncias fiscais concedidas a grandes empresas e setores econômicos sem contrapartida social, em razão dos impactos sobre o financiamento de políticas públicas, com ênfase na importância do investimento público para a redução das desigualdades econômicas e para a garantia de direitos sociais.	38
Senador Camilo Santana – Defesa do Projeto de Lei nº 6133/2025, que cria a Universidade Federal do Esporte, com destaque para a importância do esporte na promoção da inclusão e do desenvolvimento social.	40
Senador Hermes Klann – Críticas ao Governo Federal pela falta de investimentos em infraestrutura, que limita o potencial de crescimento do setor produtivo brasileiro, com destaque para os problemas das rodovias, especialmente, no Estado de Santa Catarina.	42
Senadora Damares Alves – Alerta sobre o aumento da violência contra a pessoa idosa, em especial sobre os casos de agressões psicológicas, sexuais e patrimoniais, e defesa do fortalecimento das políticas públicas de proteção aos idosos e do endurecimento das punições aos agressores.	44
Senador Lucas Barreto – Defesa da exploração sustentável de minerais estratégicos na Amazônia, com destaque para a Reserva Nacional de Cobre e Associados (Renca). Apoio a medidas de incentivo à mineração e à industrialização desses recursos como instrumentos de desenvolvimento regional e de fortalecimento da soberania nacional. Registro de preocupação com o risco de rompimento da barragem de rejeitos Mario Cruz, no Amapá.	47



Senador Izalci Lucas – Cobrança de celeridade na tramitação da PEC nº 1/2025, da qual S. Exa. é o primeiro signatário, que altera dispositivo constitucional a fim de ampliar a autonomia administrativa do Governo do Distrito Federal para gerir os recursos de segurança pública, saúde e educação provenientes do Fundo Constitucional.	50
Senador Romário – Apoio à realização da Copa do Mundo Feminina de 2027 no Brasil, com ênfase no legado social, esportivo e turístico do evento. Elogios à indenização das pioneiras do futebol feminino e defesa de medidas de fortalecimento do esporte brasileiro.	52
Senador Hamilton Mourão – Comentários sobre a decisão do governo norte-americano de classificar as organizações criminosas brasileiras PCC e Comando Vermelho como ameaças à segurança nacional americana, com ênfase na necessidade de mudanças no modelo de combate ao crime organizado. ..	53
Senador Cleitinho – Defesa do fim da escala 6x1 de trabalho, sem redução salarial. Exposição de gastos considerados excessivos nos Poderes Legislativo e Judiciário. Repúdio ao uso político da morte de uma jovem em acidente ocorrido na Ponte do Esqueleto, entre Limeira e Cordeirópolis-SP. Crítica à concessão de aposentadoria compulsória como sanção a magistrados.	55
Senadora Ivete da Silveira – Reflexão sobre a importância do diálogo e da construção de consensos para o fortalecimento da democracia, em contraposição à polarização política, e para a promoção de uma agenda voltada ao desenvolvimento nacional.	59
2.2.2 – Fala da Presidência (Senador Davi Alcolumbre)	
Esclarecimentos acerca de reportagem publicada pela revista Veja que faz menção a S. Exa.	62
2.3 – ORDEM DO DIA	
2.3.1 – Comunicação	
Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), referente à eleição do Deputado Domingos Neto como Presidente da referida Comissão.	76
2.3.2 – Convocação de Sessão	
Convocação de Sessão Conjunta do Congresso Nacional para 18 de junho, às 10 horas	77
2.3.3 – Item 1	
Projeto de Lei nº 96/2024, do Deputado Federal Idilvan Alencar, que <i>altera a Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para especificar as atividades a serem consideradas no aperfeiçoamento profissional continuado dos profissionais da educação básica pública. Aprovado</i> , após aprovação do Requerimento nº 34/2026-CE. À sanção.	79
2.3.4 – Item 2	
Projeto de Lei nº 5672/2025, do Deputado Federal Leo Prates, que <i>dispõe sobre a transferência simbólica da sede do Governo Federal para o Município de Salvador, no Estado da Bahia, na data de 2 de julho de cada ano; e dá outras providências. Aprovado</i> , após aprovação do Requerimento nº 24/2026-CCJ. À sanção.	81
2.3.5 – Item 3	
Projeto de Lei nº 6133/2025, da Presidência da República, que <i>cria a Universidade Federal do Esporte. Aprovado</i> , após aprovação do Requerimento nº 9/2026-CEsp. À sanção.	83



2.3.6 – Item extrapauta

Projeto de Lei Complementar nº 73/2025, do Senador Laércio Oliveira, que *altera o art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para ressaltar despesas das agências reguladoras federais da limitação de empenho e movimentação financeira*. Proferido o **Parecer nº 94/2026-PLEN-SF** pelo Senador Marcos Rogério, após aprovação do **Requerimento nº 71/2026-CI**. 84

2.3.7 – Orador

Senador Wellington Fagundes – Satisfação com a aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 73/2025, que exclui as despesas das agências reguladoras federais da limitação de empenho e movimentação financeira. Registro de audiência pública sobre a duplicação da BR-070, na região de Barra do Garças-MT, no âmbito de diligência externa autorizada pela CI. 91

2.3.8 – Item extrapauta (continuação)

Projeto de Lei Complementar nº 73/2025, do Senador Laércio Oliveira, que *altera o art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para ressaltar despesas das agências reguladoras federais da limitação de empenho e movimentação financeira*. **Aprovado com emendas** (votação nominal). . 93

Redação final do Projeto de Lei Complementar nº 73/2025 (**Parecer nº 95/2026-CDIR/PLEN-SF**). **Aprovada**. À Câmara dos Deputados. 94

2.3.9 – Item extrapauta

Requerimento nº 9/2026, da Senadora Leila Barros e outros Senadores, de realização de sessão especial destinada a comemorar o Agosto Lilás, mês de proteção à mulher. **Aprovado** 94

2.4 – ENCERRAMENTO 94

2.5 – REGISTRO DE COMPARECIMENTO E VOTO 95

PARTE II

3 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 83ª SESSÃO

3.1 – EXPEDIENTE

3.1.1 – Comunicação

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, referente à eleição do Deputado Domingos Neto como Presidente da referida Comissão (**Ofício nº 52/2026**). 98

3.2 – DELIBERAÇÕES DA ORDEM DO DIA

3.2.1 – Projeto de Lei nº 6133/2025

Declaração de voto 100

3.2.2 – Projeto de Lei Complementar nº 73/2025

Lista de votação 104

Parecer nº 94/2026-PLEN-SF 106



Redação final (Parecer nº 95/2026-CDIR/PLEN-SF)	110
Requerimento nº 71/2026-CI	113

4 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

4.1 – EXPEDIENTE

4.1.1 – Comunicação

Da Liderança do Bloco Parlamentar Vanguarda, de substituição de membro na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (Ofício nº 56/2026).	116
---	-----

4.1.2 – Deferimento

Deferimento dos Requerimentos nºs 5, 6, 30 e 44/2025-CRA; 26/2025- Cesp; 45/2025-CAE; 21, 33, 34, 77, 141, 151, 163, 204, 283, 294, 304, 450, 475, 527, 576, 600, 635, 802 e 919/2025; 34 e 57/2026.	118
---	-----

4.1.3 – Encaminhamento

Encaminhamento das Mensagens nºs 9 e 11/2026 à Comissão de Assuntos Econômicos.	120
--	-----

Encaminhamento dos Projetos de Lei nºs 780/2023 e 2979/2024 às Comissões competentes.	121
--	-----

4.1.4 – Parecer aprovado em Comissão

Nº 12/2026-CI, sobre o Projeto de Lei Complementar nº 73/2025	123
---	-----

4.1.5 – Projetos de Lei

Nº 3140/2026, do Senador Flávio Arns, que <i>altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), para dispor sobre critérios de avaliação de tecnologias em saúde especificamente voltados às doenças raras e para instituir sistema nacional de integração de informações sobre essas condições.</i>	133
--	-----

Nº 3148/2026, do Senador Romário, que <i>torna obrigatória a disponibilização de exame laboratorial para análise de biomarcadores sanguíneos relacionados à doença de Alzheimer no âmbito do Sistema Único de Saúde.</i>	138
---	-----

4.1.6 – Proposta de Emenda à Constituição

Nº 14/2026, primeiro signatário o Senador Carlos Portinho, que <i>altera o art. 9º da Emenda Constitucional nº 132, de 20 de dezembro de 2023, para preservar, no regime do Imposto sobre Bens e Serviços, os mecanismos estaduais, distrital e municipais de fomento indireto à cultura e ao esporte.</i>	143
---	-----

4.1.7 – Requerimentos

Nº 461/2026, do Senador Veneziano Vital do Rêgo e outros Senadores, requer a realização de Sessão Especial destinada a celebrar, postumamente, o centenário de José Carlos da Silva Júnior.	150
--	-----

Nº 462/2026, do Senador Nelsinho Trad, requer voto de aplauso à Unigran – Centro Universitário da Grande Dourados, pelo reconhecimento aos 50 anos de trajetória institucional.	153
--	-----

Nº 463/2026, do Senador Marcelo Castro, requer a inclusão de apoio ao Requerimento nº 231/2026.	157
--	-----



4.1.8 – Término de Prazo

Término do prazo, em 15 de junho, com apresentação de sete emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei nº 429/2024.	160
---	-----

PARTE III

5 – ATA DA FRENTE PARLAMENTAR MISTA DAS *STARTUPS* E DO EMPREENDIMENTO INOVADOR

Ata Circunstanciada da Reunião de Instalação, realizada em 10 de junho de 2026	181
--	-----

6 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL	201
--	-----

7 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA	204
---------------------------------------	-----

8 – LIDERANÇAS	205
----------------------	-----

9 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	208
---------------------------------	-----

10 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO	213
---	-----

11 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES	215
--	-----

12 – CONSELHOS E ÓRGÃOS	260
-------------------------------	-----



Ata da 82ª Sessão, de Premiações e Condecorações Semipresencial, em 16 de junho de 2026

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura

Presidência dos Srs. Eduardo Girão e Nelsinho Trad e da Sra. Damares Alves.

(Inicia-se a sessão às 10 horas e 10 minutos e encerra-se às 12 horas e 16 minutos.)



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a sessão.

Paz e bem a todos.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Esta sessão extremamente especial destina-se à entrega da Comenda Santa Dulce dos Pobres, premiação instituída pela Resolução do Senado Federal nº 25, de 2020, que tem como finalidade homenagear pessoas físicas ou jurídicas que tenham prestado relevantes serviços na área social da saúde.

Esta Presidência informa que, nesta edição – que é a segunda edição –, serão agraciadas com a Comenda Santa Dulce dos Pobres as seguintes personalidades e instituições: Instituto da Primeira Infância (Iprede), do Ceará (*Palmas.*); Irmã Maria Nilda Cavalcante Rangel, Mato Grosso do Sul (*Palmas.*); Jorge Eduardo Deister, aqui do Distrito Federal. (*Palmas.*)

Inclusive, eu vi ontem a Senadora Damares... Deister, eu gosto de quebrar o protocolo, você me desculpe, mas eu fui à sala dela, e ela me mostrou lá os vídeos, inclusive com uma *van*, o transporte, com Santa Dulce dos Pobres... Que coisa linda ali! Vamos conhecer.

Compõem a mesa desta sessão a Senadora Damares Alves, que está aqui do meu lado, e o Senador Nelsinho Trad, que também está aqui conosco e que fez questão de estar nesta sessão. Esta é uma sessão semipresencial, pois a gente está tendo uma semana de sessões semipresenciais, mas o Senador Nelsinho fez questão de estar aqui neste momento – Senador Nelsinho, uma honra.

Eu convido a todos para, em posição de respeito, acompanharmos o Hino Nacional que será executado – olhem só como esta sessão é especial – pela Banda de Música da Marinha do Brasil, sob a regência do Suboficial Fuzileiro Naval Herik Coutinho de Oliveira Gomes.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para discursar - Presidente.) – Muito bem. Muito obrigado. Muito obrigado aqui à banda de música que fez. É da Marinha do Brasil, sob a regência do Suboficial Fuzileiro Naval Herik Coutinho de Oliveira Gomes. Parabéns, muito obrigado mesmo. Vocês nos emocionaram aqui. Muito talento, muito amor pelo Brasil. Muito obrigado.

Eu quero aqui registrar a presença do Sr. Segundo-Secretário da Embaixada da República Democrática do Congo, Paul Mpiana Ngoy – muito obrigado pela sua presença aqui, sempre prestigiando o Congresso Nacional brasileiro, muito obrigado –; do Sr. Diretor-Geral do Hospital Nossa Senhora Auxiliadora de Três Lagoas, em Mato Grosso do Sul, Marco Antônio Calderon de Moura – muito obrigado pela sua presença também.

Então, nós vamos agora, só para fazer aqui... Eu tinha cometido um equívoco, e olha que essa comenda foi uma iniciativa minha lá atrás, mas é o segundo ano, é apenas o segundo ano dela. Quero agradecer ao Presidente Davi Alcolumbre, que atendeu ao pedido numa reunião de Líderes que nós fizemos uns dois anos atrás, em que nós solicitamos essa Comenda Santa Dulce dos Pobres, e ele prontamente, em nome da reconciliação, da pacificação do Brasil – esse foi o argumento que foi colocado na mesa –, autorizou. Eu acho isso muito meritório, porque a gente precisa estimular o que é bom, o que é correto e estimular entidades e pessoas que fazem um trabalho abnegado, de dedicação ao próximo, de altruísmo puro.

Então, na primeira edição, em 2025, no ano passado, da Santa Dulce dos Pobres, nós tivemos aqui uma homenagem feita para o Sr. Henrique Prata, que é o Presidente da Fundação Pio XII, responsável pelo Hospital de Amor, em São Paulo; também tivemos o Frei Hans Stapel, que é da Fazenda Esperança; tivemos a Comunidade Filhos da Misericórdia – Fundação São Padre Pio de Pietrelcina, na Paraíba;



também tivemos a Fundação Altino Ventura, de Pernambuco; a Associação Peter Pan, lá do Ceará, a Olga esteve aqui conosco; e a Obra Social Dona Meca, do Rio de Janeiro.

Então, no ano passado, nós tivemos as agraciadas da primeira edição, de 2025, Santa Dulce dos Pobres, em memória. Nós tivemos aqui cinco entidades, foi isso? Entre personalidades e entidades, nós tivemos oito. Desta vez, estamos tendo três entidades, porque foi depois feito esse redimensionamento.

Então, nós vamos agora chamar, para fazer o seu discurso...

Aliás, primeiro é um vídeo institucional. Perdão.

Solicito à Secretaria-Geral da Mesa a exibição de um vídeo institucional.

(Procede-se à exibição de vídeo.) (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Gente, eu quero parabenizar por esse vídeo. Esse vídeo foi construído ontem. E o gabinete da Senadora Damares está de parabéns pela articulação. Eu quero pedir uma salva de palmas para o gabinete da Senadora Damares. *(Palmas.)*

Agora, você elevou aqui o nível. Nós vamos ter que fazer em todas...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone.*) – Em todas as sessões.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... as sessões da Comenda Santa Dulce dos Pobres, porque isso aqui, pessoal, começou em 2025, nós estamos em 2026 e vai para a eternidade; é do Senado da República, independentemente se nós estivermos aqui ou não. E essa equipe aqui da Secretaria-Geral da Mesa é muito carinhosa, competente e faz com muita dedicação. Então, essa comenda vai ser sequenciada, com as graças de Deus, levando muito reconhecimento, muita gratidão a essas entidades agraciadas, que trabalham pelo Brasil e pelos brasileiros.

Eu também peço a atenção de vocês para esse painel. Olhem como ficou lindo esse painel. Todo esse *design* aí feito pela equipe aqui do Senado Federal, pela Secretaria de Comunicação (Secom), com muito respeito. E olhem os detalhes ali dos vitrais, Senadora Damares. Olhem que coisa linda, né? É muito bem-feito. *(Palmas.)*

A gente se sente muito acolhido aqui.

Nós passaremos agora à entrega do diploma aos agraciados e aos representantes das instituições laureadas.

Antes disso, tem uma curiosidade: esta sessão é tão especial, mas tão especial, que as entidades... Vocês sabem quem vota nas entidades, né? São os Senadores Líderes. E terminou, todo mundo foi campeão: foram sete votos para o Instituto da Primeira Infância (Iprede), sete votos para a Irmã Nilda Cavalcante e sete votos para o Jorge Eduardo Deister. Olha que interessante isso, né? Isso não é comum acontecer. Então, eu fico muito feliz.

Já vou aqui, neste momento, passar a palavra para o Senador Nelsinho Trad, que vai fazer o seu discurso e, logo em seguida, vai entregar, aqui na frente... Nós vamos chamar depois a Irmã Nilda Cavalcante, por quem ele tanto batalhou, mostrando para os Líderes o trabalho redentor que é feito lá.

Senador Nelsinho, o senhor tem a palavra pelo tempo que o senhor quiser.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Para discursar.) – Presidente Senador Eduardo Girão, é um prazer estar aqui ao seu lado, ao lado da Senadora Damares.

Quero dizer aos agraciados Irmã Nilda, Jorge Eduardo, Joana Mota, representando o Instituto da Primeira Infância, e a todos vocês que, aqui nesta Casa, nós temos 81 pessoas que representam o Brasil, cada uma representando o seu estado, e a gente convive no dia a dia, convive nos embates, nas



divergências, nas convergências. São oito anos de convivência. Quando você convive com uma pessoa por muito tempo, mesmo que você não queira, você acaba conhecendo de perto essa pessoa. Eu quero aqui dar um testemunho desses dois Senadores, tanto da Senadora Damares quanto do Senador Girão: pessoas altamente combativas, éticas, responsáveis, e com certeza quem passar por eles vai levar muita coisa boa deles para dentro de você para o resto da vida. Então, a vocês dois começo a minha saudação, dando a primeira palma dessa coroa que nós vamos entregar para Irmã Nilda Cavalcante Rangel, Jorge Eduardo Deister e Joana Mota, do Instituto da Primeira Infância.

Eu já fui Prefeito de uma cidade de 1 milhão de habitantes durante oito anos. Na condição de responsável pelas ações da cidade, algo que sempre me despertou a atenção foi o envolvimento de pessoas comuns, de cidadãos de bem, para poder, muitas vezes, fazer aquilo que o poder público não estava dando conta de fazer, atender, acolher, amparar e fazer as vezes do que deveria ser do poder público. São pessoas extremamente energizadas e inspiradas por Deus.

Eu, que sou cristão, posso dar esse testemunho porque já vivi o auxílio dessas pessoas do outro lado da margem do rio. E como isso é importante!

Então, a vocês que sempre atuaram para poder atender e auxiliar o próximo, a mais merecida homenagem de Santa Dulce dos Pobres, uma comenda. Como disse o Girão, a vida passa, o tempo passa, nós passamos, mas essa comenda vai ficar aqui, por muitos e muitos anos, por aqueles que poderão por aqui passar. E sempre vão lembrar de pessoas especiais como nós nos lembramos de vocês.

Ao falar um pouco do nome dessa comenda, eu tenho que dar um testemunho aqui para os colegas Damares e Girão.

Certa feita, logo antes, no processo de beatificação da então Irmã Dulce, logo que o Papa a fez santa, eu estava conversando com um Senador já de idade, com todo o respeito que tenho por ele, um Senador que muitos de nós admiramos, que é o médico ortopedista Otto Alencar. E qual foi a minha surpresa, ao vir o assunto da Irmã Dulce, o Otto começou a falar dela e começou a chorar, tamanha a emoção que ele sentia, do nada, ao se lembrar – e ao se referir a isso – das passagens que ele teve com a Irmã Dulce. Para nós, foi motivo de muita alegria o momento em que o Papa a reconheceu como santa.

Eu quero dizer para vocês que a minha história com a pessoa que eu propus homenagear tem algo realmente muito particular e peculiar. Afora o trabalho que a Irmã Nilda, por quase sete décadas, prestou na sua atividade salesiana, tanto em Campo Grande quanto em Três Lagoas, atendendo não só a educação na formação do caráter de vários alunos e alunas que passaram pelas suas mãos, como também de pacientes, sendo ela Diretora Administrativa do Hospital Auxiliadora, de Três Lagoas – imaginem vocês gerir um hospital complexo, que tem atendimento de alta complexidade, de uma das três maiores cidades do Mato Grosso do Sul –, fazia isso com excelência. Mas a minha história com a Irmã Nilda começa quando eu tinha 11 anos de idade. A minha irmã, de 10 anos, ela é um ano mais nova que eu, estudava no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora. Naquela ocasião, as irmãs iam às casas das famílias apresentar a Beata Laura Vicuña. Quem foi Laura Vicuña? Laura Vicuña, beata, extremamente fervorosa a Deus, faleceu aos 14 anos e tem uma história muito parecida com a sua, Damares.

Certa feita, indo fazer uma luta de judô num campeonato, o adversário mais forte que eu me empurrou, eu caí com o cotovelo no tatame lá e houve uma fratura com luxação. Meu pai estava assistindo à luta, eu saí segurando meu braço, chorando. Ele olhou porque o cotovelo veio parar aqui no antebraço e falou: “Vamos direto para o hospital”. E me levou naquele momento para o hospital onde tinha um ortopedista, pai do então Ministro da Saúde Luiz Henrique Mandetta, Hélio Mandetta, irmão da minha mãe. Ele me examinou, bateu a chapa, o raio-X e perguntou para mim: “Você comeu alguma coisa? Porque vai ter que operar”. Eu falei: “Comi. Antes da competição, eu comi um pedaço de pão que a minha mãe me deu e tomei um copo de leite”. “Então, você não vai poder operar agora, porque você vai



ter que ser anestesiado e tem que estar em jejum. Eu vou te mandar para casa, vou fazer um bloqueio para você não sentir dor e, amanhã às 6h, você entra no hospital porque nós vamos ter que te operar, vamos ter que alinhar o osso que quebrou e colocar um pino”. “Está ótimo.” Imobilizou, fez o bloqueio e me mandou para casa. Quando eu cheguei em casa para deitar, eu vi a imagem da Laura Vicuña que as irmãs tinham deixado na minha casa. Eu peguei aquela imagem, fiz uma oração e coloquei no meu braço. No outro dia, quando eu fui dar entrada no hospital, ele desmobilizou, olhou e falou: “Vou ter que bater outro raio-X porque tem alguma coisa aqui que aconteceu”. Ele bateu outro raio-X, a luxação tinha se desfeito e a fratura estava alinhada. Não precisou mais operar.

Todo esse dado que eu falei aqui para vocês foi enviado para o Vaticano para servir de condição de milagre que Santa Laura Vicuña – eu já a chamo assim porque eu tenho certeza de que um dia ela vai ser santa – fez na minha vida. E eu dividi muito com a Irmã Nilda todo esse processo. Depois que eu virei homem, virei adulto, casei, virei Prefeito, nunca deixei de visitar a igreja do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora para fazer minhas orações como eu sempre faço. Um dia, ela me ligou e falou: “Cheguei de Três Lagoas, estou aqui morando no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, venha me visitar. Eu vou fazer um bolo que eu sei que você gosta”. Eu fui, e é bom o bolo dela, viu, gente? Comi quase meio bolo. Mas ela olhou para mim e falou: “Você está vendo essa prateleira aqui?”. Eu falei: “Estou”. “Eu fiz uma pesquisa sobre Laura Vicuña e eu achei tudo o que eu tinha que achar sobre a vida dela.” Eu falei: “Mas isso vai ficar assim? Não pode ficar assim. A senhora tem que escrever um livro sobre isso”. “Mas eu não tenho condições, meu filho.” Eu falei: “Mas eu não perguntei se a senhora tem condições. Eu vou arcar com as despesas do livro que a senhora vai escrever”. E ela escreveu o livro. Eu vou dar de presente um para Damares, outro para o Girão e outro para os dois agraciados, para vocês saberem um pouco dessa história.

E, do meio para o fim desse livro, ela saiu pegando os testemunhos de vários milagres que Laura Vicuña fez pelo Mato Grosso do Sul. Eu cheguei a ir a Bahia Blanca, que fica no sul da Argentina – para vocês terem uma ideia, de Buenos Aires a Bahia Blanca é uma hora de voo, em Boeing –, para visitar os restos mortais de Laura Vicuña, que ficam numa igreja do colégio María Auxiliadora.

Então, gente, desculpa o adiantado, mas esse é o testemunho que eu queria dar.

Quero dizer que estou muito emocionado de ter proporcionado isso para a Irmã Nilda e mais ainda de fazer valer um pouco do conhecimento que vocês precisam ter de Laura Vicuña.

Muito obrigado e parabéns a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito bem. Olha, que depoimento! Lindo, lindo, Nelsinho.

Com alegria, eu convido a Irmã Maria Nilda Cavalcante Rangel para receber a Comenda Santa Dulce dos Pobres, que será entregue pelo Senador Nelsinho Trad, de Mato Grosso do Sul.

Muito obrigado pelo livro.

Está aqui o livro. Se a câmara puder também mostrar, está aqui o livro que acabamos de ganhar de presente: *Beata Laura Vicuña. Uma história de fé e graças realizadas pela intercessão da menina bem-aventurada.*

A escritora é a Irmã Maria Nilda Cavalcante Rangel, que vai agora subir aqui à nossa mesa para receber esta honraria, a Comenda Santa Dulce dos Pobres. Está em ótimas mãos essa edição de 2026, que vai ser entregue agora pelo Senador Nelsinho Trad. (*Palmas.*)

(*Procede-se à entrega da Comenda Santa Dulce dos Pobres à Sra. Maria Nilda Cavalcante Rangel.*)

Senadora Damares, vamos quebrar esse protocolo e vamos para essa foto? (*Pausa.*) (*Palmas.*)

Com a palavra a Irmã Nilda Cavalcante, que foi agraciada com a Comenda Santa Dulce dos Pobres



2026.

A SRA. MARIA NILDA CAVALCANTE RANGEL (Para discursar.) – É uma cerimônia muito cheia de protocolos, mas eu acho que a melhor coisa é quebrar o protocolo, como o Girão falou. (*Risos.*)

Então, em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer e cumprimentar a mesa formada pelo Senador Eduardo Girão, pela Senadora Damares Alves e pelo Senador Nelsinho Trad, sobre o qual também eu abro parênteses: ele fala que a amizade vem de 11 anos, mas não vem, vem do ventre materno, porque a mãe dele foi minha colega inseparável e o pai foi colega do meu irmão. (*Palmas.*)

Então, a vida nos levou, mais tarde... Não é, Nelson? E nos cruzamos, depois. A gente se encontrou muito durante o Governo de Mato Grosso, porque eu estava lá.

Quero cumprimentar também todos os presentes aqui, todas as autoridades, todas as pessoas que vieram para esta cerimônia.

Quando chegou para mim o comunicado, quando chegou o comunicado que tinha sido encaminhado pelo Senador, gente, eu comecei a tremer, porque eu não esperava. Eu tinha recebido primeiro o pedido de currículo. A gente manda, mas currículo é currículo. Mas essa minha emoção, gente, veio – eu vou depois colocar aqui – por quê? Porque eu sou religiosa, a Mandulce era religiosa... A Mandulce era um pouco mais velha do que a minha mãe. A minha mãe é de 1910, ela é de 1914 – mais nova.

Quando eu comecei a minha vida, principalmente na área social, ela estava no apogeu lá na Bahia, e eu dizia para os universitários que trabalhavam conosco: “Nós vamos fazer uma obra como a da Mandulce. Nós vamos chegar a ser a Mandulce”. E, de repente, ser convidada para receber uma comenda com o nome da Mandulce...

Então, me deu tanta emoção, que eu digo para vocês que eu fiquei doente. Eu fiquei emocionada e veio uma crise de vômito, de diarreia – eu quase não vinha a esta sessão. Mas não fiquei emocionada porque eu estou merecendo isso, mas porque eu me identificava com ela – entenderam? – e, de repente, ela está me dando uma homenagem dessa.

Fechemos esse parágrafo. Agora eu vou falar mais sério.

Essa homenagem por mim recebida, de modo especial, eu dedico aos meus pais. Os dois são falecidos. Eles são do Rio Grande do Norte, vieram para Mato Grosso em 1942 e ali eles educaram os dois filhos, eu e o meu irmão.

Os meus pais sempre foram, para mim, modelos de honestidade, de trabalho, de cultura, de vida cristã. Tinham apenas o curso primário; naquela época, era a 6ª série. Eram autodidatas, liam muito, ouviam as notícias radiofônicas, estavam sempre dispostos a transmitir seus conhecimentos aos que conviviam com eles.

Fui alfabetizada pela minha mãe. Sentada num banquinho, bordando na máquina, ela me ensinava a ler e a escrever. Muitas vezes, eu pensava comigo: “Quando eu crescer, eu quero ser sábia como eles”. Quando eu me formei e fui Professora da universidade por mais de 40 anos, eu sempre dizia comigo: “Se o meu pai fosse vivo, ele podia estar aqui, não lecionando o que eu estou – o meu conteúdo, a minha cadeira –, mas lecionando história do Brasil e história contemporânea”, qual era a capacidade de conhecimento daquele homem!

Religiosa, pedagoga, especialista em orientação educacional, em gestão escolar e hospitalar, fui também – tive a felicidade de ser – iniciadora do Centro de Estudos do Menor, em Lins, com o grupo universitário. Tudo surgiu de uma pergunta. A faculdade era um prédio lindíssimo, em frente de um bairro paupérrimo, era vila ainda. Nós estávamos ali, naquela rampa, Deus me inspirou e eu disse para esse grupo universitário: “O que nós vamos fazer para essa população que está aqui na nossa frente?”. “Que resposta de amor?”, esta foi a palavra certa: “Que resposta de amor nós vamos dar para esta vila?”.



E Deus nos abençoou.

O Cemic, hoje, é uma grande obra social, mas nós também tivemos muitas dificuldades. Eu gostaria de enumerar só algumas, porque, senão, ficaremos delongando muito. Quando nós começamos, alguns professores da faculdade se referiam a mim dizendo: “Você é muito sonhadora. Você quer transformar a vila através desses pobres coitados que ficam aí”, mas diziam fortemente por quê? Porque o grupo universitário tinha assumido para valer o trabalho de pastoral no bairro.

Então, aqui é a minha identificação com a Irmã Dulce. Enquanto a Irmã Dulce, em 1939, começou o seu trabalho social muito jovem ainda e, em 1949, ela pega os 70 primeiros pacientes e leva para um galinheiro lá do convento, vamos dizer assim, atormenta tanto a diretora do convento, que a diretora cede para ela pelo menos um lugar, que é o galinheiro – e lá ela coloca os pacientes dela.

O nosso grupo universitário também não ficou muito atrás disso, não. Nós não fomos para galinheiro, nós fomos para as ruas, nós fomos para debaixo das árvores, nós fomos para as praças, nós fomos atrás das autoridades, tanto que um Prefeito, quando cedeu terreno em comodato, diz: “Eu cansei de ter universitário assim no meu ouvido”. Você entendeu? Então, era um grupo que realmente queria.

Então, esse grupo sonhador deu como resultado esta obra social chamada Cemic. Ela está localizada na cidade de Lins. Já teve uma pessoa também que deu muita força para o nosso trabalho, que foi um sanitarista que era Secretário de Desenvolvimento Social de São Paulo, o Dr. Mário Altenfelder Silva.

A Unesco estava chegando, a Funabem estava sendo criada e ele estava sendo convidado para ser Presidente dessas organizações. E ele então foi à nossa Faculdade de Filosofia, porque ele ia dar o nome ao nosso Centro de Estudos Pedagógicos. E ele deu a segunda grande mensagem para os universitários: “Se vocês querem dar uma resposta de amor a esta vila, então façam uma grande pesquisa, documentem isso, mandem para nós, que se for bem-feito, nós vamos assumir isso – se eu assumir a Unesco e a Funabem”. E graças a Deus isso deu certo.

O Cemic se transformou no primeiro projeto da Unicef no Brasil. E tivemos então um trabalho muito intenso com os universitários, não só da nossa Faculdade de Filosofia, mas nós conseguimos envolver a Engenharia, que era uma faculdade grande que tinha, e Serviço Social, que ficou muito frustrada porque o serviço não estava começando com eles. Você entendeu? Então, era outro problema que nós tínhamos que enfrentar com muita delicadeza, porque era a Pedagogia que estava na frente, e não o Serviço Social.

E essa obra hoje tem um complexo muito grande. O primeiro bloco foi construído com dinheiro da Misereor, da Unicef e da Faculdade de Filosofia, com o terreno cedido em comodato pela Prefeitura. E neste momento eu agradeço a todos os Prefeitos que trabalharam em Lins, porque todos eles foram muito coesos conosco.

Depois, nós fomos aumentando a nossa área e fomos atrás de novas pessoas, obras e instituições com as quais nós poderíamos fazer parceria.

Então, nós temos o Itaú, que trabalha conosco na área de música, há um prédio muito bonito que ele deu. São coisas simples, mas muito bem construídas. Temos a Luz, lá de São Paulo, cujo nome agora não me recordo bem... Força e Luz, que nos deu um terceiro bloco, que é a parte de biblioteca e artes manuais. E temos também o curso profissionalizante, dois cursos profissionalizantes, aprovados pelo Ministério do Trabalho, porque nós trabalhamos com 95 a 145 menores aprendizes mensalmente. Depende do emprego que vai se colocando, então varia: tem meses que nós temos 95, tem meses que nós chegamos a até 145.

Fechamos agora um projeto que vinha há muito tempo, que era o projeto Zona Azul, que começou também... tinha mais de 25 anos. Mas a gente diz assim: Deus fecha uma porta, mas Ele abre outra. Ou então: o ser humano fecha uma porta, mas Deus abre a outra porta. Esse era para maiores de 18 anos, eram os guardadores de carro, porque Lins não tinha, não tem outro desse projeto, a não ser venda de cartão, que era o nosso.



Nós temos também acompanhamento escolar, em artes.

E um projeto que é muito bonito, nosso também, é o projeto voltado para a comunicação digital. Esse daí até foi também... Foi muito interessante esse projeto. Agora não me recordo o nome do Senador que passou lá por Lins, o Prefeito o levou para conhecer o projeto, aí ele gostou; de repente, ele telefona dizendo que tinha uma emenda para mandar para nós. Com isso nós montamos, são três grandes laboratórios montados, todos dois em um, como eles falam, interligados de internet, um projeto muito bonito. E por quê? Porque as firmas hoje, quando recebem o menor aprendiz, não querem que eles apenas saibam digitar e saibam alguma coisa do Windows; querem que eles sejam técnicos. E às vezes a gente vai lá até para dar uma... Eles não são técnicos, eles são menores aprendizes. Mas esse projeto já dá todo esse encaminhamento, e os meninos já saem, assim, bastante capacitados.

Depois, eu não posso deixar de falar de um projeto que eu estou com os representantes aqui, que é o nosso Hospital de Três Lagoas. Comecei também muito cedo nessa área de saúde e fui para o nosso Hospital de Três Lagoas. Para isso, eu tive que, enquanto fazia a reforma administrativa, fazer também o curso de gestão hospitalar no São Camilo, isso em 1981, 1982 e 1983. Então, peguei pela primeira vez a gestão do hospital, em que nós pegamos desde o primeiro papel até o regimento do corpo clínico, que foi o mais difícil, para ser tudo reelaborado. Então tiramos nós a visão de uma administração familiar e transformamos numa administração realmente científica – a administração, né?

Também, nessa época, nós tivemos a felicidade de construir dois grandes blocos: um que serviu à maternidade e outros, como o neonatal, os convênios, também, nesse bloco; e, depois, também tivemos a construção de um bloco que ficou um tanto inacabado, que foi o bloco do centro cirúrgico, hemodiálise e UTI.

E a segunda gestão foi uma gestão, assim, muito forte. Foi agora, de 2020 a 2023. Eu já estava com 86 anos, e volto para o hospital, e volto em plena pandemia. Esse senhor que está aqui, o Marco, ele olhava para mim e falava assim: “Mas a senhora tem 86 anos, não pode ficar no hospital, olhe a pandemia”. E o Diretor Clínico, idem: “Não pode ficar, tem a pandemia, não sei o quê”. E eu: “Não, mas eu vou ficar”. Bem, para apaziguar, fiquei fora um mês, depois voltei. E nesse período, também, nós estávamos com reformas físicas e com reformas, novamente, administrativas, porque nós estávamos mudando de governo inspetorial.

Então, foi muito forte esse governo, foram três anos, mas foi, assim, um trabalho muito forte, muito bom, tanto que o hospital terminou o seu trabalho de consulta com a ONA, e o Marco teve a felicidade de receber, no ano passado, o Certificado de ONA 3, e é o único hospital de Mato Grosso que tem esse certificado. E, agora – né, Marco? –, nós recebemos um outro certificado que é quase consequência disso, que é a UTI Top. A nossa UTI é um prédio muito bonito, tem a parte, também, do infantil e a do neonatal. Então, convido todos vocês, principalmente o Nelson, que é médico, para ir lá.

E, depois, também – só para terminar –, o trabalho em nível de educação que a gente realizou foi um trabalho muito intenso, porque eu começo também... Sempre me tiram assim, sabe? “Vai começar esse trabalho, depois a gente tira”. E eu fui, muito cedo trabalhar em nível de estado. Então, na década de 70, eu já estava lá em Mato Grosso, em Cuiabá, trabalhando em nível de secretaria, como Diretora-Geral do Departamento de Educação, para implantar, primeiro, o ensino religioso, e depois me tornei Subsecretária do estado. E, depois, na divisão do estado, também vim para trabalhar no Estado de Mato Grosso, fazer parte do *staff* do estado, para a implantação de toda a educação dentro das novas regras planejadas.

Então, tudo isso, eu acho que, somado, nós temos que louvar e agradecer a Deus, porque ele se serve de instrumentos, e nós todos somos instrumentos de Deus. E, quando menos a gente espera, ele chama. E, às vezes, você não está preparada para aquilo, mas ele te prepara desde que você se entregue, você deixa que ele trabalhe em você. E disso eu posso dizer porque, tanto quando eu fui para a Secretaria de Estado



quanto quando eu fui para trabalhar em hospital como quando eu fui chamar os universitários para nós trabalharmos nessa área social, eu não tinha experiência disso, eu tinha apenas vontade de fazer o bem ao próximo. Então, neste momento, vamos louvar a Deus, porque são 71 anos de vida religiosa minha e são 71 anos de vida religiosa dedicada à educação, à saúde, às obras sociais, ao serviço social.

E gostaria mesmo de agradecer imensamente ao Senador Nelson Trad por ter apresentado o meu nome não para ser homenageado, mas para a visibilidade das nossas obras salesianas em nível de Brasil. Essa mesma obra que eu estou representando, neste ano, também está sendo classificada como uma das melhores obras salesianas em nível de Brasil. Delas já saíram Prefeitos, tem três Vereadores atuais, tem muitos empresários, temos também presidiários. Mas por quê? Porque eles não souberam se deixar conduzir pela palavra de Deus. Então, nós somos livres para seguirmos o nosso caminho.

Muito obrigada e desculpa por ter me delongado tanto. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito bem, muito bem. A senhora deu uma aula para a gente, Irmã Nilda Cavalcante. A gente estava conversando aqui sobre a sua vitalidade. Isso faz a diferença.

Eu cochichei aqui com a Senadora Damares: a Irmã Nilda Cavalcante tem 92 anos. Se eu chegar à metade da idade dela com essa vitalidade, eu estou bem demais. (*Risos.*) (*Palmas.*)

Bom, vamos agora dar sequência aqui com a Senadora Damares Alves, Presidente da Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal.

Nós tivemos aqui o Presidente... Aqui só quem não é Presidente sou eu, só sou Presidente desta sessão aqui. Mas o Nelsinho Trad é Presidente da Comissão de Relações Exteriores. Olha só que bênção. Um homem extremamente... É um diplomata aqui nosso. E, outra coisa, uma particularidade: nós temos um grupo de WhatsApp dos Senadores e, nos momentos de mais tensão, ele sempre dá uma leveza para a gente, para inspirar. O Senador Nelsinho tem essa característica muito forte.

Com a palavra a Senadora Damares Alves, aqui do Distrito Federal. (*Palmas.*)

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discursar.) – Obrigada, Presidente.

Eu quero cumprimentar o Senador Nelsinho Trad, meu amigo – o Girão foi modesto; vocês precisam conhecer o nosso grupo de Senadores –, que é quem nos faz rir o tempo todo, quem nos chama para a alegria o tempo todo. Que alegria.

Eu quero cumprimentar todos os presentes e quero cumprimentar a Secretaria. Viu o carinho, Girão? Vocês que receberam esse livrinho o guardem com muito carinho, porque isso aqui, gente, é uma das comendas mais lindas que o Poder Legislativo pode entregar. E essa Secretaria faz com tanto carinho.

E eu quero contar um segredo de bastidores para vocês. Não é tudo simples, não! Tem confusão, tem briga. Deixe-me dizer para vocês. Vem um monte de nome para escolher. Aí a gente começa a fazer boca de urna, não é, Nelsinho? A gente começa a fazer boca de urna quando a gente indica, mas tem gente que não sabe – hoje, eu vou trazer para mostrar – que a gente faz santinho, Jorginho, ó! (*Risos.*) É! Eu vou mostrar maior aqui para o Brasil ver. A gente faz santinho, a gente distribui santinho dentro do Plenário para os Senadores. Aí depois a gente fica aqui fazendo boca de urna. Eu espero que nem o Tribunal Regional Eleitoral nem o Tribunal Superior Eleitoral descubram que a gente faz boca de urna para pedir voto.

E, na hora em que a gente fala para os colegas da história dos agraciados, das instituições, é um momento tão prazeroso, mas depois nos dá confusão, porque todos os indicados já são vitoriosos. Chegar aos três é uma luta, mas hoje a gente conseguiu chegar aos três nomes para receber uma das mais incríveis comendas, que é a Comenda Santa Dulce dos Pobres.

E eu tive a honra de indicar o Jorginho, mas não posso deixar de dizer, Irmã Maria Nilda, que honra



foi também votar na senhora, conhecê-la e ver a senhora aqui na sua idade com tanta vitalidade e com tanta... E que memória! E que mente! E aí eu fiquei ali falando assim: tem um povo aqui no Senado que para acordar de manhã dá um trabalho, que chega atrasado – não são meus assessores, não! Não! –, que está cansado... Aí vem ela aqui com 71 anos de serviços prestados como vida religiosa e 92 anos de idade. Que alegria, Irmã! Que Deus a abençoe. Eu consigo ver a Irmã Santa Dulce dos Pobres lá no céu a homenageando. Os céus hoje estão em festa.

E, depois, eu venho aqui também... Eu dei meu voto também para o Instituto da Primeira Infância. Joana, eu conheço o instituto, que foi uma das primeiras instituições que eu conheci como Ministra. Eu conheço o trabalho de vocês. Essa honra é merecida.

E, Jorginho, o que falar? Não sei. É difícil falar de você, é difícil falar da Vila do Pequenino Jesus, mas, antes de falar de você, eu quero registrar a presença do profeta Paul Mpiana, da Embaixada do Congo, e aproveitar que Nelsinho Trad está à mesa para informar que nós estamos reativando o Grupo de Amizade Brasil-República Democrática do Congo. (*Palmas.*)

E nós vamos ter que tomar uma posição com relação à República Democrática do Congo, um povo que está sendo dizimado: mais de 14 milhões já foram assassinados. Enquanto nós estamos aqui, tem uma criança no Congo sendo assassinada, sendo decapitada. É um povo que tem sido massacrado. E nós vamos precisar tomar posição, porque eu já entendi, Senador Girão, que, quando tem um opressor e um oprimido e a gente se omite, automaticamente ficamos ao lado do opressor. A República Democrática do Congo está gritando por socorro.

Eu vou ao Congo ainda neste ano e queria te convidar para a gente ir. Eles estão em conflito armado, eles estão em um momento de muito sofrimento, mas eu prometi à Embaixadora que eu vou ao Congo pelas crianças do Congo. E, se a irmã Dulce estivesse viva, ela iria também – ela iria.

E aqui quero dizer para aqueles que não me ouviram falar no ano passado. Eu não sei quem de vocês teve a oportunidade, a graça de ter conhecido a Irmã Dulce, a Santa Dulce; eu tive essa graça. E eu tive a graça de estar com ela duas vezes e ser abraçada na infância por ela duas vezes. E cresci querendo ser parecida com a Irmã Dulce, cresci me inspirando na vida da Santa Dulce dos Pobres. Então, estar numa cerimônia aqui e ver o rostinho dela estampado é tão emocionante para mim. Tem muito a ver com a minha história de cura também. Quem conhece a minha história de dor e sofrimento... E, quando eu estive com a Irmã Dulce, eu estava em processo de dor e sofrimento. Sou vítima da violência sexual. Ela não sabia, mas ela era uma mulher iluminada. Não precisava falar nada para ela. Ela nos conhecia pelo olhar. E, nas duas vezes em que eu estive com ela, eu fui confrontada e confortada pelo olhar da Santa Dulce dos Pobres. Eu tive essa graça de conhecê-la.

Essa sua iniciativa da comenda, Girão, é extraordinária, e entregar para vocês essa comenda, Jorginho, é mais que uma obrigação. A Vila do Pequenino Jesus se confunde com a tua história de vida – está aqui um dos fundadores da vila. Quem não conhece ainda em Brasília a Vila do Pequenino Jesus precisa ir lá. É um lugar onde são acolhidos aqueles que a sociedade não quer, aqueles que a sociedade faz de conta que não existem. E alguns deles estão aqui, hoje. Os que estão aqui, hoje, estão em cadeiras de roda, mas a grande maioria deles estão na cama. Mas é na cama que eles dançam: eles têm quadrilha com a cama, eles fazem festa, eles dançam. E alguns desses – quase a maioria – o Jorginho teve que adotar como filhos, porque como é que o Jorginho chega ao hospital com uma jovem dessa, que não tem referência familiar? O hospital pergunta quem é o pai, quem é a mãe. Aí Jorginho teve que ir para a vara da infância, teve que ir para a vara da família pedir guarda, tutela e, em alguns casos, adoção. E a vila mexe com o nosso coração, porque tem a galeria daqueles que já foram para o céu. Então, nós temos uma galeria lá dos primeiros filhos do Jorginho. A vila lida com a vida e com a morte de uma forma peculiar, mas a vila está aberta para receber todos vocês.



Na vila, quantas fraldas por dia, Jorginho?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – A vila gasta 800 fraldas por dia para esses adultos, para os idosos, para esses jovens que não têm família, pessoas com deficiências, pessoas com doenças crônicas. E eles não dão conta de fazer tanta fralda. Então, eu queria fazer um convite. Meu gabinete, de vez em quando, vai para lá. Eu fecho o gabinete para a gente fazer fraldas. Eles não dão conta de fazer, então tem que ter estoque. Então, eu queria convidar os gabinetes do Senado: vamos passar um dia lá na vila, vamos almoçar com eles, vamos entender o que é um trabalho social sério de verdade.

Eu não vou falar muito, mas eu queria pedir permissão da Mesa para passar o vídeo institucional da vila, para vocês mergulharem um pouquinho na vila e dizer, Jorginho, em nome da nossa Governadora – que não pôde estar aqui, que te abraça –, e também da ex-Primeira-Dama – enquanto vocês preparam o vídeo –: teve um dia, Girão, em que eles não tinham dinheiro para pagar o salário do mês dos funcionários – e não tinha dinheiro, porque é assim a luta, né, irmã? Tem dia que não tem, né, Iprede? Tem dia que não tem. E a Primeira-Dama pegou um vestido, aquele vestido famoso dela, com que ela foi lá no encontro com a rainha, ela disse: “Vou fazer um leilão agora”. Em duas horas, ela conseguiu pagar o décimo terceiro dos funcionários com um vestido.

E tem sido assim, os apoiadores estão chegando. A Primeira-Dama Michelle também estaria aqui hoje, não pôde vir; acabou de mandar uma mensagem te abraçando. Todos podemos nos envolver com a obra social da Irmã Nilda, com o Iprede, com a vila, com as demais instituições sociais do Brasil que estão fazendo coisas incríveis nesta nação – incríveis!

Quero abraçar todas as instituições. O terceiro setor, no Brasil, tem feito um trabalho incrível, e nós temos que apoiar o terceiro setor no Brasil

Mas eu queria convidar vocês, para mergulhar mais um pouquinho na Vila do Pequenino Jesus. Vamos ver o vídeo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Vamos ver o vídeo agora. Eu peço à Secretaria-Geral da Mesa a exibição do vídeo da Vila do Pequenino Jesus.

(Procede-se à exibição de vídeo.) (Palmas.)

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Jorginho, homenageá-lo é homenagear toda a vila.

Jorginho mora lá dentro. A vida dele é a vila, são os filhos que ele adotou.

Que Deus o abençoe, Jorginho! Que você continue inspirando todo o Distrito Federal, todo o Brasil. Você disse “não” a uma carreira de sucesso, você disse “não” a uma vida comum, para dedicar sua vida a esses filhos que você ama.

O Senado Federal se sente privilegiado em homenageá-lo nesta manhã. Nós, Senadores, todos nos sentimos privilegiados em homenagear a Irmã Nilda e o Iprede. Vocês são merecedores. E eu tenho certeza de que a Santa Dulce dos Pobres, lá no céu, está fazendo – porque ela era brava também – todos os anjos cantarem agora em homenagem a vocês também.

Que Deus os abençoe! *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Amém! Muito bem, Senadora Damares. É de arrepiar esse vídeo, lindíssimo, que fica nos *Anais* aqui da Casa. Esta sessão fica registrada nos canais aqui oficiais do Senado Federal.

Com satisfação, eu convido o Sr. Jorge Eduardo Deister para receber a Comenda Santa Dulce dos



Pobres, que será entregue pela brava Senadora Damares Alves. (*Palmas.*)

(*Procede-se à entrega da Comenda Santa Dulce dos Pobres ao Sr. Jorge Eduardo Deister.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Nelsinho, vamos para essa foto aí. (*Risos.*)

Eu, com muita honra e alegria, concedo a palavra ao Sr. Jorge Eduardo Deister, que acabou de receber aqui a Comenda Santa Dulce do Pobres 2026.

O SR. JORGE EDUARDO DEISTER (Para discursar.) – Bom dia a todos.

Eu posso dizer que o meu apelido é Jorge Eduardo, mas o meu nome é Jorginho. (*Risos.*)

É como todo mundo me conhece.

Eu quero agradecer a Deus por ter os três Senadores aqui na mesa. O Senador Nelsinho eu não conhecia. E eu também vou contar uma história de bolo aqui, como o senhor contou a história de que o senhor comeu a metade do bolo, vou contar também aqui.

Senador Girão, que é um defensor assíduo da vida também, está sempre gritando pela vida. Esta Casa aqui não pode deixar entrar o aborto no Brasil, porque é a nossa matéria-prima, a matéria-prima da vila é a vida. Então, os senhores lutem por isso, tenham a vila como esteio. É muito importante o senhor ir lá para, quando o senhor gritar aqui pela vida, como a Damares luta, quando o senhor gritar, o senhor ver que tem pessoas lá que têm a vida muito debilitada, mas são filhos de Deus também. João 8,8: “Eu vim para que todos tenham vida, e a tenham em abundância”. Quem dá e quem tira a vida é Deus. Que nesta Casa aqui Deus possa habitar e não deixar entrar no nosso Brasil essa desgraça que os homens querem aprovar. Amém, Senador? (*Palmas.*)

E a Sra. Senadora Damares, eu fico muito feliz de a senhora brigar por nós assim, fazer campanha para mim, mesmo não me sentindo merecedor de estar aqui. Damares já fez aniversário – se posso chamar a senhora assim com tanta liberdade –, já fez aniversário e chamou o gabinete para ir para a vila fazer fralda. Então, isso é uma coisa muito importante para a gente, a gente ver esse outro lado da Senadora, ver o humano, de levar a família dela, a filha dela, que é adotada, levar também à vila para passar o dia com a gente lá. Um gabinete que é aberto para a gente – vejo o Dr. Toccolini ali –, que está sempre escutando as nossas necessidades, com emenda parlamentar que ela destina para a gente lá.

Hoje, recebendo essa comenda aqui, eu voltei um pouquinho no tempo, agora, aqui, porque eu não tive como escrever nada e lembrar nada. Eu me lembro da minha infância: a minha mãe, com muita simplicidade – minha mãe foi descendente de índio, então a gente foi criado com muita simplicidade –, a minha mãe fazia bolo, colocava numa caixa de sapato... Eu tinha, até há pouco tempo, essa caixa de sapato, que eu ia guardar na minha sala lá, mas a enchente entrou lá em casa e levou tudo o que a gente tinha, há pouco tempo teve uma enchente muito forte – eu sou de Petrópolis, região serrana do Rio de Janeiro. A minha mãe fazia, botava na caixa de sapato bolo, e eu botava numa garrafinha de café um pouquinho de Nescau e eu ia, de madrugada, levar para as pessoas de rua, porque Petrópolis é muito frio, muitos moradores de rua.

Eu fui criado assim, mas eu só consegui entender o que é dor quando eu fui morar na rua, eu morei alguns dias na rua junto com eles, passando frio junto com eles, entendi o que é frio – aquela coberta chamada “peleja”, se você cobre a cabeça, descobre a canela, se você cobre a canela, descobre a cabeça, não tem o tamanho de uma pessoa, eu usei muito aquela coberta ali na rua –, e ali eu fui experimentando o que é dor, o que é sofrimento. Eu também passei... Meus filhos não estão aqui porque estão na aula, eu não contei isso para eles ainda, mas eu vou ter (*Manifestação de emoção.*) (*Palmas.*) um dia, ainda, coragem de contar para meus filhos, porque eu fui preso com drogas, eu troquei tiro com a polícia. Tive sete amigos meus que foram assassinados perto de mim, e hoje eu vivo numa casa que tem pessoas que



também trocaram tiro com a polícia e estão num estado vegetativo, num estado que depende de cuidados. Eu entendo o que é que eles passaram, eu passei por isso e eu vejo que... Posso dizer, assim, que Deus me permitiu passar por isso até para eu aprender a lidar com eles.

O meu pai morreu com AVC. Eu não conhecia o AVC. Hoje eu tenho vários lá em casa que tiveram AVC e tiveram a chance de continuar sua vida. Então, eu conheci, eu sei o que é dor. A gente falar de dor é muito simples, né? Mas viver com pessoas que passam dor é diferente demais.

Lá na vila, a gente convive com pessoas que foram abandonadas. O fundador da vila está aqui. Eu queria que você ficasse de pé, Irone. Se você não conhece o Irone – fique de pé por gentileza, Irone –, eu vou quebrar o protocolo também, faz parte, entendeu?

Uma salva de palmas para o fundador da vila. (*Palmas.*)

O Irone é um empresário aqui em Brasília. Ele foi lá em Petrópolis me conhecer, conhecer a casa em que a gente trabalhava como voluntário e me convidou, a mim e à minha esposa, para vir para cá, para Brasília, para a gente começar esse projeto que Deus colocou no coração dele, que era para cuidar daqueles de quem ninguém quer estar perto, aquele que está abandonado. Em 2024 e 2025, a gente adotou, em 2025, quem estava morando no hospital – morando no hospital. A gente desospitalizou e trouxe para morar com a gente. Hoje são 104 os que moram lá na vila com a gente.

E é, sim, uma alegria muito grande estar aqui junto com a irmã, que tem vários motivos para falar assim: “Eu vou me aposentar, eu vou parar”. E olha a vida dessa mulher, gente! Está aqui conhecendo um pouquinho. A Joana me mostrou as fotos do centro deles lá. É quase uma cidade, é quase Petrópolis todo o centro em que elas trabalham lá no Ceará.

O brasileiro é muito bom, meu irmão. A gente tem que olhar esse lado, o lado do brasileiro. Eu estou aqui com as Irmãs Pias, jovens que abriram mão das suas vidas, que vieram lá do Nordeste do Brasil, que vão também se consagrar para dar a vida pelo próximo. Eu estou aqui com o Luciano, que é um empresário que trabalha no Ceasa, que toda quinta-feira para o seu trabalho e vai – como é que se chamam lá os lugares? – a cada box pedir doação para a Vila do Pequenino Jesus, um cara que não é conhecido, que não é falado, mas faz um trabalho sensacional para a Vila do Pequenino Jesus (*Palmas.*), que está aqui hoje – muito obrigado, Luciano, por estar aqui.

E eu não podia deixar de falar de você, meu amor, de agradecer a Deus. A Cássia é fisioterapeuta no papel, meu irmão, mas ela é a nossa Irmã Dulce de hoje. (*Palmas.*)

Se você vai à vila, eu que vou receber você, vou tomar um café com você, vou aparecer na filmagem, vou dar entrevista, vou ser eu que vou estar com o microfone na mão, falando, gritando, mas quem vai estar lá dentro do quarto, vendo quem está com a saturação baixa, de quem tem que aumentar a saturação, quem está lá precisando de um cuidado, quem não fala, mas está sentindo dor, é ela, que conhece. Para vocês terem uma ideia, eu vou colocar isso num livro, porque eu vou escrever um livro, irmã. Quando eu crescer, eu quero ser igual à senhora, escrever um livro. Como disse o Senador Girão, eu vou escrever um livro.

Uma vez nós fomos para Petrópolis. Lá nós tínhamos um acolhido que já faleceu, que já está junto com a Irmã Dulce, no céu, o Maycon. A Cássia perguntou assim: Maycon, o que você quer que eu traga de Petrópolis para você? Ela foi conversando com o Maycon, conversando com o Maycon – o Maycon não falava –, o Maycon foi mexendo os olhos, e ela entendeu que o Maycon queria uma calça jeans preta. Gente, uma calça jeans... Olhando assim, devem ter vários aqui que estão com calça jeans, mas ela conseguiu entender que o Maycon queria uma calça jeans preta. Ela trouxe a calça jeans preta de Petrópolis para o Maycon, e eu fiquei pensando: gente, como é que ela conseguiu isso? É a sensibilidade do amor, sabe? Então, Cássia, dizem por aí que os opostos se atraem e é mentira. O mesmo amor se atrai. Eu faço a minha parte na vila, mas a Cássia... Fique de pé, por favor, para todo mundo olhar para você, para todo



mundo te conhecer. Eu sei que eu vou te lascar, que você não gosta, não. Olhe para lá para todo mundo te conhecer. (*Palmas.*)

Essa é a mulher que me deu... E, quando o Irone foi a Petrópolis, nós tivemos um mês, porque a gente namorava, para juntar tudo, para a gente se casar. Não tivemos lua de mel, foi tudo muito corrido. Não filmamos o nosso casamento. Viemos embora para começar a missão aqui em Brasília.

Então, assim, ter esse reconhecimento desta Casa hoje é uma alegria muito grande, porque a gente vê que está no caminho certo. Quando eu vejo... Quando o Cardeal vai lá em casa, o D. Paulo vai lá em casa, a gente vê que a igreja está conhecendo a gente. Quando eu vejo os senhores falando da vila, a Sra. Damares indo à nossa casa, eu vejo que os Senadores estão conhecendo a vila e vendo que a gente está no caminho certo também.

Então, assim, nós temos ainda a força. Como diz o nosso fundador aqui, o Presidente, nós temos força para cuidar de muitos outros ainda, fazer muito mais ainda, mas nós queremos estar mais conhecidos em Brasília, sabe? Tem muitos aqui, com certeza, que não conhecem a Vila do Pequenino Jesus. Nós estamos a cinco minutos daqui. E ter essa oportunidade, ter essa experiência um dia de ir lá conhecer a vila, estar perto daqueles que estão abandonados... Como disse um dia Francisco de Assis, se somos filhos do mesmo Deus, por que não vivemos como irmãos? Lá está filho de Deus como cada um de nós.

A Daniela, que trabalha no Senado, também está aqui e teve uma experiência muito grande com o nosso Bruce lá. O Bruce tinha uma doença degenerativa, a doença de Huntington, que é uma doença muito forte, em que a mente continua preservada, mas o corpo vai atrofiando, vai atrofiando. A Daniela esteve lá várias vezes visitando o Bruce, e o Bruce nunca falou uma palavra com você, não é, Daniela? Mas transpassou o teu coração, não transpassou? Então, lá, meu irmão, nós temos Jesus para cada um de vocês. Espero que vocês um dia estejam presentes lá para vocês terem essa experiência com a Vila do Pequenino Jesus.

Eu queria terminar fazendo uma provocação até mesmo para a Primeira-Dama, para a Michelle Bolsonaro, porque ela é muito faca no dente quando fala assim em meta. Ela esteve lá na vila um tempo atrás e bateu o recorde de fraldas junto com a equipe dela. Ela divulgou no Instagram dela, fizeram 11.750 fraldas. Ela saiu de lá toda prosa porque bateu o recorde. Espero que esse vídeo chegue até ela, se ela não estiver assistindo a gente, porque esse fim de semana teve um mutirão de fralda, e bateram o recorde da senhora, D. Michelle. (*Risos.*) Bateram o recorde da senhora. A vila foi invadida pela sociedade. Estiveram lá entre 350 e 400 pessoas, que fizeram 12.451 fraldas. Então, a senhora arrume um tempo na agenda da senhora.

O próximo mutirão, dizendo para vocês já, será no dia 11 de julho. A Senadora Damares já fez a provocação aqui para aqueles que puderem, estiverem em Brasília e quiserem estar lá, levar a família de vocês, os filhos de vocês para ter essa experiência. Estaremos lá no dia 11 de julho, de 9h até meio-dia, aguardando, porque fralda é o início da dignidade na Vila do Pequenino Jesus.

Então, agradeço a todos vocês pela atenção. Mais uma vez eu quero agradecer a todos os Senadores pela presença, por estarem aqui agradando a mim, a todos os acolhidos da Vila do Pequenino Jesus, ao Presidente que está aqui, ao conselho que está aqui, ao Noel, à Dalva, aos outros que não puderam vir e à minha esposa, porque esse título também faz parte de você.

Então, tem o Evilásio, que está aqui, é o primeiro que está aqui; a Vanessinha, que está ali, toda vergonhosa; o Ricardo – levante a mão aí Ricardo, para todo mundo conhecer o Ricardo –; a Lucimara, a nossa Lulu.

A Lucimara... É muito interessante, porque ela mora no segundo andar da nossa casa – nós temos dois andares – e ela vai ao andar de baixo, às vezes, e fala assim: “Aqui moram os pobres, porque eu moro na cobertura, eu moro na cobertura”. Ela zomba dos próprios irmãos... (*Palmas.*)



... brincando com os próprios irmãos.

Por último, lá está o Leandro também, nosso grande flamenguista; e aqui ao lado está o Ari, o Arinaldo, que fez faculdade de Jornalismo, mora com a gente há um ano já – está lá escrevendo um livro, agora, da história dele com a vila, de tudo que está passando com a vila – e está aqui nos agraciando também.

Então, muito obrigado a vocês. Vocês é que são merecedores de todo esse título aqui, porque vocês que fizeram a vila chegar até aqui, a gente chegar até aqui. (*Palmas.*)

Que Deus abençoe todos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Amém – amém.

Olha, que cerimônia forte, hein!?

Jorginho, parabéns pela sua vida. Deus abençoe a sua existência dedicada ao próximo. Sua esposa aqui presente, a Cássia, seja muito bem-vinda, e todos que fazem parte da Vila Pequenino Jesus. Inclusive, o Ari, que eu conheci ali, o Arinaldo, é lá do Rio Grande do Norte, é meu vizinho, é nordestino. A gente bateu um papo ali e ele já mandou um abraço para o Senador Styvenson, que está nos assistindo aqui. Se não estiver, eu vou mandar para o Senador Styvenson este vídeo. Ele vai ficar muito feliz; é um Senador muito humano, muito querido também.

Eu queria aproveitar e registrar aqui um presente que eu recebi, que é este livro, *Capela no descampado: Planalto Central, altar brasileiro*. Ganhei pouco antes de começar esta sessão, o livro é da Tania Malinski. Muito obrigado pelo presente.

Quero também registrar a presença da Silvana Bezerra, que está aqui, minha amiga, minha irmã. Nada é por acaso. Antes de começar esta sessão eu estava com ela no Congresso Nacional, onde houve uma sessão solene dos cem anos, centenário, de Adauto e Humberto Bezerra, que foram Congressistas, grandes representantes do Estado do Ceará. A nossa querida Silvana é viúva do Adauto Bezerra, um grande homem de bem, que transformou o Cariri, Juazeiro e todo o Ceará, um grande empreendedor.

Quero cumprimentar o Rodrigo Pena Barbosa, a Vera Lúcia Barbosa, José Wilson Barbosa, a Janaína Pena também, que estão conosco. Muito obrigado pela presença aqui neste evento emblemático, histórico, que nós estamos fazendo.

Eu também quero fazer aqui uma troca de Presidência. Eu vou pedir para o nosso querido Presidente Nelsinho Trad assumir aqui a Presidência desta sessão, para que eu possa aqui fazer o meu pronunciamento e entregar a comenda para o Iprede.

Então, Nelsinho, por favor. (*Pausa.*)

(*O Sr. Eduardo Girão deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Nelsinho Trad.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Com muito prazer, assumo a Presidência e, neste momento, concedo a palavra ao Senador Eduardo Girão, do Partido Novo.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para discursar.) – Paz e bem, meu querido irmão Senador Nelsinho Trad, Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Brasil; minha querida irmã Senadora Damares Alves, que eu tive o privilégio de conhecer, antes de sonhar em estar na política brasileira, como Parlamentar, porque Deus me colocou aqui, Irmã Nilda, por um milagre, e uma das fontes de inspiração foi a Senadora Damares Alves, pelas causas que ela sempre abraçou, Jorginho, em defesa da vida, da família, da vida desde a concepção até a morte natural e – quis o destino – Deus nos trouxe para estarmos juntos aqui, neste momento tão dramático do nosso amado Brasil. Servimos, junto com o Senador Nelsinho, com os Senadores aqui, no limite de nossas forças, para



cumprirmos o nosso dever e, com Jesus, tudo flui, tudo dá certo e está dando certo.

Eu quero hoje cumprimentar vocês todos que aqui estão, nos dando a honra da presença de vocês, neste momento que, não tenham dúvida, traz luz, traz uma energia positiva para este Senado Federal. Nós, quando os recebemos, quando estamos com a oportunidade de fazermos sessões como esta, especiais – de cultura da paz, da caridade, que é o amor em ação –, a gente fica muito feliz, porque a gente percebe uma mudança na atmosfera. Fica diferente! E esse tipo de energia... Eu falo para quem está nos ouvindo e nos assistindo, que ora pelas autoridades todas do Brasil, que ora por nós, porque é justamente por causa dessas orações, dessas preces, que a gente está em pé, combatendo o bom combate. Continue orando! Vai dar tudo certo! Com muita fé e esperança, nosso Brasil vai estar no topo do mundo, porque ele é, sim, o coração do mundo, a pátria do Evangelho.

Olhe, a Casa revisora da República reúne-se hoje para entregar a Comenda Santa Dulce dos Pobres ao Instituto da Primeira Infância (Iprede), de Fortaleza, no Ceará; à Irmã Nilda Cavalcante, de Mato Grosso do Sul; e ao Sr. Jorge Eduardo Deister, o Jorginho, que é do Rio de Janeiro, mas já abraçou aqui a nossa capital federal com muito amor no trabalho desenvolvido pela Vila.

A comenda é concedida anualmente pelo Senado Federal a pessoas físicas ou jurídicas que tenham prestado serviços relevantes na área social da saúde. Trata-se de uma homenagem que faz referência a um dos maiores exemplos de amor ao próximo que tivemos no mundo, no século passado.

Santa Dulce dos Pobres: eu digo aqui, para quem não a conhece, tem várias biografias dela. Tem um filme que foi lançado em 2014, que eu recomendo, que mostra um pouco da vida dessa grande brasileira, dessa baiana, que muitos de nós conhecemos como Irmã Dulce. Ela teve uma trajetória que inspirou a criação desta premiação.

Desde muito cedo, Irmã Dulce mostrou vocação para servir aos mais necessitados, influência direta de sua formação familiar. Ainda na juventude, após conhecer de perto a realidade das áreas mais pobres de Salvador, dedicou-se de corpo e alma à vida religiosa. Apesar de ser recusada em um convento por conta da pouca idade, transformou a própria casa em espaço de acolhimento, cuidando de doentes e de pessoas em situação de abandono.

A partir da década de 1930, ela se destacou nacionalmente por seu trabalho humanitário, sobretudo junto à comunidade dos Alagados, em Salvador. Ali passou a ser conhecida como o Anjo dos Alagados. Na mesma época, apoiou trabalhadores e fundou a União Operária de São Francisco.

Em 1959, criou as obras sociais Irmã Dulce, que deram origem ao Hospital Santo Antônio, hoje referência na Bahia.

Inclusive, Presidente, Senador Nelsinho Trad, o Senador Otto Alencar, que o senhor bem lembrou aqui com muito carinho, que é o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal, trabalhou lá, fazendo cirurgias lá. E tem o maior... Toda vez que ele conta, ele realmente se emociona. A Irmã Dulce tem uma atuação reconhecida internacionalmente, inclusive pelo Papa João Paulo II, que visitou suas obras durante passagem pelo Brasil. Naquela época, eu lembro, eu era pequenininho, lá em Fortaleza, eu fui para as ruas com a minha família, com uma bandeirinha, passando João Paulo II. Tinha aquela música, né? João Paulo II...

Aquilo emocionou muito, tive essa oportunidade. Acho que foi em 1981, se eu não me engano, 1980, 1981, a nossa secretaria vai pesquisar, que João Paulo II passou aqui pelo Brasil.

Faleceu a Irmã Dulce em 1992, e foi canonizada em 13 de outubro de 2019, quando lhe foi atribuído o título canônico de Santa Dulce dos Pobres. Foi, inclusive, Senador Nelsinho, uma comitiva aqui do Brasil lá para Roma. Nesse dia, eu lembro, a gente já estava aqui no Senado, o Senador Otto foi, não sei se o senhor também teve...



(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – O senhor não foi... Eu acho que o Presidente Rodrigo Pacheco... Não, era o Davi Alcolumbre, naquela época, não era? Em 2019. Foi uma comitiva aqui do Senado participar.

Senhoras e senhores, a Comenda Santa Dulce dos Pobres reconhece, nos agraciados de hoje, a mesma dedicação à solidariedade, ao cuidado e ao compromisso com os mais vulneráveis, de quem inspirou esse trabalho, essa comenda que a gente tem aqui.

É justamente o Senado Federal reafirmando a centralidade dos valores humanos que sustentam uma sociedade mais justa e mais fraterna. Esta homenagem vai além do reconhecimento individual ou institucional. Ela destaca exemplos concretos de empatia e de serviço que fortalecem o tecido social e inspiram a construção de um país fundado na justiça e na compaixão.

Valorizar iniciativas que promovem dignidade, inclusão e cuidado com os necessitados: esta é a centralidade, a premissa desta comenda.

Ao evidenciar ações coletivas e o engajamento cidadão, o Senado perpetua o legado de Santa Dulce dos Pobres e incentiva novas gerações a seguirem o caminho do altruísmo, da responsabilidade social e do bem comum.

O Iprede – e aí eu quero começar a falar do nosso Iprede, eu, que sou cearense – faz um trabalho fabuloso há 40 anos. A gente já conheceu um pouco da história aqui da nossa Irmã Nilda, também do Jorginho, dos trabalhos assistenciais capitaneados por eles, mas o Iprede... Eu tive a oportunidade de conhecer há pelo menos três décadas o trabalho do Iprede, que é uma referência no Estado do Ceará.

Mas antes de eu falar do Iprede, eu quero pedir à Secretaria-Geral da Mesa, se o Presidente concordar, para passar um vídeo do atual Presidente, meu amigo, um homem de bem, um homem extremamente caridoso, que não pôde vir, foi proibido de viajar. Ele é professor da Universidade Federal do Ceará, está representado por sua filha aqui, a Joana, que está aqui conosco e daqui a pouco vai receber a comenda e dar uma palavra para nós. Agora, eu queria passar esse vídeo do Dr. Sullivan Mota, que não pôde vir, mas mandou esse vídeo carinhosamente para o Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Neste momento, solicito à Secretaria-Geral da Mesa a exibição de um vídeo do Dr. Sullivan Mota, Presidente do Iprede.

(Procede-se à exibição de vídeo.) (Palmas.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para discursar.) – Presidente, o senhor entendeu o tamanho da coincidência?

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. *Fora do microfone.*) – Nada é coincidência.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Não existe coincidência, mas hoje, dia 16 de junho... E eu vou falar uma coisa aqui: eu não estava sabendo, tá? Quando vi o vídeo aqui, eu comecei a procurar. A Secretaria estava sabendo que hoje era o dia dos 40 anos do Iprede? Eu não estava sabendo disso. Então, para mim, isso é um sinal, porque esta data de hoje aqui foi marcada pela Secretaria-Geral da Mesa, aproveitando um dia que geralmente os Senadores estão na Casa para prestarem suas homenagens, que é uma terça-feira.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Não tenha dúvida de que isso, como disse a Senadora Damares ali, são coisas de Santa Dulce dos Pobres.



Mas o Iprede, criado há 40 anos – completando hoje aniversário –, em 1986, em Fortaleza, nasceu com o propósito de enfrentar a desnutrição infantil e reduzir situações de vulnerabilidade social. Consolidou-se como centro de referência em primeira infância, com ações voltadas à produção de conhecimento, à educação e à inclusão social, com especial atenção ao fortalecimento das mulheres e das famílias atendidas.

Eu tenho um critério muito rigoroso para a utilização das emendas ao Orçamento, estritamente constitucionais, desde que assumi o mandato, e nós conseguimos, neste mandato, viabilizar recursos para o fortalecimento e a ampliação da unidade de Fortaleza, que é a sede. E, pela primeira vez nesses 40 anos, desde o ano passado, nós conseguimos a implantação dos polos do Sertão central, lá em Quixadá, que está beneficiando o Sertão central cearense, o Vale do Jaguaribe, e agora, este ano, o centro-sul do Ceará, que vai ser instalado uma unidade do Iprede ali em Iguatu.

Então, eu fico muito feliz dessa expansão de algo que vem dando certo e de, com toda essa experiência, esse trabalho de *expertise* humano, o Iprede sair de Fortaleza, da capital, e alçar voos maiores no interior do nosso estado, que é a Terra da Luz.

É necessário saudar a homenageada Irmã Nilda Cavalcante, nascida em 1934, que manifestou vocação religiosa desde cedo. E, ao longo de sua vida, dedicou-se à educação, ao trabalho pastoral, à gestão hospitalar – o que a gente viu aqui mais cedo. Dirigiu o Hospital Nossa Senhora Auxiliadora, no Mato Grosso do Sul, em dois períodos, de 1981 a 1984 e de 2020 a 2023, deixando um legado de humanização, eficiência administrativa e compromisso com o cuidado.

Jorge Eduardo Deister – o Jorginho –, Coordenador Geral da Vila do Pequenininho Jesus, em Brasília, instituição que acolhe mais de cem pessoas com deficiência, oferecendo atendimento multidisciplinar, alimentação adequada, carinho e assistência integral. Tenho meu compromisso, vou com a Senadora Damares visitar a instituição ainda no mandato, se Deus quiser.

Eu renovo meus parabéns a todos os agraciados. E quero agradecer, em nome do Senado Federal, pelos serviços e pelo exemplo que oferecem a todo o povo brasileiro.

Paz e bem. Muitíssimo obrigado.

E aqui, Presidente, o presente que eu acabei de receber aqui do Sílvio Rabelo, a Joana trouxe em mãos para mim, que é um pintor cearense. E eu recebo aqui esse presente.

Muito obrigado. Que Deus abençoe a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Com satisfação, convido a Sra. Joana Mota Clemente, que representa o Instituto da Primeira Infância (Iprede), do Ceará, instituição a ser laureada com a Comenda Santa Dulce dos Pobres, que será entregue pelo DD. Senador Eduardo Girão.

(*Procede-se à entrega da Comenda Santa Dulce dos Pobres à Sra. Joana Mota Clemente.*) (*Palmas.*)

(*O Sr. Nelsinho Trad deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sra. Damares Alves.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu, com muita alegria, concedo a palavra à Sra. Joana Mota Clemente para a sua fala.

A SRA. JOANA CANTIDIO MOTA CLEMENTE (Para discursar.) – Que honra fazer parte deste momento com Irmã Nilda e Jorginho, que acabei de conhecer.

Irmã Nilda, tenho aí, se Deus me der, a honra de viver por 49 anos à frente, servindo, e chegar à sua marca de 70 anos de dedicação ao próximo, que é o que eu acredito, que é o sentido da vida.

E a você, Jorginho, meus parabéns. Que trabalho lindo! Acredito piamente no que você colocou quanto aos nossos esposos ou esposas. Eles são os verdadeiros guerreiros, porque a nossa agenda não é



nossa, a nossa agenda sempre é a do outro. E, portanto, não é qualquer um que vai estar do nosso lado.

Exma. Sra. Presidente, Senadora Damares, nosso querido Senador Eduardo Girão, autoridades presentes, senhores e senhoras, como bem disseram o Dr. Sullivan e o Senador Girão, hoje é um dia especial, porque hoje estou fazendo 40 anos. Meu nome é Iprede, nasci em Fortaleza em 1986 e, antes de qualquer coisa, quero contar-lhes um segredo. Durante toda a minha vida, eu caminhei ao lado de uma mulher que nunca conheci, uma mulher pequena, pequena no tamanho, gigante na coragem, gigante na fé, gigante na capacidade de enxergar aquilo que ninguém via. Seu nome era Irmã Dulce. Quando eu era criança, ouvi uma história sobre ela. Diziam que, quando não havia camas para acolher os doentes, ela improvisava; quando não havia recursos, ela persistia; mesmo quando diziam “não dá”, ela perguntava “mas e quem precisa?”. E esta pergunta nunca saiu da minha cabeça: e quem precisa? Talvez essa seja a pergunta mais revolucionária que alguém possa fazer, porque, quando olhamos quem precisa, as desculpas perdem força, e os muros perdem sentido, a indiferença perde espaço, e o amor encontra caminho.

Foi assim que comecei a minha jornada, primeiro tentando combater a desnutrição infantil, depois compreendendo que a fome era muito maior do que a ausência do alimento, descobrindo que existem fomes invisíveis: a fome de oportunidades, a fome de pertencimento, a fome de afeto, a fome de futuro. E, então, eu fui crescendo. Hoje, eu sou uma criança de 40 anos, uma criança que aprendeu a unir aquilo que muitas vezes parece distante: a ternura e a ciência, a compaixão e a evidência, o acolhimento e o conhecimento. Se Irmã Dulce nos ensinou a enxergar as pessoas, a ciência nos ensinou como transformar esse olhar em desenvolvimento humano. Hoje, atendemos mais de 4 mil crianças, crianças que chegam trazendo histórias, desafios, sonhos e potencialidades, entre elas, centenas de crianças autistas e outras com atrasos no desenvolvimento, que encontram não apenas terapias, mas oportunidades reais de inclusão, participação e pertencimento.

E eu quero confessar algo: o maior segredo do Iprede nunca foram as crianças, o maior segredo do Iprede sempre foram as mulheres. Aprendemos uma verdade profunda: não existe infância protegida sem uma mulher fortalecida, não existe futuro transformado sem alguém que tenha tido a oportunidade de reparar suas próprias feridas. Por isso, trabalhamos todos os dias para que mulheres reencontrem suas forças, sua autonomia, sua dignidade e seus sonhos. Costumo dizer que o Iprede existe para reparar o passado daquelas mulheres que não tiveram o direito de vivenciar a infância, mas o Iprede existe para garantir o futuro de milhares de crianças que começam agora, no presente.

Quando uma mulher atravessa nossas portas, queremos que ela reencontre a sua potência. Quando uma criança por ali passa, queremos que ela se encontre com a sua infância. Quando qualquer pessoa atravessa as nossas portas, desejamos que ela volte a se conectar com aquilo que existe de mais humano dentro de cada um de nós, que é a nossa criança interior, porque ali é que mora a nossa capacidade de sonhar, a nossa capacidade de acreditar, a nossa capacidade de cuidar e ser cuidado.

Senhoras e senhores, cuidar é um ato profundamente transformador. A ciência já nos mostrou que os primeiros anos de vida moldam o desenvolvimento cerebral, emocional e social de uma criança, mas a Irmã Dulce já sabia disso sem precisar de artigos científicos. Ela sabia, porque compreendia algo fundamental: ninguém floresce sem cuidado, ninguém se desenvolve sem vínculo, ninguém alcança seu potencial quando cresce cercado pela ausência. Talvez seja por isso que, passados tantos anos, ela continue tão atual, porque o mundo mudou, as pesquisas avançaram, as tecnologias evoluíram, mas a necessidade humana de ser visto, acolhido e amado continua exatamente a mesma.

Hoje, ao receber a Comenda Santa Dulce dos Pobres, sentimos que ela não homenageia apenas uma trajetória; ela reafirma um compromisso: o compromisso de continuar olhando para quem ninguém vê, o compromisso de continuar acreditando nas pessoas antes mesmo que elas acreditem em si mesmas, o compromisso de continuar transformando cuidado em oportunidade.



Eu quero dirigir uma palavra especial a você, Senador Girão, porque existem pessoas que apoiam causas sociais porque ocupam cargos políticos, mas existem aqueles que ocupam cargos políticos por passarem a vida inteira apoiando causas sociais. O senhor pertence ao segundo grupo, e eu sou prova viva disto, de que, muito antes dos seus mandatos, muito antes de qualquer tribuna, o senhor estava presente, acreditando, incentivando, estendendo a mão e fortalecendo iniciativas que trabalham diariamente em favor dos vulneráveis. Receba nossa profunda gratidão. Sua indicação não é apenas um gesto institucional; é o reconhecimento de uma caminhada compartilhada na defesa da dignidade humana.

E agora, se me permitem, eu quero terminar como eu comecei, falando como uma criança, porque, apesar dos meus 40 anos, ainda acredito nas mesmas coisas: ainda acredito que nenhuma criança deveria passar fome, que nenhuma mãe deveria andar sozinha, que ninguém deveria ser invisibilizado. Eu continuo acreditando que o mundo muda quando alguém decide olhar para quem ninguém está olhando. Foi isso que a Irmã Dulce fez, é isso que o Iprede tenta fazer há 40 anos e é isso que continuaremos fazendo, porque algumas pessoas passam pela vida, mas outras deixam luz suficiente para iluminar o caminho dos que vêm depois.

Quando eu olho para a Irmã Dulce, eu não vejo apenas uma santa; eu vejo uma lembrança: uma lembrança de que ninguém começa gigante – nem pessoas, nem instituições, nem sonhos. Ela começou quase sozinha, nós começamos pequenos, mas aprendemos com ela que grandeza não é o tamanho da estrutura que construímos; grandeza é o número de vidas que ajudamos a florescer.

E se hoje, aos 40 anos, alguém me pergunta o que eu quero para o futuro, eu responderei com simplicidade: que nunca nos falte coragem para começar, porque foi assim com a Irmã Dulce, é assim com o Iprede e é assim que continuaremos, fazendo dos pequenos começos a construção das grandes jornadas.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discursar - Presidente.) – Obrigada, Joana. Que Deus abençoe todos que fazem parte do Iprede, essa instituição linda, extraordinária!

Assim, nós estamos chegando ao final da nossa sessão solene, uma sessão especial, e eu queria dizer para os presentes, que estão aqui, que, às vezes, o Brasil olha pela televisão para o Senado e fala o seguinte: “Que lugar horrível, que lugar de podridão, de mentirosos, de corruptos”. Não é bem assim – não é bem assim. Eu quero dizer para os senhores que na lama também nascem lírios, e nós temos lírios nesta Casa, nós temos Senadoras e Senadores (*Palmas.*), homens e mulheres do bem nesta Casa, que amam o Brasil.

Este Plenário aqui é palco de muitas brigas – muitas brigas –, grandes discussões e grandes decisões. As decisões do Brasil passam por este Plenário azul, mas este Plenário aqui também já foi palco de morte. Está na história, vocês sabem: um Senador matou outro Senador aqui, dentro deste Plenário. Lembram, né?

É bom a gente lembrar a história, mas hoje este Plenário está diferente. Ele está azul no painel, ele está azul no chão. Há um clima diferente neste Plenário aqui hoje. Há um clima de paz, há um clima de bênção, e eu quero que o Brasil todo olhe para esta sessão e entenda que o Senado parou tudo o que estava fazendo hoje. Todos os olhares do Senado estão voltados – até as Comissões se cancelaram – para este Plenário, porque Deus queria que esta sessão acontecesse num período de tanta briga no Brasil.

As pessoas estão brigando por coisas tão banais. As pessoas estão se matando no Brasil. Há uma onda de violência nesta nação que a gente não consegue entender. Basta olhar para uma pessoa, e você pode morrer porque olhou para uma pessoa. Há tristeza nesta nação.

Mas hoje o Plenário dá uma lição para o Brasil de que é possível a gente ter uma nação de paz, porque tem pessoas do bem lá na ponta, como a Irmã Nilda, como o Jorginho, como a equipe do Iprede, fazendo a diferença. Mantenham-se firmes!



O que nós fizemos aqui... não é que vocês precisavam disso; éramos nós, Senadores, que precisávamos homenageá-los – é diferente. Nós que precisávamos homenageá-los, não vocês que precisavam receber essa comenda.

Hoje é um dia especial para o Senado Federal. É um dia diferente. Que a gente saia daqui proclamando a paz que vocês proclamam todo dia cuidando dos mais vulneráveis. Que a gente saia daqui com vontade de lutar muito. E, quando eu vi a Irmã Nilda ali naquela tribuna com 92 anos – eu estou com 62 e falei para as meninas que às vezes eu me sinto tão cansada –, eu lembrei “epa, eu ainda posso ter mais 30 anos dando trabalho para muita gente no Brasil”. Atenção, corruptos e pedófilos, eu acho que eu ainda tenho mais 30 anos.

Que Deus abençoe todos vocês!

Senador Girão, no ano que vem você não vai estar aqui. Você não será mais Senador – ele não quer mais ser Senador; se quisesse, seria reeleito, mas quer ser Governador. Mas, no ano que vem, na realização desta sessão, porque aqui agora se perpetuou – essa é uma comenda do Senado Federal para a eternidade –, nós gostaríamos muito que você estivesse aqui na próxima sessão da Comenda Santa Dulce. E a gente vai ver quem a gente vai homenagear. A vontade é pôr 500 pessoas aqui sendo recebidas, porque tem muita gente que merece. Mas a gente encerra esta sessão hoje...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Presidente, pela ordem, rapidamente.

Em primeiro lugar, eu quero dizer que pode me incluir nesse Grupo Brasil-República Democrática do Congo. Pode me incluir que eu vou com a senhora, porque o que é certo, é certo, a gente precisa fazer. Muito obrigado pela sua presença aqui.

E eu queria registrar outra presença neste momento aqui, que é um homem de bem, um homem que eu também pude admirar antes de chegar na vida pública: é o nosso querido irmão Deputado, que foi Ministro – foi Ministro, e de causas boas, Ministro de uma pasta que fazia o bem, que levava projetos para as pessoas se edificarem –, hoje Deputado, Osmar Terra. Eu peço uma salva de palmas para ele, que veio também aqui prestigiar e, não por acaso, está aqui conosco também nesta sessão. (*Palmas.*)

Então, toda a minha gratidão aos agraciados. Parabéns mais uma vez.

Joana, a sua fala eu acolho com muito amor, com muito respeito. E continuamos juntos! Independentemente de mandato, o Iprede sabe que pode contar com esse cidadão cearense sempre.

Deus abençoe!

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Cumprimento o Deputado Osmar.

Só um segredinho: ele era Parlamentar, eu e Girão éramos ativistas. E era no gabinete dele que a gente ficava, lembra Girão?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone.*) – Lembro.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Olhe o que Deus faz com a gente. Ele continua Parlamentar... Depois foi meu colega Ministro, cuidamos do Brasil juntos.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone.*) – Referência na defesa da vida sem drogas.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Exato. E da primeira infância. Ele é o nome da primeira infância no Parlamento. Que honra ter o senhor aqui nesta sessão tão especial. O senhor nos inspira muito, Deputado Osmar Terra.

E assim a gente encerra esta sessão, agradecendo a presença de todos.



Que Deus os abençoe!

E eu tenho certeza, Jorginho; eu tenho certeza, Irmã Nilda; eu tenho certeza, Iprede, que os céus estão em festa hoje pela homenagem que estamos prestando a vocês.

Nada mais tendo a tratar, convido os agraciados para uma foto conjunta aqui em frente.

Cumprida a finalidade desta sessão de entrega da Comenda Santa Dulce dos Pobres 2026, agradeço as personalidades que nos honraram com sua participação.

Torçam pelo Congo na Copa, porque a seleção do Congo está lá na Copa, fazendo bonito.

Nada mais havendo a tratar, eu encerro esta sessão.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 16 minutos.)



Ata da 83ª Sessão, Deliberativa Ordinária Semipresencial, em 16 de junho de 2026

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura

Presidência do Sr. Davi Alcolumbre, da Sra. Roberta Acioly e dos Srs. Eduardo Girão, Esperidião Amin e Izalci Lucas.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 15 minutos e encerra-se às 19 horas e 17 minutos.)



A SRA. PRESIDENTE (Roberta Acioly. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Fala da Presidência.) – Sessão deliberativa ordinária semipresencial.

Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

As Senadoras e os Senadores poderão se inscrever para o uso da palavra por meio do aplicativo Senado Digital, por intermédio dos totens disponibilizados na Casa ou por solicitação à Mesa durante a sessão.

Os Senadores e as Senadoras presentes remotamente e inscritos para uso da palavra poderão fazê-lo através do sistema de videoconferência.

A presente sessão deliberativa ordinária semipresencial é destinada à apreciação das seguintes matérias, já disponibilizadas em avulsos eletrônicos e na Ordem do Dia eletrônica de hoje:

- Projeto de Lei nº 96, de 2024, do Deputado Idilvan Alencar;
- Projeto de Lei nº 5.672, de 2025, do Deputado Leo Prates; e
- Projeto de Lei nº 6.133, de 2025, de iniciativa da Presidência da República.

Passamos aos oradores inscritos, que terão um prazo de dez minutos para o uso da palavra.

Gostaria de convidar o meu amigo, Senador Eduardo Girão, para o uso da palavra.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para discursar.) – Paz e bem, minha querida irmã, Senadora Roberta. É uma honra estar aqui na sua presença, com o Senador Paulo Paim e também com os demais Senadores que estão nos acompanhando.

Minha Presidente querida, é o seguinte, eu observo aqui, cumprimentando todas as brasileiras e os brasileiros que nos acompanham, que tem havido uma grande repercussão, tanto aqui no Congresso Nacional quanto na imprensa, nas redes sociais – e a gente procura sair um pouco dessa bolha e caminhar, conversar com as pessoas nos mercados, nas feiras –, eu vejo uma crítica muito grande, feita pelo Governo Lula, inclusive, feita por ele, sobre algumas matérias que estão tramitando nas duas Casas, que o Presidente Lula chama de pauta bomba, porque teriam impacto negativo no orçamento por estarem na contramão do ajuste fiscal. É engraçado isso, esse Presidente Lula é uma graça.

Pauta bomba, Lula? O senhor tem moral para falar de pauta bomba? Por favor, ninguém é trouxa aqui. Primeiramente, é bom que saibamos o teor dessas nove matérias.

A primeira delas é o PL nº 108, de 2021, que eleva de R\$81 mil para R\$130 mil o teto da receita bruta anual dos Microempreendedores Individuais (MEI), matéria já aprovada pelo Senado que se encontra em análise na Comissão Especial da Câmara. Agora, prestem atenção nessa: o PL nº 5.122, de 2023, que libera recursos do Fundo Social do Pré-Sal para criar linha especial de financiamento a produtores rurais afetados por eventos climáticos. O texto foi modificado pelo Senado, retornando à Câmara. Estou lendo aqui o que ele chama de pauta bomba. A terceira pauta é o PL nº 4.728, de 2020, que modifica o Programa Especial de Regularização Tributária, com novos prazos e condições de pagamento dos débitos com a União. O PL ainda está tramitando na Câmara. Segue também o PL nº 1.365, de 2022, que eleva o piso salarial de R\$3,6 mil para R\$13 mil, de médicos e cirurgiões dentistas, aprovado como terminativo na CAS do Senado, seguindo para análise da Câmara. A quinta pauta-bomba é a PEC nº 231, de 2019, que aumenta o Fundo de Participação dos Municípios.

A sexta é a PEC 5, de 2023, que altera regras constitucionais para ampliar a imunidade tributária de templos e organizações religiosas, matéria já aprovada na Câmara, tramitando no Senado.

A sétima pauta bomba é a PEC 383, de 2017, que destina 1% da receita líquida da União para o financiamento do Sistema Único de Assistência Social, matéria aprovada na Câmara e tramitando no Senado.

As duas últimas são a PEC 14, de 2021, que cria a aposentadoria diferenciada para os agentes



comunitários de saúde, e o PLP 11, de 2026, que cria benefícios para entidades sem fins lucrativos.

Olha só o Presidente Lula chamando isso de pauta bomba!

Antes de analisar a autoridade desse Governo Federal, nós precisamos lembrar de quais são os papéis centrais do Poder Executivo e do Legislativo, ambos eleitos pelo povo brasileiro. O primeiro numa eleição majoritária e o outro, proporcional, de modo a salvaguardar os diversificados interesses da sociedade.

Um bom Poder Executivo deve dialogar com o Legislativo sem jamais promover a cooptação. Mas para que esse diálogo flua naturalmente em convergência com aquilo que é melhor para a sociedade é preciso que o Poder Executivo seja respeitado, Presidente Lula, ou seja, tenha autoridade moral.

Esse Governo não tem a mínima legitimidade para criticar o Congresso Nacional com referência à responsabilidade fiscal. Um péssimo exemplo já foi dado no primeiro dia do Governo Lula, quando ampliou o número de ministérios de 23 para 38. Logo de cara ele começa a irresponsabilidade fiscal no país, vamos combinar!

Os gastos excessivos de um governo perdulário levaram o país a pagar R\$1 trilhão só de juros da dívida. Quem ganha com esse Governo sabe quem é? É banco. Estão lavando a burra, como a gente diz no Nordeste. E eu paguei para ver. Mas eu achava que nunca ia ver isso, o PT defendendo banqueiro, protegendo, blindando... Foi o que o PT fez, a base, a tropa de choque do PT lá na CPMI do INSS que investigou, apurou sobre ladrões do dinheiro de aposentados, de pensionistas, de viúvas, de órfãos, de deficientes. O Governo Lula blindou que a gente investigasse os consignados dos banqueiros.

Quem é que está do lado de quem? Quem é que está do lado dos mais pobres? É esse Governo Lula? Agora vem um monte de pauta populista para dizer que está, mas passou o tempo todo e não fez, desde o começo do governo... É gastando, é viajando para cima e para baixo com a D. Janja, com o dinheiro da gente, numa irresponsabilidade sem precedente, ficando nos hotéis, Presidente, mais caros do mundo, enquanto a gente teve exemplo de outros Presidentes da República que passaram, que ficavam em embaixadas, que ficavam em estabelecimentos simples. Mas não, não é com o dinheiro dele; aí ele torra.

Para não perder o controle da inflação, o Banco Central – para o qual, graças a Deus, nós votamos pela independência no Governo anterior – tem mantido a taxa Selic, infelizmente, nas alturas para segurar o país; senão, o Brasil já tinha quebrado. O Banco Central acaba interferindo nos juros da economia para diminuir a tragédia, o estrago, que, aliás, foi ampliado pelo Governo Lula, colocando as digitais, a base do Governo Lula, o centrão, para liberar as *bets*, regulamentar essa covardia com o povo brasileiro, que está devastando famílias inteiras.

Todo dia eu recebo, no gabinete, aqui e lá do Ceará, pessoas desesperadas: “Pelo amor de Deus, acabe com esse negócio. Acabe com o jogo no Brasil, acabe com essas casas de apostas”. Nós estamos numa Copa do Mundo, Presidente, e a gente vê as *bets* mandando e desmandando na Seleção Brasileira, na CBF.

Eu vou até fazer um discurso específico sobre isso, citando o Ministro Gilmar Mendes, porque o filho dele andou dizendo, segundo a imprensa brasileira, que a convocação de um atleta, do Neymar, tinha o dedo dele.

Olha a que ponto nós chegamos!

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Lembrando que o instituto do Gilmar Mendes, o IDP, tem uma relação contratual milionária com a CBF, e esse Ministro deu liminares para continuarem os presidentes, especialmente o Ednaldo Rodrigues, no momento em que ele estava sendo criticado por corrupção e afastado. A liminar foi para ele voltar, ou seja, ele não decretou o conflito de interesse, o impedimento



O Brasil... Esse é o retrato do nosso país. A bola não entra por acaso.

Sra. Presidente, para encerrar: em 2025 foram gastos mais de R\$1 bilhão, eu vou repetir – “b” de bola, “i” de índio –, R\$1 bilhão apenas em viagens internacionais, com hospedagens em hotéis de luxo.

Lula...

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... Lula não faz isso, Lula.

Quem vai pagar são os mais pobres, porque você vai inventando imposto. Seu Governo é o que mais inventou imposto da história.

O Governo Lula também resolveu cancelar o chamado imposto das blusinhas, depois de ter colocado a base para votar a favor, lembra? Chega a véspera da eleição, muda o discurso para te enganar, brasileiro, para enganar você. Mas ele continua com os impostos das *bets*, que representam uma tragédia social com o endividamento das famílias, inclusive do pessoal do Bolsa Família.

Se a senhora me der um minuto, eu prometo encerrar agradecendo a paciência dos colegas.

Mas, olha, o senhor não dizia que defendia os mais pobres, os menos favorecidos? Que história é essa...

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... de não ter acabado com as *bets* ainda?

Mande um projeto, que eu tenho certeza de que será votado aqui. Eu não digo por unanimidade porque tem lobista aqui dentro, de casa de aposta, de *bet*, de cassino, de bingo... A gente sabe disso, os nomes estão aí. Eles só vêm para votar nisso, para articular esse tipo de pajelança com o país, irresponsabilidade com as famílias. Mas coloque para votar porque a maioria vai proibir jogo no Brasil, pode ter certeza disso! Pode colocar, Presidente Lula! O senhor não tem compromisso social com os menos favorecidos, com os mais pobres? Coloque esse projeto aqui para o senhor ver como a gente aprova a proibição.

Eu encerro com um pensamento de Winston Churchill: “É preferível ser irresponsável e estar com a verdade do que ser responsável e no erro”. Que Deus abençoe a nossa nação. Uma terça-feira para lá de produtiva a todos. *(Pausa.)*

(A Sra. Roberta Acioly deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Girão.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Senador Paulo Paim, o senhor é o próximo, o segundo, só que a Senadora Roberta vai fazer uma comunicação inadiável por cinco minutos.

Eu, inclusive, gostaria de pedir ao Senador Esperidião Amin – já vou passar a palavra à Senadora Roberta – se o Senador Esperidião Amin poderia assumir aqui a Presidência. Com muita honra eu lhe passaria aqui a Presidência. Por gentileza. Muito obrigado, Senador Esperidião Amin.

Com a palavra a Senadora Roberta Acioly. Muito obrigado por ter aberto esta sessão, a senhora tem a palavra por dez minutos.

A SRA. ROBERTA ACIOLY (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Para comunicação inadiável.) – Obrigada, meu amigo Senador.

Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, ocupo esta tribuna para manifestar o meu apoio à derrubada do Veto nº 50, de 2025, e, sobretudo, para defender uma causa que representa um verdadeiro



compromisso com a justiça, com a valorização do serviço público e com respeito àqueles que ajudaram a construir o sistema elétrico brasileiro.

Estamos falando de trabalhadores, Sr. Presidente, concursados, profissionais altamente qualificados que dedicaram anos de suas vidas ao fortalecimento de um setor estratégico para o desenvolvimento nacional. São homens e mulheres que ingressaram por mérito no serviço público e acumularam conhecimento técnico indispensável para garantir energia e desenvolvimento ao nosso país.

Em estados como Roraima, essa contribuição foi ainda mais evidente. Muitos desses trabalhadores atuaram em regiões remotas, enfrentando enormes desafios logísticos para assegurar o funcionamento do sistema elétrico e levar dignidade e desenvolvimento à população. São profissionais que conhecem a realidade da Amazônia e ajudaram a integrar o Brasil por meio da energia.

Por isso, esta não é apenas uma discussão administrativa; é, acima de tudo, uma questão de justiça e reconhecimento.

Também é importante afastar um equívoco que tem sido repetido neste debate: a alegação de que a proposta geraria impacto fiscal ou orçamentário. Não há fundamento para essa afirmação. O projeto trata de empresas estatais não dependentes do Tesouro Nacional, que custeiam suas atividades com recursos próprios. Não se cria despesa para a União nem se impõe qualquer ônus ao orçamento público.

Além disso, o texto vetado foi construído com responsabilidade. Ele não cria cargos, não concede privilégios e não determina aproveitamento indiscriminado, apenas prevê o aproveitamento desses empregados em empresas públicas ou sociedades de economia mista em funções compatíveis com suas atribuições e remuneração, especialmente quando não houver possibilidade de permanência na empresa adquirente.

É uma solução equilibrada, que preserva a experiência e evita o desperdício de capital humano altamente qualificado.

Outro aspecto que merece destaque é o amplo consenso político construído em torno dessa matéria. O projeto foi aprovado pelo Congresso Nacional sem oposição das Lideranças governistas durante a sua tramitação.

Defender a derrubada do Veto nº 50, de 2025, não é defender privilégios; é defender trabalhadores que ajudaram a construir um dos setores mais importantes da economia brasileira e que merecem respeito, segurança jurídica e uma solução justa para preservar sua experiência e sua contribuição ao país.

Tenho convicção de que esta Casa saberá honrar essa trajetória e reafirmar seu compromisso com a justiça, com a eficiência da administração pública e com aqueles que dedicaram sua vida ao desenvolvimento do Brasil.

Pego a todos os Senadores que votem a favor desse veto para nós fazermos justiça neste país.
Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito obrigado, minha querida irmã Senadora Roberta Acioly, do Republicanos, do Estado de Roraima.

Aqui o Presidente, meu querido irmão Senador Esperidião Amin, vai fazer o uso da palavra daqui a pouco, mas antes é o Senador Paulo Paim, que vai subir à tribuna agora para fazer o seu discurso.

Eu vou pedir licença, tenho um compromisso externo, mas estarei acompanhando pelo rádio a transmissão.

A paz a todos. (*Pausa.*)

(*O Sr. Eduardo Girão deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Esperidião Amin.*)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Com a palavra o Senador Paulo Paim. Eu quero lhe dizer que eu invejo a sua condição, no momento, porque falar para



um Plenário embelezado pela presença de duas Senadoras é um privilégio que só um catarinense mereceria, mas que eu transfiro para um gaúcho.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Para discursar.) – Por isso é que V. Exa. está na Presidência, inclusive.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone.*) – V. Exa. é demais. (*Risos.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Senador Esperidião Amin, Presidente da sessão; Senadora Roberta Acioly, que esteve conosco até poucos minutos atrás; Senador Girão; Senadora Damares.

Presidente Esperidião, vou falar na tribuna sobre um tema com que todos sabem que me envolvi ao longo da minha vida, como digo, com alma e coração: vou falar novamente sobre a relação do fim da escala 6x1 e da redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, sem redução salarial, com o fortalecimento – e, aqui na minha fala, as minhas preocupações – da importância da Previdência Social pública.

Presidente, muitos tentam tratar esses assuntos de forma isolada; eu afirmo exatamente o contrário: eles estão profundamente conectados. Desde a Assembleia Nacional Constituinte, em 1987 e 1988, de que eu tive a honra de participar como Deputado, defendo que o desenvolvimento econômico se faz valorizando o trabalho e também com preocupações com a proteção social, devem caminhar juntos.

Na Constituinte, travamos uma grande batalha para reduzir a jornada semanal de 48 para 44 horas semanais. Não foi uma conquista simples, houve forte resistência, mas vencemos, vencemos mediante um grande acordo com o próprio centrão à época, porque compreendíamos que o progresso só tem sentido quando melhora a vida das pessoas.

Passados quase 40 anos, a grande maioria da população clama pelas 40 horas semanais sem redução salarial. Hoje, segundo dados do IBGE, o Brasil possui mais de 100 milhões de pessoas ocupadas. Há milhões de trabalhadores vivendo também na informalidade. Trabalham mais, ganham menos e não contribuem com a Previdência. É nesse contexto que surge a importância da redução da jornada para 40 horas semanais sem redução de salário e o fim da escala 6x1.

Eu disse ontem e repito hoje: nunca trabalhei 6x1 – estou falando das fábricas em que eu trabalhava 40 anos atrás –, eu já trabalhava pela escala 5x2, porque no sábado nós não trabalhávamos, compensávamos aqueles minutos durante a semana.

Quando reduzimos a jornada, criamos condição para uma melhor distribuição do trabalho. Em diversos países, a experiência demonstra um potencial para estimular novas contratações e ampliar, inclusive, avançar na produtividade.

Mais empregos formais significam mais contribuintes para a Previdência, o nosso INSS. Mais contribuintes significam maior arrecadação previdenciária. Maior arrecadação significa mais segurança para os aposentados, pensionistas e futuros beneficiários. Isso representa mais oxigênio para a Previdência, e aqui eu abro um parêntese: defendo que o financiamento da Previdência Social seja revisto para que as contribuições das empresas sejam sobre o faturamento, e não sobre a folha de pagamento, como ocorre hoje, porque hoje quem mais emprega paga mais e quem emprega menos, como é o caso dos bancos, paga menos.

É um tema de que eu venho tratando há mais de 30 anos – sei que não é a discussão de hoje – e informo que assinei a PEC nº 1, de 2026, de autoria do Senador Laércio Oliveira, sobre esse tema que eu defendo há décadas. A única divergência que temos é em relação ao percentual sobre o faturamento, e acho que nesse tema podemos construir um acordo.

Fecho o parêntese e vou em frente: O Dieese, a Unicamp e o Diap estimam que há até 4,5 milhões



de novos postos de trabalho e aumento da produtividade em torno de 4%.

Imaginem o impacto desses números sobre a Previdência Social. Cada novo emprego com carteira assinada significa um novo contribuinte para o INSS, significa mais arrecadação, maior equilíbrio financeiro do sistema e mais segurança para aposentados e pensionistas.

Eu chego a ir além: nessa nova modalidade, aqueles que já estão aposentados não precisariam sequer voltar a pagar a previdência, como é hoje. Estamos falando de milhões de brasileiros ingressando no mercado formal, contribuindo para a Previdência e ajudando, sim, a sustentar o pacto de solidariedade construído pela Constituição de 1988. Eu estava lá.

Por isso, afirmo: defender a jornada de 40 horas e o fim da escala 6x1 é também defender a Previdência Social pública. São duas faces da mesma luta pelo trabalho e pela aposentadoria decente para o nosso povo, para a nossa gente.

A Previdência Social pública funciona baseada no princípio da solidariedade: quem está na ativa contribui para garantir a proteção daqueles que já cumpriram sua missão no mercado de trabalho ou que se encontram em situação de vulnerabilidade. Portanto, toda medida que amplia o emprego formal fortalece a Previdência.

Mas não é apenas isso. A discussão também envolve saúde do trabalhador. Não podemos ignorar que jornadas excessivas estão diretamente relacionadas ao aumento dos acidentes do trabalho, adoecimento e também o avanço das doenças mentais, do estresse, da ansiedade, da depressão, das doenças ocupacionais.

Os números dos afastamentos por transtornos mentais vêm crescendo ano após ano e já representam uma das principais causas de concessão de benefício por incapacidade temporária. Segundo o Ministério da Previdência Social, somente em 2025, mais de 546 mil trabalhadores e trabalhadoras foram afastados de suas atividades por transtornos mentais e comportamentais. Ansiedade, depressão, síndrome de *burnout* tornaram-se marcas de um modelo de trabalho que, muitas vezes, esgota física e emocionalmente as pessoas. O aumento desse afastamento foi de quase 16% em apenas um ano, e, ao mesmo tempo, a Previdência concedeu mais de 3 milhões de benefícios por incapacidade temporária em razão das doenças e acidentes no trabalho.

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Pergunto: quantos desses afastamentos poderiam ser evitados por mais tempo para descanso, convivência com a família, lazer, estudo e recuperação física e mental? Quando garantimos mais tempo para o descanso, convivência familiar, lazer, estudo, qualificação profissional, estamos investindo na saúde das pessoas.

Concluindo, Senador Esperidião, um trabalhador saudável produz muito mais, vive muito mais e necessita menos da previdência.

Estamos falando, portanto, de uma política econômica e também de saúde pública. Esta é a luta que travamos há quatro décadas: uma luta por dignidade, uma luta por justiça social, uma luta por um Brasil que coloque o ser humano acima do lucro, e que se compreenda que o lucro é importante mas...

(Interrupção do som.)

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – ... que o desenvolvimento só é verdadeiro quando alcança, quando abraça a todos.

Era isso, Senador Esperidião Amin. Agradeço a sua tolerância.

Quero dizer que estou muito orgulhoso, porque perguntaram para mim se eu faria uma *live*, uma conferência, a nível nacional, com V. Exa. Eu respondi: faço com muita satisfação, porque é um Senador



que eu respeito. V. Exa. sabe disso, e eu digo aqui da tribuna também. E vamos dialogar com os trabalhadores sobre a importância desse debate.

Quero dizer que V. Exa. é tão elegante que acabou, ali no Plenário, contribuindo com essa minha reflexão e me deu uma aula de como é que está sendo a automação no mundo. Por isso, mais uma vez, saímos juntos lá para conversar com o nosso povo. Eu entendo que, embora de partidos diferentes, nós estamos lá para fazer um embate, estamos lá para dialogar com a população e construir...

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – ... o melhor caminho para o povo brasileiro.

Será um prazer estar com o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Quero cumprimentar o Senador Paulo Paim e convidá-lo para vir aqui à mesa, por poucos minutos.

Por permuta, eu passo a palavra à Senadora Zenaide Maia, que foi agraciada com uma raríssima demonstração de companheirismo interparlamentar, mas intrabancada feminina, da Senadora Damares Alves. Comigo ela jamais faria isso.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Para discursar.) – Eu já quero aqui agradecer à minha colega Damares, Senadora Damares. Mas é porque será hoje a votação da mesa para a Comissão Mista de Orçamento.

As renúncias fiscais, gente, não tem como hoje...

Eu volto aqui hoje porque é o dia da instalação e eleição da Mesa da Comissão Mista de Orçamento 2026 no Congresso Nacional. Essa poderosa Comissão, formada por poucos Senadores e Deputados Federais, tem o poder de definir para onde vai o dinheiro do povo brasileiro, para onde ele será destinado pelo Congresso Nacional e pelo Governo Federal.

Nada melhor do que este momento para propor uma reflexão às lideranças políticas do nosso país em relação às renúncias fiscais bilionárias que estão sendo aprovadas, de forma desenfreada, nos últimos anos por este Congresso Nacional e pelo Poder Executivo.

A Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Unafisco Nacional) divulgou um estudo identificando que os benefícios fiscais devem superar R\$900 bilhões em 2026. Desses, quase R\$1 trilhão, quase R\$620 bilhões representariam privilégios sem contrapartida social comprovada.

Renúncia fiscal – eu queria dizer aqui a todos que estão nos assistindo, ao Presidente, aos meios de comunicação – é o que os bilionários conseguem fazer com os impostos. Fazem um Refis; e, quando o Refis vai vencer, eles fazem um segundo Refis. Isso, sim, provoca um descalabro fiscal que desequilibra as contas públicas, e não pagar R\$600 de Bolsa Família para quem tem fome e precisa sobreviver.

Esse “privilegiômetro” tributário – porque é um privilégio, revelado pela Unafisco – denuncia a ausência da tributação de lucros, dividendos de grandes fortunas, entre outros presentes, para a minoria que enriquece neste país e não quer pagar impostos sobre os lucros.

Queria dizer que o imposto sobre os lucros, o mundo todo, os Estados Unidos, o exemplo de capitalismo, o capitalismo que a gente chama até de “capitalismo selvagem”, cobra 45%, quase 50% sobre lucros.

E adivinhem quem está pagando essa conta? Todos os brasileiros, todas as pessoas que teriam saúde, escola, segurança, rua calçada, remédio, emprego, e não o tem porque o dinheiro devido como imposto para custear esses direitos ficou no bolso dos que conseguiram esse privilégio.

Não é possível o Brasil conceder generosos e incalculáveis benefícios fiscais a grandes empresas, inclusive estrangeiras, que estão longe de serem pobres. O excesso de desconto em impostos a grupos



empresariais influentes na política compromete o pagamento justo de impostos no país, prejudica o bom contribuinte e asfixia as fontes de financiamento dos serviços públicos para a sociedade como saúde, educação, segurança pública.

Ora, sabemos que são os tributos que financiam as políticas públicas e os serviços à população, que são obrigação do Estado brasileiro.

Senhoras e senhores e todos que estão nos assistindo, eu tive que vir a esta tribuna no dia de hoje porque o Congresso Nacional é uma Casa de democracia e deve ter um olhar diferenciado para a maioria da população.

Eu tenho, ao longo destes anos em que aqui estou no Congresso, vindo a esta tribuna, como no dia de hoje, porque o Congresso Nacional é uma Casa para a gente falar, enfrentar o poder do sistema financeiro e das grandes companhias.

Tenho cobrado do Senado a aprovação da PEC 79, de 2019, que reduz drasticamente os juros extorsivos de mais de 400% ao ano praticado por bancos e instituições financeiras sobre empréstimo, cartão de crédito e cheque especial.

Também tenho denunciado que o sistema financeiro fica com quase metade do Orçamento Geral da União, e sobram apenas 4% para a saúde, 4% para a educação, e menos ainda para a segurança pública, porque, no ano passado, foi 0,25%, menos de 0,5% para a Segurança Pública.

Muitas vezes, mesmo sozinha, votei contra e lutei contra o perdão de dívidas que devolviam aos cofres de grandes empresas pelo menos R\$20 bilhões em imposto devido ao Governo. Isso aqui eu estou falando do PLP 596, de 2023, que faz renúncias fiscais sobre o lucro líquido. É justamente contribuição social sobre o lucro líquido, ou seja, a empresa não está tendo prejuízo, está tendo lucro; e essa contribuição sobre o lucro líquido seria direcionada para a saúde, a assistência social e a previdência.

Estimativas de perda de arrecadação do cofre público nacional com essas isenções propostas pelo Governo em 2017 e aprovadas no Congresso, na forma de lei que vale até hoje, eram da ordem de R\$1 trilhão apenas nos primeiros dez anos. Precisamos, portanto, ter um debate franco sobre os destinos do Orçamento Geral da União, sobre o qual este Congresso está debruçado, com a eleição dos membros da Comissão Mista de Orçamento hoje, gente.

Eu queria dizer aqui: essa medida, gente, retira do público tudo o que é de recursos importantes para o povo brasileiro. Faz parte do papel dos Parlamentares corrigir distorções, apontar a realidade gritante das desigualdades, e quero dizer o seguinte: eu queria fazer aqui um adendo, uma diferenciação, até para evitarmos generalizações rasteiras.

Os incentivos fiscais, como política pública, são importantes para o desenvolvimento, para gerar emprego e renda, para descentralizar os investimentos privados para o interior do país. O problema é que virou regra em vez de ser exceção. Estou falando aqui dessa... Investir nessa questão de dizer que a gente tem que olhar que, muitas vezes, por exemplo, você faz renúncias fiscais, mas destinadas a você interiorizar; o Estado quer interiorizar as empresas em vez de centralizar só nos grandes centros. Isso tem, sim, um papel social, porque você capilariza o desenvolvimento onde ele estiver, mas não essas renúncias fiscais que aqui agora...

(Soa a campanha.)

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – ... como eles não pagam, aí tem o Refis, aí são chamados de devedores contumazes – não pagam nunca.

E quero dizer o seguinte – só um minuto aqui para eu completar meu raciocínio, viu, Presidente? –: o que seria gasto, eu chamo de investimento – investimento no futuro, investimento na vida, na transformação da vida daquela criança que tem direito a uma creche, a uma saúde de qualidade, na vida daquela mãe,



daquele pai que pode ir trabalhar sossegado porque tem emprego, tem um transporte digno para ir e vir, tem comida no prato para quando sair de casa e quando voltar para casa, tem segurança para o seu filho, para a sua filha, para poder viver com tranquilidade. Isso é gasto? Não é. Isso é defender a vida das pessoas, porque é esse o nosso papel.

A gente vê muito aqui: “Não, vai desequilibrar fiscalmente o país.” Equilíbrio fiscal e responsabilidade fiscal não são só do Poder Executivo. É de todos nós, dos Poderes, porque não é só não permitir renúncias. Não adianta a gente falar aqui que o Governo está gastando com educação, com saúde – “não, não deveria” –, com segurança pública, e vai sempre estar gastando, dizendo que tem um desequilíbrio fiscal, porque as renúncias fiscais são bilionárias. Então, você não equilibra! De onde só tira não entra – como a gente diz –, não entra o imposto, porque quem pode pagar não paga. Eu estou falando aqui de quem... Não estou falando de servidor público, que é o único de quem já é descontado o imposto no próprio contracheque.

Com tanta desigualdade social, não vamos ter um Brasil desenvolvido...

(Soa a campanha.)

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – ... com ortodoxia econômica, que só atende a agentes graúdos do mercado e a rentistas. O compromisso maior do Brasil, consagrado na Constituição de 1988, é com a justiça social; serviços públicos dependem de impostos e mortes são evitadas quando eles funcionam.

Enfrento muitas vezes sozinha, porque eu tenho que questionar. Nasci e cresci no Nordeste e via a seca, e todo mundo dizendo: “Na seca você morria de sede, os animais morrem também e o trabalhador paga um preço caro.” E, na hora em que se quer investir nesse homem, nessa mulher, nessa criança, para ter uma vida digna e ter o direito de trabalhar e ajudar a desenvolver este país, aí todo mundo só fala da Lei de Responsabilidade Fiscal. Vamos ter responsabilidade com a...

(Soa a campanha.)

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – ... vida, gente, e com a redução das desigualdades sociais.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Quero cumprimentar a Senadora Zenaide Maia pela sua fala, como sempre revelando humanidade e humanismo próprios, sentimentos próprios de quem procura sempre fazer o bem.

Eu concedo a palavra, remotamente, ao Senador Camilo Santana. *(Pausa.)*

Senador Camilo Santana, com a palavra.

O SR. CAMILO SANTANA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. Para discursar. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, boa tarde.

Está me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Sim, perfeitamente.

O SR. CAMILO SANTANA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. *Por videoconferência.*) – Boa tarde, Presidente Senador Esperidião Amin. Boa tarde a todos os Senadores, colegas Senadores e Senadoras.

Eu queria... Hoje nós vamos votar a aprovação da criação da Universidade do Esporte, e eu não poderia deixar aqui de fazer uma fala em relação a esse projeto, principalmente no momento em que o Brasil vive mais uma Copa do Mundo. E há algo de muito bonito nesses momentos, porque, por alguns instantes, as diferenças se silenciam, as divisões diminuem e uma bandeira volta a caber no peito de todos



os brasileiros e brasileiras. O verde e amarelo deixam de ser disputa e voltam a ser esperança. O povo brasileiro se reúne outra vez para torcer junto, sofrer junto e sonhar junto. Que este momento, meu caro Presidente, seja uma oportunidade de atravessarmos as bolhas da chamada polarização, que paralisam as pautas nacionais prioritárias, e lutemos juntos para sempre construirmos um Brasil que sonhamos desde quando meninos, o Brasil de hoje, o país que vai acolher o sonho dos nossos filhos.

Que esta seja uma oportunidade para nós, aqui nesta Casa, fazermos uma reflexão importante: se o futebol é capaz de unir o país, por que a política não seria capaz de unir esforços em torno das pautas que realmente importam para o nosso povo?

E nós temos alguns desafios, Sr. Presidente e meus colegas Senadores e Senadoras, que unem o país de norte a sul e nos oferecem a oportunidade de responder à sociedade com a responsabilidade histórica de avançar, na PEC da segurança pública, na PEC que reduz a jornada de trabalho do trabalhador brasileiro e acaba com a escala 6x1, porque governar, Sr. Presidente, é cuidar das pessoas, é construir oportunidades, reduzir desigualdades e fazer com que o sonho de uma criança brasileira não tenha CEP, cor, renda ou sobrenome.

E é exatamente nesse espírito que quero destacar alguns projetos da pauta de hoje: o Projeto de Lei nº 6.133, de 2025, relatado pela Senadora Leila Barros, a quem eu quero saudar e abraçar, que cria a Universidade Federal do Esporte. Lembro muito bem que eu, como Ministro da Educação, fiz, juntamente ao Presidente Lula, o lançamento de duas universidades, historicamente: a Universidade Indígena, dos povos indígenas, que já foi aprovada por esta Casa, e a Universidade Federal do Esporte.

Mais um dia eu me emociono pela oportunidade de apoiar, aqui deste lado, um trabalho que pude construir ao lado do Presidente Lula – repito –, como Ministro da Educação do Brasil. Esta é mais uma alegria que me permite o povo do meu querido Ceará, uma honra de cada voto que me conduziu até este mandato.

E eu me emociono, Presidente, por poder votar hoje esse projeto tão brilhantemente relatado pela Senadora Leila, que nasceu lá atrás, construído a muitas mãos, nas muitas reuniões de trabalho, com as equipes técnicas do Ministério da Educação e as equipes do Ministério do Esporte.

É simbólico que a nossa Universidade Federal do Esporte se consolide no ano da Copa do Mundo, quando nossos olhos e nossos corações estão abertos, mais do que nunca, para o poder transformador do esporte na vida dos nossos talentos, das nossas crianças e dos nossos jovens. E, também, é simbólico que o nascimento da nossa Universidade do Esporte preceda a realização da Copa do Mundo Feminina em 2027, que será realizada no Brasil e que, inclusive, terá Fortaleza, aqui, no Estado do Ceará, como uma das cidades-sede.

O Brasil é uma potência esportiva. Somos um país de talentos extraordinários, mas ainda convivemos com a carência de profissionais qualificados na ciência do esporte, na gestão esportiva, no treinamento de atletas, no paradesporto e nas políticas públicas voltadas à inclusão pelo esporte.

A Universidade Federal do Esporte nasce com o potencial de ajudar a preencher esse vazio histórico. Aliás, eu acho que não conheço... Uma das poucas universidades desse modelo criadas no mundo será a nossa Universidade Federal do Esporte brasileiro. Será uma universidade pública, gratuita (*Falha no áudio.*) ... da ciência do esporte, educação física, gestão em *marketing* esportivo, nutrição.

Quero destacar aqui, Sr. Presidente, algo mais do real. Ela nasce comprometida (*Falha no áudio.*) ... pequena das atletas do futebol, comprometida com a equidade racial. (*Falha no áudio.*) ... mas essa representatividade (*Falha no áudio.*)

A Universidade Federal do Esporte (*Falha no áudio.*) ... o racismo, a violência, a exclusão. Nasce para garantir que um atleta possa estudar sem abandonar a sua carreira, porque investir em esporte também é investir em educação, saúde, inclusão e cidadania.



Parabéns à Senadora Leila pela relatoria brilhante. Espero podermos aprovar de forma célere hoje e dar aos brasileiros esse projeto tão importante, que é a Universidade do Esporte do Brasil.

Quero aqui saudar, meu Presidente, toda a equipe do Ministério da Educação, na pessoa do atual Ministro, Leonardo Barchini, e toda a equipe do Ministério do Esporte, na época liderado pelo Ministro Fufuca.

Aprovando esse projeto hoje, que o Governo Federal possa ter celeridade na implementação desse *campus*, para que a gente possa garantir esse grande instrumento para os brasileiros, que é a nossa universidade federal, a primeira universidade federal criada para olhar para o esporte brasileiro, uma das poucas do mundo (*Falha no áudio*)...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Senador Camilo Santana...

O SR. CAMILO SANTANA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. *Por videoconferência*.) – Quero aqui também parabenizar o Presidente Lula por essa iniciativa e dizer que tive muito orgulho, hoje, como Senador, de poder votar (*Falha no áudio*).

Parabéns e viva o esporte (*Falha no áudio*.) ... Copa do Mundo.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Senador Camilo Santana, quero cumprimentá-lo pelo pronunciamento e fazer minhas as suas palavras a propósito da criação da Universidade do Esporte, que foi muito bem relatada pela Senadora Leila Barros. Por isso, comungo com o seu pronunciamento e com o conteúdo dele.

Concedo a palavra, agora, ao meu ilustre coestadano, o Senador Hermes Klann, da nossa gloriosa Brusque, do nosso querido Estado de Santa Catarina.

V. Exa. dispõe de dez minutos para nos iluminar.

O SR. HERMES KLANN (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para discursar.) – Senador Esperidião Amin, sempre muito querido com as palavras, só tenho a agradecer a esse grande catarinense brasileiro que nos orgulha muito.

Exmo. Sr. Presidente Esperidião Amin, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, população catarinense, subo hoje a esta tribuna para tratar de um tema que diz respeito ao futuro de Santa Catarina, mas que também revela um dos maiores desafios para o crescimento do Brasil: a incapacidade do Governo Federal de acompanhar, por meio de investimentos em infraestrutura, a força e o dinamismo do setor produtivo brasileiro.

O Brasil vive uma situação paradoxal. Temos empresários dispostos a investir, trabalhadores qualificados, capacidade produtiva instalada, um agronegócio competitivo, uma indústria resiliente e um mercado consumidor robusto. Ainda assim, crescemos abaixo do nosso potencial, e uma das razões para isso está nos gargalos logísticos que há décadas comprometem a produtividade nacional. Enquanto os países que lideram a economia mundial investem pesadamente em infraestrutura para reduzir custos, aumentar eficiência e atrair investimentos, o Brasil continua convivendo com rodovias saturadas, obras inacabadas e projetos que não acompanham a realidade econômica do país.

Santa Catarina talvez seja o exemplo mais emblemático dessa contradição. Nosso estado responde por uma parcela significativa das exportações brasileiras, possui alguns dos portos mais eficientes do país, abriga uma das indústrias mais diversificadas da Federação e apresenta indicadores econômicos que frequentemente servem de referência nacional. Somos líderes em diversos segmentos industriais: no agronegócio, na logística portuária e na geração de empregos. Mas existe uma pergunta que precisa ser feita: como um dos estados que mais produzem e exportam no Brasil continua dependendo de uma infraestrutura rodoviária concebida para a realidade econômica de mais de meio século atrás? O principal gargalo da economia catarinense não é a falta de empresários, não é a falta de trabalhadores, não é a falta



de investimentos privados. O principal gargalo da economia catarinense é a falta de infraestrutura e a ausência de prioridade do Governo Federal para enfrentar esse problema.

Participei, nesta manhã, de uma audiência pública promovida pela Agência Nacional de Transportes Terrestres para discutir os projetos de concessão rodoviária em Santa Catarina. O que vimos ali foi mais uma demonstração de distância entre Brasília e a realidade de quem produz. As propostas apresentadas estão muito aquém das necessidades do estado. Não refletem a importância econômica de Santa Catarina, não enfrentam adequadamente os gargalos existentes e não oferecem respostas compatíveis com o crescimento projetado para as próximas décadas. A impressão que fica é que o Governo Federal continua planejando a infraestrutura de Santa Catarina olhando para o passado, enquanto os catarinenses trabalham e investem pensando no futuro.

As consequências dessa omissão são extremamente concretas. Quando uma carga fica parada em congestionamentos na BR-101, na BR-470 ou em outros corredores logísticos e estratégicos, não estamos diante apenas de um problema de trânsito. Estamos diante de um problema econômico: o frete fica mais caro, o custo da produção aumenta, a competitividade diminui, os investimentos se tornam menos atrativos e o consumidor paga mais caro pelo produto que chega à sua casa.

É assim que nasce o chamado custo Brasil: não apenas nos gabinetes ou nas planilhas, mas na incapacidade do Estado de fornecer a infraestrutura necessária para que a economia funcione de maneira eficiente. Por isso, causa preocupação observar que o Governo Federal demonstra enorme disposição para discutir aumento de arrecadação, criação de novas obrigações e ampliação da burocracia, mas encontra dificuldade quando o assunto é investir em obras estruturantes.

Parece haver uma inversão completa de prioridades. O Estado brasileiro cobra cada vez mais, mas entrega cada vez menos. O setor produtivo continua fazendo a sua parte – investe, empreende, gera empregos, exporta, inova, corre riscos –, mas não pode continuar carregando nas costas os problemas que o Governo não resolve.

A infraestrutura é uma das poucas áreas em que o Estado possui responsabilidade insubstituível. Uma empresa pode investir em tecnologia, pode qualificar seus trabalhadores, pode ampliar sua produtividade, mas nenhuma empresa constrói sozinha uma malha rodoviária federal capaz de atender às necessidades do país. Essa é uma obrigação do Governo. E é justamente nessa obrigação que o Governo Federal vem falhando.

Quando defendemos a duplicação das rodovias federais em Santa Catarina, não estamos defendendo uma pauta regional – estamos defendendo uma agenda nacional de competitividade; estamos defendendo a redução do custo de vida; estamos defendendo mais empregos; estamos defendendo mais investimentos; estamos defendendo uma economia mais eficiente. Porque, toda vez que uma obra estratégica é adiada, o Brasil perde competitividade.

Santa Catarina continuará fazendo a sua parte – continuará produzindo, empreendendo, exportando e contribuindo para o desenvolvimento nacional –, mas chegou a hora de o Governo Federal fazer a sua.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Quero fazer minhas...

Peço permissão para a Senadora Damares, que é a próxima a ocupar a tribuna, mas eu não posso deixar de fazer três comentários a propósito da intervenção do prezado amigo Senador Hermes.

Primeiro, eu subscrevo a sua manifestação no sentido de solene, respeitosa e democraticamente protestar contra o conceito que foi apresentado hoje neste leilão e nas audiências que o antecederam – que antecederam ao encontro de hoje.

Segundo, não é apenas o preço da mercadoria que é transportada e encontra um acidente de trânsito,



um entrave na BR-101, por exemplo, na altura de Itajaí, que prejudica a economia.

Além disso, no dia da audiência sobre a concessão da BR-470, em Itajaí, houve mais um acidente. Naquele trecho, Senadora Damares, são 200km de rodovia federal; nesses 200km entre Florianópolis e a divisa com o Paraná, um pouquinho mais, acontecem 25% de todos os acidentes da BR-101 – que termina lá no Nordeste, é ali. E 40% dos acidentes rodoviários brasileiros acontecem ali, naqueles quilômetros. E na quinta-feira, por ironia do destino, a nossa audiência foi perturbada pela morte de uma mãe e uma filha num acidente de trânsito, naqueles 18, 19km da BR-101, no Município de Itajaí. Então, isso realmente machuca a sociedade e nos machuca, porque temos a responsabilidade de representá-la.

E faço minhas também as suas palavras, no sentido de dizer o seguinte: as obras que o Governo Federal, através do Dnit, reconhece como sendo necessárias há algum tempo – e já têm até projeto de engenharia feito ou sendo feito – não foram incluídas nesse pacote. Esperando o quê? O gatilho do quê? O serviço na BR-101 já é das qualidades D e E, que são as piores na terminologia usada, e vamos fazer um leilão para contratar uma rodovia com obras já defasadas, sem a previsão de obras para as quais – olha bem –, com todas as limitações financeiras, o Dnit já está cuidando de fazer o projeto. Então, é porque a dor, a reclamação, o gemido já vêm de algum tempo, e isso não está contemplado.

Então, contra esse déficit é que sua manifestação se insurge, e eu tenho a obrigação de ser solidário. Nós não podemos ficar engolindo isso e guardando; nós temos que protestar, na forma democrática, como V. Exa. fez.

Como a minha intervenção foi um pouco longa, o senhor tem o direito de resposta. (*Risos.*)

O SR. HERMES KLANN (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Parece haver um descaso com Santa Catarina, a gente não vê evoluir. Nós estávamos comentando: nós não vamos passar por isso que está sendo falado, porque vai ser daqui a 30, 40 anos – isso é o que se fala –, e o negócio precisaria ter ocorrido 10, 20, 30 anos atrás.

Então, vai mais para... Nós não vamos tráfegar nessas rodovias; não tem mais tempo, Senador Amin. A coisa não anda, parece ser um descaso.

A Senadora Damares ficou de ir à Santa Catarina, ela está devendo uma visita.

Ela vai ver in loco, porque ela vai desembarcar em Navegantes ou em Florianópolis e vai ver in loco o que é aquilo.

Mas eu...

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu que agradeço, Senador Hermes Klann.

E tenho grande orgulho e satisfação em passar a palavra à Senadora Damares Alves, que só nos fez uma desfeita muito grande: não ter nascido em Santa Catarina.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discursar.) – Senador, eu estava pensando em o senhor pedir a independência de Santa Catarina e transformá-la em Reino Unido de Santa Catarina. O senhor poderia ser o primeiro rei, Esperidião Amin I, primeiro. Eu estou já pensando em transformar o Marajó no Principado do Marajó.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – A senhora vai ser a organizadora da hierarquia. (*Risos.*)

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Alegria, eu amo o Estado de Santa Catarina.

Senador, foi uma alegria ouvi-lo também.

Dia 15 de junho – o que me traz a esta tribuna – é uma data que a gente não pode deixar passar em branco, Senador Amin. É o Dia Mundial de Conscientização da Violência contra a Pessoa Idosa.



E eu venho hoje para alertar o Brasil sobre o que estão fazendo com nossos idosos neste país. São tempos realmente tenebrosos para quem já passou de certa idade. Brasil, os números que nós recebemos nos últimos três anos são de assustar qualquer um. E não sou eu que estou inventando, criando, porque sou uma Senadora de oposição, não. Os dados oficiais são do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, levantados pelo serviço do Disque 100, que mostram uma realidade tenebrosa e triste.

As pesquisas mostram que, olhando de 2023 para 2025, o número de denúncias aumentou, denúncias de violência contra a pessoa idosa, aumentou 40% em todo o país. São mais de 65 mil denúncias registradas.

Está aqui na tribuna, aqui no Plenário hoje com a gente, a Dani Marques, ex-Presidente da Caixa Econômica, grande economista, que me ajudou muito, no Governo anterior, a cuidar das pessoas idosas.

Mas esse número também nos assusta quando a gente vai para o *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*, divulgado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, que confirma o aumento cruel desses crimes nos últimos anos. O Brasil registrou um aumento de 140% das denúncias de violência contra idosos apenas nos três primeiros meses de 2025. Quando eu faço recorte para 2025 e pego o *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*, eu chego a um aumento de 140% das denúncias de violência.

Mas sabe o que é mais triste, Presidente Amin? Sabe o que mais dói na nossa alma? É saber quem agride. Todos os dados da Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos e do Disque 100 mostram a mesma realidade dura de ser encarada. Na maioria das vezes, o autor da violência é o próprio filho, a própria filha, o neto daquele idoso ou a pessoa que está cuidando dele. A violência não está só na rua escura; não está só no meio do trânsito; a violência está dentro de casa. O idoso tem medo de quem dorme no quarto ao lado. Gente, isso é inaceitável!

E quando eu falo de violência, eu quero que vocês entendam bem, não é só a violência física, aquela de que a gente vê a marca no rosto, não, que já é horrível por si só. Mas eu quero falar também da violência psicológica. E essa mata aos pouquinhos qualquer idoso. Os dados mostram que quase 80% das denúncias que chegam pelo Disque 100, por incrível que pareça, além de violência doméstica, é da negligência e do abandono.

O que é a negligência? É a família deixar o idoso sujo, não dar a comida na hora certa, esquecer de dar o remédio, é largar a pessoa num cantinho escuro, num quartinho escuro, no fundo do quintal, nesse frio, sem cobertor, como se fosse um móvel velho. Gente, não se faz isso com quem deu a vida inteira para nos criar.

Inclusive, está tão comum isso que, ontem, eu abri o meu Google para procurar uma frase que eu tinha encontrado há muito tempo e me assustei com as novas frases. Há uns três anos, eu vi uma faixa em frente a uma pousada, no final do ano, que dizia assim: “Curta as suas festas, curta as suas férias. Deixe seu idoso aqui que a gente cuida dele”. Quer dizer, é um bichinho? É um *pet*?

Ontem, eu estava procurando essa faixa. Sabem o que eu encontrei? Um monte de anúncios. “Curta as suas festas juninas, cuidamos do seu idoso por 24 horas”. Isso quer dizer: vá se divertir, mas não leve o seu idoso, não leve o peso. Que nação é esta, Presidente?

Então, o dia 15 de junho é um dia de reflexão, mas nós não estamos só, agora, com um dia, nós temos o Junho Violeta, que é o mês inteiro de enfrentamento à violência contra a pessoa idosa no país, um mês inteiro.

Além da negligência, da violência física, eu, infelizmente, não posso me calar com relação a uma outra violência, que é a violência sexual contra a pessoa idosa. Isso acontece e tem crescido de forma assustadora. Tem covardes se aproveitando da fragilidade das vovós, dos vovôs, especialmente dos que estão acamados ou que estão sem memória. Vão dizer que ele inventou, que não tem memória, que está inventando história.



Os dados oficiais do Disque 100 registram denúncias todos os anos. Levantamentos como a Pesquisa Nacional de Saúde, que entrevistou milhares de idosos em todo o país, provam que a violência sexual está acontecendo a todo instante. Enquanto eu estou falando com vocês, agora, tem um idoso sendo agredido sexualmente no país.

Eu tive a tristeza, como Ministra, de acompanhar a mulher mais idosa que foi estuprada, em Campo Grande, de 100 anos de idade. Aqui em Brasília, em 2022, prendemos um homem que foi ao hospital e, dentro do hospital – a mãe estava internada já há uns 15 dias – estuprou a mãe, com 74 anos de idade. Se fez isso no hospital, imagino o que ele fazia em casa.

Sabem onde essas coisas acontecem? Especialmente a violência sexual? Nos abrigos, infelizmente, nos lares de acolhimento e dentro de casa, na hora do banho, na hora de trocar a fralda. O idoso, muitas vezes, não consegue falar, não consegue pedir socorro e sofre essa monstruosidade calado. Nós precisamos jogar luz sobre esse assunto e prender esses monstros.

No Governo a que eu servi, um Governo que cuidava de pessoas idosas, nós tínhamos uma operação policial chamada Vetus, era uma operação integrada com todas as polícias de todos os estados, militar, civil, federal, rodoviária. Nós íamos para a rua, em um único dia, Presidente. Eu ficava na sala de comando, naquela sala de comando que tem aqui na Polícia Federal e no Ministério da Justiça, acompanhando as operações. As cenas eram de cortar o coração. Encontramos idosos amarrados, idosos em jaulas, idosos acorrentados, idosos presos. Encontramos idosos morando em buracos no fundo do quintal.

Inclusive, eu fui a uma instituição onde estavam as jaulas, eu fui conhecer o lugar das jaulas. Não eram quatinhos, eram jaulas. E confesso para os senhores que foi um dos dias mais tristes da minha vida.

Vou encerrar aqui meu discurso, porque, durante o mês de junho, eu vou subir aqui várias vezes para falar da violência contra a pessoa idosa. Mas há uma outra violência que eu preciso aqui lembrar e trazer – a Dani está ali e foi nisso que a Dani me ajudou muito como Presidente da Caixa –, que são os golpes, a violência patrimonial, a violência que as instituições financeiras cometem com os idosos. E, por conta disso, eu apresentei o Projeto de Lei nº 133, para evitar que operadoras correspondentes de agências financeiras liguem incessantemente para idosos, induzindo-os a tomarem empréstimos, a fazerem consignados. E, às vezes, o idoso nem entende o que estão falando e eles induzem o idoso a dizer um “sim” para fraudarem o idoso na sua aposentadoria, nos seus ganhos.

Esta Casa foi palco de uma CPMI do INSS...

(Soa a campanha.)

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – ... e nós vimos – Izalci estava comigo lá na CPMI –, nós vimos o que fizeram com as pessoas idosas neste país, a fraude do INSS, a farra dos consignados, uma das mais terríveis violências contra os idosos no mundo. A fraude do INSS foi considerada uma das piores fraudes contra aposentados do mundo. Teve um momento em que foi considerada a pior fraude e a vítima central era a pessoa idosa.

Que neste Junho Violeta a gente comece a repensar sobre mais punição para aqueles que estão fraudando os idosos no Brasil, agredindo-os psicologicamente, agredindo-os fisicamente e, para minha tristeza, agredindo-os sexualmente!

E tem outro detalhe com relação à violência sexual: estão filmando e comercializando imagens de estupros de mulher idosa. De vez em quando, eu venho aqui na tribuna e mando um recadinho para estupradores. Hoje eu não vou deixar de mandar recadinho não.

Seus agressores estupradores de mulheres e de homens idosos, aguardem! Nós vamos pegar todos vocês! Nós estamos mudando a legislação aqui. A pena agora é de, no mínimo, 40 anos, mas a gente vai chegar à prisão perpétua. Aguardem! Nós vamos pegar todos os agressores de idosos neste país.



Presidente Amin, obrigada pela paciência de me ouvir. E eu estou legislando em causa própria. Sou uma mulher idosa. Tem um Presidente idoso na mesa, acho que dois. O Senador Lucas sentou à mesa... Três, o Izalci está ali. Nós vamos ter que nos levantar na defesa da pessoa idosa neste país, porque a população está crescendo, está envelhecendo e nós vamos ter que ter políticas públicas de proteção e cuidado. E os agressores se preparem. Tem um time aqui corajoso, que está endurecendo as penas e nós vamos pegar todos vocês.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu quero expressar a minha solidariedade irrestrita às palavras desta grande guerreira, que busca a paz em meio a essa trovada de barbaridades que ela testemunha e combate.

O único reparo que eu faço é que essa autodeclaração de que é idosa não passa de uma *fake*, o que nós compreendemos, mas, evidentemente, ninguém mais cai nessa.

Consulto se o Senador Izalci, que é o próximo, permuta com o Senador Lucas Barreto?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. *Fora do microfone.*) – (*Falha no áudio.*) ... em respeito ao Estatuto do Idoso.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Então, em solidariedade ao diálogo inaudível que vai acontecer ali, o senhor tem a palavra, Senador Lucas Barreto.

Tem recebido boas notícias de Santa Catarina, Senador?

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP. Para discursar.) – Sr. Presidente, sempre. Muito obrigado pela deferência das tainhas que sempre recebo de V. Exa.

Ao Senador Izalci, obrigado pela deferência também de me ceder a sua posição de fala, mas o que seria deste Senado sem a minha juventude e a vossa experiência?

Sr. Presidente, a Renca (Reserva Nacional de Cobre e Associados) representa um dos maiores paradoxos da Amazônia. Ela foi criada justamente para permitir a exploração de cobre e de outros minerais associados, incluindo elementos de terras-raras. No entanto, passados mais de 42 anos de sua criação, não houve exploração legal de um único recurso mineral.

Diante da necessidade urgente de mudar essa realidade, apresentei o Projeto de Lei nº 3.101, de 2022, que propõe a revogação do Decreto nº 89.404, de 1984, responsável pela criação da Renca. O Brasil não pode ignorar, Sr. Presidente, esses bens, essas riquezas minerais estimadas em mais de US\$1 trilhão.

É importante destacar que a maior parte dessas jazidas está concentrada em uma área menor que 460 mil hectares, o que representa menos de 5% da área total da Renca. O povo da Amazônia não pode mais esperar essas riquezas. Precisam ser pesquisadas e aproveitadas, sempre sob um rigoroso controle do Estado e com total respeito à legislação ambiental.

Precisamos decidir se vamos explorar e industrializar nossos minerais estratégicos ou continuar dependentes das grandes potências econômicas e tecnológicas do mundo. Não estamos em guerra com o mundo, mas sofremos um bloqueio das nossas riquezas. No Estreito de Ormuz, durou cem dias; na Renca, já se vai quase meio século.

Um exemplo concreto do potencial da Renca é a importante jazida de fósforo localizada no Complexo Maicuru, com mais de 208 milhões de toneladas, atualmente, Sr. Presidente Esperidião Amin. O Brasil importa cerca de 5 milhões de toneladas de fósforo por ano. Só com a exploração dessa reserva, poderíamos garantir o abastecimento do agronegócio brasileiro por mais de 50 anos. Próximo dali, no Complexo maraconai... Maracanaú, perdão, existem reservas estimadas em mais de 2 bilhões de toneladas de titânio e de outros minerais críticos.

Todos esses depósitos minerais estão a cerca de 230 quilômetros do Projeto Jari, que já conta com



infraestrutura estratégica, incluindo porto, rodovia federal, usina hidrelétrica e conexão ao Linhão de Tucuruí.

É preciso coragem para desbloquear e destravar o aproveitamento das riquezas da Amazônia, do Amapá, do Pará. Desta tribuna, nunca dei trégua à luta pela prospecção de petróleo na costa do Amapá, e agora, no próximo dia 27, acho, nós teremos, já, notícias do petróleo do Amapá, da prospecção que foi feita pela Petrobras.

E aqui estamos na torcida para que nós tenhamos o que é esperado, o tão sonhado grande prêmio, sendo que a Venezuela explora petróleo; agora os Estados Unidos estão explorando lá; aí tem o Suriname que está explorando petróleo; a Guiana Inglesa está explorando petróleo; a Guiana Francesa, o Parlamento francês autorizou a exploração de petróleo na Guiana Francesa; e o Brasil, que nós temos certeza que nós teremos, também, a exploração de petróleo na costa do Amapá, a 50 quilômetros de onde estão explorando e a 15 quilômetros do limite do mar territorial.

Então, durante muito tempo, criou-se, Sr. Presidente, a ideia de que a Amazônia deve apenas preservar sem produzir, proteger o clima do planeta sem gerar oportunidade para seu próprio povo. Não podemos continuar vivendo sobre uma terra rica enquanto grande parte da população permanece na pobreza, apenas contemplando suas riquezas naturais. Esse paradoxo amazônico tem que ser rompido.

O debate sobre o Projeto de Lei 2.780, de 2024, que propõe um novo código de mineração, com atenção especial aos minerais estratégicos e aos elementos de terras raras, representa uma oportunidade importante para o Brasil avançar na pesquisa, controle, cogestão, financiamento e industrialização desses bens estratégicos. Não basta apenas extrair minério, é necessário investir em ciência, tecnologia e inovação para transformar essas riquezas em emprego, renda, desenvolvimento e bem-estar social, que são os verdadeiros guardiões da nossa soberania nacional.

Finalizo, Sr. Presidente, dizendo que mais de 80% das reservas brasileiras de minerais críticos e terras raras estão localizadas no subsolo da Amazônia Legal. Muitas dessas áreas enfrentam severas restrições ao uso econômico e permanecem inexploradas, aguardando decisões responsáveis e corajosas que possam transformar o futuro da Amazônia e da região. A Amazônia vive um bloqueio ecológico.

O futuro da indústria dos minerais críticos e dos elementos das terras raras pertencerá às nações que dominarem a tecnologia, a pesquisa, a industrialização e, ainda, um controle estratégico desse recurso. O Brasil possui mais de 20% das reservas geológicas mundiais, Sr. Presidente, desses minerais, mas possuir riquezas naturais não é suficiente. O verdadeiro desenvolvimento só é sentido quando o Estado transforma recursos naturais em bem-estar social.

Eu falo isso porque a Renca é um patrimônio do Brasil, está na Amazônia, pertence à Amazônia Legal e está no Amapá e Pará, e nós não podemos deixar de explorar essas riquezas – é claro, com toda a responsabilidade ambiental que temos que ter com a legislação brasileira.

Então, Sr. Presidente, fica aqui este anúncio – já que do petróleo daqui a pouco nós teremos notícia –: que nós comecemos a trabalhar, nesse projeto das terras-raras, a principal condição que se tem, que é a da Renca.

Ainda temos, na Serra do Navio, Sr. Presidente, três barragens: duas de água e uma de rejeitos. Uma de rejeitos de que a gente vem falando aqui e que tem um potencial devastador é a da Icomi: estima-se que tenha lá 38 milhões de toneladas de rejeito, e tem mineral também estratégico nesse rejeito.

Então, se essas barragens a montante se romperem, automaticamente nós teremos um tsunâmi que derrubará, inclusive, as três barragens que se encontram no Rio Araguari. Está a 100km das hidrelétricas, a gente vem falando isso...

(Soa a campanha.)



O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP) – ... o Ministério Público Federal já tomou, já está tomando providência, mas a gente volta aqui para falar. É preciso que se tenha cuidado com essa barragem, que se chama barragem Mario Cruz, em Serra do Navio e Pedra Branca.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Um breve comentário a respeito da intervenção do Senador Lucas Barreto, para focalizar especialmente a sua fundada e trabalhada esperança da prosperidade para o Amapá e, por consequência, por extensão, para o Brasil.

O senhor foi um lutador; fui testemunha. Algumas vezes expressei a minha solidariedade à sua luta aqui no Plenário, na sua vida pública, para que o Brasil pudesse se livrar deste preconceito, não; deste propósito internacional, tantas vezes já comprovadamente denunciado, que consiste em fazer e nos proibir do que fazem. Nos vários países que são limítrofes com o Brasil e já têm essa prosperidade – que tem que ser bem administrada, como o senhor disse – são as mesmas vozes que nos impugnam.

Então, fica a minha solidariedade, a esperança de que o Amapá consiga adquirir a prosperidade com justiça social, em benefício do maior número possível dos seus habitantes e daqueles que vão habitar o Amapá.

Antes de passar a palavra ao Senador Izalci, eu consulto se o Senador Romário pretende falar. Era melhor vê-lo jogando e fazendo um golzinho para nós, né? Mas... (*Pausa.*)

Como ele não reage...

Senador Romário, o senhor pretende usar da palavra? (*Pausa.*)

Acho que não, né?

O senhor está inscrito. Quer usar da palavra? (*Pausa.*) (*Pausa.*)

Eu deduzo, Senador Izalci, que o Senador Romário quer usar da palavra.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. *Fora do microfone.*) – Também acho.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O senhor também acha?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. *Fora do microfone.*) – Acho. Só está com problema de comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Preferíamos que ele fizesse um gol para a Seleção Brasileira.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. *Fora do microfone.*) – Deveria estar jogando.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Como era nosso parceiro lá na Acadepol e era um grande servidor na época...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Inclusive perguntaram para o Rivelino agora, num jogo da seleção de 1970 com esta seleção nossa, de quanto seria o placar...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Seria 1 a 0, 2 a 1.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – “Vai ser 1 a 0, 2 a 1”. “Mas por que só isso?” “É porque o Pelé já morreu e maioria já tem mais de 80 anos, então, realmente...” (*Risos.*) (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Bom, o Senador Romário está um pouco longe dos 80. Quer usar da palavra ou prefere jogar uma partidinha? (*Pausa.*)



O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Enquanto ele resolve eu falo, não é?

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Antes de passar a palavra para o Senador Izalci, eu sou obrigado a perguntar se o Senador Romário pretende usar da palavra. (*Pausa.*)

Como não se comunica... Senador Cleitinho, o que eu faço?

O SR. CLEITINHO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - MG. *Fora do microfone.*) – Passa para o próximo.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Senador Izalci.

E registro em Plenário a presença de mais um craque além do Senador Romário: o Senador Cleitinho. Ultimamente ele tem usado a camisa da Chapecoense, uma camisa bonita, mas não está dando sorte. (*Risos.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para discursar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores e Senadoras, eu volto aqui para falar sobre a questão da PEC 01, de 2025.

Lá em janeiro de 2025 eu apresentei uma PEC. Conversei com o Presidente Davi, mostrei para ele o objetivo da PEC, que era corrigir uma distorção que existe na Constituição. Ele entendeu perfeitamente, tivemos algumas reuniões sobre isso. Eu tive o cuidado de procurar o próprio Senador Rogério Carvalho para que ele pudesse relatar, porque ele também entendeu o problema. Mas nós já estamos em junho de 2026, ou seja, isso foi há um ano e meio.

Eu estive já no Ministério da Gestão negociando isso, e também no Ministério da Justiça. Todos entenderam e concordaram. Faltou o Ministro da Fazenda. Estive com o Ministro da Fazenda. Ele me pediu que tirasse a questão da correção do texto. Eu disse que não teria problema, mas, até agora, infelizmente, não houve ainda o relatório, não apresentaram o relatório na CCJ. Eu sinto que a coisa está se prolongando demais e é uma questão importante aqui para o Distrito Federal.

V. Exa. lembra, Presidente, que a capital do Brasil inicialmente foi Salvador, depois foi para o Rio de Janeiro e depois veio para Brasília na inauguração e, durante todo esse período, quem sempre bancou as despesas e os investimentos da capital foi a União. Então, todas as despesas de educação, saúde, segurança e investimento geral sempre foram bancados pela União.

A Constituição de 1988 diz no art. 21 que compete à União manter e organizar a polícia civil, a polícia militar, o corpo de bombeiros e auxiliar no funcionamento da educação e da saúde.

Acontece que, em 1988 – V. Exa., possivelmente, em 1988, já era Constituinte ou já estava na política como Governador –, quem indicava o governador do DF era a União. Nós não tínhamos eleição em Brasília. A eleição para governador só aconteceu em 1990, ou seja, depois da Constituição. Então, ficou esta distorção: em todos os estados, quem faz a gestão da segurança pública é o Governador; aqui, em Brasília, em função da distorção da redação do art. 21 da Constituição de 1988, ficou essa distorção que nós temos que corrigir.

Hoje, o que acontece? O Governador, para fazer um concurso, tem que mandar para o Palácio do Planalto, e o Palácio do Planalto encaminhar para o Congresso. Acontece que, no período de 1990 até 2002 – a gente viu isto no depoimento do Secretário de Fazenda desse período –, o Governador de plantão, que foi eleito, e também o Secretário de Fazenda tinham que vir, todo mês, à Esplanada, ao Ministério da Fazenda ou ao próprio Palácio do Planalto para pagar as contas, tinham que pagar a conta de luz, a conta de telefone, o aluguel não sei das contas. Então, chegavam com o pires na mão. E aí o que acontecia? Quando tinha um governador de oposição ao presidente, aí que a coisa enrolava e prejudicava a gestão do governo. A saúde tinha problemas, sérios problemas.

Em 2002, esta Casa, o Congresso Nacional, aprovou o Fundo Constitucional, para não ficar uma



coisa sem limite, como era antigamente. Em 2002, qual era o valor que se investia e gastava em despesa e investimento, na época, em saúde, educação e segurança? A partir de 2002, então, ficou estabelecido um valor: R\$2,9 bilhões, que era o valor exatamente das despesas de educação, saúde e segurança de 2002. A partir daí, a lei, então, previa a correção desse valor pela receita corrente líquida. Está na lei isso.

Então, o dinheiro já está no orçamento, o recurso já está no GDF. Não há impacto nenhum – não há impacto. E aí a coisa não acontece.

Eu já conversei com o Presidente Otto Alencar, na CCJ, porque, em princípio, o próprio Davi queria já colocar no Plenário. A gente, então, foi para a CCJ, e está lá na gaveta, esperando o relatório do Relator Senador Rogério Carvalho, a quem eu faço um apelo aqui, público, com relação a essa questão. É inadmissível. Um ano e meio. Se não quer fazer, passe para outro.

Agora, o próprio Ministro da Fazenda já concordou e me pediu: “Olhe, Izalci, vamos tirar essa correção da PEC”. Tudo bem, não tem problema nenhum, mas tem que corrigir, porque agora nós temos governadores eleitos. Não tem sentido ter que mandar a coisa para o Palácio do Planalto, se o dinheiro já está no orçamento, e depois ainda vir ao Congresso Nacional.

Por isso, nós temos hoje o menor contingente da história, temos a metade do contingente que deveríamos ter em 2009. Por quê? Por causa dessa burocracia, porque, quando chega ao Palácio do Planalto, tem problema; chega ao Congresso, tem problema. Então, a gente precisa resolver essa distorção. É distorção, é correção do que está acontecendo hoje.

A Constituição fala uma coisa que não é mais realidade. Hoje nós temos Governadores eleitos, e quem faz a gestão da segurança pública são os Governos estaduais. E, aqui o DF, para quem não sabe, o DF é Estado e Município. Aqui nós temos a função de município e de estado. O Governador é Governador e Prefeito. Então, a gestão só funciona se ele tiver autonomia para fazer o concurso, para fazer os reajustes. Houve agora uma recuperação. Depois de oito anos sem reajuste, exatamente por causa dessa burocracia, houve um reajuste no final do ano passado, em duas parcelas. E quem está perdendo com isso é o próprio Governo Federal, porque o Governador anuncia o aumento: “Ó, vou dar o aumento”, aí manda para o Palácio do Planalto e fica aqui um ano, discutindo uma coisa sem lógica, porque o recurso já está lá, não tem impacto nenhum, zero de impacto.

Então, faço um apelo aqui aos Parlamentares, ao Senador Rogério Carvalho, ao Senador Otto Alencar, que é o Presidente da CCJ, e ao Senador Davi Alcolumbre, que já entendeu isso. Já deveria estar na pauta aqui do Plenário, mas, infelizmente, ainda não conseguimos que este relatório... Eu até vou sugerir – é evidente que, porque é PEC, não dá para fazer virtual – e gostaria muito que, na próxima reunião da CCJ, presencial, a gente colocasse esse assunto na pauta. É uma coisa tão óbvia. Eu aprendi aqui que sabedoria é reconhecer o óbvio. Como é que nós vamos deixar uma distorção como essa prejudicando a gestão da segurança pública, da educação, e da saúde aqui do Distrito Federal?

Então, eu quero aqui pedir o apoio dos colegas para entender isso. Ninguém está criando nada novo. Nós estamos corrigindo um texto em que há distorção. Para o evento da eleição, até 86, Cleitinho, aqui a gente não votava para Deputado Distrital nem Federal, a gente votava só para Presidente da República. Aí, a partir de 1986, nós elegemos os Deputados Distritais, que foram os Constituintes da Lei Orgânica, e deram o prazo para a eleição de Governador, em 1990. Então, em 1990 foi feita a eleição, só que o Governador não tem mais autonomia como os demais Governadores têm. Aqui fica dependendo de pedido para fazer um concurso público.

Então...

(Soa a campanha.)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – ... vou pedir o apoio de



todos para que a gente possa realmente tratar dessa matéria com muita urgência e responsabilidade, para que a gente possa realmente ter uma gestão eficiente, sem a dependência de pedidos totalmente distorcidos da Constituição.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Quero cumprimentar o Senador Izalci Lucas, como sempre, dando uma demonstração cabal de conhecimento das peculiaridades do nosso Distrito Federal, zelando pela sua melhor governança possível. Meus cumprimentos!

Eu agora consulto novamente, por direito adquirido, o Senador Romário se ele está pronto para entrar em campo. (*Pausa.*)

A palavra é sua.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para discursar. *Por videoconferência.*) – Sim, meu amigo.

Boa tarde, tudo bem? Está me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Perfeitamente. Quase tão bem quanto jogando futebol.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Por videoconferência.*) – Boa tarde, Sr. Presidente, Senadoras, Senadores.

O meu assunto aqui hoje é um assunto sobre o qual eu não poderia deixar de falar, não é? O Brasil está respirando futebol – estou acompanhando de perto aqui a nossa seleção –, mas eu quero falar sobre o nosso futebol feminino.

Em 2014, fomos sede do mundial masculino após 64 anos, mas, dentro de campo e fora dele, tomamos uma goleada histórica, Sr. Presidente. Estádios superfaturados, obras que nunca terminaram e desvios de recursos públicos mancharam mais a imagem do país do que o sete a um sofrido diante da Alemanha.

E se o Brasil perdeu em campo, outras pessoas ganharam, muito fora das quatro linhas, como demonstramos de forma cabal na CPI do Futebol de 2015.

Espero sinceramente que tenhamos aprendido a lição. Exceto os árabes e seus petrodólares, ninguém mais está gastando montanhas de dinheiro para organizar esses eventos. Na Copa deste ano, todos os estádios já existiam, só precisaram sofrer adaptações ou algumas pequenas reformas. Da mesma forma, esperamos que seja em 2027, quando sediaremos o mundial feminino.

O mais importante, Sr. Presidente – disse isso em plenário na semana passada e repito agora –, será sempre o legado social deixado pela competição: as imagens, os jogos, as crianças que vamos inspirar e os turistas que certamente receberemos, o fortalecimento da imagem do Brasil como o país do futebol, um grande ativo que possuímos e de que jamais poderemos abrir mão.

Na semana passada, relatei o projeto que viabilizou os últimos ajustes fiscais para a copa do próximo ano. Sem qualquer impacto orçamentário, os estádios serão os mesmos usados na Copa 2014, em oito sedes, assim como na Copa atual. Apenas ajustes e adaptações serão feitos, e não há previsão de nenhuma obra faraônica. Ficaremos sempre atentos e de olho nesse detalhe.

Quero aqui também elogiar a iniciativa da indenização às jogadoras pioneiras do futebol feminino no Brasil, já aprovada por esta Casa. Foi uma medida mais do que justa para essas guerreiras que se sacrificaram muito, sem nenhuma estrutura, para representar o nosso brilhante futebol brasileiro.

Estarei sempre na luta pelo desenvolvimento do esporte brasileiro.

Nos últimos anos, estivemos à frente das batalhas por mais recursos para a formação e o desenvolvimento esportivo, contra a manipulação de resultados, pela profissionalização dos árbitros, pelo direito dos atletas e pela modernização da sua gestão, e seguiremos nessa luta, de forma sempre incansável.



Era isso que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado, mais uma vez.

Desculpe-me pela demora.

(Durante o discurso do Sr. Romário, o Sr. Esperidião Amin deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Izalci Lucas.)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Senador Romário.

Próximo orador inscrito, o Senador Cleitinho.

O Senador Hamilton Mourão, primeiro, Cleitinho.

Senador Hamilton Mourão.

Na sequência, Senador Cleitinho.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Para discursar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, brasileiras e brasileiros que nos acompanham pela TV Senado, pelas redes sociais, meus caríssimos conterrâneos gaúchos do Rio Grande do Sul, subo hoje a esta tribuna para tratar de um tema que ultrapassa disputas partidárias, interesses eleitorais e divergências ideológicas. Refiro-me à gravíssima situação da segurança pública do Brasil e às implicações da recente decisão dos Estados Unidos da América de classificar organizações criminosas brasileiras como o PCC e o Comando Vermelho como ameaças à sua segurança nacional.

Antes de qualquer posicionamento apaixonado, é preciso reconhecer uma verdade incômoda. Nenhum país estrangeiro toma uma decisão dessas por acaso.

Os Estados Unidos, por óbvio, não agiram por acionamento da pessoa A ou B, mas, sim, a partir de seus próprios interesses estratégicos. Isso é o que fazem as nações minimamente organizadas. O que deveria nos preocupar não é apenas a decisão em si, mas as circunstâncias que permitiram que ela acontecesse.

A pergunta que o Brasil precisa responder não é o que o Washington pensa sobre nossas organizações criminosas. A pergunta correta é: como chegamos ao ponto em que as organizações criminosas nacionais passaram a ser percebidas internacionalmente como uma ameaça transnacional? Essa é a questão central!

Enquanto o Governo e parcela da oposição se engajam em mais uma disputa retórica, pessoas inocentes e policiais morrem diariamente, e a única verdade é que o crime organizado avança: avança sobre territórios, avança sobre a economia, avança sobre as instituições, avança sobre a política e avança, sobretudo, sobre a confiança da população brasileira no Estado.

A triste realidade é que o debate nacional se transformou em uma falsa escolha entre soberania e combate ao crime.

Não existe soberania sem a autoridade do Estado. Não existe soberania quando facções controlam comunidades inteiras. Não existe soberania quando o dinheiro do crime se infiltra em setores da economia. Não existe soberania quando cidadãos honestos vivem sob o medo, enquanto criminosos exercem poder paralelo. A verdadeira ameaça à soberania nacional não nasceu lá em Washington. Ela nasce dentro das nossas fronteiras, quando o Estado perde a capacidade de impor a lei; simples assim, minha gente.

Ao mesmo tempo, é preciso rejeitar simplificações perigosas. A verdade é que não será um Governo estrangeiro que resolverá os problemas da segurança pública no Brasil. Não haverá solução importada, não haverá atalhos, não haverá salvadores externos. A responsabilidade, senhoras e senhores, é nossa: é do Estado brasileiro, é do ausente Governo Federal, é dos estados e, sim, é também aqui do Congresso Nacional, e é, por derradeiro, da sociedade brasileira!

Precisamos ter coragem para admitir que o modelo atual de enfrentamento ao crime organizado está esgotado. Precisamos aperfeiçoar e endurecer a legislação penal e processual. Precisamos modernizar e



fortalecer os mecanismos de inteligência. Precisamos sufocar financeiramente as organizações criminosas. Precisamos integrar todas as forças de segurança. Precisamos recuperar o controle efetivo das fronteiras. E a verdade que alguns fingem não escutar: precisamos enfrentar a corrupção, que continua sendo a principal porta de entrada para a infiltração criminosa nas estruturas públicas e privadas.

Na área da defesa, também é necessário resgatar a racionalidade. E prestem atenção: não estou dizendo que as Forças Armadas não devem participar do esforço nacional contra o crime. Muito pelo contrário! O que se deve considerar é que as Forças Armadas possuem missão constitucional definida e não podem ser transformadas em solução improvisada – uma gambiarra – para problemas que deveriam ser resolvidos por políticas permanentes de segurança pública.

Operações episódicas jamais substituirão planejamento estratégico, inteligência e fortalecimento institucional. Da mesma forma, não podemos aceitar mais o contínuo enfraquecimento da capacidade dissuasória do Brasil em um cenário internacional cada vez mais instável e marcado pelo retorno dos conflitos armados como instrumento de poder. O bloqueio de R\$4 bilhões dos recursos do Ministério da Defesa é algo extremamente complicado.

O que está em jogo não é apenas a segurança pública. O que está em jogo é a credibilidade das instituições brasileiras; o que está em jogo é a capacidade do Estado de proteger seus cidadãos; o que está em jogo é a confiança do povo brasileiro em sua própria nação.

Nenhum país perde sua soberania de um dia para outro. A soberania se desgasta quando a corrupção é tolerada; a soberania se enfraquece quando o crime prospera; a soberania se deteriora quando as instituições deixam de cumprir suas responsabilidades; e a soberania corre risco quando parte da população passa a acreditar que apenas agentes externos poderão resolver problemas que deveriam ser enfrentados por nós brasileiros.

O Brasil ainda tem condições de reverter esse quadro, mas isso exige, Sr. Presidente, liderança, responsabilidade, patriotismo e coragem moral para enfrentar os interesses estabelecidos.

Chegou a hora de abandonar discurso fácil e encarar a realidade: o crime organizado atua como uma força insurgente e tornou-se uma ameaça estratégica ao Estado brasileiro. Não reconhecer isso é um desserviço à nossa população e, quanto mais adiarmos esse enfrentamento, Presidente, maior será o preço que a nação terá de pagar.

Muito obrigado.

O Sr. Styvenson Valentim (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. Para apartear.) – Senador Hamilton Mourão, ainda há tempo. Eu estava aguardando para apartear-lo sobre o tema de segurança pública, facção, terrorismo, tipificações. Não vou falar do meu projeto que está parado na Câmara desde 2024, que foi aprovado aqui, com relatoria do senhor na Comissão de Segurança Pública e, logo em seguida, na Comissão de Justiça desta Casa.

Mas ontem aconteceu um fato – um fato que tira a paz do norte rio-grandense. Há muito tempo que a gente já vem sem paz naquele estado devido à ação das facções criminosas, que ontem atacaram – de fuzil 5.56 – um pré-candidato a Deputado Federal, então Vereador, cabo da Polícia Militar do Estado do Ceará, Vereador pela cidade de Mossoró, que sofreu esse atentado ontem. Veio a óbito o seu assessor direto, que estava ali filmando em frente a uma unidade de saúde, lá nessa cidade de Mossoró, que perdeu a vida exercendo o seu trabalho e a sua função. E o que me causa estranheza é que o governo do estado, através da Secretaria de Segurança, pelo menos até o momento, não atribuiu o crime a fatores políticos, não o associou a fatores políticos.

Ora, Senador Hamilton Mourão, ele não é padeiro, ele não estava de vigilância noturna, ele não estava fazendo um quarto de hora na UPA; ele é Vereador, estava ali fazendo a sua função, a sua atividade de combate às facções criminosas; ele já tem um trabalho ali de apagar as simbologias das escolas, nas



unidades públicas e nos muros dos bairros – ele já faz esse trabalho. E o que aconteceu?

O fato que ocorreu ontem mostra a intranquilidade política que nós vivemos hoje. Nós estamos em campanha por esse tema de segurança pública, facções, e o estado está cada vez mais fraco, mais incompetente ou mais omissos em fazer o combate direto.

O Governo do Estado do Rio Grande do Norte infelizmente falha. Falhou há três anos, em 2023, quando nós passamos ali por uma vergonha nacional, uma humilhação nacional, quando as facções criminosas daquele estado – eu não vou citar nomes para promovê-las – colocaram terror nas pessoas.

Dizer que esses criminosos não tiram o direito de ir e vir, não atrapalham a educação, não causam terror na sociedade, como causaram ontem...

(Soa a campanha.)

O Sr. Styvenson Valentim (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – ... e como não amedrontam até nós políticos? Até nós – falo assim –, porque as pessoas acham que a gente tem um batalhão de segurança, anda com um carro blindado, colete balístico e que a gente anda preparado para uma guerra, mas, diante das situações que eu estou vendo hoje no Estado do Rio Grande do Norte, a gente vai ter que estar preparado para andar como se fosse uma guerra, porque ontem foi tirada a vida de um assessor, do Dyego, rapaz novo, trabalhando, e o cabo está lá hospitalizado, o Vereador; e o governo diz que agora vai agir.

“Ah, já capturou dois elementos.” Depois que o fato acontece, depois que o crime acontece, depois que se enterra uma pessoa e que uma família fica ali sem um parente, depois que a gente perde um ser humano decente, aí é que a polícia vem agir.

Infelizmente a gente está perdendo essa guerra no Estado do Rio Grande do Norte e no país contra as facções criminosas, e ainda insistem em querer não tipificá-las...

(Soa a campanha.)

O Sr. Styvenson Valentim (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – ... como grupos que causam terrorismo na sociedade.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Presidente, só finalizando aqui, após essas menções feitas pelo Senador Styvenson, é muito claro que, a partir do momento em que alguém que está em campanha política é atacado por uma facção criminosa... Se isso não é ato de terrorismo, o que vem a ser um ato dessa natureza?

E fica cada vez mais claro que, quando o Presidente da República fica gritando “soberania”, mas não se dá conta de que, em partes do território nacional, a polícia só pode entrar combatendo, matando ou morrendo, é um verdadeiro absurdo que a gente continue nessa situação.

É isso aí, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Parabéns, Senador Hamilton Mourão.

Eu já tinha chamado o Senador Cleitinho e, na sequência, a Senadora Ivete. *(Pausa.)*

O SR. CLEITINHO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - MG. Para discursar.) – Sr. Presidente, uma boa tarde aos Senadores, às Senadoras, à população que acompanha a gente pela TV Senado e aos servidores desta Casa.

Eu vou sempre bater nessa tecla, porque, enquanto a gente não votar o fim da escala 6x1, eu vou fazer algumas comparações, doa a quem doer. Não adianta ficar olhando com cara ruim para mim, porque eu acho que eu tenho que mostrar aqui a verdade para a população e por que a gente tem que votar o fim da escala 6x1.



Eu vejo isto na Câmara dos Deputados e me chama a atenção: enquanto você está ralando aí, sabe, pegando ônibus lotado, fazendo essa escala 6x1, ganhando R\$1,6 mil, você está mantendo isto aqui ó...

Se o *cameraman* puder dar um *zoom*, para mim...

Eu faço questão de ler para a população brasileira. Sabem o que que é? As 198 filhas solteiras da Câmara dos Deputados custam R\$53 milhões por ano, 29 delas recebem R\$41 mil por mês, e o valor médio das pensões é de R\$23 mil – está aqui, ó. É mais de R\$50 milhões, e você que está aí agora, trabalhando nessa escala, ganhando R\$1,6 mil, está mantendo isto aqui. É por isso que eu vou sempre defender o fim da escala 6x1, por situações como essa.

Filhas solteiras de militares também: em 2025, custaram R\$15 bilhões – está aqui, ó. Quem está mantendo isso aí, gente, são vocês, enquanto esta turma aqui nunca trabalhou na vida. Não trabalha, viu?

Aqui também, no Senado – pau que dá em Chico tem que dar em Francisco –: plano de saúde vitalício de ex-Senadores, R\$25 milhões. Eu abri mão, porque eu acho que, se eu não for mais Senador, eu pago do meu salário um plano de saúde particular.

Aqui, também, nós temos aluguel de carros oficiais, que custa quase R\$10 milhões. Você acha que qualquer trabalhador aqui... Pergunte, na hora em que você for contratado na sua empresa, se o patrão chega para você e fala assim: “Eu vou te dar um carro oficial”. Não, você tem que pegar um ônibus lotado, ou você tem que vir de uber, a pé, de bicicleta, de táxi, do jeito que você quiser.

Mas aqui é assim, e é isto que eu estou mostrando para vocês: o problema não é o fim da escala 6x1. A verdade é que o problema está nos três Poderes. Está aqui, e aqui a gente tem que cortar da própria carne, para a gente poder dar dignidade para o trabalhador. É por isso que eu vou sempre lutar pelo fim da escala 6x1.

Eu peço a você que está vendo este vídeo aqui, vendo esta fala minha: viralize para todo o Brasil, para a gente mostrar onde está o problema, porque fonte de riqueza é você, trabalhador e empresário, e fonte de despesa está aqui.

Eu queria também mostrar que, no final de semana, chocou o Brasil a questão da morte daquela jovem que estava na ponte... Isso para mim não é esporte, nunca foi esporte. Agora, até o rapaz está falando – eu acho que falou hoje – que foi uma fatalidade. Não foi uma fatalidade, meu amigo, foi uma negligência de vocês, uma falta de fiscalização, porque é a mesma coisa de ter um futebol agora à noite e o pessoal não levar a bola. É a mesma coisa de o nadador ir nadar, não ter água para nadar, e ele cair na piscina sem água. A verdade é essa. O mais importante, que vocês deveriam ter fiscalizado, era a corda – era a corda!

Agora, o que mais me chama atenção – e eu queria mostrar aqui para toda a população brasileira – é alguns políticos do Brasil, algumas pessoas nas redes sociais, fazerem isto: usar a morte dessa jovem para fazer política, fazer uma piada de mau gosto deste jeito aqui, ó, colocando o Lula, que é o Presidente da República, nessa situação aqui. “Ô Cleitinho, mas por que você está...” Eu não sou aliado ao Lula, não serei aliado ao Lula, mas, se fosse o Bolsonaro, também eu estaria criticando situações como essa.

Isso precisa acabar no país, gente, esse tipo de polarização, esse tipo de brincadeira de mau gosto, de piada de mau gosto. Inclusive, vocês estão desrespeitando não só o Presidente e a família do Presidente, vocês estão desrespeitando, de verdade, a família da jovem. Vocês estão usando política em cima da dor de uma jovem.

Até quando a gente vai fazer esse tipo de política baixa aqui no país? Isso é política baixa, nojenta – nojenta! Eu repudio isto aqui. “Ah, mas, Cleitinho, veio de um político de direita”. Que se exploda! Que direita é essa? – com todo o respeito, porque eu sou de direita, sou cristão e, como cristão, eu tenho que praticar. Eu não posso ser um fariseu da época de Jesus Cristo, que gostava de subir, lá no templo, e



falar: “Eu sou bem, eu sou certo”, mas é um bando de hipócritas. O que parece uma pessoa que faz uma coisa dessas aqui? Não é de direita e muito menos cristão. Você é um fariseu, um hipócrita de fazer uma situação dessa aqui.

Mas eu tenho certeza de que, se estivesse fazendo... Como fez, e eu repudiei na época do Bolsonaro, chutando a cabeça do Bolsonaro, eu repudiei. Isso aqui não se faz, meu amigo, isso aqui não é política, isso aqui nunca foi política, isso aqui é baixaria, nível baixo, e vocês estão desrespeitando de verdade não é nem o Presidente da República, é a família dessa jovem que teve essa morte agora, teve a vida interrompida, com a situação como foi esse final de semana aqui, que chocou o Brasil, e vocês fazendo um tipo de brincadeira de mau gosto, desse jeito aqui... Até quando a política do Brasil vai desse jeito aqui, gente? Até quando isso aqui vai acontecer no Brasil?

Por isso que eu, como representante público aqui, como republicano, tenho que subir aqui e repudiar isso. A gente precisa acabar com essa polarização aqui. Um país, para prosperar, não pode estar dividido da maneira... Já está chegando a eleição.

Vote em quem você quiser para Presidente, vote em quem você quiser; agora, situações como esta aqui, isto aqui precisa acabar no país.

E pode ser qualquer outro. Se fosse o Bolsonaro, se fosse o Ciro Gomes que tivesse ganhado a eleição, se fosse a Simone Tebet... Isso aqui eu não vou aceitar mais. Eu, Cleitinho, como um político, como um representante que está aqui para representar a população brasileira, não posso ver uma situação dessa aqui e achar isso aqui bacana, e bater palmas para isso aqui, não. Essas pessoas aqui, que fizeram isto, tomem vergonha na cara de vocês! Respeitem a dor da família! Tomem vergonha na cara de vocês!

Eu queria finalizar aqui também, Presidente, que esse final de semana também, num restaurante lá da minha cidade – um restaurante muito chique, por sinal – eu estava lá no Dia dos Namorados, aí chegou uma “vossa excelência”... Até não é mais “vossa excelência”, né? Ele é ex agora, “ex-vossa excelência”, ex-juiz. E aí, gente, eu não vou aqui entrar na questão de por que ele é ex-juiz, não, porque ele foi condenado por situações irregulares.

Ele estava lá, ao bel-prazer – como ele vai sempre lá, que eu fiquei sabendo. Na hora que eu fiquei sabendo que ele ia para lá, eu falei assim: “Agora eu vou para lá, eu vou acabar com o Dia dos Namorados dele”. Aí ele chegou lá, como quem não quer nada, como sempre vai, e aí o que aconteceu? Eu o questionei, porque hoje o que acontece com essa “vossa excelência” – “ex-vossa excelência”? Ele recebe salário sem trabalhar. E por que ele recebe salário sem trabalhar? Porque ele tem aposentadoria compulsória.

E por que eu apoio essa decisão do Flávio Dino? Porque isso é um escárnio. Poderia ter vindo de qualquer ministro, do André Mendonça – de qualquer outro ministro. Essa situação de aposentadoria compulsória precisa acabar, urgente. Vocês não dão uma punição, vocês dão uma premiação. Isso é uma afronta à população brasileira. Qualquer um, funcionário de alguma empresa de iniciativa privada, se comete crime, ele é exonerado, ele não tem como premiação continuar recebendo o seu gordo salário, não. Isso é uma afronta!

Eu não o desrespeitei. Pelo contrário, ele falou: “Você tem que ter medo de mim”, eu falei: eu não tenho medo de V. Exa., nunca tive medo de V. Exa. O que ele fez lá em Divinópolis? Ele humilhou milhares de pessoas lá dentro da minha cidade, eu não ia ficar de cabeça baixa para ele.

E só lembrar, viu, “vossa excelência”? Só para lembrar: quem bate esquece, mas quem apanha não esquece, não, viu, “vossa excelência”?

E aí eu questionei essa “vossa excelência”: o que você acha de acabar com a escala 6x1? Ele começou a gaguejar, porque o meu questionamento com ele era muito simples: sabe por que eu estou te perguntando isso? Porque aquele que está trabalhando agora, inclusive aqui para te servir, no Dia dos Namorados, que está aqui trabalhando nessa escala maldita, o que acontece com ele? Ele ganha R\$1,6 mil reais, trabalha



nessa escala para poder mantê-lo, o seu gordo salário que agora você recebe sem trabalhar.

Agora, pensem comigo: um juiz... uma pessoa que quer ser juiz passa num concurso, começa a trabalhar – não sei se são 25 anos, 30 anos, quanto é o tempo de juiz –, está com seus dez anos lá e pensa o seguinte: “Ah, já estou cansado de estar aqui, de julgar, de condenar. Sabe uma coisa? Eu vou cometer um crime, porque é melhor para mim. Deixe-me fazer uma coisa irregular aqui, porque aí o conselho lá vai pegar, vai me julgar e vai me dar uma aposentadoria compulsória. Eu adianto a minha aposentadoria – é muito mais simples”. Foi o que aconteceu com essa S. Exa.

Então, eu não o desrespeitei; pelo contrário. Eu não quero aqui nunca generalizar – eu tenho muito respeito por vários juízes deste Brasil aqui, por vários promotores, procuradores, pelo Judiciário, pela Justiça do Brasil. Eu ainda quero acreditar demais na Justiça do Brasil, mas que isso é um escárnio é.

Nenhum juiz – eu tenho certeza de que são pessoas sérias – ficou desrespeitado com o meu vídeo, com a minha abordagem a essa S. Exa., não. É simples, é só pegar a capivara dele – pega a capivara dele para ver se alguém vai defendê-lo.

Então, assim, fica aqui o meu respeito a todo o Judiciário do Brasil, por que eu tenho muito carinho, muito respeito. Agora, essa situação da aposentadoria compulsória, isso precisa acabar urgentemente – mas é para hoje que precisa acabar isso. Não existe você ver qualquer pessoa cometer um crime e, em vez de você dar uma punição para ela, você dar uma premiação. Isso é uma afronta à população brasileira, que está agora trabalhando – pessoas trabalhando nessa escala, recebendo R\$1,6 mil; tudo o que consomem, 50% são de imposto –, para um cidadão desse ficar a bel-prazer lá na minha cidade...

(Soa a campanha.)

O SR. CLEITINHO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - MG) – ... simplesmente recebendo salário, sem trabalhar, como se nada estivesse acontecendo.

Então, que fique claro aqui: em nenhum momento eu falei com respeito com ele. A única coisa que eu fiz com essa S. Exa. foi questioná-lo, perguntar se ele é a favor do fim da escala 6x1, até porque hoje ele não faz escala nenhuma – ele fica 365 dias sem fazer literalmente nada e recebendo o seu gordo salário. E é isso que precisa acabar.

E, por mais que tenha vindo do Flávio Dino – o Ministro em que eu não votei aqui; pelo contrário, eu até fiz campanha contra –, isso eu vou apoiar. Tudo que for para poder moralizar este país aqui, passar este país a limpo aqui e for a favor do povo – seja de quem for – eu vou sempre apoiar, porque é minha obrigação, como Parlamentar, como representante público, apoiar o que é a favor da população, o que traz transparência e o que é política pública. Então, seja quem for, seja de qual partido for, se for a favor do povo, pode sempre contar comigo. E vamos, de uma vez por todas, Presidente...

(Soa a campanha.)

O SR. CLEITINHO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - MG) – ... acabar com essa aposentadoria compulsória, porque isso é um escárnio, um tapa na cara da população brasileira.

Muito obrigado.

(Durante o discurso do Sr. Cleitinho, o Sr. Izalci Lucas deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Davi Alcolumbre.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Cumprimento o Senador Cleitinho pelo seu pronunciamento e convido S. Exa. a Senadora Ivete da Silveira para fazer uso da palavra, na tribuna do Senado Federal, pela lista de oradores inscritos.



Com a palavra V. Exa.

A SRA. IVETE DA SILVEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SC. Para discursar.) – Obrigada. (*Fora do microfone.*)

Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, povo brasileiro que nos acompanha pela Rádio e TV Senado, como vocês sabem, eu dediquei a maior parte da minha vida à minha família, ao lado do meu marido, Luiz Henrique da Silveira.

Em meu gabinete, há uma foto que chama atenção das pessoas que recebo. É uma fotografia do Luiz Henrique em um de seus discursos – exatamente aqui –, em que ele está com os braços abertos nesta tribuna. Com frequência, ao verem esse porta-retratos, essas pessoas fazem uma observação, que sempre me chama atenção. Elas dizem, com sinceridade: “Se Luiz Henrique estivesse vivo, a política não estaria como está”. Eu escuto isso com respeito, mas também com responsabilidade, porque mais importante do que imaginar como seria o presente é entender o que essa frase revela.

Ela revela uma saudade de um tempo em que o diálogo era mais presente, em que a divergência não era sinônimo de ruptura e em que a política era exercida com mais escuta e menos confronto. É isso que nos leva a uma reflexão necessária.

O Brasil não chegou até aqui pelo caminho do conflito permanente; chegou até aqui quando foi capaz de construir consensos, mesmo em meio às diferenças políticas. Foi assim na redemocratização, foi assim na construção da estabilidade econômica, foi assim nos momentos em que o país precisou tomar decisões importantes.

Mas hoje vivemos um ambiente diferente, um ambiente em que o debate público, muitas vezes, se afasta das soluções e se aproxima das disputas; em que a polarização ocupa o espaço que deveria ser do entendimento; em que se busca o poder pelo poder, sem olhar o que será preciso fazer para tê-lo, mesmo que esse caminho seja a corrupção. E isso tem um custo, um custo para a política e, principalmente, um custo para o país, porque, enquanto discutimos posições, deixamos de avançar em pautas que são urgentes.

O Brasil precisa discutir produtividade, precisa discutir educação, precisa discutir inovação, precisa discutir desenvolvimento e precisa, com urgência, compreender o papel que novas tecnologias terão nesse processo. A inteligência artificial já está transformando economias no mundo inteiro; está aumentando a produtividade, qualificando serviços, impulsionando a indústria e criando novas oportunidades. O Brasil tem todas as condições de participar desse movimento e fazer com que ele seja uma virada de chave.

Na indústria, podemos avançar em competitividade; no agronegócio, em eficiência; na saúde, em qualidade de atendimento e exames eficazes; e na gestão pública, em resultados concretos para o cidadão. Mas nada disso acontece em um ambiente de instabilidade. Essas agendas exigem previsibilidade, exigem responsabilidade e exigem, sobretudo, capacidade de convergir. E aqui voltamos àquela frase que tantas vezes eu escuto: talvez o que as pessoas queiram dizer não seja exatamente sobre uma pessoa; talvez seja sobre um método, um método que valoriza o diálogo, que respeita as diferenças e que busca soluções possíveis, e não apenas posições absolutas; e é esse método que precisamos resgatar.

O Brasil precisa avançar também na maturidade do seu debate democrático. O voto não pode ser apenas uma escolha baseada em ideologia; ele precisa ser, cada vez mais, uma escolha baseada em projetos de governo consistentes, comprometidos com o crescimento, com a estabilidade e com o futuro do nosso país; projetos que apresentem caminhos, que enfrentem problemas reais e que tenham capacidade de unir, e não de divergir, porque o desenvolvimento não nasce do confronto; nasce da responsabilidade.

Não há crescimento sem estabilidade, não há estabilidade sem diálogo e não há diálogo sem respeito.

Por isso, faço aqui uma reflexão serena, mas firme: mais do que olhar para trás, precisamos recuperar



aquilo que sempre funcionou: a capacidade de construir, a disposição de ouvir e o compromisso de fazer a política cumprir o seu verdadeiro papel, que é melhorar a vida das pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Cumprimento V. Exa., Senadora Ivete, pelo pronunciamento.

Cumprimento a presença do Deputado Marcel van Hattem.

Pela lista de oradores inscritos, concedo a palavra ao nosso Presidente e Senador Rodrigo Pacheco – pela lista de oradores inscritos.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - MG. Pela ordem.) – Presidente Davi Alcolumbre, na verdade, não se trata de inclusão na lista de oradores inscritos, mas uma palavra pela ordem a V. Exa., para lhe fazer um pedido – e peço a atenção também do Secretário-Geral da Mesa, Dr. Danilo Aguiar –, porque, no ano de 2022, na ocasião da minha Presidência do Senado, eu instituí uma Comissão de Juristas, no âmbito do Senado, para elaborarem projetos de lei ordinária e projetos de lei complementar referentes ao processo administrativo tributário no Brasil. Foi inclusive uma sugestão, à época, do então Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Luiz Fux, para que pudéssemos aprimorar, uniformizar, desburocratizar, defender os contribuintes no processo administrativo tributário.

Foi instituída essa Comissão de Juristas. Ficou a cargo da Ministra Regina Helena Costa, do Superior Tribunal de Justiça, a sua Presidência. A relatoria foi desempenhada pelo Jurista Marcus Lívio Gomes, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, e composta por diversos juristas muito entendidos em matéria tributária, de processo tributário e administrativo. E nos entregaram, à época, Presidente Davi, alguns projetos de lei ordinária e dois projetos de lei complementar.

O primeiro projeto de lei complementar foi o 125, de 2022, que foi por mim apresentado, aprovado pelo Senado e pela Câmara e já sancionado pelo Presidente Lula, culminando na Lei 225, de 2026, que é o Código de Defesa do Contribuinte, em que se prevê também o combate aos devedores contumazes no Brasil. Esse projeto teve grande repercussão; a consecução em lei acabou sendo muito útil ao Brasil no combate a devedores contumazes.

E, juntamente com esse projeto de lei complementar, houve outro projeto de lei complementar, o de nº 124, de 2022, que foi aprovado no Senado Federal, sob a relatoria do Senador Efraim Filho, e houve ampla adesão do Plenário do Senado à sua aprovação naquela ocasião. Encaminhado à Câmara dos Deputados, o Presidente Hugo Motta diligenciou pela sua aprovação, sob a relatoria, salvo engano, do Deputado Federal Lafayette de Andrada, de Minas Gerais; e, aprovado na Câmara dos Deputados, retorna ao Senado Federal.

Então nós estamos diante da seguinte realidade: um projeto que já foi aprovado, com ampla maioria, no Senado; foi bem aprovado na Câmara dos Deputados; e, neste instante, o que remanesce, por parte do Senado, é a avaliação das contribuições dadas pela Câmara dos Deputados.

Esse projeto teve o despacho de V. Exa. encaminhando à Comissão de Constituição e Justiça e à Comissão de Assuntos Econômicos.

Eu queria, então – e aí vem o pedido, Presidente Davi Alcolumbre –, considerando que já aprovamos o PLP nº 125, ainda restante o PLP nº 124, além dos projetos de lei ordinária, que estão tendo a sua tramitação própria, aventar a possibilidade de encaminharmos, não esta semana, mas com previsibilidade no Colégio de Líderes, para que todos possam contribuir com essa apreciação, a submissão diretamente ao Plenário do Senado, considerando que já foi aprovado pelo Senado, que já foi aprovado pela Câmara. Remanescem apenas algumas emendas feitas na Câmara dos Deputados, sob a relatoria do mesmo Senador que a relatou antes, o Senador Efraim Filho, contando, naturalmente, com a compreensão, a colaboração e o aceite do Presidente Renan Calheiros, da Comissão de Assuntos Econômicos, e do Presidente da



Comissão de Constituição e Justiça, nosso querido Senador Otto Alencar.

Então, eu queria pedir à Secretaria-Geral da Mesa que, no Colégio de Líderes, pudesse fazer essa sugestão, a meu pedido como autor formal desse projeto, para que pudéssemos vê-lo aprovado. Será de grande contribuição para o sistema tributário brasileiro, sobretudo porque fortalece ainda mais a defesa de contribuintes nessa relação, por vezes, muito desigual entre Estado e contribuinte.

Esse é, portanto, Presidente Davi, contando com a sua compreensão, o meu especial pedido.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Presidente Rodrigo Pacheco, V. Exa. fez, naturalmente, um relato muito claro da solicitação de V. Exa. Eu me comprometo com V. Exa. de falar com o Presidente Renan Calheiros e com o Presidente Otto Alencar.

Sei que V. Exa. pode nos ajudar – a partir do aceite de S. Exas. os Presidentes das duas Comissões temáticas que vão se debruçar sobre esse projeto de autoria de V. Exa. – para a gente, junto aos Líderes partidários, a partir do aceite, naturalmente, com a aquiescência, digamos assim, dos Presidentes das Comissões, trazer esta matéria diretamente ao Plenário. Eu tenho certeza absoluta, Presidente Rodrigo... Nós temos feito isso reiteradas vezes com o apoio dos Presidentes das Comissões, que aceitam que matérias importantes e relevantes possam ser deliberadas diretamente no Plenário.

V. Exa. fez um resumo de toda a sua iniciativa e eu tenho certeza absoluta de que nem o Presidente Renan, nem o Presidente Otto irão se opor à possibilidade de trazermos diretamente ao Plenário a deliberação dessa matéria, que não se dará, querido Presidente Rodrigo Pacheco, esta semana.

Nós vamos falar, no momento oportuno, com os Presidentes das Comissões e com os Senadores Líderes para assinarem o requerimento, para que a gente possa trazê-lo diretamente ao Plenário, a partir da solicitação de V. Exa.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - MG) – Muito obrigado, Presidente Davi.

Apenas advertindo que, se fosse um exame original do projeto e das suas características, eu não faria esse pedido, eu recomendaria, inclusive, a submissão às Comissões. Mas esse projeto já nasceu de uma Comissão de Juristas, já passou pelas Comissões do Senado – na verdade, uma Comissão especial que foi instituída, à época –, já veio ao Plenário do Senado, com a sua aprovação. Agora remanesce apenas o exame das emendas da Câmara dos Deputados, que é algo mais simples e que pode, perfeitamente, ser feito no âmbito do Plenário, daí a razão do meu pedido.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Muito obrigado novamente, Presidente Rodrigo, pelos esclarecimentos feitos por V. Exa. no Plenário. (*Pausa.*)

V. Exa. está pela lista de inscrição?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Não. É só pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

Peço ao Dr. Danilo para acompanhar, rapidamente, a solicitação.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Pela ordem.) – Se V. Exa. permitir, eu me sinto à vontade, porque a imprensa, Sr. Presidente, me procura sobre a conversa que eu tive com o senhor. Foram dois pontos. Primeiro, que nós manteremos... E V. Exa. me garantiu que haverá um grande debate sobre a escala 6x1 no próximo dia 1º de julho. A segunda questão é que V. Exa. me disse, com toda tranquilidade – e para mim isso foi importante –, que, como recebeu empregadores, receberá, sim, os representantes das centrais sindicais no próprio dia 1º.



Eu agradeço muito a V. Exa. Eu gosto dessa transparência entre nós de eu falar na tribuna o que nós falamos. E foram dois pontos só: debate no dia 1º e, no próprio dia 1º, V. Exa. receberá todas as centrais que estão escaladas para falar.

Era isso.

Eu agradeço muito a V. Exa. Sei que, no que depender de V. Exa., aqui tudo vai tramitar dentro do bom senso e do equilíbrio. Por isso eu faço esse agradecimento de público.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Paulo Paim, nem precisava V. Exa. fazer a manifestação, mas eu fico muito feliz que V. Exa. relate uma conversa que tivemos há pouco aqui na Mesa Diretora, quando V. Exa. veio solicitar à Presidência do Senado Federal que a gente não aceite, enquanto Presidência do Senado Federal, a alteração da data da audiência proposta pelo Senador Laércio para discutir em Plenário a questão relacionada à proposta de emenda constitucional que trata do fim da escala 6x1.

Eu quero, novamente, como disse a V. Exa., reiterar o apoio de V. Exa.: a Presidência não vai aceitar a alteração da data proposta para a audiência pública.

V. Exa. me disse aqui que todas as pessoas e todos os convidados já compraram passagem, já reservaram hotel, já se organizaram para estarem aqui fazendo um debate público em relação a esta matéria para o Brasil, para os trabalhadores brasileiros e para o setor produtivo brasileiro.

Então, eu já avisei ao Secretário-Geral da Mesa que nós não vamos aceitar uma proposta de alteração da data que foi aprovada e acertada com V. Exas.

Por outro lado, V. Exa. já está organizando a agenda para nós recebermos todos os convidados nesta semana no gabinete da Presidência do Senado Federal. Como fizemos institucionalmente com o setor produtivo empresarial do Brasil, vamos fazer com os trabalhadores do Brasil.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Obrigado, Presidente Davi.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP. Fala da Presidência.) – Eu queria pedir a V. Exas., me permitam, Senador Marcos Rogério, Senador Randolfe Rodrigues, Senador Presidente Rodrigo Pacheco, eu queria pedir a atenção de V. Exas. para uma manifestação que farei antes de iniciarmos, naturalmente, a deliberação da sessão da tarde de hoje. Vou fazer uma manifestação, naturalmente, primeiro aos meus colegas Senadores e Senadoras e, em seguida, ao Brasil. E peço a V. Exas., dentro do possível, e a todos que estão nos acompanhando pelo modo semipresencial que possam acompanhar a fala muito importante do ponto de vista pessoal e institucional para o Presidente do Congresso Nacional.

Srs. Senadores, Sras. Senadoras na semana passada, a revista *Veja* publicou uma matéria afirmando que eu teria recebido, do banqueiro Daniel Vorcaro, US\$30 milhões, e esse dinheiro teria sido depositado em uma conta no exterior.

Eu gostaria, permitam-me, como disse, perante V. Exas. e, naturalmente, ao Brasil, reafirmar com veemência o que já havia afirmado em nota à imprensa brasileira na última quinta-feira.

Eu repudio, com toda a firmeza e com toda a indignação, o conteúdo dessa matéria. Jamais recebi aqueles valores ou quaisquer outros, no Brasil ou no exterior, por qualquer motivo que seja. São alegações inteiramente falsas, com a única e aparente intenção de arrastar para a lama o meu nome, a minha honra, a minha reputação.

Vou repetir a V. Exas.: jamais recebi quaisquer valores em contas no Brasil ou no exterior. Isso absolutamente nunca aconteceu.

Faço questão de afirmar isso para tranquilizar esta Casa, os Senadores e as Senadoras da República e a sociedade brasileira.

É espantoso e igualmente revoltante que uma acusação dessa gravidade seja publicada sem qualquer



prova, sem qualquer evidência contra um Chefe de Poder.

O mal já está feito. Resta-nos, agora, investigar a fundo os fundamentos dessas alegações. Se elas, de fato, constarem do acordo de colaboração, se elas, de fato, partiram do colaborador e de sua defesa, tomaremos todas as medidas cabíveis para nos defendermos dessas acusações.

Nessa hipótese, caberá a mim demonstrar a falsidade desta narrativa e compreender por que um fato inexistente foi levado às autoridades.

Mas peço atenção a V. Exas.. Por outro lado, aqui reside um ponto ainda de maior preocupação. Se esse fato sequer constar de um acordo de colaboração, se não tiver sido dito pelo colaborador, por sua defesa ou pela autoridade responsável pela condução deste procedimento, então estaremos diante de uma situação gravíssima perante a sociedade brasileira e as instituições.

Repito: estaremos diante de enfrentar uma situação ainda muito mais grave, porque não estaremos diante apenas de uma acusação falsa contra o Presidente do Senado Federal, estaremos diante da invenção de um fato inexistente e da tentativa de atribuir este fato a um procedimento oficial para lhe conferir aparência de verdade.

É extremamente grave que uma narrativa possa nascer desta forma, sem ter sido afirmada por ninguém e ainda ser apresentada ao país como se fosse verdadeira.

Nesse caso, não estamos apenas diante de uma mentira sobre mim. Estamos diante de uma mentira sobre os próprios fatos e sobre o conteúdo de um procedimento oficial. Isso não constrange apenas o Presidente do Congresso Nacional, constrange as instituições, constrange os órgãos de investigação, constrange o sistema de justiça e exige a apuração rigorosa de todos, absolutamente todos, os responsáveis. A quem interessa caluniar o Presidente do Congresso Nacional? Quem se beneficia de tentar usar a imprensa para intimidar o chefe do Poder Legislativo? Descobriremos as respostas a todas essas perguntas.

Esse não foi um ataque dirigido apenas ao Senador Davi Alcolumbre. Foi um ataque ao Senado, ao Poder Legislativo e à sua autonomia. E faço aqui um apelo aos Senadores e às Senadoras desta Casa: não podemos permitir que isso se torne uma prática normal no nosso país. Não podemos admitir que autoridades públicas, instituições ou qualquer cidadão sejam desmoralizados com base em fatos inventados e acusações absolutamente sem nenhuma prova. Esse ataque pessoal, e institucional, será defendido com as armas da lei, da justiça e da verdade.

Da cadeira da Presidência do Congresso Nacional, eu reafirmo a V. Exas.: não serei intimidado, não serei ameaçado, não serei constrangido e nem serei chantageado. Seguirei exercendo minhas funções com absoluta independência, com firmeza e, acima de tudo, com coragem. Assumo, publicamente, o compromisso de levar minha defesa às últimas consequências. Assumo o compromisso de usar todos os instrumentos legais, judiciais e institucionais para trazer à tona a verdade dos fatos.

Quem inventou esse fato será identificado. Quem inventou a existência de uma acusação que não consta de qualquer acordo de colaboração ou procedimento oficial também será identificado.

Aqueles que promoveram essas calúnias serão responsabilizados e serão punidos. O Brasil conhecerá o nome de quem tentou me envolver em um crime do qual sou absolutamente, repito, absolutamente inocente. Faço dessa tarefa uma prioridade pessoal, mas sobretudo institucional no Brasil a partir de agora.

Eu estou indignado, eu estou inconformado, mas também confesso a V. Exas. que estou sereno e tranquilo, porque sei que estou do lado da verdade.

Muito obrigado.

(Soa a campanha.)



O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra ao Senador Rodrigo Pacheco. Em seguida, ao Senador Esperidião Amin, ao Senador Hamilton Mourão, à Senadora Damares, ao Senador Wagner e ao Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - MG. Pela ordem.) – Sr. Presidente Davi Alcolumbre, eu gostaria de manifestar a V. Exa. a minha solidariedade, uma solidariedade que decorre da obrigação institucional que temos de ser solidários em momentos críticos em que o Presidente de nossa Casa se vê injustamente envolvido, mas também da solidariedade humana de quem o conhece e sabe que um fato dessa natureza, uma notícia nessa dimensão atinge não só a sua condição de Senador da República, Presidente do Senado, Presidente do Congresso Nacional, mas atinge, evidentemente, a sua dimensão humana, familiar, pessoal, de suas relações.

Por isso, num primeiro instante, manifesto o que é mais relevante desta minha fala, que é a solidariedade muito sincera a V. Exa. diante dessa matéria e de seu conteúdo, mas, ouvindo sua fala, eu identifico uma singularidade nesse episódio que merece, de fato, como diz V. Exa., um destaque e uma preocupação.

Se houver uma alegação de um colaborador, no âmbito de um processo de delação ou de colaboração premiada, através de seus advogados, junto às autoridades competentes, caberá a V. Exa. se defender de um fato eventualmente alegado, através dos meios jurídicos possíveis, buscando demonstrar sua inocência em procedência daquele fato e da razão de ser da inclusão de um fato inexistente no âmbito de uma delação premiada. Esta é uma realidade que se apresenta e, de certo modo, corriqueira no mundo jurídico, em que há uma alegação rebatida por alguém que é acusado, com justiça ou não, com verdade ou com mentira.

Agora, por outro lado, se nós estamos eventualmente diante de um fato, alegado numa revista de grande circulação, que não existe no âmbito de um processo oficial, que não tenha sido alegado pelo colaborador ou por seu advogado, que não tenha sido alegado pelas autoridades responsáveis pelo processo de investigação, seja do policial, seja do Ministério Público, que não existe no mundo jurídico nem no mundo real; que é um fato inventado e levado a uma imprensa de grande circulação para que o Brasil todo ouça esse fato inverídico, esse fato criado, de fato, nesta segunda hipótese, Presidente Davi Alcolumbre, nós estamos diante de um fato muito grave, que extrapola, inclusive, o atingimento à figura do Senador Davi Alcolumbre.

Aí constitui uma ofensa, uma coação, um constrangimento, a busca de uma criminalização de um chefe de Poder, de um Presidente do Senado, que, por algum motivo, está sendo coagido a partir de um expediente, ousou dizer, mafioso – mafioso –, de gangsterismo, de alguém que inventa um fato e que constrange uma instituição inteira, constrange a figura de um Senador e constrange também o próprio aparato de Justiça, porque constrange, eventualmente, quem esteja a negociar um acordo de delação em que esse fato simplesmente não tenha sido dito.

Então, neste instante, cabe a V. Exa., além de afirmar aqui a improcedência absoluta desse fato que V. Exa. diz nunca ter existido, é fundamental que, do alto de sua cadeira de Presidente do Senado, inste as autoridades competentes e responsáveis para que respondam oficialmente se há alguma informação, oficial ou oficiosa, em relação ao conteúdo do que foi veiculado pela revista no final de semana.

E se eventualmente a resposta for negativa, de que esse fato nunca existiu, aí, de fato, é preciso instaurar um procedimento específico para apurar as circunstâncias disso, porque alguém cria um fato, usa uma imprensa de credibilidade; usa, eventualmente, instituições públicas para coagir, chantagear e incriminar um chefe de Poder. Porque, se V. Exa. está passando por isso hoje, amanhã qualquer Senador da República ou Parlamentar poderá estar passando pelo mesmo episódio; qualquer chefe de Poder, um Presidente do Supremo Tribunal Federal ou um Presidente da República, igualmente.

Por isso, Presidente Davi, diante de sua fala e observando-a nessas duas dimensões que V. Exa. traz,



nessas duas hipóteses que V. Exa. traz, essa segunda hipótese da possibilidade de isso sequer ter existido e ter sido veiculado como uma verdade de um acordo, de um procedimento específico, é algo que nos preocupa sobremaneira e merece pronta e severa reação institucional por parte da Presidência do Senado Federal.

Minha solidariedade, Presidente Davi Alcolumbre.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Presidente, eu subscrevo tudo o que o Senador Rodrigo Pacheco falou e falo a partir do que ele iluminou.

Sem dúvida alguma, o que foi divulgado... veja bem: que novidade é esta? Não saiu de uma CPI. Imagine se tivesse brotado de uma CPI uma acusação a uma autoridade, o escândalo a mais que teríamos: “é a irresponsabilidade do Congresso”, “essa gente só pensa em política e politicagem”. Não haveria dúvida de que esse seria o tratamento dado ao Congresso brasileiro.

Não saiu de uma CPI. Saiu do quê? A partir da... faço minhas as palavras do Senador Rodrigo Pacheco. Isto... negociar, quem é que negocia uma delação? É a Polícia Federal e o Ministério Público Federal, sob os auspícios de quem? Do Judiciário. Portanto, são aqueles compartimentos que mais... de onde vêm – eu não posso dizer que seja a instituição que nos critica – as maiores críticas ao desempenho do Congresso brasileiro numa CPI, de lá brotou esta também, que não foi a primeira afirmação contra um Parlamentar, neste caso, no caso Master; ou seja, não sai dessa delação nada a respeito de juiz, não sai nada a respeito de empresário. O alvo é o Congresso. Quem não entender isso... E às vésperas da eleição.

Tudo o que o Senador Rodrigo Pacheco falou é verdade. Eis que, sim, uma correspondência subscrita por todos nós ao Ministério Público. Foi daí que saiu isso? Vocês têm essa informação? Sim ou não? Não existe conversa de talvez. Não! Sim ou não? Ministério Público é uma responsabilidade, Senador Jaques Wagner, institucional.

Segundo, foi da Polícia Federal? A Polícia Federal tem conhecimento disso? Isso passou por alguma negociação? Não aceita, por sinal, porque foram duas. Pelo que se sabe, houve duas propostas de delação que não foram aceitas. Mas foi aceito, aparentemente, um acusatório contra outros e contra V. Exa.

Então, além da minha solidariedade pessoal, porque as suas palavras foram muito claras... E, mesmo que eu não fosse Senador, eu tenho a obrigação de dar ao cidadão Davi Alcolumbre o benefício da dúvida e da defesa. E agora, mais ainda, porque, como Presidente do Senado, Presidente do Congresso, isso afeta a instituição.

Além desses dois Poderes, indagar o Judiciário. É do conhecimento do Ministro, a quem eu prezo, respeito e valorizo, que houve essa acusação ou essa afirmação no seio de uma proposta de delação premiada? Mas eu não esperaria a resposta, porque a segunda parte dessa novela é que o cuidado que nós tivemos aqui, que V. Exa. teve aqui, de não instaurar a CPI – eu subscrevi todas – agora se revela uma armadilha para nós. Com medo, com preocupação de que nós pudéssemos politizar uma CPI no período eleitoral, V. Exa. não instituiu a CPI que eu subscrevi. Eu subscrevi as duas, tanto a CPMI quanto a CPI, e no primeiro momento. Agora, nós estamos sendo vítimas, através da acusação feita a V. Exa., daquilo que diriam que nós íamos fazer caso houvesse uma CPI. Essa é a verdade. A moral da história é essa.

Concordo que se cobre uma resposta do Ministério Público, da Polícia Federal, da Justiça a respeito da acusação. Mas, como já houve antecedentes, não sei se a resposta será clara e terminativa, não sei que resposta virá. Mas eu quero lhe dizer que há um velho ditado que diz que a melhor maneira de acabar com um incêndio é jogar um incêndio contra outro incêndio.

É assim que se faz entre um aceiro e outro, concorda? Então o fogo, para apagar o incêndio, também é um instrumento.



Neste caso, eu acho que V. Exa. deveria reunir os Líderes, porque isso é uma questão institucional, e como Vice-Líder, se V. Exa. fizer essa reunião, eu vou dizer: nós temos que instituir seja CPMI, seja CPI, porque nós vamos ficar sob fogo que não é fogo descontrolado, é fogo controlado e tem um alvo: o Congresso brasileiro...

(Soa a campainha.)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... que é sempre o lembrado na hora de falar mal, de dizer que abriga desqualificados. É isso que está sendo feito. E a melhor forma de protestar é não temer a verdade. Ela sempre nos liberta e, desta vez, vai libertar o povo brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Com a palavra o Senador Hamilton Mourão.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Pela ordem.) – Presidente, o Presidente Pacheco e o Senador Amin colocaram muito claramente o sentimento que passa por todos nós, principalmente ouvindo a nota que o senhor leu, colocando muito claramente as coisas que estão acontecendo.

O que eu vejo, Presidente, é que todos nós aqui, Senadoras e Senadores, temos um último reduto, que é a nossa honra. Nós não podemos aceitar sermos atacados exatamente nesse reduto, porque é com a sua honra de profissional, de representante do Estado do Amapá, de alguém que preside uma instituição fundamental para o Estado brasileiro, é com a sua honra que o senhor trabalha, que o senhor chega em casa todo dia, que o senhor olha a sua família. E, quando o senhor vê essa honra atacada, de uma forma injusta e inadmissível, o senhor tem que reagir. E o senhor conte com a solidariedade de todos nós aqui dentro.

Eu posso dizer claramente para a V. Exa. que, desde 2019, quando iniciei meu período como Vice-Presidente, trabalho junto ao senhor. Inúmeras e inúmeras vezes estivemos juntos discutindo assuntos de interesse do Estado brasileiro. E, dentro da minha visão de homem de Estado, eu o tenho no mais alto nível. Então, o senhor conte comigo nessa empreitada. Nós não podemos aceitar o que está acontecendo.

O Senador Amin colocou uma coisa que é a minha visão também: quando muita gente está envolvida em alguma coisa, vamos colocar mais gente dentro desse fogaréu para ver se esse fogaréu se apaga.

O senhor conte comigo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra ao Senador Jaques Wagner.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, colegas Senadoras e Senadores, a minha primeira palavra, evidentemente, é de solidariedade a V. Exa.

O instituto da leviandade, ou nas instituições ou na imprensa ou nas redes brasileiras, precisa ter um ponto final. Mas me solidarizo com V. Exa. também porque eu também estou na capa da *Veja*. A capa da *Veja* fala de uma delação inexistente, porque foi negada, acusa V. Exa. e fala que revelará os negócios do PT da Bahia, coisa que vem sendo repetida por diversas vezes.

Eu já desafiei vários a me mostrarem qual foi a investigação da Federal que encontrou algo sobre V. Exa., na medida em que foi citado agora, ou sobre o meu comportamento e o comportamento do ex-Governador Rui Costa.

Nós, acho, cometemos um erro, o Congresso Nacional. A lei de delação premiada, que foi aprovada ainda no tempo da Presidenta Dilma, admitiu a delação premiada com as pessoas sob coação, com as pessoas presas. Na verdade, foi com essa delação, sob coação psicológica, ou real, que se arrancou um



número infindável de acusações que levaram o atual Presidente, ex-Presidente Lula à cadeia.

Talvez, naquele momento, a gente não tenha se dado conta da violência. Por isso eu disse da Presidente Dilma – eu era Presidente do meu partido –, que propôs uma lei diferente da lei que existe em outros países. O instituto da colaboração é para alguém que esteja em liberdade e resolva colaborar para evitar que seja eventualmente preso. Para alguém que está preso, que tipo de coação tem? Vai voltar para a Papuda? Não vai voltar para a Papuda?

Eu estou muito à vontade porque não tenho, como V. Exa. afirmou sobre V. Exa., nenhuma relação com ... Conheci esse senhor duas vezes, uma vez em Salvador e uma vez em São Paulo. Não tenho nenhuma relação com ele, não tenho nenhum negócio. Aliás, eu não tenho nem CNPJ, eu só tenho CPF – eu não tenho CNPJ.

Então, eu quero me solidarizar com V. Exa. e antecipar que meu advogado já está preparando a peça para processar a revista.

Nós estamos entre o absurdo e o superabsurdo. O absurdo é de uma delação que ninguém sabe o que tem dentro dela, a não ser aqueles que inquiriram o Sr. Daniel Vorcaro e, que levemente, ilegalmente, vazam a matéria, como vazaram no tempo da Lava Jato. A gente não sabe se está escrito lá, não sei se ele falou isso, se não falou, de mim ou de V. Exa. No caso de V. Exa. é muito pior, porque eu sou só Senador; V. Exa. é Senador, mas é Presidente do Congresso Nacional. Então, levantar uma lebre sobre o Presidente do Congresso Nacional – não que não me doa, não, dói porque dói na família –, evidentemente, bate na instituição.

Eu já estou tratando de processar essa e outras. Acabei de dar uma entrevista sobre repercussão dessa mesma matéria e eu acho que V. Exa. diz tudo.

O absurdo é, se estiver na delação, que nós não conhecemos... O gozado é que só conhece a imprensa que quer bater nos políticos em geral, para chafurdar os políticos todos na lama, porque poderiam também ter dito “você têm essa acusação, têm alguma coisa a dizer?”. Eu nunca fui procurado, V. Exa. nunca foi procurado, mas a revista *Veja* foi procurada para fazer o escândalo, colocando V. Exa. e botando o PT da Bahia. Aí é uma guerra de narrativas.

Então, eu quero me solidarizar com V. Exa., dizer que, do meu ponto de vista, meu advogado já está preparando a peça para processar, e eu quero saber a mesma verdade.

Eu vou perguntar ao chefe da Polícia Federal, Dr. Andrei: se essa coisa pode chegar a alguém para me acusar, eu quero saber também para poder me defender, porque, se for rejeitada a delação, ela deveria ter sido picotada em uma daquelas máquinas de picote, e não ser oferecida para quem quer que seja para fazer ataque a outras pessoas.

Então, minha mais absoluta solidariedade. Eu detesto leviandade.

Eu também – Senador Esperidião Amin, permita-me – não acho que a gente deva responder ao erro com outro erro. Eu acho que nós temos que buscar as barras da Justiça, a investigação, e conte com minha solidariedade como Líder do Governo perante o Presidente Lula, para que essas coisas se esclareçam. Agora, eu não acho que... “vamos tocar fogo no circo inteiro”, porque aí, eu acho que a gente pode perder a razão se a gente for responder com leviandade.

Eu acho que tem que ser investigado. Se tiver um culpado, que foi o criador da mentira, aí eu acho que tem que ser punido severamente, mas, minha solidariedade. Associe-me a V. Exa. por, por acaso, estar, mais uma vez, na capa da *Veja* com essa mesma história do Banco Master e do cartão-cesta da Bahia.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP. Pela ordem.) –



Presidente, o pronunciamento de V. Exa., ainda há pouco, daí da Presidência do Congresso Nacional, expressa a tranquilidade dos justos e a indignação dos inocentes; procedimento, assim, que deve ser feito por todo aquele que é atacado injustamente. Aliás, está em Mateus 5,13, no sermão das Bem-aventuranças, num dos trechos mais lindos entre os quatro evangelistas: “Bem-aventurados sois vós, quando vos caluniarem”. Então, a indignação que V. Exa. expressa aqui é uma indignação que eu acho que tem que ser assinalada por todo o Congresso Nacional, porque há algumas perguntas básicas que deveriam ser feitas.

Todos nós, homens públicos, somos passíveis de qualquer tipo de acusação e de responder por essas acusações. Agora, uma acusação tem que ter a fonte, tem que saber de onde veio, tem que ter um lastro, ainda mais uma acusação com o grau de gravidade que foi exposto pela revista *Veja*.

A liberdade de imprensa é um princípio constitucional que todos nós não só respeitamos como defendemos, mas, por óbvio, a lei em si estabelece mecanismos de defesa para o indivíduo, que estão consagrados também na Constituição, quando há injúria e quando há calúnia. Qualquer acusação, seja de quem for – seja de pessoa física a pessoa física, seja de um meio jornalístico –, tem que ter um lastro probatório mínimo, sobretudo quando essa acusação vai contra uma figura pública e, sobretudo, em relação ao Presidente do Congresso Nacional.

Então, Presidente Davi, a fala do senhor agora, o pronunciamento de V. Exa. agora foi com a tranquilidade dos justos e com a indignação dos inocentes, e é assim que deve ser.

Para concluir, eu quero só reiterar os termos do que falei para o senhor, neste final de semana, em agendas que cumpríamos no Amapá. Falei reservadamente e quero reiterar os termos do que eu destaquei para o senhor. Todos nós, humanos que somos, e da imperfeição humana que somos, somos passíveis de inúmeros erros. Eu os tenho, V. Exa. tem, mas V. Exa. tem três qualidades que cabe a nós sempre assinalá-las.

A primeira das qualidades é a coerência em suas posições. Podem lhe acusar de qualquer coisa, menos de, ao longo de sua trajetória pública, não ter tido coerência.

A segunda das qualidades – e eu sou testemunha pessoal disso, essa semana o senhor demonstrou – é a lealdade de V. Exa. A lealdade de V. Exa. que, eu quero destacar, é a mesma lealdade com que V. Exa. está nesta função de Presidente do Congresso Nacional, para razão de honra de muitos, ou melhor, para razão de honra de todos nós amapaenses. O Amapá é um Estado dessa Federação tratado por muitos como periférico. V. Exa. está aqui como amapaense e, sobretudo, por conta dessa sua qualidade que eu destaco: a qualidade da lealdade de V. Exa. às suas convicções, aos seus companheiros, aos seus amigos, à Constituição e à função que V. Exa. exerce, desta Presidência do Congresso Nacional.

A terceira das virtudes de V. Exa. – essa, no dizer de vários filósofos, é a primeira de todas as virtudes – é a coragem. É Le Goff que diz: “A coragem é a primeira das virtudes quando todas elas – todas as demais – perecem.” Ulysses Guimarães, na promulgação da Constituição, disse: “Sem a coragem – sem a coragem – não existiria nem a cruz nem os Evangelhos.” A coragem é a primeira das virtudes que cada um de nós devemos ter.

Essas três qualidades suas... Podem lhe acusar de todos os defeitos, mas essas três qualidades suas – a lealdade, a coerência e a coragem – são as razões pelas quais não somente eu, como muitos, lhe admiro.

Siga firme! E fico muito feliz em ouvir do senhor, da altura da Presidência do Congresso Nacional, falar com a indignação dos inocentes, mas, sobretudo, com a tranquilidade dos justos.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra à Senadora Damares Alves.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Presidente, nos últimos dias esta Casa tem tomado decisões extraordinárias, e a semana passada foi uma dessas semanas: nós entregamos para o Brasil matérias incríveis. Esta Casa está trabalhando – nós



estamos fazendo o dever de casa, Presidente – e dá a impressão de que querem lhe tirar do foco.

O meu apelo aqui é: não saia do foco! Você está conduzindo uma Casa com entregas. Eu sou assessora nesse Congresso – fui há muitos anos – e eu nunca vi tantas entregas. Tem entregas que a gente nem está observando a grandeza delas. Não saia do foco!

E eu preciso fazer um registro aqui para o Brasil: eu fui autora do pedido da CPMI do INSS. Eu recolhi as assinaturas no recesso, doente, você lembra disso. Voltamos do recesso, você deu ordem para abrir a CPMI do INSS e não interferiu uma única vez nos trabalhos da CPMI – eu estava lá até de madrugada –, e a gente investigou muita coisa lá.

Depois a gente criou um grupo de trabalho na CAE sobre o Banco Master e esse grupo está trabalhando – mas está trabalhando é muito! –, e eu estou lá como Coordenadora Técnica de Documentos. Você não interferiu uma única vez naquele grupo de trabalho.

Eu sou Relatora de uma proposta de fiscalização e controle contra o Banco Master na outra Comissão. Você nunca interferiu. Você deixou a gente à vontade o tempo todo, porque você também quer verdades.

Aí vem a notícia no final de semana. Aí alguns covardes disseram: “Agora ele recua.” O que você fez na segunda-feira, às 10h da manhã? Você me autorizou a abrir a sessão desta Casa; você abriu os microfones, com muita coragem. Fui eu que abri a sessão na segunda-feira, às 10h da manhã.

Um outro Presidente covarde e acuado não teria aberto os microfones desta Casa na segunda-feira para quem quisesse vir aqui falar. Você abriu os microfones segunda-feira à tarde. Esta Casa funcionou segunda-feira à tarde. Se alguém acha que está intimidando o Presidente, não está, não.

E hoje esta Casa funcionou divinamente e as Comissões estão funcionando. Este Plenário, aqui, hoje foi palco de uma das sessões mais lindas. Estamos aqui. Queriam o tirar do foco, mas você não vai sair do foco, porque nós ainda temos grandes decisões para entregar para o Brasil, e você está incomodando. Presidente Davi, receba a nossa solidariedade.

Agora, eu só tenho uma preocupação: nos últimos anos, neste país desenvolveu-se um ódio a políticos, e aqui eu quero compartilhar com os colegas. Estão desenvolvendo nas redes sociais ódio pessoal a cada um de nós. A minha filha tem vergonha de dizer na faculdade que ela é filha de Senadora. Olhem o ponto ao qual nós chegamos! Só que esse ódio, como o Senador Pacheco falou, ultrapassa a instituição.

A polícia legislativa está investigando. Tem gente incitando a minha morte. Tem publicações assim: “Não tem ninguém nessa cidade com coragem de cancelar o CPF da Senadora Damares? Ninguém com uma boa mira?”. Aí, quando você vai ver, são mais de 400 curtidas numa fala como essa. Estão pregando o ódio contra nós.

E juro que eu fiquei preocupada com a sua vida nesse fim de semana; mas aí, quando eu abri a rede social, e o vi naquela festa com o povo do Amapá, que o ama, você com o povo o abraçando, meu coração ficou aliviado.

Mas acredite, Presidente: há um ódio orquestrado aos políticos nesta nação, e a gente vai ter que estar atento a isso, porque eu tenho muito orgulho de ser Senadora e muito orgulho de ser liderada pelo senhor neste período.

O Senado está cumprindo o seu papel, estamos fazendo grandes entregas, e o objetivo de tudo isso é tirá-lo do foco; não saia do foco. Que Deus o abençoe! Você tem colegas aqui que lhe querem muito bem e que lhe são solidários, e eu sou uma dessas.

Que Deus o abençoe, Presidente Davi, e obrigada pelo trabalho que você está fazendo aqui; e você pode contar comigo.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Sr.



Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu farei uma intervenção muito sucinta em relação a esse tema, que tomou o noticiário nacional nesta semana.

E, a par do que V. Exa. expõe ao Plenário do Senado Federal, a primeira convicção que tenho é de que é preciso olhar para tudo isso com muito cuidado, sem querer desfazer o papel absolutamente correto das instituições na investigação desse caso.

E aí é preciso olhar com cuidado, porque, num momento como este, o debate político e o ambiente político, às vezes, por interesse das mais diversas origens, tentam colocar todo mundo na mesma situação, no mesmo balaio.

É fato que há uma investigação; é fato que essas investigações estão sendo conduzidas, no âmbito do Supremo Tribunal Federal, pelo Ministro André Mendonça e, no âmbito da Polícia Federal, por um conjunto de investigadores. Isso passa pela PGR, portanto não é uma única pessoa que está a conduzir essas investigações.

E aí há duas perguntas que a gente deve fazer neste momento, a par do que V. Exa. trouxe ao Plenário. Veja: o noticiário aponta que uma tentativa ou uma proposta de delação teria sido rejeitada no âmbito da Polícia Federal; e, posteriormente, vai se dizer que a PGR também o fez, embora ainda existam fatos sendo apurados no âmbito da Procuradoria-Geral da República.

E aí o argumento... Eu estou trazendo aqui um recorte que a imprensa veiculou, porque não veio a público nenhuma delação, não veio a público nenhuma peça acusatória até agora. Mas, com base naquilo que a imprensa divulgou, vai se dizer que a Polícia Federal rejeita, porque, naquilo que seria uma colaboração, não teria ali confissão de crime por parte de quem estaria a delatar. Então, essa delação deveria ser afastada, porque ele não confessa crime.

Eu questiono: na lógica do que foi divulgado, depositar na conta de um agente público, em conta internacional, o valor de US\$30 milhões é ou não é crime? Trata-se de crime ou de um procedimento normal?

Então, quando se diz que a delação é rejeitada, porque não há crime sendo confessado, parece-me que a própria reportagem, ou por engano ou por alguma outra razão...

O que eu queria dizer, neste momento, é que não cabe ao Senado Federal, não cabe aos pares que aqui estão fazer a defesa de quem quer que seja.

V. Exa. fez a sua própria defesa, com a consciência que tem e com o conhecimento de toda a informação, que envolve a postura de V. Exa., mas cabe à instituição Senado Federal cobrar a verdade, cobrar que a investigação seja aprofundada, para identificar verdadeiramente aqueles que estão envolvidos nessa trama, envolvidos nesse escândalo.

Agora, outro fato – e eu finalizo a minha manifestação – é que isso acontece justamente num momento posterior a V. Exa. enfrentar, no âmbito deste Plenário do Senado Federal, uma indicação de alguém que foi apresentado para ser Ministro do Supremo Tribunal Federal. V. Exa. enfrenta – e, pela primeira vez na história do Senado, nos últimos 132 anos, o Senado Federal rejeita uma indicação de indicado a Ministro do Supremo Tribunal Federal. De repente, V. Exa. passa a ser alvo de um conjunto de ataques orquestrados... E repito: não estou a fazer a defesa de V. Exa., estou apontando para os fatos – estou apontando para os fatos –, e esses fatos precisam e merecem ser investigados, mas é de se questionar – é de se questionar – por que isso está acontecendo justamente depois desse posicionamento de V. Exa. nessa direção.

Então, são duas reflexões, e aqui não sei se o Senado Federal vai ter acesso, porque, se foram rejeitadas as duas propostas de colaboração, elas inexistem do ponto de vista formal, do ponto de vista material, mas é preciso olhar para aquilo que está sendo dito, porque, se diz que foi rejeitado porque não há confissão de crime... Mas a matéria diz que houve um pagamento no exterior. Uai, isso não é crime?



Isso não seria uma prova de crime? Isso não seria uma evidência de confissão de crime? Ora...

Então, é apenas... Mais do que qualquer outra coisa, é colocar pontos para que sejam checados, conferidos. E aqui digo: o Senado Federal, o Congresso Nacional tem os instrumentos próprios para aprofundar a investigação, que é o instrumento das CPIs, mas, além disso, há um trabalho sendo conduzido pela Procuradoria-Geral da República, pela Polícia Federal e pelo Ministro André Mendonça, que reputo ser um dos homens mais sérios deste país.

Portanto, considero absolutamente oportuna a fala de V. Exa. na tarde de hoje, que nos faz todos refletir sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Izalci Lucas...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Pela ordem.) – Presidente, eu não poderia também deixar aqui de manifestar a minha solidariedade a V. Exa.

Eu vi a nota que V. Exa. publicou, e a gente que está acompanhando na política está vendo o que está acontecendo no Supremo Tribunal Federal, nesse processo com relação aos Ministros do Supremo. Então, a gente fica assim, pensando: será que estão usando a forma de jogar todo mundo para a mesma situação, o Presidente do Senado Federal, sem nenhuma prova? Porque o que deixa a gente indignado como político é exatamente quando as pessoas o acusam sem prova nenhuma, dizer que tem dinheiro no exterior sem apresentar documento nenhum.

Então, eu me solidarizo a V. Exa. V. Exa. fazendo a reunião de Líderes, como foi colocado, estou à disposição. Realmente tenho uma admiração pela condução de V. Exa. aqui no Senado Federal. Eu tive esses sete anos e pouco trabalhando com V. Exa. e sei da seriedade da condução aqui nesta Casa.

Então, parabenizo a nota, parabenizo a posição de V. Exa. e não tenho nenhuma dúvida de que o objetivo desse vazamento que aconteceu foi exatamente para jogar todo mundo na mesma vala, e isso é que entristece a gente como político. Tem hora que dá vontade de abandonar, porque não é a questão da política, é a questão da família. O que a sua esposa, o que é que seus filhos, seus pais... Neste momento, ficam indignados. Então, me solidarizo e cumprimento V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Laércio Oliveira...

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Senador Davi Alcolumbre, meu Presidente, Sras. e Srs. Senadores, nós viemos aqui hoje para cumprir uma pauta definida pela Mesa Diretora do Senado, e nós aqui estamos para produzir aquilo que a gente se propôs a fazer quando aqui chegamos.

Mas a pauta virou algo secundário diante da narrativa que o senhor fez aqui, que provoca em cada um dos Senadores e das Senadoras aqui presentes uma manifestação. Eu tenho certeza absoluta, Presidente Davi Alcolumbre, de que todo mundo quer falar aqui.

Eu poderia muito bem usar o meu tempo de me manifestar diante do assunto pegando um pouco da fala dos meus colegas que se manifestaram antes de mim, mas talvez isso fosse repetitivo. Eu quero falar de um Davi Alcolumbre, Senador da República e Presidente do Senado, que me representa e que talvez muitos não conheçam, mas que já foi adjetivado aqui por alguns colegas em termos de caráter, de lealdade, de paciência, de determinação e de respeito a cada um dos pares.

O senhor foi eleito aqui talvez pela maior votação que o Senado já deu a uma candidatura à Presidência. E hoje, aqui, diante de uma situação como essa, o senhor recebe de cada um aqui... – que se manifestará, porque está indignado, como eu estou indignado, com o que vem acontecendo com V. Exa.

Quando uma reportagem atinge o Presidente do Senado Federal, atinge a todos nós que fazemos parte deste Colegiado. Eu sou testemunha, Presidente Davi, dos vários momentos de angústia que uma



Presidência do Senado impõe a um cidadão como V. Exa., e eu sou testemunha da lisura, da lealdade e do respeito que o senhor impõe às decisões, não faltando, em momento algum, dar satisfação aos seus pares, conduzir o Supremo Tribunal Federal à altura do que o Supremo Tribunal Federal merece e precisa.

A sua grandeza, enquanto Presidente do Senado Federal, encontra sintonia com esta Casa, porque os seus princípios e os seus valores são inabaláveis. Nós – e somos felizes por isso – temos o privilégio de conviver com V. Exa. todos os dias aqui, e o seu comportamento, do início ao fim, é uma linha retilínea, que procura oferecer a todos o melhor ambiente possível, dentro daquilo que é possível.

Eu não sou só Senador aqui, comandado por V. Exa., enquanto Presidente. Eu criei um laço de amizade com V. Sa., e quantas e quantas vezes nós já tivemos embates, seja nas Comissões temáticas aqui do Senado Federal, nas Comissões em que a gente atua, ou seja, no exercício da Presidência por V. Exa. O “sim” e o “não” são uma prática que o senhor exerce em todos os momentos, e o senhor sempre exerceu essa liberdade exercendo aquilo que é uma marca sua, que é o respeito a cada um de nós.

Siga firme, Presidente. O senhor tem um Colegiado aqui que ama o senhor, que tem admiração pelo seu trabalho e que tem orgulho de se sentir representado por V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Efraim Filho.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PB. Pela ordem.) – Sr. Presidente Davi Alcolumbre, as palavras aqui, de Senadores e Senadoras, já deixam claro a absoluta solidariedade a V. Exa.

Acompanhei o senhor de perto, falei com você – vou chamá-lo assim, porque aqui não é só uma relação da figura institucional do Presidente do Senado, mas do homem Davi Alcolumbre – e, se tem uma mensagem que a coragem do seu pronunciamento desta tribuna nos traz hoje é que nós não podemos perder a capacidade de nos indignar diante da mentira, porque não adianta jogar isso na conta da política. Isso não é politicagem, isso não é sequer “politiqueria”. Isso é realmente, como foi dito aqui, um ato engendrado, teleguiado para moer reputações. E o pior, com mentiras.

E é por isso que nós não podemos e não devemos deixar que isso passe a fazer parte da paisagem. Não dá para fazer parte da paisagem como se fosse só mais um ato de uma oposição, de alguém insatisfeito com o trabalho do Presidente do Senado, não. Isso é – até para pegar uma temática do momento – um ato terrorista, porque ele tem outros interesses escusos envoltos nessa realidade.

E aí, eu já ouvi falar em se preservar e ter a liberdade, o direito de se preservar o sigilo da fonte, mas o sigilo do fato é diferente. Aqui nós estamos falando do sigilo do fato, um fato que não existiu, ou que está sendo contestado por V. Exa. de que não existiu – não existiu e nem sequer foi trazido. Então, eu acredito que essa situação seja importante, o Senado tem a missão institucional de levar adiante para que se possa fazer essa avaliação.

Então, fica aqui o meu registro de solidariedade a V. Exa.

E, para não perder o ensejo e a oportunidade, na fala do Senador Rodrigo Pacheco, tratando aí já da agenda da Casa, ele reportou o PLP 124, que é de minha relatoria e, só para reforçar, é um projeto de autoria da Comissão de Juristas, capitaneado pela Ministra Regina Helena, do STJ. Se V. Exa. puder, também, colocar a prioridade nas janelas das próximas votações, agradeço a V. Exa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra à Senadora Ivete da Silveira.

A SRA. IVETE DA SILVEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, me solidarizo com V. Exa. e espero que justiça seja feita e que encontrem o culpado, quem fez essa calúnia.



Era isso que eu tinha para dizer e reforçar o que o Senador Pacheco falou, como também o Senador Amin.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Muito obrigado, Senadora Ivete da Silveira.

Eu queria... Senador... Perdoe-me, Senador Nelsinho Trad, com a palavra V. Exa.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, o que falar numa hora desta, depois de uma prestação de contas que V. Exa. fez perante todo o Brasil, olhando nos olhos dos seus colegas?

Eu imagino que diante dessa situação, uma hora, essa delação, que não foi aceita pelos órgãos de controle, deverá aparecer. Imagine V. Exa. se não tiver nada relacionado a V. Exa. lá escrito. Porque é uma coisa que pode acontecer. Assim como pode ter também.

V. Exa., do alto dessa cadeira, demonstrou a maior sinceridade, transmitindo a nós sua indignação.

Certa feita, conversando com seu antecessor, o Senador Rodrigo Pacheco, que aqui está, ele olhou no fundo dos meus olhos e falou da angústia por que estava passando, em função dos ataques que vinha sofrendo. Isso o fez, como ser humano, se inibir até de se aventurar na carreira política, porque ele é feito de carne, osso e sangue. Tem emoção.

Imagino o que deve estar passando dentro do seu coração, da sua alma, lembrando os seus dois meninos, lembrando a Liana, lembrando a sua mãe, o seu pai, a sua família. Porque eu acredito em V. Exa. Eu confio em V. Exa. Estou falando do Senador Nelsinho Trad. E sei que isso não deve ser verdade.

Ocorre que o crime da calúnia equivale a você subir no 20º andar de um edifício, pegar um travesseiro de penas e jogar as penas lá de cima. Por mais que V. Exa. saia catando depois, lá embaixo, nunca V. Exa. vai conseguir reparar tudo.

Mas eu quero aqui, neste momento, do humilde Senador que sou, do Pantanal do Mato Grosso do Sul, manifestar minha solidariedade a V. Exa. e dizer que nós, Senadores do campo da esquerda, como falou Jaques Wagner, do campo da direita, como falou Damares, estamos ao seu lado por acreditarmos em V. Exa. e por sabermos que V. Exa. é o equilíbrio da condução dos assuntos mais polêmicos e diversos que a nação precisa enfrentar. Conte com o Senador Nelsinho Trad, Presidente Davi.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra ao Senador Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente, esse episódio todo me fez lembrar... O senhor me conhece um pouco, e eu fui delegado de polícia e professor de direito. E eu cometi um grande erro na minha vida, porque eu criminalizava a política. Eu achava, quando as pessoas me abordavam e falavam assim “Você tem que ser candidato”. Eu falava: “Ixe, não é para mim”. Foi um grande erro que eu cometi na minha vida.

Depois que eu fui eleito Senador, honrosamente, pelo Estado do Espírito Santo, eu lembro que uma senhora me abordou no aeroporto – eu nem tinha tomado posse aqui ainda – e falou assim: “Veja se o senhor não vai se transformar num bandido”. Aquilo me marcou profundamente. Sabe por quê, Senador Davi? Porque há uma criminalização da política, e essa é a pior coisa que existe dentro de um Estado democrático de direito.

Nós legislamos... E a nossa Carta Constitucional, no art. 5º, itens LV e LVII, é taxativa ao estabelecer a presunção de inocência quando diz que ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado da sentença penal condenatória e ao estabelecer também que a todos os litigantes em processo judicial ou administrativo são assegurados o contraditório e a ampla defesa.



Mas a responsabilidade dos meios de comunicação é muito forte, porque, a partir do momento em que ela estampa na manchete o rosto de um Senador, como é o caso do senhor, sem efetivamente assegurar todo o contraditório e a ampla defesa, sem efetivamente assegurar o duplo grau de jurisdição, nós já temos estampada e evidenciada uma sanção social. E como reparar uma sanção social? Isso é muito grave.

Eu tinha toda a cautela, Senador Davi, quando eu era um humilde delegado, no interior do estado, até para intimar uma pessoa. Muitas vezes, eu intimava um cidadão, e ele chegava, tirava o chapéu, na delegacia, e falava: “Eu estou envergonhado porque eu tenho tantos anos e nunca entrei numa delegacia”. Para as pessoas de bem, o simples fato de ser intimado, de responder a uma ação penal ou de responder a um inquérito já é uma sanção.

Então, eu fico aqui sem entrar no mérito de juízo de valor, porque eu quero aqui, sim, me solidarizar com V. Exa. no sentido de que nós temos, dentro do Estado democrático de direito, uma espinha dorsal que se chama Constituição da República Federativa do Brasil. E ninguém pode execrar quem quer que seja sem assegurar-lhe todos os mecanismos constitucionais que estão ali estabelecidos.

Então, é muito triste quando você vê que existe, sim, uma sanção social. Como reparar? Como resgatar a moral de uma família? Porque, assim como o senhor tem família, como eu tenho, tem filhos, tem esposa, há essa criminalização. Como a gente fica? Às vezes, a gente está lá e falam: “Ah, aquele ali, o pai dele é um Senador”. E as pessoas já rotulam como se todo político tivesse desvio de conduta.

Eu tenho muito orgulho de ser Senador e mais orgulho de ser Senador pelo Espírito Santo. Hoje, eu morro defendendo a classe política. Sabe por quê? Porque a gente não pode cair no discurso simplista daquilo que em Direito se chama responsabilidade objetiva: condenar todo mundo pelo simples fato de fazer parte de um Poder, no caso o Poder Legislativo.

Então, eu não poderia me furtar de manifestar a minha solidariedade, porque eu tenho que ter responsabilidade, e na política não há espaço para covardes. A política é feita de pessoas corajosas. V. Exa. tem demonstrado isso, não é a primeira vez. O senhor já foi Presidente, inclusive no Governo passado, desta mesma Casa. Então, tenha plena convicção no poder superior, porque Deus é maior, e de que nós temos que ter a nossa serenidade, sobriedade e equilíbrio para dar a resposta como deve ser dada. Mas eu não poderia deixar de aqui me manifestar também em solidariedade a V. Exa., porque eu sempre me coloco na dor do outro. Eu sempre me coloco assim: e se fosse o meu nome que estivesse estampado ou o de qualquer um de nós? A gente tem que ter empatia, efetivamente, para se colocar na dor do outro.

Ficam aqui, humildemente, as minhas simples palavras de um Senador que tem uma admiração e um respeito por V. Exa. Às vezes a gente diverge, o que é natural dentro da democracia, mas, acima de tudo – o senhor é testemunha disso –, mesmo no Governo passado, eu nunca, nunca nem utilizei o nome do ex-Presidente para chamá-lo de adjetivos, desqualificar... Não. Eu fazia minhas intervenções aqui naquilo em que eu tinha convicção.

A gente erra, mas não é por má-fé; é por boa-fé.

Então, siga firme, tenha plena convicção, fé em Deus. E eu espero que toda responsabilidade seja devidamente apurada, como com qualquer pessoa deve ser. Mas eu fico aqui muito reflexivo quando nós temos aí um comportamento que pode matar a honra de determinadas pessoas. E com isso eu sempre fico resgatando qual é o valor, quanto vale a dignidade, quanto vale a honra decoro, a honra dignidade de uma pessoa quando ela já foi aviltada, execrada, humilhada, hostilizada.

Minha solidariedade a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra ao Senador Camilo Santana.

O SR. CAMILO SANTANA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Presidente, boa tarde.



Queria mandar um abraço a todos os nossos colegas Senadores e Senadoras.

Querido Presidente Alcolumbre, eu não poderia deixar também de prestar a minha solidariedade a V. Exa., não só como Senador, mas como Presidente desta Casa, um colega e um amigo.

Quero dar aqui um testemunho de que conheço V. Exa. desde a época em que eu era Governador do Estado do Ceará, em um dos momentos mais difíceis que este país e este mundo viveram, que foi o período da pandemia, e o senhor foi um grande líder e articulador dos Governadores dos estados brasileiros, utilizou a sua prerrogativa de Presidente deste Senado para conduzir todo o apoio necessário à época aos estados brasileiros.

Portanto, eu queria fazer esse registro, dizer que nos preocupa a nós políticos, todos os dias, essa espetacularização que se faz hoje, da mídia, muitas vezes com vazamento de informações, né? Isso mexe com a honra das pessoas, mexe com a sua honra.

Portanto, eu queria aqui dizer da minha solidariedade. Conte comigo, com o meu apoio. Eu sei o quanto isto mexe: expor a vida das pessoas, sem ela ter o direito de se defender, sem ter os direitos legais que um país democrático como o nosso exige e garante a todo cidadão e a toda cidadã.

Então, a minha palavra, Presidente, é só dar esse testemunho, ao querido Senador, Presidente desta Casa, da minha solidariedade, juntamente com os nossos colegas Senadores e Senadoras, e que é importante se respeitarem os ritos legais deste país.

Essa espetacularização não leva a nada; ao contrário, expõe as pessoas, principalmente nós políticos, e, neste caso, o Presidente desta Casa, o Senador Presidente Alcolumbre.

Então, Presidente, receba a minha solidariedade, hoje virtualmente, aqui diretamente do Ceará, como amigo e como colega Senador.

Um abraço.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra ao Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Pela ordem.) – Presidente, eu quero chamar a atenção – e em vários momentos eu tenho chamado a atenção – para uma questão a que a gente precisa ficar mais atento.

Ao longo dos últimos anos, um grupo que não tem só um partido, nem está só na política, nem está só num determinado ambiente institucional... Mas há uma certa ideia que vem presidindo uma série de investidas contra o que eles chamam de “sistemão”.

Acontece, Presidente, que eles chamam de “sistemão” algo que é a própria institucionalidade, que são as instituições republicanas – isso é muito grave. Porque, se a gente imaginar que, no mundo, algumas empresas – e eu vou chegar ao ponto – têm mais riqueza juntas, são cinco empresas, do que a Alemanha, que é a terceira economia do mundo, e que essas empresas vêm defendendo ou agindo de forma muito objetiva e, com seus braços, principalmente no setor de comunicação, vêm trabalhando para desestabilizar e criar a ideia de que esse sistema de controles, que não é perfeito, que é feito por pessoas, que é feito com tudo aquilo que a humanidade tem, suas qualidades, seus defeitos, seus acertos, seus erros... Mas, veja, um país tem muito mais controle com essas instituições, com milhares de pessoas envolvidas nas tomadas de decisões, do que cinco, seis pessoas decidindo os rumos do mundo e das nações.

Então, é óbvio que essa plutocracia global – e podem até achar que eu estou viajando, mas não, eu estou falando de algo muito sério, já apontado por um dos maiores filósofos da atualidade, que é o Byung-Chul Han, que trata disso com muita clareza – não quer essa institucionalidade e tensiona para deslegitimar essa institucionalidade.

E V. Exa. é Presidente do Congresso Nacional do Brasil, uma instituição. A quem interessa, de forma direta, atingir V. Exa., sem nenhuma prova, sem nenhum dado, sem nenhuma consistência, a não



ser um “ouvir dizer” e um “ouvir falar”, senão a essas forças que a gente não consegue detectar com muita clareza?

Então, está mais do que na hora de a gente sair da superficialidade e começar a fazer uma reflexão mais profunda sobre os ataques às nossas instituições e sobre essa ideia de “sistemão”. Na verdade, quebrar com o “sistemão” é quebrar, Presidente, com uma instituição como o Congresso Nacional, que V. Exa. preside. E como quebrar a imagem dessa instituição se não dá para atacar os 81 de uma vez? Ataca aquele que representa: V. Exa.

Então, eu quero trazer este debate – primeiro, a solidariedade – também para a gente politizar este debate. Porque o ataque não é ao Davi Alcolumbre; é ao Presidente do Congresso Nacional, instituição ou uma das instituições que faz parte, na concepção dessa plutocracia, do “sistemão”.

E precisam atacar as instituições para instituir uma nova ordem, que a gente está fazendo de conta que não existe, mas ela está se instituindo, ela está indo, ela está entrando e ela vai... Uma hora é o STF, outra hora é o Congresso Nacional, outrora foi o Executivo, depois o STF, depois o Congresso Nacional, e assim vai corroendo as instituições.

Portanto, é preciso que a gente reflita sobre questões mais profundas neste ataque em que V. Exa. é vitimado neste momento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Eu queria...

Nós não temos mais Senadores inscritos para falar.

Eu poderia, naturalmente, fazer mais uma fala em relação ao episódio, mas eu vou me permitir, a partir da minha manifestação pública que fiz no início da sessão, que esta seja a linha do procedimento que será adotado pelo chefe do Poder Legislativo brasileiro, pelo Presidente do Congresso Nacional, em relação, como disse aqui, à matéria veiculada na última quinta-feira: naturalmente, a nota que divulguei na quinta-feira, quando estava no Amapá, e hoje, com muita clareza e com muita transparência, o pronunciamento que fiz do alto da cadeira da Presidência do Senado Federal, da Casa da Federação, do Senado da República, uma Casa bicentenária, que eu tenho muito orgulho, saibam V. Exas., e que é uma honra poder presidir.

Mas eu queria, em nome de todos que se manifestaram, dizer, profundamente, à minha maneira de ser, os meus agradecimentos por todas as manifestações feitas por todos os nossos colegas, Senadores e Senadoras, em relação a este episódio manifestado por mim: minha gratidão, minha lealdade, meu reconhecimento institucional do papel relevantíssimo de V. Exas., na condição de Senadores da República; meus agradecimentos por todas as manifestações de carinho, de apreço, de amizade, mas, sobretudo, de respeito institucional à figura do Presidente da Casa. Quero dizer a V. Exas. que todas as manifestações me tocaram muito, num instante muito importante da história do Brasil. Muito obrigado pelas manifestações de V. Exas. (*Manifestação de emoção.*) (*Palmas.*)

Encerrado o Período do Expediente, declaro aberta a Ordem do Dia.

Início da Ordem do Dia.

Permitam-me V. Exas. aproveitar esta importante oportunidade para anunciar a V. Exas. que eu acabo de receber um documento, o Ofício nº 52, de 2026, da Comissão Mista de Orçamento, datado na data de hoje, 16 de junho de 2026, que informa ao Presidente do Congresso Nacional a eleição para a Presidência da CMO em 2026:

Excelentíssimo Senhor Presidente,



Cumprimentando cordialmente Vossa Excelência, venho informar que, em reunião realizada neste dia, 16.06.2026, fui eleito e empossado para o mandato de Presidente desta Comissão. Coloco-me à disposição para o diálogo institucional, demandas e atividades deste colegiado. Renovo a Vossa Excelência protestos de estima e [de] consideração.

[Assinado, S. Exa., o agora eleito e empossado Presidente da CMO, Deputado do PSD, do Ceará,] Deputado Domingos Neto [que está aqui conosco e veio oficialmente trazer o comunicado]

Parabéns, querido Presidente.

Cuide da Comissão de Orçamentos do Brasil, que sem dúvida nenhuma é, dos órgãos do Congresso, um dos mais importantes e relevantes para o nosso país. Sucesso, bom trabalho, conte conosco.

Gostaria de informar a V. Exas. também nesta oportunidade que, como disse – permitam-me, não sei se na semana passada ou na semana retrasada –, nós faríamos, ainda no mês de junho, com a aquiescência e concordância do Líder do Governo no Congresso Nacional, mais uma sessão do Congresso Nacional muito importante.

Como eu fiz um compromisso, eu queria informar a V. Exas. que nós teremos, no dia 18 de junho... Eu avisei no dia de hoje, pela manhã, ao Presidente Hugo Motta, Presidente da Câmara dos Deputados, que o Congresso estava necessitando do Plenário da Câmara dos Deputados para que nós pudéssemos fazer a deliberação da sessão conjunta do Congresso Nacional. Então, eu queria dizer a V. Exas. que nós teremos uma sessão do Congresso Nacional na quinta-feira, dia 18 de junho, às 10h da manhã, no Plenário da Câmara dos Deputados.

Há uma construção em relação... Nós temos 90 vetos pendentes de deliberação, 934 dispositivos. Eu estou tentando da melhor maneira possível colocá-los na pauta, para que a gente possa diminuir os vetos pendentes em apreciação do Congresso Nacional e os dispositivos desses determinados vetos. Será uma sessão extensa.

Nós fizemos uma reunião pela manhã, hoje, com o Líder do Governo e com a assessoria, de praticamente quase duas horas. Será publicada... Não sei o horário, Dra. Roberta. (*Pausa.*)

Será publicada às 18h, logo mais, a pauta do Congresso Nacional, onde nós tentamos, da melhor maneira possível, colocar grande parte desses dispositivos, dos 934 e dos 90 vetos. Então, nós vamos ter uma sessão longa – quero informar a V. Exas., a sessão vai começar dez horas da manhã.

O desejo da Presidência – e eu informei ao Líder Randolfe Rodrigues – era de nós colocarmos a totalidade de todos os vetos que estavam pendentes de apreciação, mas a gente tentou buscar uma mediação para tentar fazer, nessa sessão do Congresso, uma sessão que refletisse a demanda estabelecida de todas as Lideranças da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Praticamente, pela opção que nós tomamos em relação a essa sessão do Congresso, nós teremos, naturalmente, de agora, às 18h, até quinta-feira, às 10h da manhã... E eu peço a V. Exas. que possam procurar o Líder Randolfe Rodrigues, com os respectivos Líderes partidários, porque será uma sessão muito longa, onde, praticamente, em termos proporcionais, nós vamos analisar quase que metade da totalidade dos vetos pendentes de apreciação. Ou seja, são centenas de dispositivos e dezenas de vetos que estarão sob apreciação no Congresso Nacional, na próxima quinta-feira.

Então, eu peço a V. Exas., será publicado, V. Exas. tomarão conhecimento... Houve uma construção prévia, feita com o Presidente Hugo Motta, com os Líderes partidários, partidos da base, partidos da oposição, com o Governo também. Muito se construiu em relação a alguns entendimentos importantes do que era importante para o Governo na manutenção dos vetos e do que era importante para as Lideranças partidárias sobre derrubadas de vetos. E naquilo que nós não tivemos consenso, infelizmente, a solução



está dada: vamos partir para a votação em cédulas separadas daquelas construídas no entendimento com a maioria dos Líderes da Câmara e do Senado.

Então, a gente tentou, da melhor maneira possível, atender a todos, buscar o consenso no que era possível e no que não foi possível... E quero reconhecer que o Líder Randolfe Rodrigues falou com os Líderes da Câmara, falou com os Líderes do Senado, recolheu todas as solicitações, inclusive de retiradas de dispositivos que estavam, neste momento, em apreciação em outra esfera de poder, e com essas demandas levantadas e suscitadas por todos, nós fizemos, da melhor maneira possível, a supressão de dispositivos para uma próxima sessão congressual.

Estará publicado, V. Exas. tomarão conhecimento, e nós temos de hoje até a quinta-feira, 10h da manhã, dia 18, para continuar a todo instante construindo um entendimento em relação a essa sessão.

Concedo a palavra ao Líder Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP. Pela ordem.) – Presidente, só para complementar os termos de V. Exa., hoje, pela manhã, nós tivemos uma reunião muito produtiva.

Eu acho que nós temos, neste período meu de gestão da Liderança do Governo no Congresso, a mais ampla pauta de vetos para ser apreciada. Por isso e para dar celeridade e eficácia à sessão do Congresso Nacional, nós nos reunimos hoje pela manhã.

A nossa assessoria da Liderança do Governo já recolheu várias reivindicações que são feitas em relação a vetos. Tanto os Líderes da Câmara dos Deputados, quanto os Líderes daqui, do Senado, tanto os Líderes do Governo, quanto os Líderes da oposição, nós vamos procurar fazer a equalização disso, mas, sobretudo, também ouvindo V. Exa. – e, por isso, nós nos reunimos hoje pela manhã – e ouvindo também o Presidente da Câmara dos Deputados, Presidente Hugo Motta, cujas preocupações V. Exa. trouxe hoje pela manhã. Então, a assessoria da Liderança está organizando isso em uma planilha comum.

Anteriormente à reunião que tive com V. Exa., eu e o seu chefe de gabinete tivemos uma reunião com o Ministro Bruno Moretti para ver, entre os vetos, os que podem trazer grande impacto fiscal. Há uma preocupação do Governo, mas há uma preocupação também de V. Exa. para ter a devida preservação das contas públicas em relação a isso. V. Exa. me orientou nesse sentido no dia de hoje. Após a reunião com V. Exa., reuni-me com o Ministro-Chefe da Secretaria de Relações Institucionais, Ministro José Guimarães, e também levamos algumas propostas de veto, para cuja apreciação há um consenso aqui, nesta Casa. Então, estamos construindo uma síntese comum em uma planilha do conjunto desses vetos que estaremos encaminhando para as Lideranças e fazendo todas as mediações necessárias.

Essa planilha comum está sendo consolidada agora à tarde. Todas as Lideranças, tanto do Governo, quanto da oposição, tanto do Senado, quanto da Câmara, irão recebê-la, sobretudo, com o que nós conversamos hoje pela manhã.

Nesse sentido, Presidente Davi, se V. Exa. também me permite, parece-me que tem um tema que foi votado hoje na Comissão de Infraestrutura daqui, do Senado, que é o PLP 73, que fala sobre o tema de contingenciamento das agências reguladoras. Sobre esse tema, parece-me que há um veto específico que deveremos apreciar.

Eu queria, logicamente se for a decisão de V. Exa., aqui rogar ao Presidente da Comissão de Infraestrutura, ao autor da matéria, ao Relator da matéria e a V. Exa. para nós aguardarmos a sessão do Congresso. Há uma disposição do Governo em buscar um entendimento em relação a esse tema, inclusive debatendo a parte do veto que está sendo apreciado, ou seja, era para nós não apreciarmos no dia de hoje, mas procurarmos dar esse tempo, pelo menos até a sessão do Congresso, para ter uma manifestação do Governo e podermos apreciá-lo.

Eu já avanço um pouco na atribuição do meu colega Líder Jaques Wagner, mas, como é um tema



que está na pauta do Senado, mas também é, de certa forma, tema de apreciação da sessão do Congresso de quinta-feira, eu queria encaminhar essa preocupação do Governo a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Líder Randolfe Rodrigues, na franqueza que sempre trato com V. Exas., V. Exa. está certo em parte em relação às ponderações que V. Exa. faz quanto a este projeto de lei complementar específico, que foi votado hoje na Comissão de Infraestrutura. Ocorre que a oportunidade da apreciação na sessão do Congresso sobre o veto trata, única e exclusivamente, apenas do que diz respeito ao ano de 2026.

A legislação deliberada na Comissão hoje é uma legislação que dá oportunidade para o Estado brasileiro ter, nas agências reguladoras, a condição de ter assegurado o orçamento. Essa construção desse projeto de lei, que está sendo tratado, há muito tempo, comigo e com muitos colegas nossos, nos trouxe até aqui.

Eu recolho a solicitação de V. Exa., compreendo a solicitação de V. Exa., mas, como esta matéria ainda será deliberada pela Câmara e ela precisará obrigatoriamente ser deliberada pelo Senado e precisará obrigatoriamente ser deliberada na Câmara dos Deputados, a disposição da Presidência, com base no requerimento de urgência da Comissão aprovado, é de incluir ainda hoje, para deliberação, esta matéria no Plenário do Senado, porque a sessão do Congresso em nada acarretará a possibilidade de nós deliberarmos esta matéria hoje, porque, na sessão do Congresso, se mantido ou derrubado o veto, nós vamos tratar apenas de um ano específico em relação ao contingenciamento das agências. E neste projeto de lei é uma coisa que a gente consegue organizar, no arcabouço legislativo brasileiro, uma proteção histórica para as agências reguladoras que estão todo dia sofrendo, sem terem a condição mínima adequada de cumprir com as suas obrigações constitucionais e com o seu dever de ser uma agência reguladora. Não têm, como disseram alguns diretores de agência, recursos sequer para pagar os terceirizados das agências. Isso não é justo com o papel que nós impusemos para as agências reguladoras brasileiras.

Então, como essa matéria não vai se resolver ainda hoje, nós vamos cuidar, na sessão do Congresso, para ver o que a gente pode fazer em relação ao veto, manutenção ou derrubada. Mas nós vamos apreciar, com o requerimento para inclusão extrapauta no Plenário, o projeto de lei complementar votado hoje na Comissão de Infraestrutura.

Item 1.

Projeto de Lei nº 96, de 2024, de autoria do Deputado Idilvan Alencar, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para especificar as atividades a serem consideradas no aperfeiçoamento profissional continuado dos profissionais da educação básica pública.

Parecer favorável nº 35, de 2026, da Comissão de Educação e Cultura.

A Relatora é a Senadora Professora Dorinha Seabra.

Não foram apresentadas emendas perante a mesa.

Foi apresentado o Requerimento nº 34, de 2026, da Comissão de Educação e Cultura, que solicita a urgência para apreciação da matéria.

Submeto à votação o requerimento.

Em votação.

As Senadoras e os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento de urgência.

Passamos à discussão da matéria. (*Pausa.*)

Não temos quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação.

A Presidência submeterá a matéria à votação simbólica.

Votação do projeto, em turno único, nos termos do parecer.



As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o projeto.

A matéria vai à sanção presidencial.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Líder Weverton.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA. Pela ordem.) – Eu respeitei logo a votação e quero parabenizar os autores e todos os que apoiaram o projeto na mudança da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Presidente.

Quero lhe dizer que hoje eu recebi os representantes do Movimento Sindical Nacional, que estão tratando do PL 2.531, de 2021, que são os não docentes.

Eu queria aqui fazer o apelo a esta mesa e a esta Presidência, para que pudesse despachar esse PL para as suas devidas Comissões, para que ele possa ser devidamente discutido, Presidente, debatido, maturado, e, é claro, logo ele possa vir para cá, para o Plenário do Senado Federal. É o PL que trata dos não docentes da nossa educação, do ensino hoje do nosso país.

Tão importantes quanto os nossos professores ali, Senador Rogério Carvalho, são o porteiro, a merendeira, são todos os administrativos que estão lá dentro e eles fazem parte, sim, dessa importante seleção desse time que ajuda a construir, cada vez mais, e melhorar a educação do nosso país.

Então, esse é o nosso pedido. Eu ia fazer dentro do projeto que ia ser discutido, mas eu preferi que ele se encerrasse para fazer esse pedido a esta Presidência. É o PL 2.531, de 2021. Eu tenho até um pedido de urgência feito aí na Presidência da Casa. É esse o pedido.

E quero parabenizar o Deputado Domingos Neto. Parabéns, V. Exa. conhece tão bem o Orçamento, já foi Relator-Geral, eu tenho certeza de que vai conduzir com muita maestria e vai fazer um grande trabalho à frente da CMO.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Líder Weverton, eu estava conversando com o Dr. Danilo aqui. Este projeto tem uma solicitação da CNM, falando que a fonte de arrecadação para este projeto... Permita-me V. Exa. fazer apenas um esclarecimento, não vou conseguir fazer a contento, com certeza, porque eu não estou com todas as informações neste momento. Mas, em outras oportunidades, eu tratei desse projeto e ele está no rol daquelas pendências relacionadas a algumas carreiras solicitadas para deliberação pelos Senadores, por V. Exa. e pelas Senadoras à Presidência. Tem apenas uma observação: eu estou aguardando uma resposta do Governo em relação à possibilidade da utilização do recurso do Fundeb – que é a fonte de financiamento para essa despesa – e ele não suportar toda a conta.

Então, há um documento dizendo que ainda vai carecer de R\$19 bilhões de recursos, que podem ser tirados do Fundo Social ou de outras fontes de receita para complementar – essa é a palavra que foi usada no documento que chegou à Presidência –; que precisaria de verba para complementação.

Então, eu peço desculpas a V. Exa., mas eu vou analisar separadamente. Se esta matéria, como V. Exa. está falando – tenho toda a compreensão da importância desta matéria –, tiver única e exclusivamente a fonte de recurso para o pagamento, o Fundeb, e ele cobrir a totalidade dos recursos, tenha certeza V. Exa. de que esta Presidência vai colocar imediatamente na pauta; mas eu preciso da resposta de alguns órgãos do Estado sobre essa impossibilidade de o Fundeb cobrir ou arcar 100% com essa despesa.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA) – Eu agradeço, Presidente, essa franqueza.

Eu mesmo sugeri a V. Exa. que para alguns projetos que chegaram aqui, vindos da Câmara dos Deputados – eu estava aqui lembrando ao Deputado Juscelino Filho – que existe uma lei pela qual tem que direcionar e falar de onde vem o orçamento.



Então, os que vieram de lá, a gente tem de perguntar, Senadora Tereza, para a Câmara: esse projeto foi aprovado e vem de onde esse recurso? Não custa nada devolver e fazer essa pergunta para não ficar aqui essa batata quente no colo do Presidente; agora, os que estão aqui, nós também já irmos atrás dessas fontes.

Então, no caso desses, dos não docentes, nós temos o Fundef, nós temos o Fundeb, enfim, vamos mandar para as Comissões e para as áreas técnicas que vão fazer essa análise responsável e falar: “Olha, tem o dinheiro e dá para cobrir de lá?”. Então, trata-se diferente, porque são tão importantes quanto todos os professores que estão na sala de aula.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Na semana passada, quando eu conversei com V. Exa. bem ali...

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – E V. Exa. me...

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA) – Eu vim para cá hoje porque o Rodrigo Pacheco sempre fica aqui, aí V. Exa. olha mais para cá. Aí eu corro para cá.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não, é porque o Presidente Rodrigo Pacheco quase não está vindo para aí...

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA) – Veio, veio...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – ... então, nós estamos sentindo saudades dele.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA) – ... ele ficou aqui hoje direto. Ele foi bem ali, ele já volta.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Eu falei com V. Exa. ali – e V. Exa. reproduziu – e V. Exa. está certo.

Nós mandamos solicitar sobre esse estudo. Se o recurso do Fundeb resolver, é meu interesse colocar na pauta para resolver. (*Pausa.*)

Projeto de Lei nº 5.672, de 2025, do Deputado Leo Prates, que dispõe sobre a transferência simbólica da sede do Governo Federal para o Município de Salvador, no Estado da Bahia, na data de 2 de julho de cada ano; e dá outras providências.

Parecer favorável nº 42, de 2026, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. O Relator foi o Senador Líder Jaques Wagner e o Relator *ad hoc* foi o Senador Líder Rogério Carvalho.

Não foram apresentadas emendas perante a mesa.

Foi apresentado o Requerimento nº 24, de 2026, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que solicita urgência para apreciação e deliberação da matéria.

Submeto à votação o requerimento.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento.

Passamos à discussão da matéria.

Concedo a palavra ao Senador Jaques Wagner, Líder, Relator da matéria, para discutir.

(*Soa a campanha.*)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA. Como Relator.) – Presidente, obrigado.

Eu queria registrar a presença do Deputado Leo Prates, da Bahia, que foi o autor do projeto.

E o 2 de julho para nós, baianos – e deveria ser para todos os brasileiros –, é porque Dom Pedro



proclamou a Independência em 7 de setembro, mas os portugueses não concordaram com a proclamação e se mantiveram concentrados no Recôncavo Baiano, com tropas, com a Marinha fiel à Coroa portuguesa, pretendendo retomar o Brasil como colônia.

É de se registrar que onde mais morreram negros, índios, portugueses que concordavam com a Independência e brasileiros em geral foi na Bahia. De 7 de setembro de 1822 a 2 de julho de 1823, os portugueses pelevavam para nos manter como Brasil Colônia. E, repito, a luta foi sangrenta, com muitas mortes, e, finalmente, no dia 2 de julho de 1823, quase um ano após a proclamação da Independência, a tropa marinha portuguesa se retirou, exatamente acuada pela resistência baiana aderente ao processo de Independência.

Então, o 2 de julho, para nós, é a data maior, o Hino da Bahia é o hino ao 2 de julho. O hino religioso mais conhecido da Bahia, que é o Hino ao Senhor do Bonfim, foi feito exatamente no centenário do 2 de julho – portanto, em 2 de julho de 1923.

E todo 2 de julho, diferentemente do 7 de setembro, que é uma marcha oficial, uma parada oficial, nós lá temos uma marcha absolutamente popular, com colégios, com charangas, carregando a imagem do caboclo até a cerimônia final no Campo Grande.

E, quanto ao pedido de urgência, é porque o dia 2 de julho já está chegando. Portanto, eu quero dizer que ele se inspirou numa coisa minha, porque eu transfiro a capital baiana para Cachoeira, que foi onde começou a luta, e ele teve uma ideia mais brilhante de transferir a capital brasileira, simbolicamente, para a Bahia, nesse 2 de julho.

Eu agradeço a V. Exa. por ter votado a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não temos mais Senadores inscritos para discutir, mas me permitam, no meio da discussão da matéria, fazer um registro muito importante, Senador Wagner.

V. Exa., quando tratou desse assunto, falou da importância e do significado para que nós pudéssemos fazer essa votação em caráter de urgência, com a assinatura de todos os Líderes, e por isso está no Plenário, porque eu sei da importância não só para V. Exa., mas para o Estado da Bahia e para o Brasil. Que a gente possa fazer simbolicamente e registrar, mesmo que por uma lei aprovada no Congresso, e reconhecer a importância da Bahia nessa data muito significativa.

Parabéns a V. Exa.

O autor está aqui, mas, quando falaram que o Relator era V. Exa., eu falei: “Temos que incluir”.
(*Pausa.*)

Não temos mais Senadores inscritos para discutir.

Está encerrada a discussão.

Passamos à apreciação.

A Presidência submeterá a matéria à votação simbólica.

Votação do projeto, em turno único, nos termos do parecer.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o projeto.

A matéria vai à sanção presidencial, e será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O autor do projeto está aqui, e ele já vai avisar o Presidente Hugo Motta.

Senadora Leila, V. Exa. relata o terceiro item da pauta. O Senador Marcos Rogério pediu para solicitar que nós pudéssemos votar este PLP...

Pelo olhar da Senadora Leila, ela não aceitou as minhas ponderações.

Senador Marcos Rogério, V. Exa. já perdeu para mim e para a Senadora Leila – vai ter que aguardar a votação do outro projeto.



A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Senador Marcos, não faz isso comigo.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Projeto de Lei nº 6.133, de 2025, de iniciativa da Presidência da República, que cria a Universidade Federal do Esporte.

Parecer favorável nº 12, de 2026, da Comissão de Esporte; a Relatora foi a Senadora Leila. Não foram apresentadas emendas perante a Mesa.

Foi apresentado o Requerimento nº 9, de urgência, da Comissão de Esporte, de 2026, solicitando a urgência para a apreciação da matéria.

Submeto à votação o requerimento.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento.

Passamos à discussão da matéria.

V. Exa...

Com a palavra a Relatora.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. Como Relatora.) – É muito rápido, Sr. Presidente.

Primeiro...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Se for muito rápido, V. Exa. vai ajudar muito o Senador Marcos Rogério.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Olhem só, vou ajudá-lo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. *Fora do microfone.*) – Por favor.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Primeiro, só quero me solidarizar ao senhor – eu me junto aos demais colegas na tarde de hoje – e dizer, Sr. Presidente, que vivemos tempos difíceis, tempos de muito julgamento, muitas vezes sem fundamento, ataques ao nosso trabalho e à nossa honra; e eu me junto aos colegas para dizer ao senhor que siga firme. O senhor não está sozinho; o senhor é o Presidente desta Casa e merece todo o nosso apoio. Conte conosco. O senhor sabe da minha admiração e o carinho dessa parceria de sete anos juntos aqui. Deus abençoe você e sua família.

Presidente, primeiro eu quero parabenizar o Governo Federal, na pessoa do Presidente Lula, que teve essa iniciativa muito importante de criar a Universidade do Esporte, assim como a Universidade Indígena, que foi aprovada recentemente aqui, no Plenário do Senado Federal.

O Brasil, Sr. Presidente, cresceu muito internacionalmente. A partir do momento em que se cresce, as responsabilidades aumentam e as expectativas também, e ter um espaço, como uma universidade, onde a gente vai poder formar gestores e treinadores, ampliar o estudo com base na ciência esportiva e poder também ofertar aos atletas a possibilidade, no período de transição pós-carreira, de dar continuidade à nossa formação educacional, é muito importante. Então, é uma sensibilidade que não tem preço.

E aí eu gostaria muito de dizer para o senhor que o mérito dessa proposição é juntar, numa mesma instituição, ensino, pesquisa, inovação, formação de profissionais e a oportunidade desses atletas, daqueles que estão em transição, de seguirem as suas carreiras pós-prática esportiva.

Então, é importante também falar dos objetivos que promovem a sensibilidade e o fortalecimento também do paradesporto; o fortalecimento e a ampliação da participação feminina no esporte, que cada vez mais vem crescendo; o combate ao racismo e a vários outros tipos de preconceito.

Eu me somo e faço um apelo muito à Casa e ao senhor: sensibilidade para que possamos aprovar



e entregar à comunidade esportiva esse espaço onde nós poderemos desenvolver, discutir e implementar inúmeras políticas para o setor esportivo.

É um grande momento para o esporte, e eu quero agradecer, mais uma vez, a sua sensibilidade de pautar e de nos ajudar; ao Congresso, a esta Casa, pelas votações, que foram unânimes, inclusive na Comissão de Esporte; e também ao Governo Federal, na pessoa do Presidente Lula e também do Ministro do Esporte em exercício, Paulo Henrique.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Obrigado, Senadora Leila.

Não temos mais Senadores inscritos para discutir a matéria.

Está encerrada a discussão.

Passamos à apreciação, imediatamente.

Diante de todas as ponderações feitas pela Relatora, a Presidência submeterá a matéria à votação simbólica.

Votação do projeto, em turno único, nos termos do parecer.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o projeto, com o registro de voto contrário do Líder Senador Eduardo Girão.

(Declaração de voto - Vide Item 3.2.1 do Sumário)

A matéria vai à sanção presidencial, e será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Parabéns.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. Pela ordem.) – Sr. Presidente, pela ordem.

Eu gostaria de inserir um requerimento extrapauta para a realização de uma sessão especial destinada a celebrar o Agosto Lilás, que é o mês de proteção às mulheres.

É o Requerimento nº 9. Se pudermos aprovar...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Nós vamos fazê-lo, porque eu estou atendendo V. Exa. até agora com 100% e eu não posso diminuir o meu percentual.

Vamos inclui-lo extrapauta...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – ... se o Marcos Rogério deixar.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. *Fora do microfone.*) – Absolutamente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concorda plenamente.

Item extrapauta.

Projeto de Lei Complementar 73, de 2025, de autoria do nosso Secretário da Mesa do Senado Federal, Senador Laércio Oliveira, que altera o art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000, para ressaltar despesas das agências reguladoras federais da limitação de empenho e movimentação financeira.

Parecer nº 12, de 2026, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, e o Relator foi o nosso Presidente



da Comissão, o Senador Marcos Rogério. **(Vide Item 4.1.4 do Sumário)**

O relatório é favorável ao projeto, com a Emenda nº 4, que apresenta; e contrário às Emendas nºs 1 a 3.

As emendas não acatadas na Comissão são consideradas inexistentes, nos termos do art. 124, I, do Regimento Interno do Senado Federal.

Foi apresentado o Requerimento 71, de 2026, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, que solicita urgência para apreciação da matéria. **(Vide Item 3.2.2 do Sumário)**

Submeto à votação o requerimento.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o requerimento de urgência.

A matéria depende de parecer da Comissão de Assuntos Econômicos.

Faço a designação, em Plenário, de S. Exa. o Senador Marcos Rogério, que foi Relator na Comissão de Infraestrutura, para que ele possa proferir o parecer em relação à CAE.

Com a palavra o Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para proferir parecer.)

– Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, este é um momento extremamente importante para o Brasil. Quando se fala de fortalecer as agências reguladoras, nós estamos falando justamente do fortalecimento da infraestrutura do Brasil, porque essas agências, a partir de 1990, foram o instrumento que o Estado brasileiro criou justamente para propiciar o ingresso do setor privado nas soluções estruturantes do Brasil. Ou seja, o setor público não deu conta de dar respostas aos problemas da infraestrutura nacional, e o setor privado foi chamado a participar. E é justamente o regulador, quem cumpre a tarefa de assegurar um ambiente de previsibilidade, de segurança jurídica, segurança regulatória.

Então, Sr. Presidente, a Lei 13.848, a chamada Lei Geral das Agências, consolidou essa escolha: mandatos fixos para diretores das agências; independência técnica, decisória, administrativa e financeira. A lei foi clara: a agência reguladora não é braço do governo de plantão, é órgão de Estado; mas há uma contradição que precisa ser dita com clareza. A lei garante autonomia, mas o orçamento pode negá-la. Portanto, é uma autonomia inexistente, porque tem autonomia para decidir, mas, quando lhe falta o orçamento, ela não pode dar cumprimento à sua missão institucional.

Hoje, nós tivemos, na Comissão de Infraestrutura, a presença dos diretores-presidentes das agências. Senador Laércio Oliveira, V. Exa. participou da audiência pública como autor do projeto de lei complementar e ouviu relatos ali que demonstraram a inviabilidade do funcionamento das agências em razão do comprometimento do orçamento; fiscalizações e serviços comprometidos por falta de orçamento.

Isso representa justamente romper com aquilo que desejou, com aquilo que propôs a Lei Geral das Agências: agências autônomas, do ponto de vista das decisões e do seu funcionamento. Mas, ao faltar o orçamento, essa autonomia deixa de existir na prática. Foi justamente dentro desse contexto que veio o PLP 73, de 2025, de autoria do Senador Laércio Oliveira, trazendo uma solução legislativa para encaminhar uma solução estruturada para todas as agências.

Aqui, cumprimento a presença do Dr. Guilherme Sampaio, que é Presidente da Agência de Transportes Terrestres (ANTT) e também é o Presidente do colegiado de presidentes das agências reguladoras do país. A presença dos diretores no Senado Federal no dia de hoje foi uma demonstração clara da importância desse PLP.

E a sensibilidade, aqui, Sr. Presidente... Eu quero destacar a sensibilidade de V. Exa. em pautar essa matéria. Poderia simplesmente deixar para votar em outro momento, mas nós estamos tratando de um tema que é central para o desenvolvimento do país. Infraestrutura deve puxar o desenvolvimento. No Brasil nós vivemos uma inversão: aqui o desenvolvimento é que muitas vezes acaba por puxar a



infraestrutura. Então, eu fico, como Presidente da Comissão de Infraestrutura, extremamente honrado pelo fato de o Presidente Davi pautar a matéria no dia de hoje e nos permitir a sua votação.

Dito isso, passarei à análise do ponto de vista da Comissão de Assuntos Econômicos, indo direto para a análise.

Compete ao Plenário apreciar a matéria nesta oportunidade em substituição à Comissão de Assuntos Econômicos, especialmente quanto aos aspectos constitucionais, jurídicos, regimentais, de técnica legislativa, econômicos e financeiros – atribuições originárias da CAE, nos termos dos art. 97 e 99 do Regimento Interno do Senado Federal.

A matéria se insere no campo da competência concorrente da União para legislar sobre direito financeiro, nos termos do art. 24, inciso I, da Constituição Federal. Além disso, por se tratar de alteração da Lei de Responsabilidade Fiscal, incide também o inciso I do art. 163 da Constituição Federal, segundo o qual cabe a lei complementar dispor sobre finanças públicas. A União, nesse contexto, possui competência para editar normas gerais sobre a matéria, conforme o art. 24, § 1º, da Constituição Federal.

Também é legítima a iniciativa parlamentar, uma vez que o projeto não trata de matéria reservada a iniciativa privativa do Presidente da República. A proposição não cria ou extingue órgãos, cargos, funções ou empregos públicos, não altera a estrutura administrativa do Poder Executivo e não institui despesa obrigatória específica. Limita-se a modificar a regra geral de execução orçamentária e financeira ao ampliar as hipóteses de despesas não sujeitas a limitação de empenho e movimentação financeira.

Sob o aspecto material, a proposição é compatível com a Constituição Federal. A alteração proposta não constitui inovação incompatível com o regime fiscal brasileiro, pois o próprio art. 9º, §2º, da Lei de Responsabilidade Fiscal já prevê hipótese de despesas ressalvadas da limitação de empenho.

O projeto, portanto, não afasta a responsabilidade fiscal, mas ajusta seus instrumentos à natureza institucional das agências reguladoras federais, cujas atividades exigem estabilidade, previsibilidade e continuidade operacional.

No mérito, o PLP 73, de 2025, é conveniente e oportuno. As agências reguladoras federais exercem funções estratégicas em setores essenciais da economia, como energia, transportes, telecomunicações, saúde suplementar, saneamento, mineração, petróleo e gás, vigilância sanitária, aviação civil e proteção de dados, além de outros. Sua atuação envolve regulação técnica, fiscalização, normatização, análise de outorgas, monitoramento de contratos, solução de conflitos, regulação tarifária e proteção dos usuários.

A limitação de empenho e movimentação financeira sobre essas entidades pode comprometer diretamente a qualidade da regulação e a segurança jurídica dos setores regulados. A redução abrupta de recursos pode afetar fiscalizações, inspeções, sistemas tecnológicos, análises de processos e demais atividades indispensáveis ao funcionamento das agências. Adicionalmente, a limitação das atividades pode gerar custos econômicos superiores no futuro, pois a descontinuidade de fiscalizações, análises técnicas e processos tende a acumular passivos administrativos, atrasar decisões, ampliar litígios e exigir, posteriormente, esforços orçamentários mais elevados para recompor a capacidade operacional perdida.

Quanto à Emenda nº 4, da CI, entendo que aperfeiçoa o texto original, porque evita controvérsias sobre a separação entre atividade-meio e atividade-fim. A atividade regulatória depende de estrutura tecnológica, administrativa, jurídica, logística e operacional sem a qual a própria função finalística fica prejudicada, motivo pelo qual mantenho o seu acolhimento.

Assim, entendo que a aprovação deste PLP fortalece a autonomia institucional das agências reguladoras, preserva a continuidade de suas atividades e contribui para a estabilidade regulatória, sem contrariar o regime constitucional de responsabilidade fiscal e agindo de forma economicamente responsável, ao evitar custos de descontinuidade.

Quanto à técnica legislativa, no entanto, percebemos a necessidade de um ajuste redacional ao art.



2º, que determina a entrada em vigor da futura lei em 365 dias, sem a expressão “após sua publicação”. Apresentamos uma emenda de redação para equalizar esse lapso.

O voto.

Ante o exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei Complementar nº 73, de 2025. No mérito, por sua aprovação, com a manutenção da Emenda nº 4, da CI. E quanto à técnica legislativa, pela apresentação da emenda de redação que apresenta.

É o voto, Sr. Presidente. **(Íntegra do Parecer nº 94/2026-PLEN-SF - Vide Item 3.2.2 do Sumário)**

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Cumprimento V. Exa., Senador Marcos Rogério, e naturalmente o autor do projeto, o Senador Laércio Oliveira. Parabéns pela brilhante iniciativa.

O parecer é favorável ao projeto e à Emenda nº 4, com a Emenda nº 5 apresentada.

Completada a instrução, passamos à discussão da matéria.

Não temos...

Concedo a palavra à Senadora Tereza Cristina, para discutir a matéria.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Para discutir.) – Presidente, eu primeiro quero me solidarizar com V. Exa., eu não estava aqui no início da sessão, e dizer que o senhor tem o nosso respeito, o nosso carinho. E isso tudo que está acontecendo no Brasil, a gente espera que essa página possa ser virada, e a gente possa ter responsabilidade com as pessoas. Com as pessoas e com a família principalmente das pessoas, porque nós da política temos couro grosso, mas nem sempre, as nossas famílias precisam estar submetidas a isso. Então a minha solidariedade, o meu carinho, e o senhor sabe da minha amizade.

Depois eu queria cumprimentar o Marcos Rogério por esse projeto, e meu querido colega Laércio Oliveira.

Ele vem no tempo certo, Laércio. A gente tem visto aí a deterioração das agências reguladoras do país. Se nós não colocarmos um projeto como esse que está sendo aqui votado – e eu tenho certeza de que vai ser aprovado –, é melhor fechar as agências. As agências estão perdendo, cada vez mais, o seu foco de fiscalizar. Enfim, nós vimos aí o que tem acontecido, e as agências, às vezes, são criticadas e punidas, mas elas não têm hoje condições de poder fazer o trabalho, o serviço para que elas foram criadas.

Então parabéns pelo projeto, e o PP vai encaminhar “sim”.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Cumprimento V. Exa. e quero lhe agradecer, Senadora Tereza, as palavras em relação à minha pessoa.

Nós não temos mais Senadores inscritos para discutir a matéria. Está encerrada a discussão.

Com a palavra o Relator, o Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Como Relator.) – Se V. Exa. me permite, no curso da discussão da matéria, foi abordado pelo Senador Laércio Oliveira o prazo de vigência. E eu fui conversar com a consultoria com relação a esse ponto especificamente.

No texto, ficaram 365 dias após a sua aprovação. E eu vou acolher o pleito do Senador para colocar a vigência, se V. Exa. me permitir, no ano seguinte à sua aprovação. Não tem sentido ficar um ano para se ter a vigência. Nós estamos... Tem que se observar o critério da anualidade.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Excelência.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) –



Permita-me fazer uma ponderação a V. Exa. e ao autor do projeto. Quando V. Exa. solicitou a palavra, nós tínhamos concluído a discussão da matéria...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – ... ou seja, do ponto de vista regimental, o Dr. Ivan e o Dr. Danilo estão me informando que não dá para nós fazermos mais alteração, porque, quando nós fizemos a alteração do prazo, nós estamos alterando o mérito do relatório apresentado por V. Exa. ainda há pouco.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Para nós não termos nenhum tipo de problema, essa matéria vai à Câmara dos Deputados.

Eu queria pedir a V. Exa. e ao Senador Laércio... Eu me comprometo com V. Exa. em, chegando à Câmara dos Deputados, conversarmos com os nossos colegas Deputados e Deputadas. Estão aqui o Líder Isnaldo, o Deputado Domingos. Enfim, para que a Câmara possa fazer essa alteração, que eu posso falar que será um aperfeiçoamento, e, no retorno, V. Exa. acolhe.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa.

O texto veio no original. Era uma correção apenas de texto, mas sendo o entendimento da Mesa, não há nenhum prejuízo, podemos fazer conforme a orientação de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – É exatamente isso. Mas, como foi aprovado no texto, mesmo vindo no relatório original, vamos evitar. E a gente tem a Casa revisora neste caso, já que a Casa iniciadora é o Senado. A Casa revisora pode aperfeiçoar o projeto de V. Exa.

Não temos mais Senadores inscritos para discutir.

Está encerrada a discussão.

Passamos à apreciação da matéria.

Votação do projeto e das emendas em turno único, nos termos dos pareceres.

A matéria depende...

Informo às Senadoras e aos Senadores que a matéria depende, para a sua aprovação, do voto favorável da maioria absoluta da composição da Casa, ou seja, pelo menos 41 votos “sim”.

O nosso quórum está em 74 Senadores.

Eu peço a V. Exas. que estão no Plenário e que estão tratando desse assunto desde a sua deliberação na Comissão de Infraestrutura que entrem em contato com os nossos colegas, Senadores e Senadoras, que estão no modo semipresencial, para que possam participar desta votação.

Além da importância da votação desta matéria hoje, que foi inserida pelo entendimento com o autor e com o Relator, e com a certeza de que a Presidência está fazendo o certo, pela regulação no Brasil, como item extrapauta, que a gente possa votar com uma ampla maioria, já que nós precisamos de 41 votos favoráveis para essa matéria.

Então, nós vamos iniciar a votação, e eu vou aguardar, naturalmente, um quórum adequado, mas temos 74. Temos que avisar aos nossos colegas.

Solicito à Secretaria-Geral da Mesa que abra o painel para o início da deliberação.

A votação está aberta.

As Senadoras e os Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Nelsinho, eu solicito a V. Exa. que possa, por gentileza, informar à Liderança do PSD que nós



estamos em processo de deliberação.

Peço à Senadora Tereza que possa informar ao Progressistas que nós estamos em processo de deliberação.

Peço ao Senador Jaime Bagattoli que possa informar aos Senadores do Partido Liberal que nós estamos em processo de deliberação.

E nós necessitamos da votação nominal dos nossos colegas Senadores e Senadoras.

Também peço ao Dr. Giacomo, que é assessor da Liderança do Republicanos, que possa informar à Senadora Damares e ao Presidente Mourão, em nome do Republicanos, que nós estamos em processo de deliberação.

Peço à Senadora Leila que possa informar ao PDT que nós estamos em processo de deliberação e que necessitamos da votação nominal de Senadoras e de Senadores neste projeto.

Reitero que, neste projeto, nós precisamos ter 41 votos “sim”.

Temos mais uma observação a que peço à Secretaria da Mesa que fique atenta. A votação nominal de uma matéria como esta não só carece de um quórum qualificado, se for possível, dos 74 Senadores presentes, mas essa votação também tem efeitos administrativos, porque é a única votação nominal do dia de hoje.

Então, se a Secretaria-Geral da Mesa, o Dr. Ivan, a Sabrina, o Dr. Bandeira – que abandonou a SGM para ser o advogado jurídico da Presidência do Senado Federal e o pessoal aqui não está com saudade dele –, puderem nos ajudar, Líder Isnaldo, a avisar aos Senadores, para que eles não tenham um efeito administrativo em relação a essa votação.

Quero cumprimentar o Líder Isnaldo Bulhões, Líder do MDB na Câmara dos Deputados, dizer a V. Exa., querido Deputado Isnaldo, do carinho e da admiração que tenho por V. Exa. Fizemos uma reunião hoje com o Presidente Hugo Motta – o Presidente Hugo Motta também está tratando das questões relacionadas à sessão do Congresso Nacional.

Fizemos, ainda há pouco, Líder, o anúncio de S. Exa., o Deputado Domingos Neto, que foi eleito com o seu apoio, com o apoio de todas as Lideranças – eu queria informar isso aqui. O Deputado Domingos Neto foi eleito Presidente da CMO hoje, 14h30, por uma indicação de todas as lideranças partidárias da Câmara dos Deputados para presidir a CMO. E o Líder Isnaldo, naturalmente, em nome do MDB da Câmara dos Deputados, apoiou a indicação do Deputado Domingos Neto para assumir a Presidência, fato que ocorreu na tarde de hoje, a eleição e a posse.

Então, eu queria cumprimentá-lo, Isnaldo, e esta oportunidade do cumprimento é para fazer um registro a duas pessoas muito importantes que trataram do orçamento no ano passado. Estava ainda há pouco aqui o Presidente Efraim Filho, aqui do meu lado, e V. Exa. agora aqui no Plenário do Senado Federal. Ao tempo em que eu registro a ascensão do Domingos Neto à Presidência da CMO, na condição de Presidente do Congresso Nacional, eu quero registrar, Isnaldo, o brilhante trabalho que V. Exa. realizou junto à CMO no ano passado no orçamento do Brasil.

V. Exa.... Falo publicamente isso aqui com o carinho e com o respeito que tenho por V. Exa. No ano passado, a nossa CMO, Líder Isnaldo, deu um exemplo na condução, na deliberação do orçamento do Brasil. E as coisas passam assim, Isnaldo, e, aparentemente, parece que tudo aconteceu naturalmente, mas votarmos o orçamento no prazo hábil estabelecido pela Constituição, termos aquela votação, dando a tranquilidade ao Brasil de ter um orçamento aprovado no ano da votação do orçamento, quando outrora nós ficávamos março, abril, maio do ano seguinte para votar o orçamento do ano...

Então, eu queria cumprimentá-lo, Isnaldo, e estou falando isso publicamente – já falei em outra oportunidade, e é bom falar... Geralmente as pessoas não querem lembrar, mas a melhor coisa do mundo é lembrar e reconhecer a todo instante aqueles que deram a sua contribuição numa agenda muito relevante



como o orçamento do Brasil.

Sob a Presidência do Senador Efraim Filho e, com a sua relatoria no orçamento, nós fizemos grandes entregas para o Brasil, desde a votação do orçamento, no ano anterior à execução do orçamento. E isso não é pouca coisa e eu quero registrar publicamente e vou repetir: isso não é pouca coisa nos tempos atuais.

Parabéns, Isnaldo, pela sua condução.

Muitas das políticas públicas que nós estamos entregando para os brasileiros se devem à votação do orçamento no ano adequado à sua votação. Então, há tempo ainda, antes de nós termos um novo Relator, porque nós só temos o Presidente.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. *Fora do microfone.*) – O Relator sou eu.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Em tempo, e eu quero cumprimentá-lo pelo seu trabalho como Relator, do fundo do coração. Parabéns pela sua condução. Sua condução foi fundamental. E reconhecer é muito importante, principalmente nos dias de hoje.

Parabéns!

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. *Fora do microfone.*) – (*Falha no áudio.*) ... então, você me elogia também no ano que vem.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – O Senador Laércio está fazendo algumas ponderações que a Presidência vai avaliar com muito carinho. (*Risos.*)

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. *Fora do microfone.*) – Amém. Eu vou ser igual a ele, e no final do ano você diga...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Eu concedo a...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Eu vou ter que dizer. Está fechado, está dito.

Eu vou – só antes de passar a palavra ao Líder Wellington Fagundes – informar que nós ainda temos muitos Senadores presentes que não votaram. E eu acho que nós deveríamos, Senador Laércio, Senador Marcos Rogério, se V. Exa. puder ajudar a Presidência como Relator. Olha só, nós temos apenas 49 votantes.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. *Fora do microfone.*) – Precisa de quantos?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Quarenta e um votos “sim”.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. *Fora do microfone.*) – Então... (*Falha no áudio.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Eu não recolhi as orientações das bancadas, então, eu acho que nós temos que chamar o máximo possível de colegas Senadores e Senadoras.

Concedo a palavra ao Líder Wellington Fagundes.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para orientar a bancada.)



– Sr. Presidente, o PL orienta “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – O PL orienta o voto “sim”, mas, mais do que a orientação, querido Relator, se V. Exa. puder chamar os Senadores e as Senadoras. Temos muitos Senadores que estão presentes.

Eu vou me permitir fazer apenas uma chamada nominal dos Senadores ausentes, porque as assessorias estão acompanhando aqueles que ainda não votaram e, talvez, com a nossa chamada, de um a um, possamos orientar as assessorias de Senadores que estão presentes e que não votaram.

Senador Lucas Barreto, Senador Randolfe Rodrigues, Senador Omar Aziz, Senador Cid Gomes, Senador Jorge Kajuru, Senador Izalci Lucas, Senador Marcos do Val, Senadora Eliziane Gama, Senador Jayme Campos, Senador Carlos Fávaro, Senadora Soraya Thronicke, Senador Jader Barbalho, Senador Veneziano Vital do Rêgo, Senador Ciro Nogueira, Senador Rogerio Marinho, Senadora Zenaide Maia, Senador Paulo Paim, Senador Giordano, Senador Astronauta Marcos Pontes, Senador Eduardo Gomes, V. Exas. precisam votar.

Peço às assessorias que chamem S. Exas. para votar, inclusive pelo aplicativo do telefone celular.

Com a palavra, o Líder Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para discursar.)

– Sr. Presidente, primeiramente, eu gostaria de parabenizar o Senador Laércio. Primeiro, pela sua competência, sempre apresentando projetos pertinentes, projetos que vão ajudar a sociedade brasileira, como é nesse caso, em que ele apresenta um projeto para que não sejam contingenciados os recursos das agências reguladoras. Porque a agência reguladora não pertence a um Governo, o papel da agência reguladora é exatamente regular as relações, principalmente com as concessionárias brasileiras. E essas agências têm um poder, também, de arrecadação muito grande.

E olhem que absurdo: o Governo contingenciar recursos para que elas possam fiscalizar o serviço ao cidadão brasileiro, isso em todas as áreas. Hoje nós temos o maior número de acidentes frontais em muitas estradas e, mais ainda, mais de 40 mil mortes em acidentes de trânsito no Brasil. E muitas dessas estradas concessionadas, infelizmente, estão esburacadas. Isso não pode acontecer.

E aí nós vamos falar de todas as agências, nos nossos portos, onde a Antaq tem um papel fenomenal, a agência de aviação civil, e assim vai por todas as áreas. Então, faltar recurso para essas agências é um absurdo! E este Governo, que está aí, só aumentando impostos e só aumentando a ganância. Então, é inaceitável.

Por isso, eu quero parabenizar também, aqui, o Senador Marcos Rogério, que foi o Relator do projeto lá na Comissão de Infraestrutura, e que foi aprovado, também, por unanimidade. Tenho certeza da importância de todos os Senadores votarem, Senador Davi Alcolumbre, exatamente porque é a forma de mostrarmos também para o Governo que nós estamos apoiando, sim, aqui, o papel das nossas agências reguladoras.

Inclusive, quero aqui colocar que fiz um projeto de lei, aliás, uma emenda à Constituição, que já foi aprovada aqui no Senado e está lá na Câmara dos Deputados, e que precisa ser aprovada urgentemente, exatamente para que contratos de longo prazo ou qualquer contrato que foi feito através de uma concessão pública não possa ser política de Governo, tem que ser política de Estado! Não pode um contrato feito para perdurar durante 30, 40, 50 anos; entra um Governo de plantão e quer mudar aquilo que já foi assinado e foi convencionado, enfim, com parecer do Tribunal de Contas, com a agência reguladora que ali fez a concessão.

Então, Senador Laércio, mais uma vez, parabéns por esse projeto que vai dar condições para que as nossas agências possam fazer a fiscalização, principalmente, e atender, acima de tudo, o cidadão.

Eu ainda quero – o Senador Esperidião quer falar, mas só mais um pouquinho, como está aguardando



o quórum – registrar que amanhã estaremos na cidade de Barra do Garças, na divisa de Mato Grosso com Goiás – Barra do Garças, Aragarças, Pontal do Araguaia, General Carneiro –, e eu quero aqui agradecer a todos os Prefeitos dessas cidades, aos Vereadores, porque faremos, lá, amanhã, uma audiência pública extremamente importante, autorizada por uma diligência externa da Comissão de Infraestrutura.

Nesta audiência, nós vamos discutir sobre a questão da duplicação da BR-070, que sai daqui de Brasília e vai passando por todo Mato Grosso, chega à divisa de Goiás, até a Serra de São Vicente, principalmente, onde, ali, essa estrada foi construída pelo governo do estado. E eu quero aqui fazer justiça ao ex-Governador Júlio José de Campos porque fez o trabalho, tanto dessa estrada, da BR-070, mesmo sendo BR, como também da BR-163, grande parte dela foi asfaltada pelo governo do estado na época do Governador Júlio Campos.

E agora chegou o momento de trabalharmos para que possamos fazer o projeto.

Já conseguimos. Hoje eu estive com o Diretor-Geral do Dnit, o Dr. Fabricio, e lá amanhã teremos várias autoridades. Estará lá também o Mauro Barbosa, que é um servidor e hoje faz um grande trabalho à frente da nossa Frente Parlamentar de Logística e Infraestrutura, com apoio do IBL (Instituto Brasil Logística) e da Confederação Nacional do Transporte. É um evento que teremos, inclusive, depois de amanhã, em Primavera do Leste, na mesma circunstância, porque teremos lá, Senador Esperidião Amin, no sábado, a inauguração da primeira ferrovia por autorização do país, fruto de um trabalho que fizemos aqui, aprovando o novo marco regulatório das ferrovias.

Isso permitiu, então, que nós pudéssemos ter o avanço da ferrovia, que sai lá de Santos, chega a Rondonópolis, Mato Grosso, e agora avança de Rondonópolis até a BR-070, no Município de Dom Aquino, bem próximo de Primavera e Campo Verde, onde então, na quinta-feira, teremos essa outra audiência.

Presidente Davi, eu quero agradecer à Presidência por, inclusive, ter autorizado que servidores do Senado estejam lá acompanhando a transmissão da TV Senado.

Fica aqui o registro, e aqui convido a população de Barra do Garças para que amanhã, às 14h, estejamos na Câmara de Vereadores e, na quinta-feira, às 10h, lá no Sest Senat, em Primavera do Leste.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Obrigado, Senador Wellington.

Concedo a palavra...

Eu estou aguardando ainda a gente melhorar o quórum. Nós temos dez Senadores que ainda não votaram.

Concedo a palavra ao Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Eu desejo aqui fazer um registro catarinense.

Em primeiro lugar, eu quero apresentar e saudar o nosso Deputado Estadual Antídio Lunelli, que está de aniversário hoje e, por isso, merece o nosso aplauso especial. Está acompanhado do Presidente do seu partido, do MDB, de Santa Catarina, ele que é pré-candidato a Senador na chapa que eu também integro como pré-candidato. Aqui, com o testemunho da Senadora Ivete da Silveira, do Senador Jaime Bagattoli e, até há pouco, do Senador Hermes Klann, estamos recebendo o nosso Deputado Antídio Lunelli, repito, o nosso aniversariante. Não vou dizer de quantos anos, porque nós queremos renovar! (*Risos.*)

Quero também fazer um registro, em nome do pioneirismo da indústria catarinense, das presenças entre nós do Vice-Presidente da fundição Tupy, Ênio Mathias.

Presidente Davi Alcolumbre, a fundição Tupy é uma empresa nascida em Joinville, há 88 anos. Hoje, é o maior *player* do mundo – do mundo – em fabricação de blocos de motores a combustão, ou seja, de motores de veículos automotores, pesados ou não.

Registro também a presença do Sr. Thomas Püschel, que é o Vice-Presidente da MWM, que faz



parte do grupo da fundição Tupy, e, finalmente, do Déurick Grégory, que é gerente do mesmo grupo, fundição Tupy – eu repito: com 88 anos de existência.

A planta de Joinville tem quantos empregados? (*Pausa.*)

Em Joinville, a planta da fundição Tupy tem 10 mil colaboradores, numa única planta, Senadora Ivete, na terra...

A SRA. IVETE DA SILVEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SC. *Fora do microfone.*)
– Conheço bem.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... que a senhora escolheu como vida e como companheira de vida do ex-Governador e Senador Luiz Henrique da Silveira, uma organização, uma empresa que nos orgulha a todos. (*Pausa.*)

Com as outras unidades, inclusive a de Betim, perfaz um total de 18 mil colaboradores no Brasil – e enfrenta a competição internacional, que é muito disputada.

Então, eu queria fazer esse registro como homenagem à política, ao empresário Antídio Lunelli e a Santa Catarina, através da empresa fundição Tupy, que eu conheço pessoalmente há uns 45, 50 anos.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) –
Parabéns, Senador Esperidião Amin.

Cumprimento todos os convidados que estão nesta tarde-noite no Senado da República, acompanhando S. Exas., e os Deputados, naturalmente, que estão presentes no Plenário. Sejam bem-vindos à Casa da Federação.

Dr. Guilherme, seja bem-vindo, meu querido Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres e Presidente do conselho de todas as agências reguladoras do Brasil. Na sua pessoa, Dr. Guilherme, meus cumprimentos a todos os diretores de agências reguladoras do Brasil, que cumprem uma missão extraordinária, que precisa ser valorizada, mas, acima de tudo, respeitada e reconhecida. E hoje o Senado os reconhece, a partir da votação dessa lei, no Plenário do Senado Federal.

Parabéns, Dr. Guilherme. Leve meu abraço a todos os nossos diretores das nossas agências, aos presidentes, diretores-presidentes das agências reguladoras do Brasil, e, naturalmente – já fiz isso várias vezes –, o meu reconhecimento ao papel relevantíssimo do ponto de vista do desenvolvimento do nosso país que as agências reguladoras cumprem na atualidade. Parabéns, Guilherme! Parabéns pela conquista, que é histórica.

Senador Marcos Rogério, V. Exa. é o Relator do projeto de lei complementar e o Senador Laércio Oliveira é o autor. Peço a V. Exa. que pegue o seu telefone celular e ligue para os Senadores que ainda não votaram, por dois motivos: a falta na votação do projeto, que é muito importante, e a falta administrativa, que também é muito importante. (*Pausa.*)

Senador Laércio e Senador Marcos Rogério, respectivamente autor e Relator, são 75 Senadores presentes na sessão e 70 votos na urna. V. Exas. autorizam o Presidente do Senado Federal a encerrar a votação?

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Pode, pode encerrar.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. *Fora do microfone.*) –
Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Está encerrada a votação, em turno único.

Determino à Secretaria-Geral da Mesa que mostre no painel o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)



O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Votaram SIM 51 Senadores e Senadoras; NÃO, 17. **(Lista de votação - Vide Item 3.2.2 do Sumário)**

Está aprovado o projeto, com as Emendas n^{os} 4 e 5.

O parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final será publicado na forma regimental. **(Parecer nº 95/2026-CDIR/PLEN-SF - Vide Item 3.2.2 do Sumário)**

Em discussão a redação final. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

Em votação.

As Senadoras e os Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovada a redação final.

A matéria segue imediatamente à Câmara dos Deputados.

Requerimento extrapauta.

Solicitação de S. Exa. a Senadora Leila Barros.

Requerimento nº 9, de 2026, como disse, de autoria da Senadora Leila Barros e de outros Senadores, que solicita a realização de sessão especial destinada a celebrar o Agosto Lilás, mês de proteção à mulher.

Submeto à votação o requerimento.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o requerimento.

A sessão será agendada pela Secretaria-Geral da Mesa.

Eu queria agradecer novamente a todos os nossos colegas Senadores e Senadoras que ficaram aqui até a esta hora, acompanhando a deliberação da sessão.

A pauta foi... Todos os itens que estavam pautados para a sessão de hoje foram deliberados, inclusive esta matéria que foi deliberada na Comissão de Infraestrutura na manhã de hoje, com requerimento de urgência para o Plenário.

Portanto, muito obrigado a V. Exas., muito obrigado aos nossos servidores do Senado Federal, aos nossos consultores, aos nossos colaboradores, a todos que nos ajudam a cumprir as nossas finalidades do mandato de Senador, que nos ajudaram, que apoiaram, que colaboraram e fazem isso todos os dias, o meu reconhecimento. Já fiz isso outras vezes, mas nunca é demais reconhecer o quadro altamente qualificado de servidores e servidoras do Senado da República.

Cumprida a finalidade desta sessão deliberativa ordinária semipresencial do Senado Federal, a Presidência declara o seu encerramento.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 17 minutos.)





REGISTRO DE COMPARECIMENTO E VOTO

Senado Federal 57ª Legislatura 4ª Sessão Legislativa Ordinária

83ª Sessão Deliberativa Ordinária, às 14 horas
Presenças no período: 16/06/2026 07:00:00 até 16/06/2026 20:00:59
Votos no período: 16/06/2026 07:00:00 até 16/06/2026 20:00:59

Partido	UF	Nome Senador	Presença	Voto
Republicanos	AC	Alan Rick	X	X
MDB	SE	Alessandro Vieira	X	X
Republicanos	BA	Angelo Coronel	X	X
PL	SP	Astr. Marcos Pontes	X	X
PT	PA	Beto Faro	X	X
PT	CE	Camilo Santana	X	X
PSD	MT	Carlos Fávaro	X	X
PL	RJ	Carlos Portinho	X	X
PSD	MG	Carlos Viana	X	X
PSB	RR	Chico Rodrigues	X	X
PSB	CE	Cid Gomes	X	X
Progressistas	PI	Ciro Nogueira	X	X
Republicanos	MG	Cleitinho	X	X
MDB	RO	Confúcio Moura	X	X
Republicanos	DF	Dameres Alves	X	X
Progressistas	PB	Daniella Ribeiro	X	X
UNIÃO	AP	Davi Alcolumbre	X	
Progressistas	RR	Dr. Hiran	X	X
PSDB	AL	Dra. Eudócia	X	X
NOVO	CE	Eduardo Girão	X	X
PL	TO	Eduardo Gomes	X	
PL	PB	Efraim Filho	X	X
PSD	MA	Eliziane Gama	X	X
Progressistas	SC	Esperidião Amin	X	X
PT	ES	Fabiano Contarato	X	X
PSD	PE	Fernando Dueire	X	X
PSB	PR	Flávio Arns	X	X
PL	RJ	Flávio Bolsonaro	X	X
Podemos	SP	Giordano	X	X
Republicanos	RS	Hamilton Mourão	X	X
PL	SC	Hermes Klann	X	X
PT	PE	Humberto Costa	X	X
PSD	TO	Irajá	X	X
MDB	SC	Ivete da Silveira	X	X
PL	DF	Izalci Lucas	X	X
MDB	PA	Jader Barbalho	X	X
PL	RO	Jaime Bagattoli	X	X
PT	BA	Jaques Wagner	X	X
UNIÃO	MT	Jayme Campos	X	X
PSB	GO	Jorge Kajuru	X	
PSD	PI	Jussara Lima	X	X
Progressistas	SE	Laércio Oliveira	X	X
PDT	DF	Leila Barros	X	X
PSD	AP	Lucas Barreto	X	X
Progressistas	RS	Luis Carlos Heinze	X	X

Emissão 16/06/2026 20:03:38





REGISTRO DE COMPARECIMENTO E VOTO

Senado Federal 57ª Legislatura 4ª Sessão Legislativa Ordinária

83ª Sessão Deliberativa Ordinária, às 14 horas
Presenças no período: 16/06/2026 07:00:00 até 16/06/2026 20:00:59
Votos no período: 16/06/2026 07:00:00 até 16/06/2026 20:00:59

Partido	UF	Nome Senador	Presença	Voto
PL	ES	Magno Malta	X	X
PSD	SP	Mara Gabrilli	X	X
MDB	PI	Marcelo Castro	X	X
AVANTE	ES	Marcos do Val	X	X
PL	RO	Marcos Rogério	X	X
PSD	MS	Nelsinho Trad	X	X
PSD	AM	Omar Aziz	X	
PSDB	PR	Oriovisto Guimarães	X	X
PSD	BA	Otto Alencar	X	X
PT	RS	Paulo Paim	X	X
PSDB	AM	Plínio Valério	X	X
UNIÃO	TO	Prof. Dorinha Seabra	X	X
PT	AP	Randolfe Rodrigues	X	
Republicanos	RR	Roberta Acioly	X	X
PSB	MG	Rodrigo Pacheco	X	X
PT	SE	Rogério Carvalho	X	X
PL	RN	Rogério Marinho	X	
PL	RJ	Romário	X	X
PL	PR	Sergio Moro	X	X
PSD	AC	Sérgio Petecão	X	X
PSB	MS	Soraya Thronicke	X	X
Podemos	RN	Styvenson Valentim	X	X
PT	PE	Teresa Leitão	X	X
Progressistas	MS	Tereza Cristina	X	X
PSD	GO	Vanderlan Cardoso	X	X
MDB	PB	Veneziano Vital do Rêgo	X	X
PL	MT	Wellington Fagundes	X	X
PDT	MA	Weverton	X	X
PL	GO	Wilder Moraes	X	X
PSD	RN	Zenaide Maia	X	X

Compareceram 75 senadores.



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 83^a SESSÃO

EXPEDIENTE

Comunicação





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Of. Pres. n. 052/2026/CMO

Brasília, 16 de junho de 2026.

Ao Excelentíssimo Senhor
Senador DAVI ALCOLUMBRE
Presidente do Congresso Nacional

Assunto: **Informa eleição para Presidente da CMO em 2026.**

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Cumprimentando cordialmente Vossa Excelência, venho informar que, em reunião realizada neste dia, 16.06.2026, fui eleito e empossado para o mandato de Presidente desta Comissão.

Coloco-me à disposição para o diálogo institucional, demandas e atividades deste colegiado.

Renovo a Vossa Excelência protestos de estima e consideração.


Deputado **DOMINGOS NETO** (PSD/CE)
Presidente



DELIBERAÇÕES DA ORDEM DO DIA

Projeto de Lei nº 6133/2025





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Eduardo Girão

Ofício nº 213/2026

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 316 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência o registro de voto contrário ao Projeto de Lei nº 6133/2025, que Cria a Universidade Federal do Esporte. Peço que este voto seja declarado pelo Presidente da Sessão quando da proclamação do resultado.

Faço isso não por ser contra o esporte. Muito pelo contrário. O esporte é uma ferramenta extraordinária de transformação social, formação de valores, inclusão e geração de oportunidades para milhares de jovens brasileiros.

O problema não está no objetivo do projeto. O problema está no caminho escolhido para alcançá-lo.

O Brasil já possui dezenas de universidades federais, institutos federais, centros de pesquisa e estruturas públicas espalhadas por todo o território nacional. Antes de criar mais uma universidade federal, com nova estrutura administrativa, novos cargos, novas despesas e mais burocracia, deveríamos fazer uma pergunta simples: por que não fortalecer o que já existe?

Se o objetivo é ampliar a formação de profissionais do esporte, desenvolver pesquisas ou apoiar atletas, isso pode ser feito por meio das instituições já existentes, com muito menos custo para o contribuinte e com resultados mais rápidos.

Além disso, é preciso discutir prioridades.



Assinado eletronicamente, por Sen. Eduardo Girão

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2356369658>



O maior problema educacional do Brasil não está no ensino superior. O maior problema está na educação básica.

Milhões de crianças brasileiras ainda enfrentam dificuldades para aprender a ler, escrever e interpretar textos adequadamente. Muitos jovens concluem o ensino fundamental sem dominar conhecimentos básicos de português e matemática. Os indicadores educacionais mostram que o Brasil continua acumulando déficits graves de aprendizagem e alfabetização.

Diante dessa realidade, é legítimo perguntar: faz sentido criar mais uma universidade federal quando ainda não conseguimos garantir uma educação básica de qualidade para todas as crianças brasileiras?

O cidadão que paga impostos espera que os recursos públicos sejam direcionados primeiro para os problemas mais urgentes. E hoje a urgência da educação brasileira está na alfabetização, na formação de professores, na melhoria das escolas e na recuperação da aprendizagem.

Como se isso não bastasse, o projeto ainda prevê que a nova universidade possa receber recursos provenientes das apostas esportivas, as chamadas bets.

O Brasil vive uma verdadeira epidemia de apostas. Famílias inteiras estão sendo afetadas pelo endividamento, pelo vício e pela perda de renda causada pelo crescimento desenfreado desse setor. Trabalhadores comprometem parte de seus salários, jovens são atraídos pela falsa promessa de dinheiro fácil e inúmeras famílias veem seu orçamento ser consumido por apostas online.

Não considero correto que o Estado passe a depender, ainda que parcialmente, dos recursos provenientes dessa atividade para financiar uma universidade pública. O esporte merece incentivo. A educação merece incentivo. Mas nenhum dos dois deve depender da expansão de um setor que tem produzido tantos problemas sociais.



Assinado eletronicamente, por Sen. Eduardo Girão

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2356369658>



Precisamos investir mais na educação básica, fortalecer as instituições que já existem e utilizar o dinheiro público com responsabilidade.

Por essas razões, voto contra o Projeto de Lei nº 6.133, de 2025.

Atenciosamente,

Senador Eduardo Girão
(NOVO - CE)



Assinado eletronicamente, por Sen. Eduardo Girão

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2356369658>



Projeto de Lei Complementar nº 73/2025





Senado Federal
57ª Legislatura
4ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Aberta
Quórum Qualificado

Projeto de Lei Complementar nº 73, de 2025, nos termos dos pareceres

Altera o art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000, para ressaltar despesas das agências reguladoras federais da limitação de empenho e movimentação financeira.

Matéria **PLP 73/2025** Início Votação **16/06/2026 18:46:36** Término Votação **16/06/2026 19:14:24**

Sessão **83º Sessão Deliberativa Ordinária** Data Sessão **16/06/2026 14:00:00**

Partido	Orientação		
PL	SIM		

Partido	UF	Nome Senador	Voto
Republicanos	AC	Alan Rick	SIM
MDB	SE	Alessandro Vieira	SIM
Republicanos	BA	Angelo Coronel	SIM
PL	SP	Astr. Marcos Pontes	SIM
PT	PA	Beto Faro	NÃO
PT	CE	Camilo Santana	NÃO
PSD	MT	Carlos Fávaro	NÃO
PL	RJ	Carlos Portinho	SIM
PSD	MG	Carlos Viana	SIM
PSB	RR	Chico Rodrigues	SIM
PSB	CE	Cid Gomes	SIM
Progressistas	PI	Ciro Nogueira	SIM
Republicanos	MG	Cleitinho	NÃO
MDB	RO	Confúcio Moura	SIM
Republicanos	DF	Dameres Alves	SIM
Progressistas	PB	Daniella Ribeiro	SIM
Progressistas	RR	Dr. Hiran	SIM
PSDB	AL	Dra. Eudócia	SIM
NOVO	CE	Eduardo Girão	NÃO
PL	PB	Efraim Filho	SIM
PSD	MA	Eliziane Gama	NÃO
Progressistas	SC	Esperidião Amin	SIM
PT	ES	Fabiano Contarato	NÃO
PSD	PE	Fernando Dueire	SIM
PSB	PR	Flávio Arns	SIM
PL	RJ	Flávio Bolsonaro	SIM
Podemos	SP	Giordano	SIM
Republicanos	RS	Hamilton Mourão	SIM
PL	SC	Hermes Klann	SIM
PT	PE	Humberto Costa	NÃO
PSD	TO	Irajá	SIM
MDB	SC	Ivete da Silveira	SIM
PL	DF	Izalci Lucas	SIM
MDB	PA	Jader Barbalho	NÃO
PL	RO	Jaime Bagattoli	SIM
PT	BA	Jaques Wagner	NÃO
UNIÃO	MT	Jayme Campos	SIM

Emissão 16/06/2026 19:14:34





Senado Federal
57ª Legislatura
4ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Aberta
Quórum Qualificado

Projeto de Lei Complementar nº 73, de 2025, nos termos dos pareceres

Altera o art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000, para ressalvar despesas das agências reguladoras federais da limitação de empenho e movimentação financeira.

Matéria **PLP 73/2025** Início Votação **16/06/2026 18:46:36** Término Votação **16/06/2026 19:14:24**
Sessão **83º Sessão Deliberativa Ordinária** Data Sessão **16/06/2026 14:00:00**

PSD	PI	Jussara Lima	NÃO
Progressistas	SE	Laércio Oliveira	SIM
PDT	DF	Leila Barros	SIM
PSD	AP	Lucas Barreto	SIM
Progressistas	RS	Luis Carlos Heinze	SIM
PL	ES	Magno Malta	SIM
PSD	SP	Mara Gabrilli	SIM
MDB	PI	Marcelo Castro	SIM
AVANTE	ES	Marcos do Val	SIM
PL	RO	Marcos Rogério	SIM
PSD	MS	Nelsinho Trad	SIM
PSDB	PR	Oriovisto Guimarães	SIM
PSD	BA	Otto Alencar	SIM
PT	RS	Paulo Paim	ABSTENÇÃO
PSDB	AM	Plínio Valério	SIM
UNIÃO	TO	Prof. Dorinha Seabra	SIM
Republicanos	RR	Roberta Acioly	SIM
PSB	MG	Rodrigo Pacheco	SIM
PT	SE	Rogério Carvalho	NÃO
PL	RJ	Romário	SIM
PL	PR	Sergio Moro	SIM
PSD	AC	Sérgio Petecão	NÃO
PSB	MS	Soraya Thronicke	NÃO
Podemos	RN	Styverson Valentim	SIM
PT	PE	Teresa Leitão	NÃO
Progressistas	MS	Tereza Cristina	SIM
PSD	GO	Vanderlan Cardoso	SIM
MDB	PB	Veneziano Vital do Rêgo	SIM
PL	MT	Wellington Fagundes	SIM
PDT	MA	Weverton	NÃO
PL	GO	Wilder Moraes	SIM
PSD	RN	Zenaide Maia	NÃO

Presidente: Davi Alcolumbre

SIM:51 NÃO:17 ABST.: 1 PRESIDENTE:1 TOTAL:70

Primeiro-Secretario



PARECER Nº 94, DE 2026 - PLEN/SF

De PLENÁRIO, em substituição à COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre o Projeto de Lei Complementar nº 73, de 2025, do Senador Laércio Oliveira, que *altera o art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para ressaltar despesas das agências reguladoras federais da limitação de empenho e movimentação financeira.*

Relator: Senador Marcos Rogério

I – RELATÓRIO

Vem ao exame do Plenário do Senado Federal, em substituição à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 73, de 2025, de autoria do Senador Laércio Oliveira, que altera o art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), para ressaltar despesas das agências reguladoras federais da limitação de empenho e movimentação financeira.

A proposição contém dois artigos. O art. 1º altera o § 2º do art. 9º da LRF, para incluir, entre as despesas não sujeitas à limitação de empenho e movimentação financeira, aquelas relativas às atividades-fim das agências reguladoras federais, de que trata o art. 2º da Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019, desde que custeadas com receitas próprias, taxas de fiscalização ou fundos criados para tal finalidade.

O art. 2º estabelece cláusula de vigência, prevendo a entrada em vigor após 365 dias.

Na justificação, o autor, Senador Laércio Oliveira, sustenta que o contingenciamento de recursos orçamentários pode comprometer a capacidade operacional das agências reguladoras, com prejuízo às atividades de regulação, fiscalização, licenciamento, supervisão e controle dos setores regulados.



Assinado eletronicamente, por Sen. Marcos Rogério

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9378962359>



Argumenta, ainda, que a previsibilidade orçamentária dessas entidades é condição necessária para a adequada prestação de serviços públicos e para a segurança jurídica dos investimentos em setores estratégicos.

A matéria foi distribuída à Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), que aprovou, em 16 de junho de 2026, o parecer nº 12, de 2026, pela aprovação, com a emenda nº 4/CI apresentada pelo então relator, Senador Marcos Rogério, que substitui a proteção das “atividades-fim” das agências reguladoras, condicionadas a receitas próprias, taxas de fiscalização ou fundos específicos, por uma redação mais ampla, que ressalva da limitação de empenho e movimentação financeira as despesas relativas às “atividades das agências reguladoras” como um todo, sem indicação de fonte específica. Foram rejeitadas as demais emendas apresentadas na CI.

Na mesma sessão foi aprovado requerimento de urgência para apreciação direta deste Plenário.

Até o momento não foram apresentadas emendas de plenário.

II – ANÁLISE

Compete ao Plenário apreciar a matéria nesta oportunidade, em substituição à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), especialmente quanto aos aspectos constitucionais, jurídicos, regimentais, de técnica legislativa, econômicos e financeiros, atribuições originárias da CAE, nos termos dos arts. 97 e 99 do RISF.

A matéria se insere no campo da competência concorrente da União para legislar sobre direito financeiro, nos termos do art. 24, inciso I, da Constituição Federal. Além disso, por se tratar de alteração da LRF, incide também o inciso I do art. 163 da Constituição Federal, segundo o qual cabe à lei complementar dispor sobre finanças públicas. A União, nesse contexto, possui competência para editar normas gerais sobre a matéria, conforme o art. 24, § 1º, da Constituição Federal.

Também é legítima a iniciativa parlamentar, uma vez que o projeto não trata de matéria reservada à iniciativa privativa do Presidente da República. A proposição não cria ou extingue órgãos, cargos, funções ou empregos públicos, não altera estrutura administrativa do Poder Executivo e não institui despesa obrigatória específica. Limita-se a modificar regra geral de execução



Assinado eletronicamente, por Sen. Marcos Rogério

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9378962359>



orçamentária e financeira, ao ampliar as hipóteses de despesas não sujeitas à limitação de empenho e movimentação financeira.

Sob o aspecto material, a proposição é compatível com a Constituição Federal. A alteração proposta não constitui inovação incompatível com o regime fiscal brasileiro, pois o próprio art. 9º, § 2º, da LRF já prevê hipóteses de despesas ressalvadas da limitação de empenho. O projeto, portanto, não afasta a responsabilidade fiscal, mas ajusta seus instrumentos à natureza institucional das agências reguladoras federais, cujas atividades exigem estabilidade, previsibilidade e continuidade operacional.

No mérito, o PLP nº 73, de 2025, é conveniente e oportuno. As agências reguladoras federais exercem funções estratégicas em setores essenciais da economia, como energia, transportes, telecomunicações, saúde suplementar, saneamento, mineração, petróleo e gás, vigilância sanitária, aviação civil e proteção de dados. Sua atuação envolve regulação técnica, fiscalização, normatização, análise de outorgas, monitoramento de contratos, solução de conflitos, regulação tarifária e proteção dos usuários.

A limitação de empenho e movimentação financeira sobre essas entidades pode comprometer diretamente a qualidade da regulação e a segurança jurídica dos setores regulados. A redução abrupta de recursos pode afetar fiscalizações, inspeções, sistemas tecnológicos, análise de processos e demais atividades indispensáveis ao funcionamento das agências.

Adicionalmente, a limitação das atividades pode gerar custos econômicos superiores no futuro, pois a descontinuidade de fiscalizações, análises técnicas, e processos tende a acumular passivos administrativos, atrasar decisões, ampliar litígios, e exigir, posteriormente, esforços orçamentários mais elevados para recompor a capacidade operacional perdida.

Quanto à Emenda nº 4/CI, entendo que aperfeiçoa o texto original porque evita controvérsias sobre a separação entre atividade-meio e atividade-fim. A atividade regulatória depende de estrutura tecnológica, administrativa, jurídica, logística e operacional, sem a qual a própria função finalística fica prejudicada, motivo pelo qual mantenho o seu acolhimento.

Assim, entendo que a aprovação deste PLP fortalece a autonomia institucional das agências reguladoras, preserva a continuidade de suas atividades e contribui para a estabilidade regulatória, sem contrariar o regime



Assinado eletronicamente, por Sen. Marcos Rogério

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9378962359>



constitucional de responsabilidade fiscal, e agindo de forma economicamente responsável, ao evitar custos de descontinuidade.

Quanto a técnica legislativa, no entanto, percebemos a necessidade de um ajuste redacional ao art. 2º que determina a entrada em vigor da futura lei em 365 dias, sem a expressão “após sua publicação. Apresentamos uma emenda de redação, para equalizar esse lapso.

III – VOTO

Ante o exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei Complementar nº 73, de 2025, no mérito, por sua aprovação, com a manutenção da Emenda nº 4/CI, e quanto a técnica legislativa, pela apresentação da seguinte emenda de redação:

EMENDA Nº 5 - PLEN (REDACIONAL)

Dê-se ao art. 2º do Projeto de Lei Complementar nº 73, de 2025, a seguinte redação:

“Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor em 365 dias após sua publicação”.

Sala das Sessões,

, Presidente

, Relator



Assinado eletronicamente, por Sen. Marcos Rogério

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9378962359>



**SENADO FEDERAL****PARECER Nº 95, DE 2026 – PLEN/SF**

Redação final do Projeto de Lei Complementar nº 73, de 2025, do Senador Laércio Oliveira.

A **Comissão Diretora**, em **Plenário**, apresenta a redação final do Projeto de Lei Complementar nº 73, de 2025, do Senador Laércio Oliveira, que *altera o art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para ressaltar despesas das agências reguladoras federais da limitação de empenho e movimentação financeira*, consolidando a Emenda nº 4 – CI e a Emenda nº 5 – REL, de redação.

Senado Federal, em 16 de junho de 2026.



Assinado eletronicamente, por Sen. Confúcio Moura e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6438518174>



ANEXO DO PARECER Nº 95, DE 2026 – PLEN/SF

Redação final do Projeto de Lei Complementar nº 73, de 2025, do Senador Laércio Oliveira.

Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), para ressaltar despesas das agências reguladoras federais da limitação de empenho e movimentação financeira.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O § 2º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 9º

.....

§ 2º Não serão objeto de limitação as despesas:

I – que constituam obrigações constitucionais e legais do ente, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida;

II – relativas à inovação e ao desenvolvimento científico e tecnológico custeadas por fundo criado para tal finalidade;

III – relativas às atividades das agências reguladoras de que trata o art. 2º da Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019; e

IV – ressaltadas pela lei de diretrizes orçamentárias.

.....” (NR)

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor após decorridos 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias de sua publicação oficial.



Assinado eletronicamente, por Sen. Confúcio Moura e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6438518174>





SENADO FEDERAL

Esta página foi gerada para informar os signatários do documento e não integra o documento original, que pode ser acessado por meio do QRCode

Assinam eletronicamente o documento SF262780000040, em ordem cronológica:

1. Sen. Chico Rodrigues
2. Sen. Daniella Ribeiro
3. Sen. Eduardo Gomes
4. Sen. Confúcio Moura





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 71, DE 2026

Requeremos, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PLP 73/2025, que “altera o art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para ressaltar despesas das agências reguladoras federais da limitação de empenho e movimentação financeira”.

AUTORIA: Comissão de Serviços de Infraestrutura



[Página da matéria](#)

Avulso do REQ 71/2026 - CI [1 de 2]



**REQ
00071/2026**

SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE - CI

Requeremos, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PLP 73/2025, que “altera o art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para ressaltar despesas das agências reguladoras federais da limitação de empenho e movimentação financeira”.

Sala das Comissões, 16 de junho de 2026.

Senador Wellington Fagundes
(PL - MT)

Avulso do REQ 71/2026 - CI [2 de 2]



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

EXPEDIENTE

Comunicação





SENADO FEDERAL

Bloco Vanguarda

SF/26586.76830-02

Ofício nº 056/2026-BLVANG

Brasília, 16 de junho de 2026

A Sua Excelência o Senhor
Senador DAVI ALCOLUMBRE
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Indicação de membro para compor a CCJ**

Senhor Presidente,

Cumprimentando Vossa Excelência, indico o **Senador Sergio Moro (PL/PR)** para a vaga de titular, substituindo o **Senador Eduardo Girão (NOVO/CE)**, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Atenciosamente,

Senador WELLINGTON FAGUNDES
(PL-MT)

Líder do Bloco Parlamentar Vanguarda



Assinado eletronicamente, por Sen. Wellington Fagundes

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3588158023>

Senado Federal – Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-4663

Deferimento



A Presidência comunica que foram deferidos, “ad referendum” da Comissão Diretora, nos termos do art. 3º, § 7º, do Ato da Mesa nº 1, de 2001, os seguintes Requerimentos de Informações:

- REQs nºs 5, 6, 30 e 44, de 2025, de iniciativa da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária;
- REQ nº 26, de 2025, de iniciativa da Comissão de Esporte;
- REQ nº 45, de 2025, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos;
- RQs nºs 77, 141 e 304, de 2025, e nºs 34 e 57, de 2026, de autoria da Senadora Damares Alves;
- RQs nºs 283 e 294, de 2025, de autoria do Senador Eduardo Girão;
- RQ nº 21, de 2025, de autoria do Senador Jaime Bagattoli;
- RQ nº 576, de 2025, de autoria do Senador Jorge Seif;
- RQs nºs 33, 34, 151, 204, 450, 475, 527, 600, 635, 802 e 919, de 2025, de autoria da Senadora Mara Gabrilli; e
- RQ nº 163, de 2025, de autoria da Senadora Professora Dorinha Seabra.

As informações serão solicitadas aos Ministérios requeridos.



Encaminhamento



Mensagens da Presidência da República

- Nº 9, de 2026 (nº 237/2026, na origem), que *submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V e VII, da Constituição Federal, autorização para contratação de operação de crédito externo no valor de até EUR 300.000.000,00 (trezentos milhões de euros) entre a República Federativa do Brasil, de interesse do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional e a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), cujos recursos destinam-se ao Projeto de Transição para o Desenvolvimento Regional Sustentável*; e

- Nº 11, de 2026 (nº 239/2026, na origem), que *submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V e VII, da Constituição Federal, autorização para contratação de operação de crédito externo no valor de até US\$ 500,000,000.00 entre a República Federativa do Brasil, de interesse do MIDR e o New Development Bank (NDB), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Projeto de captação multilateral do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional junto ao New Development Bank (NDB) para aporte nos Fundos de Desenvolvimento da Amazônia (FDA), do Centro-Oeste (FDCO) e do Nordeste (FDNE).*

As Mensagens vão à Comissão de Assuntos Econômicos.



As seguintes matérias vão às Comissões competentes do despacho:

Matéria	Ementa	Despacho
PL 780/2023	Denomina Ponte Heitor Miranda dos Santos o trecho brasileiro da ponte sobre o Rio Paraguai, entre Porto Murtinho e Carmelo Peralta, na divisa da República Federativa do Brasil com a República do Paraguai.	CRE
PL 2979/2024	Altera a Lei nº 12.302, de 2 de agosto de 2010, a fim de acrescentar requisito para o exercício da profissão de instrutor de trânsito e de regulamentar o exercício da profissão de diretor-geral e de diretor de ensino de centros de formação de condutores.	CCJ/CAS



Parecer aprovado em Comissão





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 12, DE 2026

Da COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, sobre o Projeto de Lei Complementar nº 73, de 2025, do Senador Laércio Oliveira, que Altera o art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para ressaltar despesas das agências reguladoras federais da limitação de empenho e movimentação financeira.

PRESIDENTE EVENTUAL: Senador Laércio Oliveira

RELATOR: Senador Marcos Rogério

16 de junho de 2026



Assinado eletronicamente, por Sen. Laércio Oliveira

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4842041952>



PARECER Nº , DE 2026

Da COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, sobre o Projeto de Lei Complementar nº 73, de 2025, do Senador Laércio Oliveira, que *altera o art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para ressaltar despesas das agências reguladoras federais da limitação de empenho e movimentação financeira.*

Relator: Senador **MARCOS ROGÉRIO**

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei Complementar nº 73, de 2025, visa salvaguardar da limitação de empenho e movimentação financeira – o “contingenciamento”, no jargão orçamentário – as despesas relativas às atividades-fim das agências reguladoras de que trata o art. 2º da Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019, desde que custeadas com receitas próprias, taxas de fiscalização ou por fundos criados para tal finalidade.

Para tanto, o art. 1º do projeto altera o § 2º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) – para incluir essas despesas entre as que não serão objeto de limitação. O art. 2º constitui a cláusula de vigência, com a lei complementar entrando em vigor em 365 dias.

Conforme justificção apresentada, a despeito de reconhecer que a responsabilidade fiscal constitui um pilar essencial para o equilíbrio das contas públicas e a manutenção da estabilidade econômica no Brasil, o autor pontua que a limitação de empenho e movimentação financeira pode afetar gravemente as capacidades operacionais das agências reguladoras. Pondera ainda que a redução de recursos direcionados às atividades-fim pode comprometer a fiscalização, retardar processos de licenciamento e



Assinado eletronicamente, por Sen. Laércio Oliveira

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4842041952>



regulamentação, e, conseqüentemente, impactar negativamente a prestação de serviços à sociedade e a execução de políticas públicas estratégicas.

Ademais, assevera que a restrição orçamentária às atividades-fim dessas instituições pode aumentar ineficiências e ampliar riscos em setores regulados. Tais riscos incluem interrupções de serviços essenciais, falhas de mercado e incertezas jurídicas que desestimulam novos investimentos. A regulação inadequada/deficiente, por sua vez, pode gerar impactos econômicos de grande magnitude, afetando não apenas a arrecadação tributária, mas também a competitividade do país.

A proposição foi apresentada em 1º de abril de 2025 e distribuída à Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), seguindo posteriormente à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Perante a CI foram apresentadas três emendas. A primeira, de autoria do Senador Chico Rodrigues, altera a redação da proposição para incluir na salvaguarda da limitação de empenho e movimentação financeira as despesas com pessoal vinculadas às atividades-fim das agências reguladoras.

A segunda, de autoria do Senador Wilder Moraes, altera a redação da proposição para assegurar que a ressalva à limitação de empenho e movimentação financeira alcance todas as atividades desempenhadas pelas agências reguladoras federais.

Por fim, a terceira, de autoria do Senador Angelo Coronel, amplia as hipóteses de despesas ressalvadas da limitação de empenho ao estender às despesas com capacitação e ensino a proteção atualmente conferida às despesas de inovação e de desenvolvimento científico e tecnológico. Ademais, propõe que a ressalva passe a abranger despesas custeadas não apenas por fundos, mas também por contribuições sociais criadas para essa finalidade.

II – ANÁLISE

Nos termos do inciso I do art. 104 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Serviços de Infraestrutura opinar sobre matérias relacionadas a transportes terrestres, marítimos e aéreos, obras públicas em geral, mineração, recursos geológicos, serviços de telecomunicações, parcerias público-privadas e agências reguladoras pertinentes.



Assinado eletronicamente, por Sen. Laércio Oliveira

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4842041952>



A proposição em exame atende aos requisitos formais e materiais de constitucionalidade. A União está autorizada a legislar sobre finanças públicas, conforme o art. 163, inciso I, da Constituição Federal, e o Congresso Nacional, conforme o art. 48 da mesma Carta, pode dispor sobre todas as matérias de competência da União, com ulterior sanção presidencial. Não há reserva de iniciativa na disciplina desses assuntos, e o Projeto de Lei Complementar (PLP) não infringe as cláusulas pétreas constitucionais.

A proposta também satisfaz o requisito de juridicidade, por inovar o ordenamento jurídico com abstração e generalidade. A escolha da lei complementar como espécie normativa é plenamente justificável, visto que, por força do art. 163, inciso I, da Constituição, essa espécie normativa é adequada para a normatização dos temas de finanças públicas. O PLP está em consonância com a técnica legislativa, ao obedecer aos preceitos estabelecidos pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que regulamenta a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

A proposição em análise não conflita com nenhuma outra legislação e está em conformidade com as normas regimentais desta Casa, não havendo reparos a fazer quanto à sua técnica legislativa.

No mérito, é importante destacar que as agências reguladoras foram instituídas para atuar com autonomia técnica e decisória. Para que essa autonomia seja efetiva, é imprescindível que haja também autonomia orçamentária, ou seja, que os recursos necessários ao exercício das funções regulatórias estejam garantidos. O contingenciamento de recursos compromete essa autonomia, pois sujeita o exercício da regulação às oscilações políticas ou ao planejamento orçamentário do Executivo, fragilizando a autoridade regulatória.

O contingenciamento de recursos compromete gravemente a capacidade das agências reguladoras de exercerem as competências para as quais foram criadas. Quando os recursos destinados à fiscalização, por exemplo, são cortados ou bloqueados, atividades indispensáveis – como inspeções em campo, verificação de conformidade, manutenção de pessoal técnico especializado, laboratórios e deslocamentos – deixam de ser efetivadas, acarretando omissão regulatória, risco para o interesse público e cedência à irregularidade. A jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU) e a doutrina especializada indicam que a autonomia econômico-financeira das agências reguladoras é condição necessária para que o dever constitucional de fiscalização (art. 174 da Constituição Federal) seja cumprido de forma eficaz.



Assinado eletronicamente, por Sen. Laércio Oliveira

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4842041952>



As agências reguladoras desempenham suas funções institucionais por meio de um conjunto integrado de atividades que envolve ações diretamente relacionadas à regulação, fiscalização e supervisão dos setores regulados. Tais ações dependem de uma estrutura de suporte administrativo, tecnológico, logístico e operacional sem a qual não podem ser adequadamente executadas. Por essa razão, a restrição da salvaguarda apenas às atividades-fim pode comprometer o funcionamento efetivo dessas entidades, mesmo quando dispõem de receitas próprias legalmente vinculadas ao desempenho de suas atribuições.

Nesse contexto, a ampliação da exceção para alcançar todas as despesas relativas às atividades das agências reguladoras, como proposto pela Emenda nº 2, revela-se coerente com a finalidade da proposição, que é preservar a capacidade de atuação técnica e independente das agências reguladoras, sem que estas sofram limitações que prejudiquem a prestação dos serviços públicos e o cumprimento das competências legais que lhes foram atribuídas. Ademais, evita-se controvérsias quanto à classificação de determinadas despesas como atividades-fim ou atividades-meio, conferindo maior objetividade e segurança à execução orçamentária.

Quanto à Emenda nº 1, embora meritória ao prever expressamente a inclusão das despesas com pessoal, sua redação não abrange outras despesas relacionadas às atividades-meio das agências reguladoras. Já a Emenda nº 2, ao estender a salvaguarda a todas as despesas necessárias ao desempenho das atividades dessas entidades, revela-se mais ampla e eficaz para a consecução da finalidade almejada.

Quanto à Emenda nº 3, que estende às despesas com capacitação e ensino a proteção atualmente conferida às despesas de inovação e de desenvolvimento científico e tecnológico, desde que custeadas por fundo ou contribuição social criados para essa finalidade, entende-se que a medida possui reduzida efetividade prática. Isso porque a maior parte das despesas de capacitação das agências reguladoras é custeada por dotações orçamentárias ordinárias, e não por recursos provenientes de fundos ou contribuições sociais especificamente instituídos para esse propósito, o que restringe significativamente o alcance da alteração proposta.

Por essas razões, entende-se que o teor da Emenda nº 2 promove uma solução mais abrangente, operacionalmente mais adequada e alinhada aos objetivos da proposição. Entretanto, considerando que parcela significativa das agências reguladoras não dispõe de recursos próprios em montante relevante



Assinado eletronicamente, por Sen. Laércio Oliveira

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4842041952>



6

SF/26203.29873-23

para o desempenho de suas atividades, faz-se necessário que a limitação de empenho incida não apenas sobre as despesas custeadas com receitas próprias, taxas de fiscalização ou fundos criados para essa finalidade, mas sobre toda e qualquer despesa.

III – VOTO

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 73, de 2025, com a Emenda que apresentamos a seguir, e pela rejeição das Emendas nºs 1, 2 e 3.

EMENDA Nº – CI

Dê-se a seguinte redação ao inciso III do § 2º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, proposto pelo art. 1º do Projeto de Lei Complementar nº 73, de 2025:

Art. 9º

.....

§ 2º

.....

III – relativas às atividades das agências reguladoras de que trata o art. 2º da Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019; e

.....” (NR)

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



Assinado eletronicamente, por Sen. Laércio Oliveira

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4842041952>





Senado Federal



Relatório de Registro de Presença
12ª, Extraordinária - Semipresencial
Comissão de Serviços de Infraestrutura

Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO)	
TITULARES	SUPLENTE
EDUARDO BRAGA	1. CONFÚCIO MOURA
VENEZIANO VITAL DO RÊGO PRESENTE	2. EFRAIM FILHO PRESENTE
VAGO	3. FERNANDO DUEIRE
JAYME CAMPOS PRESENTE	4. ZEQUINHA MARINHO
PROFESSORA DORINHA SEABRA PRESENTE	5. RENAN CALHEIROS
VAGO	6. SERGIO MORO PRESENTE
PLÍNIO VALÉRIO PRESENTE	7. JADER BARBALHO

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD)	
TITULARES	SUPLENTE
CID GOMES	1. CHICO RODRIGUES PRESENTE
OTTO ALENCAR	2. VAGO
IRAJÁ	3. NELSON TRAD PRESENTE
CARLOS VIANA PRESENTE	4. VANDERLAN CARDOSO PRESENTE
SORAYA THRONICKE PRESENTE	5. LUCAS BARRETO PRESENTE

Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE)	
TITULARES	SUPLENTE
JAIME BAGATTOLI PRESENTE	1. DRA. EUDÓCIA PRESENTE
MARCOS ROGÉRIO PRESENTE	2. ROGERIO MARINHO
WELLINGTON FAGUNDES PRESENTE	3. HERMES KLANN PRESENTE
WILDER MORAIS PRESENTE	4. ASTRONAUTA MARCOS PONTES PRESENTE

Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT)	
TITULARES	SUPLENTE
BETO FARO PRESENTE	1. FABIANO CONTARATO
ROGÉRIO CARVALHO	2. RANDOLFE RODRIGUES
WEVERTON	3. VAGO
JORGE KAJURU PRESENTE	4. VAGO

Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
TITULARES	SUPLENTE
ESPERIDIÃO AMIN PRESENTE	1. TEREZA CRISTINA PRESENTE
LAÉRCIO OLIVEIRA PRESENTE	2. LUIS CARLOS HEINZE PRESENTE
CLEITINHO	3. ANGELO CORONEL

Não Membros Presentes

EDUARDO GOMES
SÉRGIO PETECÃO
IZALCI LUCAS
MARCOS DO VAL



Assinado eletronicamente, por Sen. Laércio Oliveira
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4842041952>





8

Senado Federal

**Relatório de Registro de Presença****Não Membros Presentes**

PAULO PAIM



Assinado eletronicamente, por Sen. Laércio Oliveira

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4842041952>Página 2 de 2
16/06/2026 14:24:48

DECISÃO DA COMISSÃO

(PLP 73/2025)

REUNIDA A COMISSÃO NESSA DATA, EM SUA 12ª REUNIÃO, SOB A PRESIDÊNCIA DO SENADOR LAÉRCIO OLIVEIRA, É LIDO O RELATÓRIO DO SENADOR MARCOS ROGÉRIO E CONCEDIDA VISTA COLETIVA PELO PRAZO DE DUAS HORAS. RETOMADA A PARTE DELIBERATIVA DA REUNIÃO, É APROVADO O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR PARECER DA CI PELA APROVAÇÃO DO PROJETO COM A EMENDA Nº 4/CI E A REJEIÇÃO DAS EMENDAS Nº 1, 2 E 3.

16 de junho de 2026

Senador Laércio Oliveira

Presidiu a reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura



Assinado eletronicamente, por Sen. Laércio Oliveira

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4842041952>



Projetos de Lei





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 3140, DE 2026

Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), para dispor sobre critérios de avaliação de tecnologias em saúde especificamente voltados às doenças raras e para instituir sistema nacional de integração de informações sobre essas condições.

AUTORIA: Senador Flávio Arns (PSB/PR)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 3140/2026 [1 de 5]





SENADO FEDERAL
Senador FLÁVIO ARNS

SF/26915.41665-20

PROJETO DE LEI Nº , DE 2026

Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), para dispor sobre critérios de avaliação de tecnologias em saúde especificamente voltados às doenças raras e para instituir sistema nacional de integração de informações sobre essas condições.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 19-Q.**

§ 4º As tecnologias destinadas ao diagnóstico, ao tratamento ou ao acompanhamento de pessoas com doenças raras serão avaliadas considerando-se as particularidades epidemiológicas, clínicas e científicas dessas condições, na forma do regulamento, devendo ser observados os seguintes aspectos:

I – dificuldades inerentes à geração de evidências científicas em afecções de baixa prevalência;

II – gravidade e progressão da doença;

III – existência de tecnologias alternativas disponíveis no SUS;

IV – impactos sobre a sobrevida, a funcionalidade e a qualidade de vida das pessoas com doenças raras.” (NR)

“**Art. 47-B.** O Ministério da Saúde criará e manterá sistema nacional de integração e compartilhamento de informações científicas, assistenciais e epidemiológicas sobre doenças raras, com vistas à sistematização e à difusão de estudos, pesquisas, registros,

1



Senado Federal – Ed. Principal, Ala Dinarte Mariz, gabinete 2/3 – Brasília/DF – CEP 70.165-900
Fone: (61) 3303-6301 – sen.flavioarns@senado.leg.br

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificação

Avulso do PL 3140/2026 [2 de 5]





SENADO FEDERAL
Senador FLÁVIO ARNS

SF/26915.41665-20

protocolos, experiências assistenciais e inovações desenvolvidas no País.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor após decorridos 180 dias de sua publicação oficial.

JUSTIFICAÇÃO

As doenças raras representam importante desafio para os sistemas de saúde em razão de sua baixa prevalência individual, elevada complexidade diagnóstica e terapêutica e significativo impacto sobre pacientes, famílias e cuidadores.

Embora o Sistema Único de Saúde (SUS) disponha de instrumentos relevantes para a atenção às pessoas com doenças raras, persistem desafios relacionados à avaliação de tecnologias em saúde e à articulação do conhecimento científico e assistencial produzido no País.

As metodologias tradicionalmente utilizadas na avaliação de tecnologias em saúde foram concebidas, em grande medida, para doenças de elevada prevalência. No caso das doenças raras, a reduzida quantidade de pacientes frequentemente limita a realização de estudos clínicos com o mesmo volume de evidências disponível para outras condições de saúde, sem que isso signifique ausência de benefício clínico relevante.

Nesse sentido, a presente iniciativa busca assegurar que as especificidades clínicas, epidemiológicas e científicas das doenças raras sejam consideradas nos processos de avaliação. Adicionalmente, a proposta pretende fortalecer a integração nacional do conhecimento sobre doenças raras, estimulando o compartilhamento de estudos, pesquisas, protocolos e experiências assistenciais desenvolvidos por universidades, hospitais, centros especializados, instituições de pesquisa e organizações da sociedade civil.

Diante do relevante interesse público da matéria, contamos com o apoio dos nobres Parlamentares para sua aprovação.

2



Senado Federal – Ed. Principal, Ala Dinarte Mariz, gabinete 2/3 – Brasília/DF – CEP 70.165-900
Fone: (61) 3303-6301 – sen.flavioarns@senado.leg.br

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificação

Avulso do PL 3140/2026 [3 de 5]





SENADO FEDERAL
Senador FLÁVIO ARNS

Sala das Sessões,

Senador FLÁVIO ARNS

SF/26915.41665-20



Senado Federal – Ed. Principal, Ala Dinarte Mariz, gabinete 2/3 – Brasília/DF – CEP 70.165-900
Fone: (61) 3303-6301 – sen.flavioarns@senado.leg.br

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verifica

Avulso do PL 3140/2026 [4 de 5]



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 8.080, de 19 de Setembro de 1990 - Lei Orgânica da Saúde (1990) - 8080/90
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1990;8080>

Avulso do PL 3140/2026 [5 de 5]





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 3148, DE 2026

Torna obrigatória a disponibilização de exame laboratorial para análise de biomarcadores sanguíneos relacionados à doença de Alzheimer no âmbito do Sistema Único de Saúde.

AUTORIA: Senador Romário (PL/RJ)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 3148/2026 [1 de 4]





SENADO FEDERAL

Gabinete do Sen. Romário (Partido Liberal-RJ)

PROJETO DE LEI Nº , DE 2026

Torna obrigatória a disponibilização de exame laboratorial para análise de biomarcadores sanguíneos relacionados à doença de Alzheimer no âmbito do Sistema Único de Saúde.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O Sistema Único de Saúde disponibilizará exame laboratorial para análise de biomarcadores sanguíneos relacionados à doença de Alzheimer.

Parágrafo único. A indicação do exame de que trata o *caput* deste artigo observará:

I – critérios clínicos definidos pelo médico assistente;

II – protocolos clínicos, diretrizes terapêuticas e normas técnicas editadas pelas autoridades sanitárias competentes;

III – disponibilidade e organização da rede assistencial.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação oficial.

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposição tem por objetivo assegurar, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), o direito do paciente com suspeita clínica de doença de Alzheimer de ter acesso, quando houver indicação médica e



Assinado eletronicamente, por Sen. Romário
Para verificação

Senado Federal – Anexo II bloco A subsolo – Ala Senador Nilo Coelho – Gabinete 11 – CEP 70165-900 – Brasília / DF
Telefone: (61) 3303-6517 – romario@senador.leg.br

Avulso do PL 3148/2026 [2 de 4]

observadas as diretrizes técnicas aplicáveis, a exames laboratoriais para análise de biomarcadores relacionados à doença.

A doença de Alzheimer constitui a forma mais comum de demência e representa importante desafio sanitário associado ao envelhecimento populacional. Segundo o Ministério da Saúde, a doença decorre de alterações patológicas no sistema nervoso central e se manifesta por deterioração da memória, da cognição e das atividades da vida diária, exigindo abordagem multiprofissional e acompanhamento contínuo. Trata-se de enfermidade neurodegenerativa progressiva, caracterizada por comprometimento cognitivo, perda gradual da autonomia funcional e impacto relevante sobre pacientes, familiares, cuidadores e serviços de saúde.

A relevância do tema também se evidencia pela magnitude epidemiológica. Dados divulgados em 2024 pelo Ministério da Saúde no Relatório Nacional sobre a Demência indicam que aproximadamente 8,5% da população brasileira com 60 anos ou mais convive com algum tipo de demência, o que corresponde a cerca de 1,8 milhão de pessoas. As projeções apontam crescimento expressivo nas próximas décadas, podendo alcançar aproximadamente 5,7 milhões de casos até 2050 em razão do envelhecimento populacional e do aumento da expectativa de vida.

Em âmbito internacional, a Organização Mundial da Saúde (OMS) estima que cerca de 57 milhões de pessoas viviam com demência em 2021 e que quase 10 milhões de novos casos surgem anualmente. A OMS destaca que a demência figura entre as principais causas de incapacidade e dependência entre pessoas idosas, produzindo impactos relevantes sobre sistemas de saúde, proteção social e organização do cuidado.

Nesse contexto, avanços científicos têm ampliado as possibilidades de investigação diagnóstica das doenças neurodegenerativas. Novos exames laboratoriais para análise de biomarcadores sanguíneos, métodos de imagem e outras tecnologias vêm sendo desenvolvidos para apoiar a avaliação clínica, especialmente em fases iniciais do comprometimento cognitivo. Entre essas inovações encontram-se testes



menos invasivos e potencialmente mais acessíveis quando comparados a métodos tradicionalmente utilizados em cenários especializados.

Por essa razão, a presente iniciativa visa a tornar obrigatório que o SUS disponibilize exame laboratorial para análise de biomarcadores sanguíneos relacionados à doença de Alzheimer.

Sala das Sessões,

Senador ROMÁRIO
Senador da República



Proposta de Emenda à Constituição





SENADO FEDERAL

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 14, DE 2026

Altera o art. 9º da Emenda Constitucional nº 132, de 20 de dezembro de 2023, para preservar, no regime do Imposto sobre Bens e Serviços, os mecanismos estaduais, distrital e municipais de fomento indireto à cultura e ao esporte.

AUTORIA: Senador Carlos Portinho (PL/RJ) (1º signatário), Senador Marcos do Val (AVANTE/ES), Senador Alan Rick (REPUBLICANOS/AC), Senador Marcio Bittar (PL/AC), Senador Jorge Kajuru (PSB/GO), Senador Jaime Bagattoli (PL/RO), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Senador Eduardo Girão (NOVO/CE), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senadora Leila Barros (PDT/DF), Senador Wilder Moraes (PL/GO), Senador Plínio Valério (PSDB/AM), Senador Romário (PL/RJ), Senador Flávio Arns (PSB/PR), Senador Izalci Lucas (PL/DF), Senador Sergio Moro (PL/PR), Senador Hermes Klann (PL/SC), Senador Carlos Viana (PSD/MG), Senadora Ivete da Silveira (MDB/SC), Senador Wellington Fagundes (PL/MT), Senador Eduardo Gomes (PL/TO), Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP), Senador Magno Malta (PL/ES), Senador Dr. Hiran (PP/RR), Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS), Senador Sérgio Petecão (PSD/AC), Senador Laércio Oliveira (PP/SE)



[Página da matéria](#)

Avulso da PEC 14/2026 [1 de 6]





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Carlos Portinho

SF/26937.75533-59

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº , DE 2026

Altera o art. 9º da Emenda Constitucional nº 132, de 20 de dezembro de 2023, para preservar, no regime do Imposto sobre Bens e Serviços, os mecanismos estaduais, distrital e municipais de fomento indireto à cultura e ao esporte.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 9º da Emenda Constitucional nº 132, de 20 de dezembro de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 9º**

§ 7º-A. O Comitê Gestor do IBS poderá autorizar estados e municípios a instituírem programa de fomento indireto a doações e patrocínios a projetos culturais e esportivos por intermédio da concessão de créditos de IBS para doadores e patrocinadores, conforme critérios e condições uniformes em todo o território nacional e de acordo com limites estabelecidos para cada esfera federativa.

§ 7º-B. O programa de que trata o § 7º-A deste artigo será instituído por lei específica de cada ente federativo.

§ 7º-C. Os programas de que trata o § 7º-A:

I – submeter-se-ão a critérios técnicos de seleção, avaliação e prestação de contas, com publicidade, transparência e controle social;

II – não poderão alterar o fato gerador, a base de cálculo ou a alíquota do Imposto sobre Bens e Serviços, nem prejudicar a uniformidade de sua legislação;



Senado Federal – Praça dos Três Poderes – Anexo II – Ala Teotônio Vilela – Gabinete 19 – 70.165-900 – Brasília/DF.
Assinado eletronicamente, por Sen. Carlos Portinho e outros

Para verifica

Avulso da PEC 14/2026 [2 de 6]





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Carlos Portinho

III – terão seus tetos globais de renúncia, por ente federativo, fixados em lei complementar, observados parâmetros uniformes em todo o território nacional;

IV – serão operacionalizados na forma regulamentada pelo Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços, exclusivamente quanto aos aspectos procedimentais de concessão, escrituração e fiscalização dos créditos.

§ 7º-D. O valor dos créditos concedidos na forma do § 7º-A será integralmente suportado pelo ente federativo concedente, mediante abatimento no cálculo do montante de receita do Imposto sobre Bens e Serviços a ele distribuído, vedada a transferência do ônus a outros entes da Federação.

§ 8º Ressalvado o disposto no § 3º, III, e nos §§ 7º-A a 7º-F, os benefícios especiais de que trata este artigo serão concedidos observando-se o disposto no art. 149-B, III, da Constituição Federal.

.....” (NR)

Art. 2º A lei complementar a que se refere o § 7º-C, III, do art. 9º da Emenda Constitucional nº 132, de 20 de dezembro de 2023, será editada no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da promulgação desta Emenda Constitucional.

Art. 3º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Reforma Tributária do Consumo, materializada pela Emenda Constitucional nº 132, de 20 de dezembro de 2023, e regulamentada pela Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025, representa o mais relevante aprimoramento do sistema tributário brasileiro desde a Constituição de 1988. A unificação da tributação sobre o consumo, a vedação a regimes especiais e a uniformidade nacional do IBS são conquistas que devem ser preservadas.

Contudo, como ocorre em toda transformação estrutural, a aplicação concreta do novo regime exige ajustes pontuais para evitar que avanços em determinadas dimensões acarretem retrocessos em outras. É o caso



Senado Federal – Praça dos Três Poderes – Anexo II – Ala Teotônio Vilela – Gabinete 19 – 70.165-900 – Brasília/DF.
Assinado eletronicamente, por Sen. Carlos Portinho e outros
Para verificação

Avulso da PEC 14/2026 [3 de 6]





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Carlos Portinho

dos mecanismos estaduais e municipais de fomento indireto à cultura e ao esporte.

Tais mecanismos, presentes em vários estados e municípios, sustentam orquestras, museus, festivais, produções audiovisuais e teatrais brasileiras, bibliotecas comunitárias, clubes formadores de atletas, ligas amadoras, projetos de inclusão social pelo esporte e iniciativas culturais de toda ordem.

No plano local, esse financiamento assume importância ainda maior para manifestações culturais de menor porte, iniciativas periféricas, grupos tradicionais, coletivos comunitários e projetos desenvolvidos longe dos grandes centros urbanos, muitas vezes sem apelo midiático suficiente para atrair patrocínios espontâneos ou acessar, em condições de igualdade, os mecanismos federais de financiamento.

O mesmo se aplica a projetos esportivos locais, voltados à formação de base, ao esporte amador, à inclusão de crianças e adolescentes e à ocupação qualificada de espaços comunitários. Nesses casos, o incentivo público descentralizado viabiliza atividades culturais e esportivas que dificilmente encontrariam sustentação no mercado, produzindo impactos sociais relevantes, fortalecendo vínculos comunitários, ampliando oportunidades, promovendo pertencimento, estimulando talentos locais e oferecendo alternativas saudáveis de convivência, educação, lazer e cidadania.

Destacamos, ainda, que não se trata de benefícios fiscais em sentido próprio, pois não reduzem carga tributária do contribuinte, não alteram fato gerador, base de cálculo ou alíquota, não geram vantagem competitiva entre empresas e não atraem investimentos em razão de sua existência. Trata-se, isto sim, de instrumento de financiamento descentralizado de bens públicos culturais e esportivos, em que o Estado faculta ao contribuinte direcionar parcela do imposto devido a projetos previamente aprovados por órgãos técnicos, sob controle social e prestação de contas.

A natureza jurídica desses mecanismos é, portanto, substancialmente distinta dos incentivos onerosos a que se refere o art. 9º da EC nº 132, de 2023, cuja extinção gradual entre 2029 e 2032 está plenamente justificada como combate à guerra fiscal e busca por isonomia tributária. Os



Senado Federal – Praça dos Três Poderes – Anexo II – Ala Teotônio Vilela – Gabinete 19 – 70.165-900 – Brasília/DF.
Assinado eletronicamente, por Sen. Carlos Portinho e outros

Para verifica

Avulso da PEC 14/2026 [4 de 6]





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Carlos Portinho

programas de fomento à cultura e ao esporte, ao contrário, são instrumentos de política pública setorial, executam comandos constitucionais expressos (arts. 215, 216 e 217 da Constituição Federal) e operam com lógica diametralmente oposta à dos benefícios de competitividade tributária.

A omissão da EC nº 132, de 2023, quanto a esse ponto, somada à regra geral de extinção dos incentivos do ICMS prevista no art. 9º e à vedação ampla do art. 156-A, § 1º, X, da Constituição Federal, levaria, sem ajuste constitucional, ao desaparecimento desses programas em 2032, com impactos profundos sobre a economia criativa, o terceiro setor, o turismo cultural, a formação esportiva de base e milhares de empregos diretos e indiretos.

A presente Proposta de Emenda à Constituição busca, portanto: (i) conferir autorização constitucional direta aos entes subnacionais para instituição dos programas, com a devida atuação do Comitê Gestor do IBS, tendo em vista a natureza compartilhada do tributo; (ii) determinar a fixação, por lei complementar, de tetos uniformes de renúncia, assegurando previsibilidade e responsabilidade fiscal e (iii) assegurar a continuidade dos projetos em curso, protegendo expectativas legítimas; e.

A proposta, portanto, harmoniza a Reforma Tributária com os deveres constitucionais de fomento à cultura e ao esporte, preservando instrumento consolidado de política pública sem comprometer os ganhos sistêmicos da EC nº 132, de 2023.

Por essas razões, contamos com o apoio dos eminentes pares para a aprovação desta Proposta de Emenda à Constituição.

Sala das Sessões,

Senador CARLOS PORTINHO



Senado Federal – Praça dos Três Poderes – Anexo II – Ala Teotônio Vilela – Gabinete 19 – 70.165-900 – Brasília/DF.
Assinado eletronicamente, por Sen. Carlos Portinho e outros

Para verifica

Avulso da PEC 14/2026 [5 de 6]



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- art60_par3

- art215

- art216

- art217

- Emenda Constitucional nº 132, de 2023 - Reforma Tributária (2023) - 132/23

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:emenda.constitucional:2023;132>

- art9

- Lei Complementar nº 214 de 16/01/2025 - LCP-214-2025-01-16 - 214/25

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei.complementar:2025;214>

Avulso da PEC 14/2026 [6 de 6]



Requerimentos





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 461, DE 2026

Requer a realização de Sessão Especial destinada a celebrar, postumamente, o centenário de José Carlos da Silva Júnior.

AUTORIA: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB), Senadora Ivete da Silveira (MDB/SC), Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO), Senador Chico Rodrigues (PSB/RR), Senador Eduardo Braga (MDB/AM), Senador Humberto Costa (PT/PE)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 461/2026 [1 de 3]





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Veneziano Vital do Rêgo

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial, a ser realizada em data oportuna, a fim de homenagear postumamente o centenário do empresário e político Paraibano, José Carlos da Silva Júnior.

JUSTIFICAÇÃO

José Carlos da Silva Júnior nasceu em Campina Grande, no Estado da Paraíba, em 16 de junho de 1926, e construiu uma trajetória marcada pelo empreendedorismo, pela liderança e pelo compromisso com o desenvolvimento de seu Estado. À frente do Grupo São Braz, consolidou-se como uma das figuras mais relevantes do setor produtivo paraibano, contribuindo para a geração de empregos, o fortalecimento da economia regional e a projeção nacional de empresas nascidas na Paraíba. Sua atuação também se destacou nos setores de comunicação e automotivo, sempre associada à visão de desenvolvimento e à valorização do trabalho.

Além de sua destacada atuação empresarial, José Carlos da Silva Júnior também prestou relevantes serviços à vida pública. Foi Vice-Governador da Paraíba entre 1983 e 1986 e exerceu mandato no Senado Federal, representando o povo paraibano. Também teve expressiva participação em entidades do setor produtivo, tendo presidido a Associação Brasileira da Indústria de Café, integrado a Federação das Indústrias do Estado da Paraíba e participado de importantes instâncias



associativas e empresariais. Sua trajetória, portanto, une empreendedorismo, compromisso público e dedicação ao desenvolvimento regional, razões que tornam justa e oportuna a homenagem póstuma por ocasião do centenário de seu nascimento.

Ante o exposto, solicitamos o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente Requerimento de realização de Sessão Solene no Plenário do Senado Federal.

Sala das Sessões, de de .

Senador Veneziano Vital do Rêgo
(MDB - PB)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 462, DE 2026

Requer voto de aplauso à Unigran – Centro Universitário da Grande Dourados, pelo reconhecimento aos 50 anos de trajetória institucional.

AUTORIA: Senador Nelsinho Trad (PSD/MS)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 462/2026 [1 de 3]





SENADO FEDERAL

SF/26245.83599-00 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de aplauso **UNIGRAN – Centro Universitário da Grande Dourados**, na pessoa de sua mantenedora, **Sra. Mariana Zauith**, pelo reconhecimento aos 50 anos de trajetória institucional, marcados por relevantes serviços prestados à educação, à formação profissional e ao desenvolvimento social.

Requeiro, ainda, que seja enviada cópia do presente voto, conforme dados em anexo.

JUSTIFICAÇÃO

Ao longo de cinco décadas, a UNIGRAN consolidou-se como referência educacional, contribuindo para a transformação de vidas por meio do ensino, da qualificação acadêmica e da promoção de oportunidades. Sua atuação representa um legado de compromisso com o conhecimento, com a inovação e com a formação cidadã de milhares de estudantes.

A homenagem também se estende à Sra. Mariana Zauith, cuja atuação à frente da mantenedora evidencia dedicação, visão institucional e compromisso com a continuidade de um projeto educacional sólido, socialmente relevante e alinhado às demandas do desenvolvimento regional e nacional.



Celebrar os 50 anos da UNIGRAN é reconhecer não apenas uma história de êxito, mas também o impacto concreto de uma instituição que segue contribuindo para a construção de um futuro mais justo, qualificado e promissor.

Assim, esta Casa manifesta seus aplausos e congratulações à UNIGRAN, à sua mantenedora, Sra. Mariana Zauith, aos seus dirigentes, docentes, colaboradores, alunos e egressos, pelo jubileu de 50 anos e pelos relevantes serviços prestados à educação brasileira.

Sala das Sessões, 16 de junho de 2026.

Senador Nelsinho Trad
(PSD - MS)



Apresentado o Requerimento nº 462, de 2026, do Senador Nelsinho Trad, *solicitando o envio de voto de aplauso à Unigran – Centro Universitário da Grande Dourados, pelo reconhecimento aos 50 anos de trajetória institucional.*

Será encaminhada cópia do voto nos termos solicitados.





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 463, DE 2026

Requer a inclusão de apoio ao Requerimento nº 231/2026.

AUTORIA: Senador Marcelo Castro (MDB/PI)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 463/2026 [1 de 2]





SENADO FEDERAL

SF/26270.40684-81 (LexEdit*)

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos art. 243 do Regimento Interno do Senado Federal, registrar meu apoio ao Requerimento 231/2026 que requer regime de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 2.531/2021, que “institui o piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação básica pública que exercem funções de apoio administrativo, técnico ou operacional”.

Sala das Sessões, 16 de junho de 2026.

Senador Marcelo Castro
(MDB - PI)



Término de Prazo



Encerrou-se em 15 de junho de 2026 o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei nº 429, de 2024.

Foram apresentadas as Emendas nºs 15 a 21.

A matéria retorna à Comissão de Assuntos Econômicos seguindo posteriormente à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para exame das emendas.

São as seguintes as emendas:





SENADO FEDERAL

EMENDAS

Apresentadas perante a Mesa do Senado Federal ao **Projeto de Lei nº 429, de 2024**, que *"Dispõe sobre as custas judiciais no âmbito da Justiça Federal; cria o Fundo Especial da Justiça Federal (Fejufe); e revoga a Lei nº 9.289, de 4 de julho de 1996."*

PARLAMENTARES	EMENDAS NºS
Senador Weverton (PDT/MA)	015; 017
Senadora Eliziane Gama (PSD/MA)	016
Senador Alessandro Vieira (MDB/SE)	018; 019; 020
Senador Eduardo Braga (MDB/AM)	021

TOTAL DE EMENDAS: 7



[Página da matéria](#)



PL 429/2024
00015

EMENDA Nº
(ao PL 429/2024)

Dê-se ao art.14-C do Substitutivo ao Projeto de Lei 429/2024 a seguinte redação:

“Art. 14-C. Constituem receitas do Fejufe as provenientes de:

...

III – multas aplicadas pelos magistrados em processos cíveis, em razão da prática de ato atentatório ao exercício da jurisdição.

...”.

JUSTIFICAÇÃO

O FUNPEN é o principal instrumento de financiamento das políticas penitenciárias em todo o território nacional, beneficiando os 26 estados, o Distrito Federal e seus respectivos municípios. Entre 2016 e 2025, o Fundo transferiu mais de R\$ 1,5 bilhão aos entes federados para ações essenciais de construção, reforma e ampliação de estabelecimentos penais, além da qualificação do serviço penitenciário e da implementação de programas de ressocialização.

O desvio dessas receitas para o Fejufe representa um enfraquecimento estrutural do sistema penitenciário brasileiro, que já enfrenta déficit de mais de 200 mil vagas e condições degradantes em diversos estabelecimentos. A redução de recursos do FUNPEN comprometerá diretamente a capacidade dos estados de investir em infraestrutura prisional, agravando a superlotação, a violência e as violações de direitos humanos no sistema carcerário.

A supressão do dispositivo que desvia recursos do FUNPEN para o Fejufe é medida de justiça, racionalidade e responsabilidade federativa. O FUNPEN cumpre papel estratégico no financiamento de políticas penitenciárias em todo o país, beneficiando milhões de brasileiros que dependem de um sistema prisional digno, seguro e voltado à ressocialização.



Assinado eletronicamente, por Sen. Weverton

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2032341088>



O enfraquecimento desse Fundo comprometerá a capacidade dos estados de enfrentar a crise carcerária, agravará as desigualdades regionais e representará retrocesso em matéria de direitos humanos. A manutenção da destinação das multas penais ao FUNPEN é, portanto, imperativo de política pública, de respeito ao pacto federativo e de cumprimento dos compromissos constitucionais e internacionais do Estado brasileiro.

Sala das sessões, 17 de dezembro de 2025.



Assinado eletronicamente, por Sen. Weverton

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2032341088>



PL 429/2024
00016

EMENDA Nº
(ao PL 429/2024)

Altere-se o parágrafo único do art. 14-B da Lei nº 9.289, de 4 de julho de 1996, na redação dada pelo art. 2º do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 429, de 2024, para que passe a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 14-B.....

Parágrafo único. É vedada a aplicação da receita do Fejufe na execução de despesas com pessoal, inclusive seus encargos, exceto aquelas relacionadas às ações de capacitação de magistrados e servidores da Justiça Federal, **devendo ser observada a paridade dos recursos destinados a essas ações.”**

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo explicitar diretriz de equilíbrio na destinação dos recursos do Fundo Especial da Justiça Federal (Fejufe) voltados às ações de capacitação e aperfeiçoamento profissional.

A excelência da prestação jurisdicional depende da atuação harmônica e integrada de magistrados e servidores, cujas atribuições, embora distintas, são igualmente indispensáveis ao adequado funcionamento da Justiça Federal. O contínuo investimento na formação e no aperfeiçoamento de ambos o segmento constitui medida essencial para o fortalecimento institucional, a modernização administrativa e a melhoria dos serviços prestados à sociedade.

Nesse contexto, os servidores da Justiça Federal desempenham papel fundamental na gestão processual, na execução das atividades administrativas, na implementação de soluções tecnológicas e no suporte à atividade jurisdicional,



Assinado eletronicamente, por Sen. Eliziane Gama

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9531114290>



razão pela qual seu desenvolvimento profissional deve ser estimulado de forma permanente e compatível com a relevância de suas atribuições.

A proposta não cria despesas, não altera as finalidades do Fundo nem estabelece vinculações orçamentárias rígidas. Busca apenas assegurar que os recursos destinados às ações de capacitação observem diretriz de paridade, promovendo o desenvolvimento institucional equilibrado e o aprimoramento contínuo dos quadros que compõem a Justiça Federal.

Ante o exposto, solicita-se o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente emenda.

Sala das sessões, 15 de junho de 2026.

Senadora Eliziane Gama
(PSD - MA)



Assinado eletronicamente, por Sen. Eliziane Gama

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9531114290>



PL 429/2024
00017



SENADO FEDERAL

EMENDA Nº
(ao PL 429/2024)

Altera-se o parágrafo único do art. 14-B da Lei nº 9.289, de 4 de julho de 1996, na redação dada pelo art. 2º do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 429, de 2024, para que passe a vigorar com a seguinte redação:

“Art.

14-

B.....

.....

Parágrafo único. É vedada a aplicação da receita do Fejufe na execução de despesas com pessoal, inclusive seus encargos, exceto aquelas relacionadas às ações de capacitação de magistrados e servidores da Justiça Federal, **devendo ser observada a paridade dos recursos destinados a essas ações.”**

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposta de emenda ao art. 14-B da Lei nº 9.289, de 4 de julho de 1996, visa conferir uma nova redação ao seu parágrafo único, estabelecendo, de forma inequívoca, o princípio da paridade na alocação de recursos destinados à capacitação e ao aperfeiçoamento profissional no âmbito do Fundo Especial da Justiça Federal (FEJUFE). A medida busca assegurar que os



Assinado eletronicamente, por Sen. Weverton

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5307224415>



investimentos em capital humano sejam distribuídos de maneira equânime entre magistrados e servidores, reconhecendo a interdependência funcional necessária para a excelência da prestação jurisdicional.

A alteração proposta encontra sólido amparo no Princípio da Eficiência, insculpido no *art. 37, caput, da Constituição Federal*. A administração pública moderna exige que os recursos do FEJUFE sejam aplicados de modo a maximizar o rendimento institucional. Ao garantir paridade na capacitação, o legislador atende aos preceitos de impessoalidade e moralidade, evitando distorções que privilegiam uma categoria em detrimento de outra, quando ambas compõem a engrenagem indissociável do Poder Judiciário. A equidade aqui proposta não é apenas um ato de justiça administrativa, mas uma imposição do princípio da igualdade substancial, garantindo que o suporte técnico-administrativo evolua em compasso com a atividade fim.

A qualidade das decisões judiciais depende não apenas do magistrado, mas também da robustez da instrução processual e da competência técnica dos servidores. Dados do Conselho Nacional de Justiça demonstram que a celeridade processual está intrinsecamente ligada à qualificação do corpo funcional. Investir paritariamente nos servidores reduz o tempo de tramitação, minimiza erros procedimentais e transforma a Justiça Federal em uma instituição mais responsiva, atacando diretamente o gargalo da morosidade.

Diante da transformação digital e implementação de Inteligência Artificial no Judiciário, a capacitação dos servidores torna-se essencial para a modernização tecnológica. A paridade de recursos garante que a atualização tecnológica não seja acompanhada de abismo de conhecimento técnico, promovendo equilíbrio institucional que blindará a Justiça Federal contra obsolescência funcional e fortalece a segurança jurídica.

A emenda não cria despesa pública adicional nem altera o teto de gastos do Poder Judiciário, tratando-se apenas de reordenamento de critérios de aplicação de recursos já existentes. A proposta promove sustentabilidade fiscal ao otimizar o uso de verbas do FEJUFE, gerando maior retorno social por meio de uma estrutura administrativa mais enxuta, célere e tecnicamente preparada,



Assinado eletronicamente, por Sen. Weverton

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5307224415>



consolidando uma visão de Estado que valoriza o mérito e a qualificação integral de seus quadros.

Sala das sessões, 15 de junho de 2026.

Senador Weverton
(PDT - MA)
Senador



Assinado eletronicamente, por Sen. Weverton

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5307224415>



PL 429/2024
00018



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Alessandro Vieira

EMENDA Nº
(ao PL 429/2024)

Suprimam-se os arts. 14-A a 14-C da Lei nº 9.289, de 4 de julho de 1996, inserido pelo art. 2º, o § 2º do art. 3º e o art. 4º do substitutivo ao Projeto de Lei 429/2024, correspondentes ao Capítulo II do referido projeto, e altere-se a ementa e o art. 1º do mesmo substitutivo:

“Dispõe sobre as custas judiciais no âmbito da Justiça Federal e do Superior Tribunal de Justiça.”

“Art. 1º Esta Lei prevê a atualização dos valores das custas judiciais, no âmbito da Justiça Federal e do Superior Tribunal de Justiça.”

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda não se opõe à modernização da Justiça Federal nem à atualização de valores congelados há décadas — objetivos legítimos e que permanecem integralmente atendidos pela atualização das tabelas de custas. O que se propõe suprimir é o aparato de fundos especiais erguido sobre essas receitas, por incorrer em vícios de inconstitucionalidade material que comprometem a higidez de todo o projeto.

Em primeiro lugar, a criação dos fundos esbarra em proibição constitucional expressa. A Emenda Constitucional nº 109, de 2021, acresceu ao art. 167 da Constituição o inciso XIV, que veda "a criação de fundo público, quando seus objetivos puderem ser alcançados mediante a vinculação de receitas



Assinado eletronicamente, por Sen. Alessandro Vieira

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3936795286>



orçamentárias específicas ou mediante a execução direta por programação orçamentária e financeira de órgão ou entidade da administração pública."

A norma é peremptória quanto a este caso. Os objetivos invocados para o Fejufe e para o Festj — modernização, aparelhamento, expansão e aperfeiçoamento da atividade jurisdicional, justiça itinerante, mutirões e interiorização (art. 14-B do Substitutivo) — são, todos eles, integralmente alcançáveis pela via que o próprio dispositivo constitucional indica como preferencial: a execução direta por programação orçamentária e financeira dos órgãos da Justiça Federal e do Superior Tribunal de Justiça, mediante dotação na lei orçamentária anual. Não há, no Substitutivo, qualquer demonstração de que tais finalidades só pudessem ser atingidas por meio de fundo especial — demonstração que o art. 167, XIV erige em condição de validade. A criação dos fundos é, portanto, constitucionalmente desnecessária e, por isso mesmo, vedada.

Daí decorre, ademais, que a supressão não acarreta o alegado esvaziamento da sustentabilidade da Justiça. As custas atualizadas continuarão a ser arrecadadas e a custear o Poder Judiciário pela via orçamentária ordinária, com a plenitude das garantias de controle, transparência e deliberação parlamentar. Preserva-se o que há de constitucional no projeto — a atualização das custas e o regime de gratuidade — e afasta-se, tão somente, o aparato de fundos que a Constituição não autoriza.

A criação de fundos especiais autônomos, alimentados por receita tributária e por saldos acumulados de exercício a exercício, subtrai recursos públicos ao ciclo orçamentário ordinário e ao controle do Congresso Nacional, em tensão com os princípios da universalidade, da unidade e da anualidade orçamentárias (CF, arts. 165 a 167). O ponto é especialmente grave no parágrafo único do art. 14-C, que determina a transferência automática do saldo financeiro positivo, ano após ano, ao crédito do próprio fundo.

Em segundo lugar, é pacífica a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal no sentido de que custas judiciais e emolumentos têm natureza tributária, qualificando-se como **taxas remuneratórias de serviço público específico e divisível** (CF, art. 145, II). Dessa qualificação decorre regime jurídico rígido, do qual o constituinte extraiu comando expresso e taxativo no **art. 98, § 2º, da**



Assinado eletronicamente, por Sen. Alessandro Vieira

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3936795286>



Constituição: "As custas e emolumentos serão destinados, exclusivamente, ao custeio dos serviços afetos às atividades específicas da Justiça."

O advérbio "exclusivamente" e a locução "atividades específicas da Justiça" não comportam a destinação a fundos do Substitutivo. O texto constitucional veda que o produto da arrecadação das custas seja afetado a finalidade diversa daquela que justifica a sua cobrança — orientação que o STF reafirma de modo iterativo, reputando inconstitucional a destinação de custas e emolumentos a serviços diversos ou a entidades estranhas à prestação jurisdicional (entre outras, a ADI 3.086). A criação de fundos alimentados por custas, com leque de receitas e destinações que extravasam o custeio da atividade jurisdicional, descaracteriza a função constitucional da taxa.

O Ministério Público da União e a Defensoria Pública da União, embora funções essenciais à Justiça (arts. 127 e 134 da Constituição), **não integram o Poder Judiciário** e não exercem atividade jurisdicional. Destinar-lhes parcela das custas é precisamente a hipótese que a jurisprudência do STF rejeita: transposição do produto da taxa a serviço diverso daquele que a originou. A pretexto de cooperação institucional, o Substitutivo institui repasse permanente de tributo judiciário a instituições autônomas, vício que contamina a destinação e recomenda a supressão integral do mecanismo de repartição.

Ainda, a taxa, por ser tributo vinculado, exige correspondência (referibilidade) e proporcionalidade entre o valor cobrado e o custo da atividade estatal que remunera. O Substitutivo rompe essa correspondência de modo evidente: o art. 3º, § 2º destina **9% ao Ministério Público da União, 6% ao Conselho Nacional de Justiça e 5% à Defensoria Pública da União** — vinte por cento da arrecadação repassados a finalidades que não correspondem ao custo do serviço prestado pela Justiça Federal de 1º e 2º graus. Ora, se há margem para repartir um quinto da receita com terceiros, a exação está dimensionada acima do custo do serviço, convolvendo-se em instrumento de arrecadação geral — vale dizer, em imposto disfarçado, em afronta ao art. 145, II, e § 2º da Constituição.

Em decorrência desses fundamentos, propomos a supressão dos fundos em questão.



Assinado eletronicamente, por Sen. Alessandro Vieira

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3936795286>



Sala das sessões, 10 de junho de 2026.

Senador Alessandro Vieira
(MDB - SE)



Assinado eletronicamente, por Sen. Alessandro Vieira

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3936795286>



PL 429/2024
00019



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Alessandro Vieira

EMENDA Nº
(ao PL 429/2024)

Suprima-se o inciso XVIII do art. 14-C da Lei nº 9.289, de 4 de julho de 1996, inserido pelo art. 2º do substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 429, de 2024.

JUSTIFICAÇÃO

Embora sejamos contrários à criação de novos fundos diante da existência de limitação constitucional (art. 167, XIV), apresentamos a presente emenda que se limita a excluir uma das fontes de receita do Fejufe. O inciso XVIII arrola, entre as receitas do Fejufe, o "rendimento dos depósitos judiciais". A previsão é inconstitucional e ilegal porque se apropria de recursos que, em nenhuma hipótese, pertencem ao Poder Judiciário.

O depósito judicial é prestado pela parte e a ela pertence enquanto não definida a lide. Encerrado o litígio, o valor depositado — acrescido de sua remuneração — é devolvido ao depositante, quando vencedor, ou convertido em pagamento definitivo em favor da parte adversa ou da Fazenda, quando esta vence. O rendimento, por acessório, acompanha a sorte do principal: ou integra a restituição ao depositante, ou integra o crédito da parte/Fazenda credora. Convertê-lo em receita do Fejufe equivale a apropriar-se de coisa alheia. Por não entendermos tal previsão razoável, sugerimos sua supressão.

Sala das sessões, 10 de junho de 2026.

Senador Alessandro Vieira
(MDB - SE)



Assinado eletronicamente, por Sen. Alessandro Vieira

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6765935983>



PL 429/2024
00020



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Alessandro Vieira

EMENDA Nº
(ao PL 429/2024)

Suprima-se o art. 3º e anexos do substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 429, de 2024, e dê-se a seguinte redação ao § 3º do art. 1º da Lei nº 9.289, de 4 de julho de 1996, modificado pelo art. 2º do mesmo substitutivo:

“Art. 1º.....

.....

§ 3º As custas previstas nas tabelas de custas anexas serão corrigidas anualmente, a partir de 26 de outubro de 2000, pela variação no período da taxa referencial do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA ou de outro índice que vier a substituí-lo.” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

Atualmente, a Lei nº 9.289, de 1996, fixa o valor das custas de ações cíveis em 1% do valor da causa, com mínimo de dez UFIR e máximo de mil e oitocentas UFIR. Com a extinção da UFIR em outubro de 2000, esses valores ficaram congelados em R\$ 10,64 e R\$ 1.915,38, respectivamente, permanecendo assim até hoje.

Corrigidos pelo IPCA de outubro de 2000 a março de 2024, os valores atualizados seriam R\$ 43,87 e R\$ 7.897,81 — muito distantes dos patamares propostos no Substitutivo, que fixa custas entre 2% e 3% do valor da causa, com mínimo de R\$ 193,20 e máximo de R\$ 107.332,80, sem justificativa técnica que sustente esse salto.



Assinado eletronicamente, por Sen. Alessandro Vieira

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4844109571>



O Substitutivo estabelece ainda custas no mesmo teto para recursos de apelação e cumprimento de sentença. Na prática, a parte que não obtiver êxito em primeiro grau poderá ser obrigada a desembolsar mais de cem mil reais para exercer seu direito ao duplo grau de jurisdição — o que compromete a proporcionalidade do sistema.

Esse ponto merece atenção especial porque a Justiça Federal é o foro das ações movidas contra a União e demais entes públicos federais. O cidadão que busca questionar cobranças administrativas indevidas passaria a enfrentar uma barreira econômica significativa antes mesmo de ter seu direito apreciado — além do risco de arcar com honorários sucumbenciais em caso de derrota.

Não é correto supor que causas de alto valor envolvam apenas grandes empresas. Há situações em que pessoas físicas respondem por dívidas tributárias elevadas em razão de redirecionamentos de execução fiscal, por exemplo, e precisam de acesso efetivo à Justiça para exercer sua defesa.

Do ponto de vista da política judiciária, o tratamento coletivo de litígios e mecanismos alternativos de resolução de conflitos são caminhos mais consistentes para reduzir a litigiosidade na Justiça Federal do que o aumento expressivo de custas.

Por fim, a taxa Selic não constitui índice de correção monetária. Ela incorpora componentes de remuneração do capital que a tornam significativamente mais elevada do que índices inflacionários como o IPCA — índice oficial de medição da inflação no País. Utilizá-la como critério de atualização das custas implicaria não uma recomposição do valor real, mas um acréscimo real sobre ele, o que extrapola a finalidade da atualização.

Por essas razões, propõe-se emenda para estabelecer a atualização anual das custas pelo IPCA, com base em outubro de 2000, como critério mais adequado e tecnicamente fundamentado.



Assinado eletronicamente, por Sen. Alessandro Vieira

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4844109571>



Sala das sessões, 15 de junho de 2026.

Senador Alessandro Vieira
(MDB - SE)



Assinado eletronicamente, por Sen. Alessandro Vieira

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4844109571>



PL 429/2024
00021



SENADO FEDERAL

EMENDA Nº
(ao PL 429/2024)

Acrescentem-se os seguintes § 4º e § 5º ao art. 14-A da Lei nº 9.289, de 4 de julho de 1996, nos termos do art. 2º do Projeto de Lei nº 429, de 2024, conforme Substitutivo apresentado pelo Relator:

“Art. 2º.....

.....

Art. 14-A.....

.....

§ 4º O Conselho da Justiça Federal definirá critérios objetivos para a distribuição dos recursos do Fundo Especial da Justiça Federal (Fejufe) entre os Tribunais Regionais Federais, observados, cumulativamente, indicadores relacionados:

I – à arrecadação das receitas que compõem o Fundo;

II – à demanda jurisdicional, considerada a quantidade de processos em tramitação, os casos novos, os processos julgados e os processos baixados;

III – ao desempenho institucional, incluídos indicadores de produtividade e eficiência administrativa;

IV – às características estruturais da jurisdição, especialmente a extensão territorial, a população atendida, a dispersão geográfica das unidades judiciárias e os custos necessários à garantia do acesso à justiça;

V – às peculiaridades decorrentes da atuação em regiões de difícil acesso, áreas de fronteira, Amazônia Legal, comunidades indígenas, povos e



Assinado eletronicamente, por Sen. Eduardo Braga

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9196993349>



comunidades tradicionais e demais situações que demandem atuação jurisdicional diferenciada.

§ 5º A regulamentação de que trata o § 4º deverá observar critérios que promovam a redução das desigualdades regionais, a ampliação do acesso à justiça e o fortalecimento da capacidade operacional da Justiça Federal em todo o território nacional." (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A criação do Fundo Especial da Justiça Federal (Fejufe) proporcionará os recursos necessários para a modernização e aperfeiçoamento dos trabalhos desenvolvidos na Justiça Federal, sendo igualmente relevante para todos os Tribunais Regionais Federais (TRFs).

A presente emenda estabelece que o Conselho da Justiça Federal (CJF) deve observar critérios objetivos, indicadores cumulativos que equilibram a arrecadação e a produtividade com a demanda jurisdicional efetiva. Ao considerar o volume de processos novos e baixados, garante-se que os tribunais com maior carga de trabalho recebam o suporte financeiro proporcional para manter a celeridade na prestação do serviço público.

Além da eficiência produtiva, a proposta introduz critérios de justiça distributiva ao valorizar as características estruturais da jurisdição. Fatores como a extensão territorial e a dispersão geográfica impõem custos operacionais distintos, especialmente em regiões onde o acesso físico às unidades judiciárias é desafiador, exigindo uma alocação de recursos que compense essas dificuldades logísticas.

Um ponto central desta alteração é a atenção às peculiaridades das regiões de fronteira, da Amazônia Legal e do atendimento a comunidades tradicionais. A atuação jurisdicional nessas áreas demanda uma estrutura diferenciada e, muitas vezes, mais onerosa, sendo fundamental que o Fejufe suporte financeiramente a interiorização da Justiça Federal e a garantia de direitos em zonas de difícil acesso.



Assinado eletronicamente, por Sen. Eduardo Braga

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9196993349>



Ao normatizar esses critérios, busca-se ativamente a redução das desigualdades regionais e o fortalecimento da capacidade operacional da Justiça Federal em todo o território nacional. O rateio equilibrado promove a coesão do sistema, evitando que disparidades orçamentárias comprometam a qualidade da justiça em determinadas regiões em detrimento de outras.

Em suma, a emenda, observando, proporcionalmente, os vetores do objeto de tributação das taxas (CF, art. 145, II), que se constitui na natureza jurídica das custas (STF, ADI 1145 e 3694) e o escopo constitucional de desigualar as regiões territoriais (CF, art. 43), otimiza a aplicação dos recursos públicos ao vincular o investimento ao desempenho institucional e às necessidades sociais.

Com a adoção desses parâmetros objetivos, assegura-se que o Fejufe seja um motor de eficiência e equidade, justificando o apoio dos nobres pares para o aperfeiçoamento deste Projeto de Lei.

Sala das sessões, 15 de junho de 2026.

Senador Eduardo Braga
(MDB - AM)



Assinado eletronicamente, por Sen. Eduardo Braga

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9196993349>



ATA DA FRENTE PARLAMENTAR MISTA DAS *STARTUPS* E DO EMPREENDEDIMENTO INOVADOR





SENADO FEDERAL

Frente Parlamentar Mista das Startups e do Empreendedorismo Inovador

ATA DA REUNIÃO DE INSTALAÇÃO

10 DE JUNHO DE 2026, QUARTA-FEIRA, ÀS 15H00, NO PLENÁRIO Nº 6 DA ALA SENADOR NILO COELHO.

Ata Circunstanciada da ***Reunião de Instalação da Frente Parlamentar Mista das Startups e do Empreendedorismo Inovador (FPSTARTUPS)***, realizada em 10 de junho de 2026, quarta-feira, às 15h00, no Plenário nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho, no Senado Federal, com o seguinte resultado:

Item 1: Instalada a Frente Parlamentar na 57ª Legislatura;

Item 2: Aprovado o Regulamento Interno da Frente Parlamentar;

Item 3: Eleita a Comissão Executiva da Frente Parlamentar, com a seguinte composição:

- Presidente: Senador Chico Rodrigues
- Primeira Vice-Presidente: Deputada Laura Carneiro
- Segundo Vice-Presidente: Deputado Keniston Braga
- Terceiro Vice-Presidente: Deputado Paulo Litro
- Quarto Vice-Presidente: Deputado Marangoni
- Primeiro Secretário: Senador Astronauta Marcos Pontes

Conforme documentos anexos. Publique-se.

Senador **CHICO RODRIGUES**
Presidente da FPSTARTUPS





CONGRESSO NACIONAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
57ª LEGISLATURA

Em 10 de junho de 2026
(quarta-feira)
às 15h

RESULTADO

1ª Reunião

FRENTE PARLAMENTAR MISTA DAS STARTUPS E DO
EMPREENDEDORISMO INOVADOR - FPSTARTUPS

PRESIDENTE: Senador Chico Rodrigues
1º SECRETÁRIO: Senador Astronauta Marcos Pontes
1ª VICE-PRESIDENTE: Deputada Laura Carneiro
2º VICE-PRESIDENTE: Deputado Keniston Braga
3º VICE-PRESIDENTE: Deputado Paulo Litro
4º VICE-PRESIDENTE: Deputado Marangoni

	Reunião de Instalação da FPSTARTUPS na 57ª Legislatura
Local	Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6



Resultado da 1ª Reunião da FPSTARTUPS, em 10 de junho de 2026

2

Reunião de Instalação da FPSTARTUPS na 57ª Legislatura

Assunto / Finalidade:

ITEM 1 - Instalar a Frente Parlamentar na 57ª legislatura;

ITEM 2 - Aprovar o Estatuto da Frente Parlamentar;

ITEM 3 - Eleger a Comissão Executiva da Frente Parlamentar.

Participantes:

Sr. Alan da Silveira

Diretor de Relações Governamentais da Aliança Latino-americana de Startups (ALAS)

Sr. Tulio Marques Junior

Vice-Presidente de Negócios Internacionais da Associação Nacional de Startups do Brasil (ANSTARTUP)

Resultado: Item 1: Instalada a Frente Parlamentar na 57ª Legislatura;

Item 2: Aprovado o Regulamento Interno da Frente Parlamentar;

Item 3: Eleita a Comissão Executiva da Frente Parlamentar, com a seguinte composição:

- Presidente: Senador Chico Rodrigues
 - Primeira Vice-Presidente: Deputada Laura Carneiro
 - Segundo Vice-Presidente: Deputado Keniston Braga
 - Terceiro Vice-Presidente: Deputado Paulo Litro
 - Quarto Vice-Presidente: Deputado Marangoni
- Primeiro Secretário: Senador Astronauta Marcos Pontes
Secretário Executivo: Alan da Silveira





Senado Federal



Relatório de Registro de Presença

1ª, Reunião

Frente Parlamentar Mista das Startups e do Empreendedorismo Inovador

Senado Federal	
TITULARES	SUPLENTE
CHICO RODRIGUES PRESENTE	
ASTRONAUTA MARCOS PONTES	
JORGE KAJURU	
FLÁVIO ARNS	

Câmara dos Deputados	
TITULARES	SUPLENTE
LAURA CARNEIRO	
WALDEMAR OLIVEIRA	
KENISTON BRAGA PRESENTE	
PAULO LITRO	
MARANGONI	

Não Membros Presentes

- SÉRGIO PETECÃO
- FABIANO CONTARATO
- NELSINHO TRAD
- IZALCI LUCAS
- WEVERTON
- ELIZIANE GAMA
- PAULO PAIM
- HERMES KLANN
- PLÍNIO VALÉRIO





Senado Federal
Frente Parlamentar Mista das Startups e do Empreendedorismo Inovador

ESTATUTO

CAPÍTULO I
DA CONSTITUIÇÃO, SEDE E OBJETIVOS

Art. 1º A Frente Parlamentar Mista das Startups e do Empreendedorismo Inovador, criada pela Resolução do Senado Federal nº 6, de 2026, reger-se-á pelo presente Estatuto.

Parágrafo único. A Frente Parlamentar não tem objetivos político-partidários.

Art. 2º – São finalidades da Frente Parlamentar Mista das Startups e do Empreendedorismo Inovador:

I – fomentar um ecossistema nacional de empresas emergentes inovadoras, mediante a propositura de iniciativas legislativas capazes de promover um ambiente favorável ao surgimento e ao desenvolvimento de **startups** no Brasil;

II - revisar e aperfeiçoar a legislação vigente em prol de segurança jurídica e menores custos de transação para investidores institucionais e empreendedores individuais que desejem assumir os riscos de lançar uma **startup** no Brasil;

III - incentivar o investimento nacional e estrangeiro no ecossistema de **startups** brasileiro, por meio da criação ou do aperfeiçoamento de arranjos societários e tributários adequados às necessidades das startups;

IV - articular um diálogo permanente entre o Poder Legislativo, as universidades e institutos de ciência e tecnologia, as **startups** e os investidores, com vistas a estimular iniciativas de inovação tecnológica e empresarial;

V - propor e monitorar periodicamente um conjunto de indicadores que revelem a evolução dos resultados e do desempenho do ecossistema nacional de **startups**;

VI – articular parcerias com entidades da sociedade civil cujas áreas de atuação sejam abrangidas pelo escopo temático da Frente Parlamentar.

Art. 3º A Frente Parlamentar Mista das Startups e do Empreendedorismo Inovador, com sede e foro em Brasília - DF, é constituída por prazo indeterminado e funcionará em dependências do Senado Federal.

§ 1º O fim da Legislatura não desativa a Frente Parlamentar.

§ 2º No início de cada nova Legislatura, os membros da Frente Parlamentar que tiverem sido reeleitos dele continuam a fazer parte, salvo expressa manifestação em contrário, e os novos Parlamentares serão convidados a nela ingressar.

Art. 4º A atuação da Frente dar-se-á por meio de:





Senado Federal

Frente Parlamentar Mista das Startups e do Empreendedorismo Inovador

I - intercâmbio de experiências parlamentares de natureza política, jurídica, social, tecnológica, científica, educacional, econômica e financeira, comercial, e do desenvolvimento sustentável, indispensáveis à análise, à compreensão, ao encaminhamento e à solução de problemas;

II - realização de congressos, seminários, simpósios, conferências, debates, estudos e encontros, de natureza multidisciplinar;

III - permuta periódica de publicações e trabalhos sobre matéria legislativa;

IV - visitas parlamentares;

V - outras atividades compatíveis com o objetivo da Frente Parlamentar.

Parágrafo único. A Frente Parlamentar poderá manter relações culturais e de intercâmbio, bem como de cooperação técnica, sob qualquer forma de auxílio e reciprocidade, com entidades nacionais e estrangeiras.

CAPÍTULO II DAS REUNIÕES DA FRENTE PARLAMENTAR

Art. 5º A Frente Parlamentar reunir-se-á, no mínimo, uma vez por ano, por convocação da Comissão Executiva ou a requerimento de, no mínimo, dez por cento de seus membros.

Parágrafo único. As reuniões da Frente Parlamentar serão sempre anunciadas, com designação de local e hora, por correspondência escrita ou eletrônica, expedida com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis.

CAPÍTULO III DA ORGANIZAÇÃO

SEÇÃO I DOS MEMBROS

Art. 6º A Frente Parlamentar será integrada pelos parlamentares do Congresso Nacional que a ela aderirem livremente, subscrevendo o Termo de Adesão, com direitos iguais de palavra, voto e mandato diretivo

§ 1º Ao filiar-se o Parlamentar compromete-se a observar este Estatuto.

§ 2º Qualquer membro pode desligar-se da Frente Parlamentar mediante requerimento a ser protocolado junto à Secretaria Executiva.

§ 3º É vedado a qualquer membro perceber remuneração pelo exercício de cargo de direção.





Senado Federal
Frente Parlamentar Mista das Startups e do Empreendedorismo Inovador

Art. 7º São direitos e deveres dos Membros:

I - Dos direitos:

- a) votar e ser votado na composição da Comissão Executiva e do Conselho Consultivo, na forma prevista neste Estatuto;
- b) intervir e votar nas reuniões da Frente Parlamentar;
- c) participar dos subgrupos e missões da Frente Parlamentar.

II - Dos deveres:

- a) cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto;
- b) acatar e cumprir as decisões plenárias e da Comissão Executiva;
- c) comparecer e votar nas reuniões da Frente Parlamentar e dos órgãos de que for integrante.

SEÇÃO II
DOS ÓRGÃOS

Art. 8º A Frente Parlamentar terá os seguintes órgãos:

I - Comissão Executiva;

II - Conselho Consultivo.

§ 1º A Frente Parlamentar poderá ser constituída por Senadores e Deputados, ou somente por Senadores, tanto na Comissão Executiva como no Conselho Consultivo, obedecendo, quando for o caso, sempre que possível, a paridade de representantes de cada Casa Parlamentar.

§ 2º Até dois meses após o início da Primeira e da Terceira Sessões Legislativas Ordinárias de cada Legislatura, os Membros da Frente Parlamentar reunir-se-ão para eleger os membros da Comissão Executiva e do Conselho Consultivo, em escrutínio secreto, sendo exigida a maioria de votos e a presença da maioria absoluta dos membros da Comissão Executiva ou, pelo menos, um terço dos membros filiados, convocados por correspondência escrita ou eletrônica, expedida com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis.

§ 3º O mandato dos membros da Comissão Executiva e do Conselho Consultivo será de dois anos, sendo permitida uma reeleição consecutiva.

§ 4º Se qualquer membro da Comissão Executiva ou do Conselho Consultivo deixar de fazer parte do respectivo órgão ou renunciar a sua permanência nele, proceder-se-á a escolha de seu





Senado Federal
Frente Parlamentar Mista das Startups e do Empreendedorismo Inovador

sucessor, dentro de 5 (cinco) dias úteis, pela forma estabelecida no § 2º deste artigo, salvo se faltarem menos de cento e vinte dias para o término do mandato da Comissão ou do Conselho, caso em que os cargos serão preenchidos pelos Membros da Frente Parlamentar, segundo o critério do parlamentar mais idoso, dentre os de maior número de legislaturas.

SEÇÃO III
DA COMISSÃO EXECUTIVA

Art. 9º A Comissão Executiva é o órgão dirigente da Frente Parlamentar e será composta por:

- a) um Presidente, necessariamente membro do Senado Federal;
- b) quatro Vice-Presidentes;
- c) quatro Secretários, denominados Primeiro Secretário, Segundo Secretário, Terceiro Secretário e Quarto Secretário.

§ 1º A Comissão Executiva reunir-se-á, ordinariamente, no mínimo, uma vez por ano e, extraordinariamente, sempre que convocada por seu Presidente, pela maioria absoluta de seus membros ou por, no mínimo, um terço dos membros da Frente Parlamentar.

§ 2º A Comissão Executiva será instalada, em primeira convocação, com a maioria simples dos seus membros ou, em segunda convocação, 20 (vinte) minutos após a primeira, com qualquer número de membros, sendo suas deliberações aprovadas por maioria simples dos presentes, cabendo ao Presidente o voto de qualidade nos casos de empate.

Art. 10. Compete à Comissão Executiva:

- I - organizar o programa de atividades da Frente Parlamentar;
- II - noticiar à Frente Parlamentar fatos recentes sobre o tema nela tratado;
- III - coligir trabalhos, estudos, pareceres e teses a serem apresentados às Comissões do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, conforme a constituição da Frente Parlamentar, ou em eventos nacionais ou internacionais;
- IV - constituir delegação em missões diplomáticas ou autônomas do Congresso Nacional, ou do Senado Federal, conforme a constituição da Frente Parlamentar;
- V - indicar observadores parlamentares, em missões nacionais ou internacionais, dentre os servidores do Senado Federal ou da Câmara dos Deputados, de acordo com a constituição da Frente Parlamentar;





Senado Federal
Frente Parlamentar Mista das Startups e do Empreendedorismo Inovador

VI - comunicar à Presidência das respectivas Casas do Congresso Nacional, ou somente do Senado Federal, de acordo com a constituição da Frente Parlamentar, para fins regimentais, os nomes dos integrantes de delegações ou dos observadores parlamentares;

VII - propor e homologar a admissão de novos membros;

VIII - propor e homologar a alteração do Estatuto;

IX - fixar as competências dos Secretários Executivo; Geral e Administrativo;

X - delegar ao Presidente, total ou parcialmente, suas competências;

XI - divulgar os trabalhos da Frente Parlamentar;

XII - resolver os casos omissos neste Estatuto.

Art. 11. O Presidente da Comissão Executiva representa a Frente Parlamentar, regula e fiscaliza os seus trabalhos.

§ 1º O Presidente, em suas ausências ou impedimentos, será substituído pelo Primeiro-Vice-Presidente e, na ausência deste, pelo Segundo-Vice-Presidente.

§ 2º Ausentes todos os membros da Comissão Executiva, a Presidência será exercida pelo parlamentar mais idoso da Frente Parlamentar, dentre os de maior número de legislaturas.

§ 3º O Presidente poderá delegar aos Vice-Presidentes competência que lhe seja própria.

Art. 12. São atribuições do Presidente da Comissão Executiva:

I - representar a Frente em suas atividades;

II - convocar e presidir as reuniões da Comissão Executiva;

III - fazer cumprir as resoluções da Comissão Executiva;

IV - manter a ordem e a solenidade necessárias nas reuniões da Frente Parlamentar ou da Comissão Executiva;

V - conceder a palavra aos membros que a solicitarem;

VI - submeter à aprovação da Frente Parlamentar a ata da reunião anterior;

VII - submeter à discussão matérias de interesse da Frente Parlamentar;

VIII - dar conhecimento à Frente Parlamentar de todo expediente recebido e despachá-lo;

IX - decidir as questões de ordem e as reclamações;





Senado Federal
Frente Parlamentar Mista das Startups e do Empreendedorismo Inovador

X - votar, em caso de empate, nas reuniões da Comissão Executiva;

XI - distribuir aos membros da Frente Parlamentar e às Comissões de ambas as Casas Legislativas, ou somente do Senado Federal, em sintonia com a constituição da Frente Parlamentar, todas as informações recebidas sobre matérias pertinentes aos assuntos tratados pela Frente Parlamentar, bem como os trabalhos apresentados pelos membros da Frente Parlamentar ou de qualquer outra origem, recebidos a título de colaboração;

XII - trabalhar em cooperação e coordenação com as Comissões de ambas as Casas Legislativas, ou somente do Senado Federal, de acordo com a constituição da Frente Parlamentar, apresentando-lhes as conclusões das discussões havidas na Frente Parlamentar;

XIII - acionar o Conselho Consultivo para procedimentos de sua competência;

XIV - sugerir nomes para o Conselho Consultivo;

XV - propor a indicação de parlamentares para participarem de viagens internacionais;

XVI - designar o Secretário Geral;

XVII - designar o Secretário Executivo;

XVIII - designar o Secretário Administrativo;

XIX - outras que decorram da natureza de suas funções e prerrogativas.

Parágrafo único. Caso as informações de que trata o inciso XI do caput deste artigo sejam de caráter privado e sigiloso, deverão ser assim tratadas pelos membros da Frente Parlamentar, bem como pelas Comissões de ambas as Casas Legislativas, ou somente do Senado Federal, em sintonia com a constituição da Frente Parlamentar.

Art. 13. Os Secretários terão as designações de Primeiro, Segundo, Terceiro e Quarto, cabendo ao Primeiro superintender, com o auxílio dos demais, os serviços administrativos da Frente Parlamentar.

Parágrafo único. Nas reuniões da Comissão Executiva, os Secretários substituir-se-ão conforme sua numeração ordinal, e assim substituirão o Presidente, na falta dos Vice-Presidentes.

Art. 14. O Presidente designará o Secretário Geral, o Secretário Executivo e Secretário Administrativo da Frente Parlamentar, escolhido dentre pessoas que detenham notório conhecimento administrativo ou sobre o tema tratado pela Frente Parlamentar.

SEÇÃO IV
DO CONSELHO CONSULTIVO





Senado Federal
Frente Parlamentar Mista das Startups e do Empreendedorismo Inovador

Art. 15. O Conselho Consultivo será composto por:

- a) Comissão Executiva da Frente Parlamentar;
- b) pelos Presidentes das Comissões Permanentes mais ligadas ao tema da Frente Parlamentar, de ambas as Casas Parlamentares.

§ 1º Todos os conselheiros terão, igualmente, direito a voz e a voto no âmbito das decisões do Conselho Consultivo.

§ 2º O Conselho Consultivo não terá poder deliberativo, somente poder de voto.

§ 3º O Conselho Consultivo poderá levar à consideração da Frente Parlamentar qualquer assunto de interesse, cabendo aos seus membros avaliá-lo previamente à apreciação do colegiado.

§ 4º O Conselho Consultivo poderá ser acionado pelo Presidente da Comissão Executiva, por sua iniciativa, ou por solicitação de qualquer membro da Frente Parlamentar, a critério do Presidente, para fornecer opiniões, estudos, bem como outras informações de interesse da Frente.

Art. 16. Compete ao Conselho Consultivo:

I - auxiliar o Presidente na formulação de ações e políticas a serem executadas pela Frente Parlamentar ou sugeridas a órgãos públicos ou privados;

II - participar da promoção de programas, pesquisas, conferências, seminários e outras atividades de natureza política, jurídica, social, tecnológica, científica, ambiental, cultural, educacional, comercial, econômica e financeira, indispensáveis à análise, à compreensão, ao encaminhamento e à solução de problemas;

III - discutir as questões fundamentais relacionadas com o desenvolvimento sustentável, de forma abrangente e interdisciplinar;

IV - difundir novas ideias, resultantes do convívio, do confronto e da interação entre as diversas áreas de atividades;

V - exercer competências e cumprir as atribuições que lhe forem delegadas pela Comissão Executiva.

CAPÍTULO IV
DAS VIAGENS E MISSÕES INTERNACIONAIS





Senado Federal
Frente Parlamentar Mista das Startups e do Empreendedorismo Inovador

Art. 17. As viagens e missões internacionais dos membros da Frente Parlamentar deverão ser custeadas pelos parlamentares designados para integrar as respectivas missões no exterior, salvo missões oficiais autorizadas, ou por convites oficiais de governos ou entidades.

Parágrafo único. É proibida a promessa de reciprocidade de custeamento de despesas e gastos a missões parlamentares estrangeiras que visitem o Congresso Nacional.

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 18. Em caso de lacuna neste Estatuto, aplicam-se as disposições do Regimento Comum do Congresso Nacional.

Art. 19. No fim de cada gestão, a documentação pertinente à Frente Parlamentar deverá ser repassada para o novo Presidente da Frente.

Art. 20. Este Estatuto entra em vigor na data de sua publicação

Brasília, 10 de junho de 2026.





Senado Federal
Frente Parlamentar Mista das Startups e do Empreendedorismo Inovador

ATO Nº 1, DE 2026

Nos termos do art. 12, XVII, do Estatuto da **Frente Parlamentar Mista das Startups e do Empreendedorismo Inovador (FPSTARTUPS)**, designo como Secretário-Executivo do referido colegiado o Sr. **Alan Patrick Cavalcante da Silveira**, com efeitos a partir desta data.

Brasília, 10 de junho de 2026.

Senador **CHICO RODRIGUES**
Presidente da FPSTARTUPS



Senado Federal - Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento – Edifício Principal, Térreo - Telefone: (61) 3303-5714
Assinado eletronicamente, por Sen. Chico Rodrigues CEP 70165-900 – Brasília-DF – saop@senado.leg.br
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1428101078>



Reunião de: 10/06/2026

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR
REUNIÃO

10/06/2026 - 1ª - Frente Parlamentar Mista das Startups e do Empreendedorismo Inovador

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco/PSB - RR. Fala da Presidência.) - Boa tarde a todos e a todas.

Declaro aberta a reunião de instalação da Frente Parlamentar Mista das Startups e do Empreendedorismo Inovador, cuja pauta destina-se a instalar a frente parlamentar na 57ª Legislatura; deliberar sobre o estatuto da frente parlamentar; eleger a comissão executiva do Colegiado.

Até o momento esta frente parlamentar conta com a adesão de quatro Senadores e cinco Deputados Federais. Considerando que outros Parlamentares podem aderir a este Colegiado a qualquer momento, informo aos Parlamentares que desejarem compor a frente parlamentar que a adesão é feita de forma digital, através do sistema Sedol, para Senadores, e do sistema Infoleg, para Deputados Federais, e que a nossa Secretaria se encontra à disposição para orientar os gabinetes dos Parlamentares que queiram se juntar aos esforços desta frente.

Eu convido para compor a mesa o Deputado Keniston Braga. *(Pausa.)*

Instalada a frente parlamentar na 57ª Legislatura, passamos ao segundo item da pauta, qual seja, a aprovação do regulamento interno da frente parlamentar.

Informo que a proposta de regulamento foi enviada previamente a todos os membros por *e-mail*. Aqueles que quiserem uma cópia física da proposta poderão solicitá-la junto à nossa Secretaria.

Em discussão. *(Pausa.)*

Alguém gostaria de discutir?

O SR. KENISTON BRAGA (Bloco/MDB - PA) - Senador, eu.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco/PSB - RR) - O.k., com a palavra V. Exa., Deputado Keniston.

O SR. KENISTON BRAGA (Bloco/MDB - PA) - Senador, de início, gostaria de parabenizá-lo pela iniciativa de criar esta frente parlamentar, que tem como propósito a descentralização da inovação tecnológica e o fortalecimento das *startups* na região da Amazônia Legal, região onde o meu estado está inserido - o Estado do Pará -, o seu estado está inserido.

E nós sabemos da importância do investimento na inovação tecnológica prioritariamente para o nosso ambiente, tirar um pouco desse ambiente que é muito do Sul e do Sudeste do Brasil e levar para a Amazônia Legal. Tenho certeza de que as *startups* podem contribuir de maneira significativa na bioeconomia, na produção de alimentos; as *greentechs*, as *agrotechs*, nos ajudando a rastrear tanto a carne produzida na Floresta Amazônica quanto a madeira, dando a esses produtos produzidos na Amazônia Legal uma segurança de comercialização internacional, fazendo com que a gente possa ter os olhos voltados para a Amazônia em outros aspectos.

Nós temos o maior ativo ambiental do planeta, sim, mas precisamos lembrar que abaixo da copa das árvores moram pessoas, e que a presença das *startups* e desse melhoramento da inovação tecnológica na Amazônia, tenho certeza, trará grandes benefícios não só para a Amazônia quanto para o Brasil.

Sabemos também da possibilidade da criação... Já existem tecnologias que vão ao encontro de uma necessidade extrema



Reunião de: 10/06/2026

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

de uma população, que a gente chama de população ribeirinha na nossa Amazônia, para a educação e para a saúde. Temos certeza de que as *startups* são capazes de desenvolver ferramentas que vão aproximar... diminuindo as dificuldades de acesso à educação e à saúde que tem o povo ribeirinho.

Então, sem sombra de dúvida, Senador, tenha de mim total cumplicidade e apoio a esta sua iniciativa, porque, como amazônidas que somos e conhecemos profundamente a nossa realidade, sabemos da importância dessa democratização, da participação no ambiente socioeconômico das *startups* e de toda essa inovação tecnológica no ambiente da Amazônia Legal.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco/PSB - RR) - Quero agradecer a manifestação do Deputado Keniston Braga, do Pará, e dizer a V. Exa. que V. Exa. fez, de uma forma sintética, com um bom poder de síntese, um resumo rápido da importância da criação desta frente, porque, obviamente, neste momento em que nós vivemos mergulhados na inovação tecnológica, nós precisamos ter aqui no Senado, no Congresso Nacional, esse importante instrumento de defesa, para que possa irrigar por todo o país. Então, tem uma capacidade de aglutinação de esforços muito grande para que nós possamos, com essas *startups*, dar um grande salto para o desenvolvimento do nosso país.

E, como o Deputado Keniston falou, nós temos que descentralizar isso do Centro-Oeste, do Sul e Sudeste, principalmente, para o resto do Brasil. Afinal de contas, o Nordeste, a Amazônia têm essa capilaridade, com a população gigantesca que ali vive, e hoje já se tornam também um ponto de convergência muito forte da economia, usando, essencialmente, tecnologia.

Portanto, é importante este momento de criação, e tenho certeza de que o pronunciamento de V. Exa. já sintetiza aquilo que todos nós que estamos aqui pensamos sobre esta frente. No nosso entendimento, ela chega em boa hora.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Passamos à eleição da comissão executiva da frente parlamentar.

Neste momento, coloco em deliberação a proposta de composição da comissão executiva, que contará com os seguintes nomes: Presidente, Senador Chico Rodrigues; 1ª Vice-Presidente, Deputada Laura Carneiro; 2º Vice-Presidente, Deputado Keniston Braga; 3º Vice-Presidente, Deputado Paulo Litro; 4º Vice-Presidente, Deputado Marangoni; 1º Secretário, Senador Astronauta Marcos Pontes.

Nós gostaríamos também de incluir, como Secretário-Executivo, o Alan da Silveira.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco/PSB - RR) - O.k., perfeito.

Então, essa é a comissão executiva, que nós acabamos de citar neste momento. No entanto, nós convidaremos, obviamente, o Sr. Alan da Silveira como Secretário-Executivo, para que possa nos ajudar a conduzir todo esse processo e, lógico, esperar que haja uma aglutinação bem ampla, para que nós possamos já criar uma frente fortalecida.

Eu gostaria de convidá-lo para compor aqui a mesa. Você é Diretor de Relações Governamentais da Alas e pode compor a mesa também.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada. *(Pausa.)*

Nós faremos um breve pronunciamento no ato da criação desta comissão, desta Frente Parlamentar Mista - diga-se passagem, mista - das Startups e do Empreendedorismo, o que nos dá uma posição conceitual do que ela representa, portanto, a todos que estão presentes aqui. E gostaria também de deixar registrado nos anais desta comissão.

Quero cumprimentar os Parlamentares aqui presentes, os demais convidados, senhoras e senhores aqui presentes.

Este é um momento importante para o Senado Federal e para mim, que propus a PRS 18, de 2025, que se deu e originou a Frente Parlamentar Mista das Startups e do Empreendedorismo Inovador, que ora acabamos de instalar.

Quero iniciar com um agradecimento especial à ANStartup, cuja atuação foi decisiva para a construção desta iniciativa. A entidade tem desempenhado um papel relevante na discussão do ecossistema de inovação brasileiro, aproximando empreendedores, investidores, academia e poder público em torno de uma agenda comum de desenvolvimento.

Também agradeço a presença do Diretor da Aliança Latino-Americana de Startups, Alan, pernambucano como eu, cuja



presença engrandece este momento e simboliza algo muito importante: a inovação não conhece fronteiras.

Não existe um país num continente pobre. Os desafios enfrentados pelos empreendedores brasileiros dialogam, cada vez mais, com os desafios e oportunidades de toda a América Latina, região que possui enorme potencial para se consolidar como um dos grandes polos globais de tecnologia e empreendedorismo.

A criação desta frente parlamentar parte de uma constatação simples: as *startups* deixaram de ser uma promessa do futuro para se tornarem uma realidade do presente. Em poucos anos, vimos empresas inovadoras transformarem mercados inteiros, criarem soluções inéditas, ampliarem o acesso a serviços essenciais e contribuírem para a modernização do mundo e da economia brasileira.

Hoje *startups* estão revolucionando a saúde, a educação, o agronegócio, o setor financeiro, a mobilidade urbana, a sustentabilidade ambiental, a logística e tantos outros segmentos.

Mais do que empresas de tecnologia, elas representam uma nova forma de pensar e resolver problemas. São empreendedores que identificam desafios antigos e encontram soluções novas; são jovens que transformam conhecimento em oportunidade; são profissionais que assumem riscos para gerar inovação, emprego e desenvolvimento; e são investidores que apostam na capacidade criativa dos brasileiros.

Por trás de cada *startup*, existe uma história de coragem, de perseverança e de confiança no futuro do país. O empreendedorismo inovador é uma das maiores ferramentas de transformação econômica e social à disposição do Brasil. Ele gera empregos qualificados, atrai investimentos, aumenta a produtividade, fortalece a competitividade nacional e amplia nossa capacidade de competir em um mercado global cada vez mais intenso e dinâmico.

Mas seu impacto vai além de indicadores econômicos. Quando uma *startup* desenvolve uma solução para ampliar o acesso à educação, melhorar o atendimento médico, facilitar o crédito para pequenos empreendedores, reduzir desperdícios ou tornar serviços públicos mais eficientes, ela está ajudando a enfrentar problemas históricos do nosso país.

Por isso, apoiar a inovação não é apenas uma estratégia econômica, é uma estratégia de desenvolvimento nacional. É uma estratégia de inclusão. É uma estratégia de soberania tecnológica.

O Brasil possui talentos extraordinários, universidades de excelência, centros de pesquisas reconhecidos internacionalmente e um mercado intenso urbano, robusto e, acima de tudo, fortalecido pelos sistemas implantados. Temos todas as condições para ocupar uma posição de protagonismo na economia do conhecimento.

Mas para que isso aconteça, precisamos construir um ambiente favorável ao empreendedorismo inovador, com segurança jurídica, com marcos regulatórios modernos, de fácil acesso ao capital e aos investimentos e de redução de entraves burocráticos que muitas vezes dificultam o crescimento de empresas inovadoras. E precisamos garantir que o Parlamento acompanhe a velocidade das transformações tecnológicas que estão ocorrendo no mundo.

É exatamente nesse contexto que nasce essa Frente Parlamentar. Seu papel será criar um espaço permanente de diálogo entre o Congresso Nacional e os diversos atores do ecossistema da inovação. Um espaço para ouvir empreendedores, investidores, pesquisadores, aceleradoras, universidades, entidades representativas e formuladores de políticas públicas. Um espaço para se construir consensos e identificar oportunidades para contribuir de forma efetiva para o fortalecimento da inovação brasileira.

Esta frente não pertence a um partido, a uma região, a uma empresa ou a um setor específico. Ela pertence ao futuro do Brasil, porque discutir *startups* e empreendedorismo é discutir produtividade, é discutir inovação. É discutir competitividade e discutir geração de oportunidades. É discutir o lugar que queremos ocupar no século XXI.

Que esta Frente Parlamentar possa ser um instrumento de diálogo, de construção coletiva e de promoção de políticas públicas capazes de impulsionar a inovação e o empreendedorismo em nosso país! E que possamos juntos ajudar a construir um Brasil mais moderno, mais competitivo, mais inclusivo e mais preparado para os desafios do futuro.

A todos que nos ouviram, muito obrigado pela atenção. (*Pausa.*)

Bom, a palavra depois ficará franqueada, mas a princípio passamos a palavra ao Deputado Keniston para o seu pronunciamento.

O SR. KENISTON BRAGA (Bloco/MDB - PA) - Senador Chico Rodrigues, hoje Presidente da nossa frente parlamentar mista, eu quero primeiro agradecer imensamente a confiança do convite para ocupar hoje a vaga de Segundo Vice-Presidente desta frente, mas eu não posso deixar de ressaltar as minhas origens: amazônica, nascido às margens do Rio Tocantins, que conhece exatamente o tamanho e a importância do Estado do Pará, que, para mim, é um celeiro vibrante de oportunidades para a bioeconomia, para vários aspectos que eu tenho certeza irão contribuir para o equilíbrio ambiental do planeta e um desenvolvimento socioeconômico justo.



Reunião de: 10/06/2026

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

E a presença dessa iniciativa de atrair para dentro do Parlamento um ambiente de discussão no qual a gente possa, acima de tudo, dar segurança jurídica e atrair a inovação tecnológica para a Região Amazônica me enche os olhos e me faz criar expectativas muito positivas sobre o resultado desta frente.

A iniciativa é louvável, mas eu tenho certeza de que os resultados que serão obtidos a partir dos trabalhos desta Frente Parlamentar irão superar e surpreender muito o Estado brasileiro. E eu, como Parlamentar amazônica que sou, representando o meu Estado do Pará, quero estar presente e ativo em todas as discussões, apresentando todo esse universo de potencialidades que a Amazônia Legal pode oferecer para essas empresas e contribuindo, a partir da minha atuação Parlamentar na Câmara Federal, para que a gente tenha, de fato, um ambiente de segurança jurídica, de incentivos fiscais e de melhoramento do ambiente de atração para que essas empresas, para que essas iniciativas, que são as *startups*, possam nos ajudar a diminuir o *gap* existente entre o que essas pessoas, os habitantes da Amazônia Legal, merecem e hoje têm.

Então, muito obrigado, Senador Chico Rodrigues, pelo convite.

A todos os Parlamentares que fazem parte desta frente, contem com a minha dedicação e meu esforço para que ela se torne - e sem sombra de dúvida vai se tornar - uma das frentes parlamentares mais importantes, pela condição mista, mas muito pela matéria e pela importância e pelo significado que têm hoje para a economia mundial as *startups* e essa inovação tecnológica tão necessária e tão presente hoje nas nossas vidas.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco/PSB - RR) - Muito obrigado, nobre Deputado.

Gostaria de chamar para compor aqui a mesa também o Sr. Tulio Marques Junior, Vice-Presidente de Negócios Internacionais da ANStartup.

Neste momento, passo a palavra, pelo tempo de cinco minutos, ao Sr. Alan da Silveira, Diretor de Relações Governamentais da Aliança Latino-Americana de Startups (Alas).

O SR. ALAN DA SILVEIRA - Bom, primeiro de tudo, boa tarde a todos. Acima de tudo, parabéns ao Senador Chico, a ANS e o Deputado Keniston pela iniciativa e por conduzir a criação da Frente Parlamentar de Startups.

Para a Alas, é um avanço significativo. A Aliança Latino-Americana de Startups tem atuado em 33 países na América Latina, com uma base de instituições-membros da aliança na casa de milhares, desde *startups*, instituições e todos aqueles que constituem o ecossistema de inovação na nossa região.

A gente dialoga constantemente com esses países. A gente tem conversas constantes. Esta semana, está acontecendo, no Rio de Janeiro, o Web Summit, que é o maior evento de inovação e *startups* da América do Sul. E estava lá antes de vir para cá, recebendo uma comitiva de *startups* de 12 países da América Latina.

E a conversa, a conversa e as informações que nos chegam é simples: o Brasil lidera esse processo, e aquilo que acontece hoje no Brasil, a construção das políticas públicas que acontecem no Brasil é exemplo para os outros países da América Latina. Aquilo que a gente desenvolve aqui, aquilo que nasce aqui vai ser replicado, vai ser discutido.

Então, para a gente, é uma alegria poder ter uma frente parlamentar dentro do Congresso Nacional, discutindo e debatendo as políticas públicas de *startup* e empreendedorismo inovador. Há muita coisa que se fazer. O Brasil tem avançado bastante nos últimos anos, com o marco legal das startups, as compras públicas de solução inovadora.

Mas há muita coisa que se discutir. O marco legal das startups... Agora iniciaremos um processo muito importante de discussão do marco da inteligência artificial, e eu acho que a frente parlamentar se coloca na liderança dessa discussão, se coloca na posição de avançar sobre isso.

Mas o principal que eu acho e que foi falado e discutido aqui pelos dois, pelo Sr. Senador Chico e pelo Deputado Keniston, e que para mim, é uma grande alegria poder falar disso, é que eu sou um petrolinense. Eu vim de Pernambuco, do interior do Nordeste, e eu acredito piamente na ideia de que a inovação não está centrada, sendo trabalhada nos grandes centros; ela também nasce e se desenvolve nesses espaços periféricos, fora desses grandes centros.

Então, por ocasião do destino, a nossa frente é instalada na Ala Senador Nilo Coelho, um Senador petrolinense, diga-se de passagem. Então é uma grande alegria poder estar aqui e poder fazer valer os ideais daqueles que nascem longe dos grandes centros. Nós podemos liderar esse processo. Fora desses grandes centros, também há inovação, também há o que se fazer, também existem políticas públicas que precisam ser trabalhadas.

Então, de tudo isso, a Alas se coloca à disposição para estar nesse processo e construir, em conjunto, políticas públicas de inovação que impactem não só o Brasil, mas a toda a América Latina e a todos aqueles que fazem inovação na nossa região.

Obrigado.



Reunião de: 10/06/2026

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco/PSB - RR) - Muito obrigado, Alan, pelas suas palavras. Ficamos muito satisfeitos em tê-lo como Secretário-Executivo.

E gostaria também de anunciar aqui a presença de Luiz Eduardo Souza, Diretor-Executivo do Consórcio Nacional de Cidades Inteligentes; Arthur Pullen Sousa, Coordenador-Geral de Atração de Investimentos do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

E agora passo a palavra, por cinco minutos, ao Sr. Tulio Marques Junior, Vice-Presidente de Negócios Internacionais da ANStartup.

O SR. TULIO MARQUES JUNIOR - Obrigado, Senador. É um prazer estar aqui com o senhor.

Deputado Keniston, meu amigo Alan aqui...

Senhoras e senhores, boa tarde.

Eu me sinto muito feliz, porque, ao prestar atenção no discurso do Senador Chico Rodrigues, no do Deputado Keniston Braga e no do meu colega Alan, feliz porque eles me roubaram a fala e triste porque eles me roubaram a fala, porque eu concordo plenamente com o que vocês... O diagnóstico da ANStartup para a Frente e para o Brasil passa muito pelo que vocês falaram.

Eu vou tentar até contribuir nesse primeiro debate, sendo um pouco mais profundo. Por exemplo, na questão de financiamento, eu vejo um modelo de financiamento - até olhando para o resto do mundo, mais precisamente para a Coreia e, na Europa, para Portugal e Holanda - em que você tem uma atuação conjunta entre o capital privado e o capital estatal.

O capital estatal, na maioria das vezes, nem é o principal capital. Isso, pela experiência que eu conheço deles, dá uma coisa de que nós precisamos muito: que o desenvolvimento de um setor da economia não dependa exclusivamente do governo e das prioridades do governo que acabou de ser eleito ou que foi eleito. Isso dá uma perenidade ao modelo.

Então, uma das sugestões que eu acho que a gente pode desenvolver é um modelo nesse sentido.

Concordo com o Alan que a nossa América do Sul está muito bem. Eu conheço as realidades do Mercosul - Paraguai, Uruguai, Argentina...

Gente, eu estou falando muito de exterior, porque o meu negócio é negócio internacional. Então, tem que rodar o mundo para trazer boas coisas para o Brasil.

Mas vou dizer, inclusive, o seguinte: dos países que eu conheço, o ecossistema de *startups* do Brasil é o terceiro do mundo em números. Primeiro, Estados Unidos e China - e eu não sei qual dos dois é mais - e, depois, o Brasil. Só que o nosso grau de organização, o nosso marco de referência, não só o nosso marco legal, ainda está por terminar de ser construído, porque alguma coisa já existe. E, realmente, eu acho que essa é uma das principais agendas dessa Frente Parlamentar.

Parafraseando aqui o Senador Chico Rodrigues, temos que melhorar o nosso marco legal. Temos que construir opções de investimentos. Temos que construir uma coisa que também a ANStartup traz à mesa para a discussão: um sistema de governança interna das empresas que permita que a quantidade de *startups* que sobrevivem, que chegam ao sucesso, que viram inovação aumente.

Já existem alguns estudos sobre isso, de como se organizar internamente uma *startup* para que ela tenha a possibilidade de sobreviver mais. Uma *startup* vive uma situação internamente muito difícil, porque o inovador normalmente não é um gestor. Ele é um cientista ou um empresário com uma excelente ideia na cabeça. Então, mais uma coisa que eu trago à mesa também para isso é: como é que nós vamos incentivar as nossas *startups* a terem uma governança de modo que a sobrevivência delas aumente? Alguns modelos em nível mundial levam a 14% ou 50% a mais de sucesso as *startups* que se preocupam com isso.

Agradeço pela palavra, Senador Chico Rodrigues.

Muito obrigado, Deputado Keniston.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco/PSB - RR) - Eu quero agradecer as palavras do Tulio. Como ele disse, nos antecipamos ao discurso dele, mas ele, na verdade, é preciso nas suas afirmações, até porque é também especialista na área.

Eu franqueio a palavra a alguém que gostaria de se manifestar por dois minutos. Fale o nome e o órgão.

O SR. ARTHUR PULLEN SOUSA - Eu sou o Arthur Pullen, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Fui Coordenador-Geral de Atração de Investimentos na época do Ministro, hoje Senador, Marcos Pontes. Atualmente sou assessor da Secretaria de Ciência e Tecnologia para Transformação Digital.



Primeiramente, quero parabenizar pela abertura da frente parlamentar, que eu vejo como uma agenda que deve se tornar prioritária para o país o mais rápido possível, para a gente ver esse auditório aqui lotado também com as outras organizações do setor, como a Abstartups e a Brasil Startups. A Abstartups, hoje presidida pelo primeiro presidente amapaense, é a maior associação inteiramente nacional de *startups* do Brasil hoje. Senti falta de vê-los por aqui, junto com a gente. E quero colocar as estruturas da minha secretaria, pelo menos a secretaria em que eu atuo, para apoiar a frente parlamentar.

(Soa a campainha.)

O SR. ARTHUR PULLEN SOUSA - Complementando um pouco a fala do Dr. Tulio, hoje o Marco Legal das Startups tem um artigo, por exemplo, para atendimento de *startups* por meio de fundos de investimento em participações em que você cumpre a obrigação de P&D ou P&D regulado das agências reguladoras por meio de depósito em gestoras de fundos de investimento e participações que vão aportar em *startups* que têm como tese de investimento o *venture capital* na área de *startups*. Até hoje a gente não conseguiu seguir adiante com isso. Na Lei de Informática, setor em que eu atuo, os FIPs da Lei de Informática hoje já rodam R\$300 milhões com apoio inteiramente a *startups*. Nós estamos apoiando as *startups* da área de empresas de base tecnológica. Vamos mandar à China, em setembro, e a Miami, em outubro, a cada uma delas, uma delegação com 20 *startups* brasileiras para abertura de mercado, uma *trade mission* para Miami. Então, isso só foi possível mediante emenda, no caso, a emenda do Senador Marcos Pontes.

A gente espera contar com o apoio da frente e também colaborar com a frente naquilo que a gente puder no que diz respeito à estruturação financeira para as *startups*, que é onde o calo aperta. Ali no Vale da Morte, é onde a maturidade tecnológica está num nível próximo de alcançar uma prototipação. Você já tem um negócio, um *core business*, mas falta recurso para avançar. Então, fico muito feliz de ter uma frente para isso e talvez discutir alternativas ao Simples Nacional.

Também hoje a gente tem um ambiente econômico, um ambiente inovador um pouco hostil às *startups*. Acho que se a gente tivesse um regime fiscal específico, talvez similar ao que a gente faz com a lei de informática, com créditos tributários mediante contrapartida de inovação, seria também algo interessante.

Eu agradeço, então, e fico aqui à disposição naquilo que eu puder contribuir.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco/PSB - RR) - Muito obrigado.

Passo a palavra ao próximo orador. V. Sa. dispõe de dois minutos.

O SR. LUIZ EDUARDO SOUZA - Obrigado, Senador Chico, Deputado Keniston.

Agradeço pelo convite e parabenizo pela iniciativa da criação dessa Frente Parlamentar Mista das Startups e do Empreendedorismo Inovador

Meu nome é Luiz, estou como Diretor Executivo do Consórcio Nacional de Cidades Inteligentes, e para nós, das sociedades consorciadas, hoje 70% das cidades consorciadas são das Regiões Norte e Nordeste do país, e nós sabemos a dificuldade que é para essas cidades serem a inovação e o impulso para as empresas de menor porte. Então é uma causa muito cara para nós o estímulo à inovação e o empreendedorismo inovador dessas cidades.

O consórcio atua sobretudo na área de cidades inteligentes, mas além disso, nós consideramos uma cidade inteligente...

(Soa a campainha.)

O SR. LUIZ EDUARDO SOUZA - ... aquela cidade que desenvolve regionalmente de maneira sustentável a sua economia.

Então, parabenizo o Senador e o Deputado pela iniciativa. E contem com o Concit e com os municípios consorciados ao Concit nessa iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco/PSB - RR) - Muito obrigado.

Vou passar a palavra ao próximo inscrito por dois minutos.

O SR. RODOLFO ALBUQUERQUE - Boa tarde.

Cumprimento o Presidente Senador Chico Rodrigues, o Vice-Presidente Deputado Keniston.

Sou Rodolfo Albuquerque, Coordenador da Fundação João Mangabeira, em Roraima. Deixo aqui o voto de aplauso e de parabenizar o mandato do Senador Chico Rodrigues pela iniciativa de levantar essa bandeira, com a colaboração dos demais Parlamentares, Deputado Keniston, que está aqui, e quero falar da importância disso, especialmente para a Região Norte do nosso país, especialmente para o Estado de Roraima.

A Região Norte do país hoje concentra 5% das *startups* do Brasil. Dentro desse arcabouço, o Estado de Roraima



Reunião de: 10/06/2026

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

representa 3,4%. Nós temos cerca de 129 *startups* ou empresas no setor do empreendedorismo inovador no Estado de Roraima. Dessas, 109 na capital Boa Vista. E a partir do momento em que o Senado da República, por iniciativa do Senador Chico, que apresentou o PRS, e dos Parlamentares que estão integrando este Colegiado, e também das organizações que se somam a esse processo, a gente vê uma luz de permitir que esse tema ganhe efetivamente a visibilidade de que necessita.

Quando a gente fala desse processo de desenvolvimento e de aceleração das *startups* e das empresas desse ecossistema de empreendedorismo inovador, a gente está falando também de desenvolvimento sustentável. A gente está falando de iniciativas que vão não apenas fomentar a cultura empreendedora, mas também gerar oportunidades de renda para o povo amazônica. E não apenas para esse povo, mas para todo o povo brasileiro.

Quando a gente fala da Região Norte, é porque é preciso dizer que do Norte vem a solução também. O Norte é parte da solução do Brasil. Através de algumas dessas 120 e tantas *startups* que temos em Roraima, pode vir uma grande solução para um grande problema de um centro urbano. Nós temos, lá em Roraima, uma atividade agrícola intensa, que eu tenho tido a oportunidade de acompanhar na minha jornada com o Senador Chico. E a gente vê que, por exemplo, as iniciativas e as entidades da agricultura familiar podem ser beneficiadas nas suas atividades, na sua produção, naquilo que traz de volta para a sociedade por iniciativas pensadas por *startup*. E é nesse ambiente que isso vai ser discutido, principalmente quando a gente considera a oferta de crédito, o fomento governamental, o apoio institucional para que essas iniciativas possam efetivamente se desenvolver.

(Soa a campainha.)

O SR. RODOLFO ALBUQUERQUE - Então, coloco aqui a Fundação João Mangabeira à disposição.

E quero agradecer ao Senador Chico pela sensibilidade que teve, parabenizá-lo pela coragem de pautar este debate e cumprimentar a todos novamente.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco/PSB - RR) - Muito obrigado.

Eu gostaria, antes de encerrar, de propor a dispensa da leitura e a aprovação da ata, que será composta pela lista de presença, pelo resultado da reunião e pelas notas taquigráficas.

As Sras. e os Srs. Parlamentares membros e presentes que aprovarem permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Cumprida a finalidade, agradeço a presença de todos, agradeço ao Deputado Keniston, que obviamente deu consistência maior ainda a essa instalação, ao Alan e ao Tulio pelas palavras.

E quero dizer que, na verdade, esse é um momento muito importante para todos nós. E a iniciativa, partindo do Senado da República, mostra um processo de capilaridade nacional por todo o país. Todos os que se debruçam sobre esta causa e se dedicam a ela serão partes importantes a constituírem esse processo, porque a gente sonha e a obra nasce. Então, é a partir desses princípios que a gente acredita que todos vocês vão ser muito importantes na organização e expansão dessa iniciativa nossa para todo o Brasil.

Então, declaro encerrada esta sessão, ao mesmo tempo agradecendo a cada um de vocês que acreditou e veio fazer parte dessa primeira reunião de instalação.

Muito obrigado a todos.

(Iniciada às 15 horas e 35 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 14 minutos.)



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57ª LEGISLATURA
(por Unidade da Federação)

Bahia

REPUBLICANOS - Angelo Coronel*
PT - Jaques Wagner*
PSD - Otto Alencar**

Rio Grande do Sul

PP - Luis Carlos Heinze*
PT - Paulo Paim*
REPUBLICANOS - Hamilton Mourão**

Amazonas

MDB - Eduardo Braga*
PSDB - Plínio Valério*
PSD - Omar Aziz**

Rio de Janeiro

PL - Carlos Portinho* (S)
PL - Flávio Bolsonaro*
PL - Romário**

Ceará

PSB - Cid Gomes*
NOVO - Eduardo Girão*
PT - Camilo Santana**

Paraná

PSB - Flávio Arns*
PSDB - Orlanildo Guimarães*
PL - Sergio Moro**

Maranhão

PSD - Eliziane Gama*
PDT - Weverton*
PSB - Ana Paula Lobato** (S)

Paraíba

PP - Daniella Ribeiro*
MDB - Veneziano Vital do Rêgo*
PL - Efraim Filho**

Acre

PL - Marcio Bittar*
PSD - Sérgio Petecão*
REPUBLICANOS - Alan Rick**

Pará

MDB - Jader Barbalho*
PODEMOS - Zequinha Marinho*
PT - Beto Faro**

Espírito Santo

PT - Fabiano Contarato*
AVANTE - Marcos do Val*
PL - Magno Malta**

Mato Grosso do Sul

PSD - Nelsinho Trad*
PSB - Soraya Thronicke*
PP - Tereza Cristina**

Pernambuco

PSD - Fernando Dueire* (S)
PT - Humberto Costa*
PT - Teresa Leitão**

Piauí

PP - Ciro Nogueira*
MDB - Marcelo Castro*
PSD - Jussara Lima** (S)

Distrito Federal

PL - Izalci Lucas*
PDT - Leila Barros*
REPUBLICANOS - Damarens Alves**

São Paulo

PODEMOS - Giordano* (S)
PSD - Mara Gabrilli*
PL - Astronauta Marcos Pontes**

Rio Grande do Norte

PODEMOS - Styvenson Valentim*
PSD - Zenaide Maia*
PL - Rogerio Marinho**

Rondônia

MDB - Confúcio Moura*
PL - Marcos Rogério*
PL - Jaime Bagattoli**

Minas Gerais

PSD - Carlos Viana*
PSB - Rodrigo Pacheco*
REPUBLICANOS - Cleitinho**

Santa Catarina

PP - Esperidião Amin*
MDB - Ivete da Silveira* (S)
PL - Hermes Klann** (S)

Tocantins

PL - Eduardo Gomes*
PSD - Irajá*
UNIÃO - Professora Dorinha Seabra**

Goiás

PSB - Jorge Kajuru*
PSD - Vanderlan Cardoso*
PL - Wilder Morais**

Alagoas

PSDB - Dra. Eudócia* (S)
MDB - Renan Calheiros*
MDB - Renan Filho**

Amapá

PSD - Lucas Barreto*
PT - Randolfe Rodrigues*
UNIÃO - Davi Alcolumbre**

Mato Grosso

PSD - Carlos Fávaro*
UNIÃO - Jayme Campos*
PL - Wellington Fagundes**

Sergipe

MDB - Alessandro Vieira*
PT - Rogério Carvalho*
PP - Laércio Oliveira**

Roraima

PSB - Chico Rodrigues*
REPUBLICANOS - Roberta Acioly* (S)
PP - Dr. Hiran**

Mandatos

*: Período 2019/2027 **: Período 2023/2031



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 21

PSD-14 / PSB-7

Ana Paula Lobato.	PSB / MA
Carlos Fávaro.	PSD / MT
Carlos Viana.	PSD / MG
Chico Rodrigues.	PSB / RR
Cid Gomes.	PSB / CE
Eliziane Gama.	PSD / MA
Fernando Dueire.	PSD / PE
Flávio Arns.	PSB / PR
Irajá.	PSD / TO
Jorge Kajuru.	PSB / GO
Jussara Lima.	PSD / PI
Lucas Barreto.	PSD / AP
Mara Gabrilli.	PSD / SP
Nelsinho Trad.	PSD / MS
Omar Aziz.	PSD / AM
Otto Alencar.	PSD / BA
Rodrigo Pacheco.	PSB / MG
Sérgio Petecão.	PSD / AC
Soraya Thronicke.	PSB / MS
Vanderlan Cardoso.	PSD / GO
Zenaide Maia.	PSD / RN

Bloco Parlamentar Vanguarda - 18

PL-16 / NOVO-1 / AVANTE-1

Astronauta Marcos Pontes.	PL / SP
Carlos Portinho.	PL / RJ
Eduardo Girão.	NOVO / CE
Eduardo Gomes.	PL / TO
Efraim Filho.	PL / PB
Flávio Bolsonaro.	PL / RJ
Hermes Klann.	PL / SC
Izalci Lucas.	PL / DF
Jaime Bagattoli.	PL / RO
Magno Malta.	PL / ES
Marcio Bittar.	PL / AC
Marcos Rogério.	PL / RO
Marcos do Val.	AVANTE / ES
Rogério Marinho.	PL / RN
Romário.	PL / RJ
Sergio Moro.	PL / PR
Wellington Fagundes.	PL / MT
Wilder Morais.	PL / GO

Bloco Parlamentar Democracia - 18

MDB-9 / UNIÃO-3 / PODEMOS-3 / PSDB-3

Alessandro Vieira.	MDB / SE
Confúcio Moura.	MDB / RO
Davi Alcolumbre.	UNIÃO / AP
Dra. Eudócia.	PSDB / AL
Eduardo Braga.	MDB / AM
Giordano.	PODEMOS / SP
Ivete da Silveira.	MDB / SC
Jader Barbalho.	MDB / PA
Jayme Campos.	UNIÃO / MT
Marcelo Castro.	MDB / PI
Oriovisto Guimarães.	PSDB / PR
Plínio Valério.	PSDB / AM
Professora Dorinha Seabra.	UNIÃO / TO

Renan Calheiros.	MDB / AL
Renan Filho.	MDB / AL
Styverson Valentim.	PODEMOS / RN
Veneziano Vital do Rêgo.	MDB / PB
Zequinha Marinho.	PODEMOS / PA

Bloco Parlamentar Aliança - 13

PP-7 / REPUBLICANOS-6

Alan Rick.	REPUBLICANOS / AC
Angelo Coronel.	REPUBLICANOS / BA
Ciro Nogueira.	PP / PI
Cleitinho.	REPUBLICANOS / MG
Dameres Alves.	REPUBLICANOS / DF
Daniella Ribeiro.	PP / PB
Dr. Hiran.	PP / RR
Esperidião Amin.	PP / SC
Hamilton Mourão.	REPUBLICANOS / RS
Laércio Oliveira.	PP / SE
Luís Carlos Heinze.	PP / RS
Roberta Acioly.	REPUBLICANOS / RR
Tereza Cristina.	PP / MS

Bloco Parlamentar Pelo Brasil - 11

PT-9 / PDT-2

Beto Faro.	PT / PA
Camilo Santana.	PT / CE
Fabiano Contarato.	PT / ES
Humberto Costa.	PT / PE
Jaques Wagner.	PT / BA
Leila Barros.	PDT / DF
Paulo Paim.	PT / RS
Randolfe Rodrigues.	PT / AP
Rogério Carvalho.	PT / SE
Teresa Leitão.	PT / PE
Weverton.	PDT / MA

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.	21
Bloco Parlamentar Vanguarda.	18
Bloco Parlamentar Democracia.	18
Bloco Parlamentar Aliança.	13
Bloco Parlamentar Pelo Brasil.	11
TOTAL.	81



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57ª LEGISLATURA
(por ordem alfabética)

Alan Rick** (REPUBLICANOS-AC)	Fernando Dueire* (PSD-PE)	Omar Aziz** (PSD-AM)
Alessandro Vieira* (MDB-SE)	Flávio Arns* (PSB-PR)	Oriovisto Guimarães* (PSDB-PR)
Ana Paula Lobato** (PSB-MA)	Flávio Bolsonaro* (PL-RJ)	Otto Alencar** (PSD-BA)
Angelo Coronel* (REPUBLICANOS-BA)	Giordano* (PODEMOS-SP)	Paulo Paim* (PT-RS)
Astronauta Marcos Pontes** (PL-SP)	Hamilton Mourão** (REPUBLICANOS-RS)	Plínio Valério* (PSDB-AM)
Beto Faro** (PT-PA)	Hermes Klann** (PL-SC)	Professora Dorinha Seabra** (UNIÃO-TO)
Camilo Santana** (PT-CE)	Humberto Costa* (PT-PE)	Randolfe Rodrigues* (PT-AP)
Carlos Fávaro* (PSD-MT)	Irajá* (PSD-TO)	Renan Calheiros* (MDB-AL)
Carlos Portinho* (PL-RJ)	Ivete da Silveira* (MDB-SC)	Renan Filho** (MDB-AL)
Carlos Viana* (PSD-MG)	Izalci Lucas* (PL-DF)	Roberta Acioly* (REPUBLICANOS-RR)
Chico Rodrigues* (PSB-RR)	Jader Barbalho* (MDB-PA)	Rodrigo Pacheco* (PSB-MG)
Cid Gomes* (PSB-CE)	Jaime Bagattoli** (PL-RO)	Rogério Carvalho* (PT-SE)
Ciro Nogueira* (PP-PI)	Jaques Wagner* (PT-BA)	Rogério Marinho** (PL-RN)
Cleitinho** (REPUBLICANOS-MG)	Jayme Campos* (UNIÃO-MT)	Romário** (PL-RJ)
Confúcio Moura* (MDB-RO)	Jorge Kajuru* (PSB-GO)	Sergio Moro** (PL-PR)
Dameres Alves** (REPUBLICANOS-DF)	Jussara Lima** (PSD-PI)	Sérgio Petecão* (PSD-AC)
Daniella Ribeiro* (PP-PB)	Laércio Oliveira** (PP-SE)	Soraya Thronicke* (PSB-MS)
Davi Alcolumbre** (UNIÃO-AP)	Leila Barros* (PDT-DF)	Styvenson Valentim* (PODEMOS-RN)
Dr. Hiran** (PP-RR)	Lucas Barreto* (PSD-AP)	Teresa Leitão** (PT-PE)
Dra. Eudócia* (PSDB-AL)	Luis Carlos Heinze* (PP-RS)	Tereza Cristina** (PP-MS)
Eduardo Braga* (MDB-AM)	Magno Malta** (PL-ES)	Vanderlan Cardoso* (PSD-GO)
Eduardo Girão* (NOVO-CE)	Mara Gabrilli* (PSD-SP)	Veneziano Vital do Rêgo* (MDB-PB)
Eduardo Gomes* (PL-TO)	Marcelo Castro* (MDB-PI)	Wellington Fagundes** (PL-MT)
Efraim Filho** (PL-PB)	Marcio Bittar* (PL-AC)	Weverton* (PDT-MA)
Eliziane Gama* (PSD-MA)	Marcos Rogério* (PL-RO)	Wilder Moraes** (PL-GO)
Esperidião Amin* (PP-SC)	Marcos do Val* (AVANTE-ES)	Zenaide Maia* (PSD-RN)
Fabiano Contarato* (PT-ES)	Nelsinho Trad* (PSD-MS)	Zequinha Marinho* (PODEMOS-PA)

Mandatos

*: Período 2019/2027 **: Período 2023/2031



COMPOSIÇÃO

COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Davi Alcolumbre - (UNIÃO-AP)

1º VICE-PRESIDENTE

Eduardo Gomes - (PL-TO)

2º VICE-PRESIDENTE

Humberto Costa - (PT-PE)

1ª SECRETÁRIA

Daniella Ribeiro - (PP-PB)

2º SECRETÁRIO

Confúcio Moura - (MDB-RO)

3ª SECRETÁRIA

Ana Paula Lobato - (PSB-MA)

4º SECRETÁRIO

Laércio Oliveira - (PP-SE)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º Chico Rodrigues - (PSB-RR)

2ª Roberta Acioly - (REPUBLICANOS-RR)

3º Styvenson Valentim - (PODEMOS-RN)

4ª Soraya Thronicke - (PSB-MS)



COMPOSIÇÃO

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD/PSB) - 21 Líder Eliziane Gama - PSD (11,45,54) Líder do PSD - 14 Omar Aziz (13,53) Líder do PSB - 7 Cid Gomes (73) Vice-Líder do PSB Jorge Kajuru (5,17,74)	Bloco Parlamentar Democracia (MDB/UNIÃO/PODEMOS/PSDB) - 18 Líder Professora Dorinha Seabra - UNIÃO (18,41,92,95,102,122,123) Líder do MDB - 9 Eduardo Braga (59) Vice-Líderes do MDB Marcelo Castro (84) Confúcio Moura (15,85) Líder do UNIÃO - 3 Professora Dorinha Seabra (18,41,92,95,102,122,123) Vice-Líder do UNIÃO Jayme Campos (93,125) Líder do PODEMOS - 3 Giordano (86,119) Líder do PSDB - 3 Plínio Valério (33,61) Vice-Líder do PSDB Dra. Eudócia (124)	Bloco Parlamentar Vanguarda (PL/NOVO/AVANTE) - 18 Líder Wellington Fagundes - PL (24,37,69) Vice-Líder Astronauta Marcos Pontes (77) Líder do PL - 16 Carlos Portinho (68) Vice-Líderes do PL Izalci Lucas (81,88,91,101,107,109) Jaime Bagattoli (82,90) Líder do NOVO - 1 Eduardo Girão (9,38) Líder do AVANTE - 1 Marcos do Val (30,120)
Bloco Parlamentar Aliança (PP/REPUBLICANOS) - 13 Líder Dr. Hiran - PP (71) Líder do PP - 7 Tereza Cristina (7) Vice-Líder do PP Esperidião Amin (87) Líder do REPUBLICANOS - 6 Alan Rick (113) Vice-Líder do REPUBLICANOS Hamilton Mourão (14,103)	Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT/PDT) - 11 Líder Weverton - PDT (20,62,72) Líder do PT - 9 Teresa Leitão (35,64,99,106,116) Vice-Líderes do PT Camilo Santana (117) Beto Faro (28,118) Líder do PDT - 2 Weverton (20,62,72)	Maioria Líder Veneziano Vital do Rêgo - MDB (76)
Minoria Líder Ciro Nogueira - PP (1,8)	Bancada Feminina Líder Professora Dorinha Seabra - UNIÃO (18,41,92,95,102,122,123)	Governo Líder Jaques Wagner - PT (2) Vice-Líderes Rogério Carvalho (60,96,97,104,111) Otto Alencar (3,46,51,52) Confúcio Moura (15,85) Daniella Ribeiro (16) Jorge Kajuru (5,17,74) Randolfe Rodrigues (19) Weverton (20,62,72) Zenaide Maia (21) Leila Barros (79)
Oposição Líder Rogério Marinho - PL (50,70) Vice-Líder Marcos Rogério (44,94)		

Notas:

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



1. Em 02.01.2023, o Senador Ciro Nogueira foi designado Líder do Partido Progressista (Of. 36/2022-GLDPP).
2. Em 06.01.2023, o Senador Jaques Wagner foi designado Líder do Governo (Mensagem nº 7, de 2023, da Presidência da República).
3. Em 01.02.2023, o Senador Otto Alencar foi designado Líder do Partido Social Democrático (Of. 001/2023-GLPSD).
4. Em 01.02.2023, o Senador Efraim Filho foi designado Líder do União Brasil (Of. 02/23-GLUNIAO).
5. Em 01.02.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado Líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. 6/2023-GLPSB).
6. Em 01.02.2023, o Senador Mecias de Jesus foi designado Líder do Republicanos (Of. 4/2023-GSMJESUS).
7. Em 02.02.2023, a Senadora Tereza Cristina Corrêa foi designada Líder do Partido Progressista (Of. 1/2023-GLDPP).
8. Em 03.02.2023, o Senador Ciro Nogueira foi designado Líder da Minoria (Of. 10/2023-GSCNOG).
9. Em 08.02.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado Líder do NOVO (Of. nº 19/2023-GSGIRAO).
10. Em 08.02.2023, o Senador Efraim Filho foi designado Líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 5/2023-GLUNIAO).
11. Em 28.02.2023, a Senadora Eliziane Gama foi designada Líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 01/2023-BLPRD).
12. Em 02.03.2023, o Senador Luís Carlos Heinze foi designado Vice-Líder do Bloco Vanguarda (Of. 51/2023-BLVANG).
13. Em 08.03.2023, o Senador Omar Aziz foi designado 1º Vice-Líder do Partido Social Democrático (Of. 007/2023-GLPSD).
14. Em 09.03.2023, o Senador Hamilton Mourão foi designado Vice-Líder do Republicanos (Of. 17/2023-GSMJESUS).
15. Em 23.03.2023, o Senador Confúcio Moura foi designado 2º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
16. Em 23.03.2023, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada 3ª Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
17. Em 23.03.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado 4º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
18. Em 23.03.2023, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada 5ª Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
19. Em 23.03.2023, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 6º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
20. Em 23.03.2023, o Senador Weverton Rocha foi designado 7º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
21. Em 23.03.2023, a Senadora Zenaide Maia foi designada 8ª Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
22. Em 17.05.2023, a Senadora Jussara Lima foi designada 2ª Vice-Líder da Bancada Feminina no Senado Federal (Of. 41/2023).
23. Em 24.10.2023, a Senadora Augusta Brito foi designada 8ª Vice-Líder do Governo (Of. nº 104/2023-GLDGOV).
24. Em 03.11.2023, o Senador Wellington Fagundes retorna ao exercício do mandato e dá continuidade ao cargo de Líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 11/2023-GSWFAGUN).
25. Em 12/12/2023, a Senadora Augusta Brito deixa de exercer a função de vice-líder do Governo no Senado Federal pelo motivo de "Retorno do titular".
26. Em 12/12/2023, a Senadora Jussara Lima deixa de exercer a função de vice-líder da Bancada Feminina no Senado Federal pelo motivo de "Retorno do titular".
27. Em 21.02.2024, o Senador Rodrigo Cunha foi designado Líder do Podemos (Of. 004/2024-GLPODEMOS).
28. Em 27.02.2024, o Senador Beto Faro foi designado Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 005/2024-GLDPT).
29. Em 28.02.2024, o Senador Styvenson Valentim foi designado 1º Vice-Líder do PODEMOS (Of. nº 05/2024-GLPODEMOS).
30. Em 28.02.2024, o Senador Marcos do Val foi designado 2º Vice-Líder do PODEMOS (Of. nº 05/2024-GLPODEMOS).
31. Em 06.03.2024, o Senador Laércio Oliveira foi designado Líder do Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 10/2024-GABLI/BLALIAN).
32. Em 31.03.2024, a Senadora Augusta Brito deixa de exercer a função de Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores pelo motivo de "Licença com convocação de suplente (superior a 120 dias)".
33. Em 09.04.2024, o Senador Plínio Valério foi designado Líder do PSDB (Of. nº 008/2024-GSPVALER).
34. Em 03.05.2024, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada Líder do Partido Democrático Trabalhista (Of. nº 79/2024-GSALOBAT).
35. Em 23.05.2024, a Senadora Teresa Leitão foi designada 1ª Vice-Líder da Bancada Feminina do Senado Federal (Of. nº 8/2024).
36. Em 23.05.2024, a Senadora Soraya Thronicke foi designada 2ª Vice-Líder da Bancada Feminina do Senado Federal (Of. nº 8/2024).
37. Em 11/06/2024, o Senador Wellington Fagundes deixa de exercer a função de líder do Bloco Parlamentar Vanguarda pelo motivo de "Licença com convocação de suplente (superior a 120 dias)".
38. Em 18.06.2024, o Senador Eduardo Girão foi designado 2º Vice-Líder da Oposição (Of. nº 536/2024-GLDOP).
39. Em 18.06.2024, o Senador Magno Malta foi designado 3º Vice-Líder da Oposição (Of. nº 536/2024-GLDOP).
40. Em 18.06.2024, o Senador Eduardo Gomes foi designado 4º Vice-Líder da Oposição (Of. nº 536/2024-GLDOP).
41. Em 18.06.2024, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada 2ª Vice-Líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 64/2024-BLDEM).
42. Em 19/06/2024, o Senador Efraim Filho deixa de exercer a função de líder do União Brasil pelo motivo de "Licença com convocação de suplente (superior a 120 dias)".
43. Em 19/06/2024, o Senador Efraim Filho deixa de exercer a função de líder do Bloco Parlamentar Democracia pelo motivo de "Licença com convocação de suplente (superior a 120 dias)".
44. Em 24.06.2024, o Senador Marcos Rogério foi designado Líder da Oposição (Of. nº 034/2024-BLVANGUAR).
45. Em 16/07/2024, a Senadora Eliziane Gama deixa de exercer a função de líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática pelo motivo de "Ocupação de cargo de ministro/secretário".
46. Em 17.07.2024, o Senador Otto Alencar foi designado Líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 50/2024-GLDPSB).
47. Em 31.07.2024, a Senadora Augusta Brito retorna ao exercício do mandato e dá continuidade ao cargo de Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 27/2024-GSABRITO).
48. Em 04.09.2024, a Senadora Augusta Brito foi designada 9ª Vice-Líder do Governo (Of. nº 27/2024-GLDGOV).
49. Em 18.10.2024, o Senador Efraim Filho retorna ao exercício do mandato e dá continuidade ao cargo de Líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 21/2024-GSEFILHO).
50. Em 18.10.2024, o Senador Rogerio Marinho foi designado Líder da Oposição (Of. nº 50/2024-BLVANG).
51. Em 22.10.2024, o Senador Otto Alencar foi designado 1º Vice-Líder do Governo (Of. nº 7/2024-GLDGOV).
52. Em 22.10.2024, o Senador Otto Alencar foi designado Líder em exercício do Governo (Of. nº 7/2024-GLDGOV).
53. Em 30.10.2024, o Senador Omar Aziz foi designado Líder do Partido Social Democrático (Of. 016/2024-GLPSD).
54. Em 11.11.2024, a Senadora Eliziane Gama foi designada Líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 57/2024-GLDPSB).
55. Em 13.11.2024, o Senador Flávio Arns foi designado 1º Vice-líder do PSB (Of. 58/2024-GLDPSB).
56. Em 29/12/2024, o Senador Rodrigo Cunha foi destituído da função de líder do Podemos pelo motivo de "Renúncia".
57. Em 02.01.2025, o Senador Carlos Viana foi designado Líder do Podemos (Of. nº 115/2024-GLPODEMOS).
58. Em 14.01.2025, o Senador Mecias de Jesus foi designado Líder do Republicanos (Of. 052/2024-GABLI/GLREPUBL).
59. Em 28.01.2025, o Senador Eduardo Braga foi designado Líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. 039/2024-GLMDB).
60. Em 01.02.2025, o Senador Rogério Carvalho foi designado Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 001/2025-GLDPT).
61. Em 01.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado Líder do Partido da Social Democracia Brasileira (Of. nº 003/2025-GSPVALER).
62. Em 01.02.2025, o Senador Weverton foi designado Líder do Partido Democrático Trabalhista (Of. nº 18/2025).
63. Em 01.02.2025, o Senador Efraim Filho foi designado Líder do União Brasil (Of. nº 4/2025-GLUNIAO).
64. Em 01.02.2025, a Senadora Teresa Leitão foi designada 1ª Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 001/2025-GLDPT).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



65. Em 01/02/2025, a Senadora Augusta Brito deixa de exercer a função de vice-líder do Partido dos Trabalhadores pelo motivo de "Retorno do titular".
66. Em 01/02/2025, a Senadora Augusta Brito deixa de exercer a função de vice-líder do Governo no Senado Federal pelo motivo de "Retorno do titular".
67. Em 03.02.2025, o Senador Angelo Coronel foi designado 1º Vice-Líder do PSD (Of. nº 5/2025-GLPSD).
68. Em 03.02.2025, o Senador Carlos Portinho foi designado Líder do Partido Liberal (Of. nº 5/2025-GLPL).
69. Em 03.02.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado Líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 2/2025-BLVANG).
70. Em 04.02.2025, o Senador Rogerio Marinho foi designado Líder da Oposição (Of. 03/2025-BLVANG).
71. Em 17.02.2025, o Senador Dr. Hiran foi designado Líder do Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 001/2025-GABLID/BLALIAN).
72. Em 18.02.2025, o Senador Weverton foi designado Líder do Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. 25/2025).
73. Em 18.02.2025, o Senador Cid Gomes foi designado Líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. nº 008/2025-GLDPSB).
74. Em 18.02.2025, o Senador Jorge Kajuru foi designado Vice-Líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. nº 008/2025-GLDPSB).
75. Em 19.02.2025, o Senador Efraim Filho foi designado Líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 24/2025-GLMDB).
76. Em 19.02.2025, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado Líder da Maioria (Of. 24/2025-GLMDB).
77. Em 27.02.2025, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 13/2025-BLVANG).
78. Em 13.03.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada 9ª Vice-Líder do Governo (Of. s/n/2025-GLDGOV).
79. Em 13.03.2025, a Senadora Leila Barros foi designada 10ª Vice-Líder do Governo (Of. s/n/2025-GLDGOV).
80. Em 21.03.2025, o Senador Jorge Seif foi designado 1º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 012/2025-GLPL).
81. Em 21.03.2025, o Senador Izalci Lucas foi designado 2º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 012/2025-GLPL).
82. Em 21.03.2025, o Senador Jaime Bagattoli foi designado 3º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 012/2025-GLPL).
83. Em 25.03.2025, o Senador Styvenson Valentim foi designado Vice-Líder do PSDB (Of. nº 005/2025-GSPVALER).
84. Em 02.04.2025, o Senador Marcelo Castro foi designado 1º Vice-Líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. nº 039/2025-GLMDB).
85. Em 02.04.2025, o Senador Confúcio Moura foi designado 2º Vice-Líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. nº 039/2025-GLMDB).
86. Em 02.04.2025, o Senador Giordano foi designado 3º Vice-Líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. nº 039/2025-GLMDB).
87. Em 07.04.2025, o Senador Esperidião Amin foi designado Vice-Líder do Partido Progressistas (Of. nº 19/2025-GLPP).
88. Em 08.05.2025, o Senador Izalci Lucas foi designado 1º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 18/2025-GLPL).
89. Em 08.05.2025, o Senador Jorge Seif foi designado 2º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 18/2025-GLPL).
90. Em 08.05.2025, o Senador Jaime Bagattoli foi designado 3º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 18/2025-GLPL).
91. Em 27.05.2025, o Senador Carlos Portinho comunica o seu afastamento temporário da Liderança do Partido Liberal, pelo período de 03/06/2025 a 17/07/2025. Durante seu afastamento, o Senador Izalci Lucas exercerá a Liderança (Of. nº 019/2025-GLPL).
92. Em 11.06.2025, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada 1ª Vice-Líder do União Brasil (Of. nº 28/2025-GLUNIAO).
93. Em 11.06.2025, o Senador Jayme Campos foi designado 2ª Vice-Líder do União Brasil (Of. nº 28/2025-GLUNIAO).
94. Em 12.06.2025, o Senador Marcos Rogério foi designado 1º Vice-Líder da Oposição (Of. nº 181/2025-GSRMARIN).
95. Em 09.07.2025, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada Líder da Bancada Feminina do Senado Federal (Of. nº 188/2025-GSLB).
96. Em 13.08.2025, o Senador Rogério Carvalho foi designado 1º Vice-Líder do Governo, renumerando-se os demais Vice-Líderes (Of. nº 015/2025-GLDGOV).
97. Em 13.08.2025, o Senador Jaques Wagner comunica o seu afastamento temporário da Liderança do Governo. Durante seu afastamento, o Senador Rogério Carvalho exercerá a Liderança (Of. nº 015/2025-GLDGOV).
98. Em 13.08.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada 1ª Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 025/2025-GLDPT).
99. Em 13.08.2025, a Senadora Teresa Leitão foi designada 2ª Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 025/2025-GLDPT).
100. Em 13.08.2025, o Senador Rogério Carvalho comunica o seu afastamento temporário da Liderança do Partido dos Trabalhadores. Durante seu afastamento, a Senadora Augusta Brito exercerá a Liderança (Of. nº 025/2025-GLDPT).
101. Em 11.09.2025, o Senador Carlos Portinho comunica o seu afastamento temporário da Liderança do Partido Liberal, pelo período de 11/09/2025 a 20/09/2025. Durante seu afastamento, o Senador Izalci Lucas exercerá a Liderança (Of. nº 031/2025-GLPL).
102. Em 17.09.2025, a Senadora Professora Dorinha Seabra deixa de exercer a função de vice-líder do Governo no Senado Federal pelo motivo de "Assunção da Liderança da Bancada Feminina no Senado Federal" (Of. nº 716/2025-GSPDORIN).
103. Em 08.10.2025, o Senador Hamilton Mourão foi designado Vice-Líder do Republicanos (Of. nº 056/2025-GABLID/GLREPUBL).
104. Em 14.10.2025, o Senador Rogério Carvalho foi designado Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 027/2025-GLDPT).
105. Em 14.10.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada 1ª Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 027/2025-GLDPT).
106. Em 14.10.2025, a Senadora Teresa Leitão foi designada 2ª Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 027/2025-GLDPT).
107. Em 27.10.2025, o Senador Carlos Portinho comunica o seu afastamento temporário da Liderança do Partido Liberal, pelo período de 27/10/2025 a 04/11/2025. Durante seu afastamento, o Senador Izalci Lucas exercerá a Liderança (Of. nº 33/2025-GLPL).
108. Em 27.10.2025, o Senador Zequinha Marinho foi designado Vice-Líder do PODEMOS (Of. nº 49/2025-GLPODEMOS).
109. Em 01.12.2025, o Senador Carlos Portinho comunica o seu afastamento temporário da Liderança do Partido Liberal, pelo período de 03/12/2025 a 08/12/2025. Durante seu afastamento, o Senador Izalci Lucas exercerá a Liderança (Of. nº 35/2025-GLPL).
110. Em 03.02.2026, a Senadora Augusta Brito foi designada Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 001/2026-GLDPT-SF).
111. Em 05.03.2026, o Senador Jaques Wagner comunica que retornou ao exercício do mandato em 13.10.2025 e deu continuidade ao cargo de Líder do Governo (Of. nº 003/2026-GLDGOV).
112. Em 11.03.2026, o Senador Mecias de Jesus deixa de exercer a função de líder do REPUBLICANOS pelo motivo de "Renúncia".
113. Em 17.03.2026, o Senador Alan Rick foi designado Líder do REPUBLICANOS (Of. nº 010/2026-GABLID/GLREPUBL).
114. Em 02/04/2026, a Senadora Augusta Brito deixa de exercer a função de líder do Partido dos Trabalhadores pelo motivo de "Retorno do titular".
115. Em 02/04/2026, a Senadora Augusta Brito deixa de exercer a função de vice-líder do Governo no Senado Federal pelo motivo de "Retorno do titular".
116. Em 07.04.2026, a Senadora Teresa Leitão foi designada Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 004/2026-GLDPT-SF).
117. Em 07.04.2026, o Senador Camilo Santana foi designado 1º Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 004/2026-GLDPT-SF).
118. Em 07.04.2026, o Senador Beto Faro foi designado 2º Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 004/2026-GLDPT-SF).
119. Em 09.04.2026, o Senador Giordano foi designado Líder do Podemos (Of. nº 01/2026-GLPODEMOS).
120. Em 13.04.2026, o Senador Marcos do Val foi designado Líder do Partido AVANTE (Of. nº 006/2026-GSMVAL).
121. Em 14.04.2026, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado Vice-Líder do Partido da Social Democracia Brasileira (Of. nº 0008/2026-GSPVALER).
122. Em 14.04.2026, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada Líder do União Brasil (Of. nº 43/2026-GLUNIAO).
123. Em 15.04.2026, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada Líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. 48/2026-GLUNIAO).
124. Em 15.04.2026, a Senadora Dra. Eudócia foi designada Vice-Líder do Partido da Social Democracia Brasileira (Of. nº 009/2026-GSPVALER).
125. Em 16.04.2026, o Senador Jayme Campos foi designado 1º Vice-Líder do União Brasil (Of. nº 51/2026-GLUNIAO).
126. Em 05/05/2026, o Senador Jorge Seif deixa de exercer a função de vice-líder do Partido Liberal pelo motivo de "Licença com convocação de suplente (superior a 120 dias)".



COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA VERIFICAR "IN LOCO" A
SITUAÇÃO POLÍTICA E SOCIAL DO ESTADO PLURINACIONAL DA BOLÍVIA

Finalidade: verificar "in loco", no prazo de 180 dias, a situação política e social do Estado Plurinacional da Bolívia, no que diz respeito à cláusula democrática do Mercosul, prevista nos Protocolos de Ushuaia, cujo texto estabelece que a plena vigência das instituições democráticas é indispensável para o desenvolvimento dos processos de integração entre os signatários do referido Bloco.

Requerimento nº 1.067, de 2023 - CTEBOLÍVIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Senador Sergio Moro (PL-PR) (1)	1.
	2.

Notas:
1. Em 15.03.2024, o Senador Sergio Moro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 18/2024-BLDEM).



2) GRUPO DE TRABALHO SOBRE REGULAMENTAÇÃO
DA MINERAÇÃO EM TERRAS INDÍGENAS.

Finalidade: elaborar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, projeto de lei para regulamentar a atividade de mineração em terras indígenas.

ATO DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL Nº 1, DE 2025 - GTMTI

PRESIDENTE: Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽³⁾

Leitura: 22/04/2025

Instalação: 21/10/2025

Prazo final: 30/05/2026

Prazo final prorrogado: 13/08/2026

MEMBROS

Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽²⁾

Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽²⁾

VAGO ^(2,4)

Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽²⁾

Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ⁽²⁾

Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾

Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽²⁾

Senador Efraim Filho (PL-PB) ⁽²⁾

Senador Weverton (PDT-MA) ⁽²⁾

Senador Rodrigo Pacheco (PSB-MG) ⁽²⁾

Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 22.04.2025, a Presidência designa a Senadora Tereza Cristina Presidente do Grupo de Trabalho (ATS nº 1/2025).
2. Em 22.04.2025, a Presidência designa os Senadores Tereza Cristina, Plínio Valério, Mecias de Jesus, Eduardo Braga, Zequinha Marinho, Marcos Rogério, Rogério Carvalho, Efraim Filho, Weverton, Rodrigo Pacheco e Cid Gomes membros para compor a comissão (ATS nº1/2025).
3. Em 21.10.2025, o Grupo de Trabalho reunido elegeu o Senador Marcos Rogério como Vice-Presidente. Designado Relator o Senador Rogério Carvalho (Of. nº 1/2025-GTMTI).
4. Vago em 11.03.2026, em razão da renúncia do Senador Mecias de Jesus (Of. 026/2026-GSMJESUS).

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes | Adjunto: Henrique Cândido Evangelista

Telefone(s): 3303 3490

E-mail: gtmti@senado.leg.br



3) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA
INVESTIGAR A SITUAÇÃO DOS BRASILEIROS NA BOLÍVIA

Finalidade: Investigar, no prazo de 120 dias, a situação dos brasileiros na Bolívia, principalmente os estudantes, e o caso Jenife Silva, estudante de medicina amapaense recentemente assassinada naquele país.

Requerimento nº 268, de 2025 - CTBOLÍVIA

MEMBROS

Secretário(a): Renata Felix Perez | Adjunto: Antonio Silva Neto
Telefone(s): 3303 3490



4) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA EXAMINAR O
PROJETO DE LEI Nº 4, DE 2025 (ART. 374 RISF)

Finalidade: destinada a analisar o Projeto de Lei nº 4, de 2025, que "dispõe sobre a atualização da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), e da legislação correlata".
ATS nº 19, de 2025 - CTCIVIL

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Pacheco (PSB-MG) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Efraim Filho (PL-PB) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ⁽²⁾

Instalação: 24/09/2025

Apresentação Emendas - prazo final quadruplicado: 03/03/2026

Relatórios Parciais - prazo final quadruplicado: 30/04/2026

Relat. Relator-Geral - prazo final quadruplicado: 29/05/2026

Parecer Final Comissão - prazo final quadruplicado: 29/06/2026

Prazo prorrogado: 22/12/2026

TITULARES	SUPLENTES
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ⁽¹⁾	1. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽¹⁾
Senador Efraim Filho (PL-PB) ⁽¹⁾	2. Senador Sergio Moro (PL-PR) ⁽¹⁾
Senadora Soraya Thronicke (PSB-MS) ⁽¹⁾	3. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ⁽¹⁾
Senador Rodrigo Pacheco (PSB-MG) ⁽¹⁾	4. Senador Angelo Coronel (REPUBLICANOS-BA) ⁽¹⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾	5. Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽¹⁾
Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽¹⁾	6. Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽¹⁾
Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽¹⁾	7. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽¹⁾
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽¹⁾	8. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹⁾
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽¹⁾	9. Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽¹⁾
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽¹⁾	10. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) ⁽¹⁾
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹⁾	11. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 23.09.2025, a Presidência designa os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Efraim Filho, Soraya Thronicke, Rodrigo Pacheco, Otto Alencar, Flávio Arns, Marcos Rogério, Carlos Portinho, Weverton, Fabiano Contarato e Tereza Cristina membros titulares, e os Senadores Eduardo Braga, Sergio Moro, Zequinha Marinho, Angelo Coronel, Omar Aziz, Chico Rodrigues, Eduardo Gomes, Astronauta Marcos Pontes, Augusta Brito, Randolfe Rodrigues e Laércio Oliveira membros suplentes, para compor a comissão (ATS nº19/2025). ([DSF de 24/09/2025, p. 5](#))
2. Em 24.09.2025, a Comissão reunida elegeu os Senadores Rodrigo Pacheco e Efraim Filho a Presidente e a Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado. Designado Relator o Senador Veneziano Vital do Rêgo.

Secretário(a): Lenita Cunha e Silva | Adjuntos: Henrique Evangelista e Keny Martins

Telefone(s): 6133033490

E-mail: ctcivil@senado.leg.br



5) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA P/ REALIZAR DILIGÊNCIA NO TERMINAL PORTUÁRIO DA CARGILL EM SANTARÉM (PA) E ÁREAS ADJACENTES.

Finalidade: realizar, no prazo de 120 dias, diligência externa no Terminal Portuário da Cargill em Santarém (PA) e áreas adjacentes do complexo portuário e hidroviário do Rio Tapajós, com o objetivo de averiguar in loco os efeitos operacionais, logísticos, ambientais, sanitários e socioeconômicos decorrentes das ocupações indígenas recentes, bem como o impacto sobre a cadeia de escoamento de produção agropecuária e as obras previstas de dragagem/licitação.

Requerimento nº 107, de 2026 - CTECARGILL

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------



COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO**1)CPI DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA**

Finalidade: apurar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, com limite de despesas de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher desde 2019 até os dias atuais, com base em diferentes levantamentos e estudos, com a finalidade de investigar a ação ou omissão do poder público com relação à aplicação dos instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres da violência, bem como suas responsabilidades decorrentes do descumprimento da legislação criada para esse fim.

Requerimento nº 157, de 2024 - CPIVD

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 13/03/2024



2)CPI DA PEDOFILIA - 2026

Finalidade: Para, no prazo de 180 dias, com limite de despesas de R\$ 400.000,00, realizar investigação das irregularidades e dos crimes cometidos contra crianças e adolescentes no País; bem como apuração da atuação de influenciadores digitais e plataformas de redes sociais na promoção e disseminação de conteúdos que sexualizam crianças e adolescentes; a investigação da relação entre o conteúdo exposto por influenciadores como Hytalo Santos e a potencial exploração sexual de menores; e o exame da efetividade das políticas de proteção à infância no ambiente digital e a resposta das autoridades competentes às denúncias de pedofilia e abuso online.

Requerimentos nºs 618 e 619, de 2025 - CPIPED

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 20/08/2025

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
	1.
	2.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
	1.
	2.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE)	
	1.
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
	1.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
	1.



COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽¹⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(1,10)	1. Senador Renan Filho (MDB-AL) ^(1,10,25,31)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(1,10)	2. Senador Efraim Filho (PL-PB) ^(1,10)
Senador Fernando Dueire (PSD-PE) ^(1,10)	3. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ^(1,10)
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(1,10)	4. Senadora Soraya Thronicke (PSB-MS) ^(1,10)
Senador Alan Rick (REPUBLICANOS-AC) ^(3,10)	5. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(3,10)
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(3,10)	6. Senador Marcio Bittar (PL-AC) ^(3,10)
VAGO ^(7,10)	7. Senador Giordano (PODEMOS-SP) ^(7,10)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(8,10)	8. Senador Oriovisto Guimarães (PSDB-PR) ^(8,10)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽⁴⁾	1. Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽⁴⁾
Senador Irajá (PSD-TO) ⁽⁴⁾	2. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁴⁾
Senador Carlos Viana (PSD-MG) ^(4,30)	3. Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽⁴⁾
Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽⁴⁾	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽⁴⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(4,14,18)	5. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽⁴⁾
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾	6. Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE)	
Senador Izalci Lucas (PL-DF) ⁽²⁾	1. Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽²⁾
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽²⁾	2. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽²⁾
Senador Hermes Klann (PL-SC) ^(2,19,29)	3. Senadora Dra. Eudócia (PSDB-AL) ⁽²⁾
Senador Wilder Moraes (PL-GO) ⁽²⁾	4. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽²⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽²⁾	5. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ^(2,13)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) ⁽⁹⁾	1. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ^(9,15,16)
Senador Camilo Santana (PT-CE) ^(9,26)	2. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁹⁾
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁹⁾	3. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁹⁾
Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽⁹⁾	4. Senador Weverton (PDT-MA) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁵⁾	1. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁵⁾
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ^(5,28)	2. Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ^(5,20,24,27)
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ^(5,11,21,22,23)	3. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ^(11,22,23)
Senador Angelo Coronel (REPUBLICANOS-BA) ^(5,22,23)	4. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ^(5,12,28)

Notas:

*. 1 (uma) vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Democracia, Pelo Brasil e Aliança, de acordo com o cálculo de proporcionalidade de 18/02/2025.

1. Em 18.02.2025, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Dueire e Alessandro Vieira foram indicados membros titulares, e os Senadores Fernando Farias, Jader Barbalho, Veneziano Vital do Rêgo e Giordano membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 4/2025-GLMDB). (DSF de 19/02/2025, p. 22)



2. Em 18.02.2025, os Senadores Izalci Lucas, Rogerio Marinho, Jorge Seif, Wilder Moraes e Wellington Fagundes foram designados membros titulares, e os Senadores Magno Malta, Jaime Bagattoli, Dra. Eudécia, Eduardo Girão e Romário membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 8/2025-BLVANG). ([DSF de 22/02/2025, p. 101](#))
3. Em 18.02.2025, os Senadores Alan Rick e Professora Dorinha Seabra foram designados membros titulares, e os Senadores Efraim Filho e Marcio Bittar membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO). ([DSF de 19/02/2025, p. 15](#))
4. Em 18.02.2025, os Senadores Jorge Kajuru, Irajá, Angelo Coronel, Lucas Barreto, Vanderlan Cardoso e Sérgio Petecão foram designados membros titulares, e os Senadores Cid Gomes, Otto Alencar, Omar Aziz, Nelsinho Trad, Daniella Ribeiro e Eliziane Gama membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 4/2025-GSEGAMA). ([DSF de 19/02/2025, p. 11](#))
5. Em 18.02.2025, os Senadores Ciro Nogueira, Luis Carlos Heinze, Laércio Oliveira e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Esperidião Amin, Tereza Cristina e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 2/2025-BLALIAN). ([DSF de 19/02/2025, p. 7](#))
6. Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Renan Calheiros Presidente deste colegiado.
7. Em 19.02.2025, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular e a Senadora Soraya Thronicke, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS). ([DSF de 20/02/2025, p. 218](#))
8. Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular e o Senador Oriovisto Guimarães, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2025, p. 200](#))
9. Em 18.02.2025, os Senadores Randolfe Rodrigues, Augusta Brito, Rogério Carvalho e Leila Barros foram designados membros titulares, e os Senadores Teresa Leitão, Paulo Paim, Jaques Wagner e Weverton membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 26/2025-GLPDT). ([DSF de 19/02/2025, p. 19](#))
10. Em 19.02.2025, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Dueire, Alessandro Vieira, Alan Rick, Professora Dorinha Seabra, Carlos Viana e Plínio Valério foram designados membros titulares, e os Senadores Fernando Farias, Efraim Filho, Jader Barbalho, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Marcio Bittar, Giordano e Oriovisto Guimarães membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 6/2025-BLDEM). ([DSF de 20/02/2025, p. 211](#))
11. Em 21.02.2025, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro titular, em substituição ao Senador Laércio Oliveira, que deixa de compor a comissão; e a Senadora Damares Alves designada terceira suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 005/2025-GABLD/BLALIAN). ([DSF de 22/02/2025, p. 7](#))
12. Em 10.03.2025, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GABLD/BLALIAN). ([DSF de 11/03/2025, p. 22](#))
13. Em 12.03.2025, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Romário, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 019/2025-BLVANG). ([DSF de 13/03/2025, p. 84](#))
14. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLRESDEM). ([DSF de 04/07/2025, p. 13](#))
15. Em 02.09.2025, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Teresa Leitão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 17/2025-BLPBRA). ([DSF de 03/09/2025, p. 293](#))
16. Em 10.09.2025, a Senadora Teresa Leitão foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 19/2025-BLPBRA). ([DSF de 11/09/2025, p. 123](#))
17. Em 07.10.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Laércio Oliveira Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 10/2025-CAE). ([DSF de 04/12/2025, p. 221](#))
18. Em 30.10.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição ao Senador Pedro Chaves, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2025-BLRESDEM). ([DSF de 31/10/2025, p. 108](#))
19. Em 16.12.2025, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jorge Seif, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 139/2025-BLVANG). ([DSF de 17/12/2025, p. 296](#))
20. Em 10.02.2026, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro suplente, em substituição à Senadora Tereza Cristina, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 4/2026-GLPP). ([DSF de 17/12/2025, p. 296](#))
21. Vago em 11.03.2026, em razão da renúncia do Senador Mecias de Jesus (Of. 026/2026-GSMJESUS).
22. Em 17.03.2026, os Senadores Hamilton Mourão e Damares Alves foram designados membros titulares, e a Senadora Roberta Acioly, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 010/2026-GABLD/BLALIAN).
23. Em 24.03.2026, os Senadores Hamilton Mourão e Angelo Coronel foram designados membros titulares, e a Senadora Damares Alves, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 011/2026-GABLD/BLALIAN).
24. Vago em 31.03.2026, em razão do retorno do titular.
25. Vago em 1º.04.2026, em razão do retorno do titular.
26. Em 07.04.2026, o Senador Camilo Santana foi designado membro titular, em substituição à Senadora Augusta Brito, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 020/2026-BLPBRA).
27. Em 08.04.2026, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 018/2026-GABLD/BLALIAN).
28. Em 01.06.2026, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro titular, em substituição ao Senador Luis Carlos Heinze, que passa a 4ª suplência, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 032/2026-GABLD/BLALIAN).
29. Em 10.06.2026, o Senador Hermes Klann foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Portinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 53/2026-BLVANG).
30. Em 11.06.2026, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 045/2026-GSEGAMA).
31. Em 11.06.2026, o Senador Renan Filho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 36/2026-BLDEMO).

Secretário(a): João Pedro de Souza Lobo Caetano
Reuniões: Terças-Feiras 10 horas - Ala Alexandre Costa - Sala 19
Telefone(s): 6133033516
E-mail: cae@senado.leg.br



1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE MUNICIPALISTA

Finalidade: opinar sobre questões municipalistas, tais como: (a) desenvolvimento econômico-social; (b) políticas de financiamento das ações de competência municipal, inclusive mediante transferências constitucionais; (c) endividamento público; (d) política tributária; (e) viabilidade econômica e fiscal para criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios; (f) cooperação técnica e financeira com a União; (g) políticas de geração de emprego e renda; e (h) políticas de ordenamento territorial.

(Requerimento 160, de 2023 - CAE)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): João Pedro de Souza Lobo Caetano

Reuniões: Terças-Feiras 10 horas - Ala Alexandre Costa - Sala 19

Telefone(s): 6133033516

E-mail: cae@senado.leg.br



2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽⁷⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Dra. Eudócia (PSDB-AL) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ^(1,11)	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(1,11)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(1,11)	2. VAGO ^(1,11)
Senador Efraim Filho (PL-PB) ^(3,11)	3. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(3,11,29,31)
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ^(3,11,14)	4. Senadora Soraya Thronicke (PSB-MS) ^(3,11)
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(15,19)	5. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ^(8,11,13,19)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(10,11)	6. Senador Fernando Dueire (PSD-PE) ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽⁴⁾	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁴⁾
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁴⁾	2. Senador Angelo Coronel (REPUBLICANOS-BA) ⁽⁴⁾
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ⁽⁴⁾	3. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽⁴⁾
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽⁴⁾
Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽⁴⁾	5. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE)	
Senadora Dra. Eudócia (PSDB-AL) ⁽²⁾	1. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ^(2,20,21,22,23,25,26)	2. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽²⁾
Senador Romário (PL-RJ) ^(2,32,39,40,42,43)	3. Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽²⁾
Senador Wilder Moraes (PL-GO) ⁽²⁾	4. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ^(17,36,41)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ^(6,24,33)	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) ^(6,30,34,35)
Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(6,28,30)	2. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽⁶⁾
Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) ⁽⁶⁾	3. Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽⁵⁾	1. Senador Alan Rick (REPUBLICANOS-AC) ^(16,37,38)
Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁵⁾	2. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁸⁾
Senadora Roberta Acioly (REPUBLICANOS-RR) ^(5,38)	3. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ^(5,27,38)

Notas:

- Em 18.02.2025, os Senadores Marcelo Castro e Eduardo Braga foram designados membros titulares e os Senadores Renan Calheiros e Veneziano Vital do Rêgo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 020/2025-GLMDB). ([DSF de 19/02/2025, p. 37](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Dra. Eudócia, Eduardo Girão, Romário e Wilder Moraes foram designados membros titulares e os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Rogerio Marinho e Magno Malta, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-BLVANG). ([DSF de 22/02/2025, p. 101](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Efraim Filho e Professora Dorinha Seabra foram designados membros titulares e os Senadores Alan Rick e Marcio Bittar, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO). ([DSF de 19/02/2025, p. 15](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Jussara Lima, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Sérgio Petecão e Flávio Arns foram designados membros titulares e os Senadores Otto Alencar, Angelo Coronel, Lucas Barreto e Nelsinho Trad, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GSEGAMA). ([DSF de 19/02/2025, p. 11](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Laércio Oliveira, Dr. Hiran e Damares Alves foram designados membros titulares e o Senador Cleitinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 002/2025-GABLID/BLALIAN). ([DSF de 19/02/2025, p. 7](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Paulo Paim, Humberto Costa e Ana Paula Lobato foram designados membros titulares e os Senadores Fabiano Contarato, Teresa Leitão e Leila Barros, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-GLPDT). ([DSF de 19/02/2025, p. 19](#))
- Em 19.02.2025, a comissão reunida elegeu os Senadores Marcelo Castro e Dra. Eudócia, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
- Em 19.02.2025, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS). ([DSF de 20/02/2025, p. 218](#))
- Em 19.02.2025, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 5/2025-GSEGAMA). ([DSF de 20/02/2025, p. 209](#))

10. Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2025, p. 200](#))
11. Em 19.02.2025, os Senadores Marcelo Castro, Eduardo Braga, Efraim Filho, Professora Dorinha Seabra e Plínio Valério foram designados membros titulares e os Senadores Renan Calheiros, Alan Rick, Veneziano Vital do Rêgo, Soraya Thronicke e Marcio Bittar, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-BLDEM). ([DSF de 20/02/2025, p. 211](#))
12. Em 19.02.2025, o Senador Fernando Dueire foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 007/2025-BLDEM). ([DSF de 20/02/2025, p. 217](#))
13. Em 20.02.2025, o Senador Marcio Bittar deixou de compor a comissão (Of. nº 009/2025-BLDEM).
14. Em 21.02.2025, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular, em substituição à Senadora Professora Dorinha Seabra, que deixa de compor a comissão pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 012/2025-BLDEM). ([DSF de 21/02/2025, p. 28](#))
15. Em 20.02.2025, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 013/2025-BLDEM). ([DSF de 21/02/2025, p. 29](#))
16. Em 21.02.2025, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 007/2025-GABLI/BLALIAN). ([DSF de 22/02/2025, p. 9](#))
17. Em 24.02.2025, o Senador Jaime Bagattoli foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-BLVANG). ([DSF de 25/02/2025, p. 8](#))
18. Em 25.03.2025, o Senador Esperidião Amin foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 013/2025-GABLI/BLALIAN). ([DSF de 26/03/2025, p. 121](#))
19. Em 07.04.2025, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 028/2025-BLDEM). ([DSF de 08/04/2025, p. 31](#))
20. Em 09.05.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 045/2025-BLVANG). ([DSF de 10/05/2025, p. 44](#))
21. Em 28.05.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 057/2025-BLVANG). ([DSF de 29/05/2025, p. 1](#))
22. Em 20.08.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 075/2025-BLVANG). ([DSF de 21/08/2025, p. 190](#))
23. Em 06.10.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 098/2025-BLVANG). ([DSF de 07/10/2025, p. 51](#))
24. Em 19.11.2025, o Senador Rogério Carvalho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Paulo Paim, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 40/2025-BLPBRA). ([DSF de 20/11/2025, p. 8](#))
25. Em 24.11.2025, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 128/2025-BLVANG). ([DSF de 25/11/2025, p. 37](#))
26. Em 02.12.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Izalci Lucas, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 131/2025-BLVANG). ([DSF de 03/12/2025, p. 109](#))
27. Em 02.12.2025, o Senador Alan Rick foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Cleitinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 69/2025-GABLI/BLALIAN). ([DSF de 03/12/2025, p. 108](#))
28. Em 03.12.2025, o Senador Jaques Wagner foi designado membro titular, em substituição ao Senador Humberto Costa, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 42/2025-BLPBRA). ([DSF de 04/12/2025, p. 219](#))
29. Em 04.12.2025, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Veneziano Vital do Rêgo, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 97/2025-BLEMO). ([DSF de 05/12/2025, p. 23](#))
30. Em 08.12.2025, o Senador Humberto Costa foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jaques Wagner, que deixa de compor a comissão; e o Senador Paulo Paim foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Fabiano Contrato, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 46/2025-BLPBRA). ([DSF de 09/12/2025, p. 79](#))
31. Em 09.12.2025, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Alessandro Vieira, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 98/2025-BLEMO). ([DSF de 10/12/2025, p. 126](#))
32. Em 17.12.2025, o Senador Bruno Bonetti foi designado membro titular, em substituição ao Senador Romário, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 140/2025-BLVANG). ([DSF de 18/12/2025, p. 546](#))
33. Em 17.12.2025, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, em substituição ao Senador Rogério Carvalho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 50/2025-BLPBRA). ([DSF de 18/12/2025, p. 549](#))
34. Em 24.02.2026, o Senador Rogério Carvalho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Paulo Paim, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 51/2025-GSBLPBRA).
35. Em 02.03.2026, o Senador Paulo Paim foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Rogério Carvalho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 008/2026-BLPBRA).
36. Em 04.03.2026, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jaime Bagattoli, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 013/2026-BLVANG).
37. Vago em 11.03.2026, em razão da renúncia do Senador Mecias de Jesus (Of. 026/2026-GSMJESUS).
38. Em 17.03.2026, a Senadora Roberta Acioly foi designada membro titular e os Senadores Alan Rick e Damares Alves, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 010/2026-GABLI/BLALIAN).
39. Vago em 10.04.2026, em razão do retorno do titular.
40. Em 14.04.2026, o Senador Jorge Seif foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 028/2026-BLVANG).
41. Em 28.04.2026, o Senador Jaime Bagattoli foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Izalci Lucas, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 032/2026-BLVANG).
42. Em 06.05.2026, o Senador Hermes Klann foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jorge Seif, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 037/2026-BLVANG).
43. Em 13.05.2026, o Senador Romário foi designado membro titular, em substituição ao Senador Hermes Klann, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 044/2026-BLVANG).

Secretário(a): Saulo Kléber Rodrigues Ribeiro

Telefone(s): 3303-4608

E-mail: cas@senado.leg.br

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS DAS PESSOAS COM DOENÇAS RARAS

Finalidade: acompanhar e aprimorar as políticas públicas direcionadas às pessoas com doenças raras.

(Requerimento 53, de 2023 - CAS)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Instalação: 30/08/2023

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽¹⁾	1.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
	1.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE)	
	1.
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾	1.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽³⁾	1.

- Notas:**
- 1. Em 11.08.2025, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 191/2025-SACAS).
 - 2. Em 11.08.2025, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 191/2025-SACAS).
 - 3. Em 11.08.2025, o Senador Dr. Hiran foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 191/2025-SACAS).

Secretário(a): Saulo Kléber Rodrigues Ribeiro

Telefone(s): 3303-4608

E-mail: cas@senado.leg.br



3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽¹⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (1,12)	1. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (1,12,50)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (1,12)	2. Senador Alan Rick (REPUBLICANOS-AC) (1,12,47)
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (1,12,19,20)	3. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) (1,12,50)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) (1,12)	4. VAGO (9,12,47)
Senador Renan Filho (MDB-AL) (3,12,50)	5. Senador Giordano (PODEMOS-SP) (3,12)
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) (3,12,47)	6. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) (3,11,12,16)
Senadora Soraya Thronicke (PSB-MS) (8,12)	7. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (8,12,40,41,51,54)
Senador Oriovisto Guimarães (PSDB-PR) (10,12,40,41,51,54)	8. Senadora Dra. Eudócia (PSDB-AL) (10,12,45,56)
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) (11,12,47)	9. Senador Efraim Filho (PL-PB) (11,12)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (4)	1. Senador Cid Gomes (PSB-CE) (4,48,49)
Senador Omar Aziz (PSD-AM) (4)	2. Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) (4,13,15)
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) (4,30,32)	3. Senador Irajá (PSD-TO) (4,23,26)
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) (4,15)	4. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (4)
Senador Rodrigo Pacheco (PSB-MG) (4)	5. Senadora Mara Gabrielli (PSD-SP) (4,27)
Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) (4,31,33,34,36,49)	6. Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) (4,35,36)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE)	
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) (2,53,57)	1. Senador Hermes Klann (PL-SC) (2,55)
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) (2)	2. Senador Izalci Lucas (PL-DF) (2,21,24)
Senador Magno Malta (PL-ES) (2)	3. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) (2,52,58)
Senador Marcos Rogério (PL-RO) (2)	4. Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) (2)
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) (2)	5. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) (2,17,18)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (5)	1. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) (5)
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (5)	2. Senador Jaques Wagner (PT-BA) (5,22,37)
Senador Camilo Santana (PT-CE) (5,46)	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) (5,25)
Senador Weverton (PDT-MA) (5)	4. Senadora Leila Barros (PDT-DF) (5,44)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) (6,38,39,59)	1. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) (6,28,29)
Senador Esperidião Amin (PP-SC) (6)	2. Senador Dr. Hiran (PP-RR) (6)
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) (6,11,42,43)	3. Senadora Roberta Acioly (REPUBLICANOS-RR) (6,11,43)

Notas:

*. 1 (uma) vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Democracia, Pelo Brasil e Aliança, de acordo com o cálculo de proporcionalidade de 18/02/2025.

1. Em 18.02.2025, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Jader Barbalho e Veneziano Vital do Rêgo foram designados membros titulares, e os Senadores Alessandro Vieira, Marcelo Castro e Giordano membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 005/2025-GLMDB). ([DSF de 19/02/2025, p. 23](#))

2. Em 18.02.2025, os Senadores Carlos Portinho, Eduardo Girão, Magno Malta, Marcos Rogério e Rogerio Marinho foram designados membros titulares, e os Senadores Jorge Seif, Izalci Lucas, Eduardo Gomes, Flávio Bolsonaro e Jaime Bagattoli membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 008/2025-BLVANG). ([DSF de 22/02/2025, p. 101](#))

3. Em 18.02.2025, os Senadores Sergio Moro e Alan Rick foram designados membros titulares, e os Senadores Professora Dorinha Seabra e Marcio Bittar membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 12/2025-GLUNIAO). ([DSF de 19/02/2025, p. 15](#))

4. Em 18.02.2025, os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz, Eliziane Gama, Zenaide Maia, Rodrigo Pacheco e Cid Gomes foram designados membros titulares, e os Senadores Angelo Coronel, Lucas Barreto, Irajá, Sérgio Petecão, Margareth Buzetti e Jorge Kajuru membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA). ([DSF de 19/02/2025, p. 11](#))



5. Em 18.02.2025, os Senadores Rogério Carvalho, Fabiano Contarato, Augusta Brito e Weverton foram designados membros titulares, e os Senadores Randolfe Rodrigues, Humberto Costa, Jaques Wagner e Ana Paula Lobato membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. 026/2025-GLPDT). ([DSF de 19/02/2025, p. 19](#))
6. Em 18.02.2025, os Senadores Ciro Nogueira, Esperidião Amin, Tereza Cristina e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, e os Senadores Laércio Oliveira, Dr. Hiran e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. nº 002/2025-GABLID/BLALIAN). ([DSF de 19/02/2025, p. 7](#))
7. Em 19.02.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Otto Alencar Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2025-PRESIDÊNCIA/CCJ). ([DSF de 20/02/2025, p. 194](#))
8. Em 19.02.2025, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular e o Senador Marcos do Val, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS). ([DSF de 20/02/2025, p. 218](#))
9. Em 19.02.2025, o Senador Fernando Farias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 23/2025-GLMDB). ([DSF de 20/02/2025, p. 223](#))
10. Em 19.02.2025, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, e o Senador Plínio Valério membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2025, p. 200](#))
11. Em 19.02.2025, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular e os Senadores Efraim Filho e Jayme Campos, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia. Os Senadores Marcio Bittar e Jayme Campos foram indicados nas vagas compartilhadas entre os Blocos Parlamentares Democracia, Pelo Brasil e Aliança, que antes estavam ocupadas pelo Bloco Parlamentar Aliança, assim a Senadora Tereza Cristina deixa de compor a comissão e os Senadores Mecias de Jesus e Hamilton Mourão passam a ocupar as vagas de 3ª titular e 3ª suplente, respectivamente (Ofs. nºs 003/2025-GABLID/BLALIAN e 004/2025-BLDEM). ([DSF de 20/02/2025, p. 206](#); [DSF de 20/02/2025, p. 208](#))
12. Em 19.02.2025, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Jader Barbalho e Veneziano Vital do Rêgo, Sergio Moro, Alan Rick, Soraya Thronicke, Oriovisto Guimarães e Marcio Bittar foram designados membros titulares, e os Senadores Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Marcelo Castro, Jayme Campos, Giordano, Marcos Do Val, Plínio Valério, Fernando Farias e Efraim Filho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 006/2025-BLDEM). ([DSF de 20/02/2025, p. 211](#))
13. Em 20.03.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Lucas Barreto, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 16/2025-GSEGAMA). ([DSF de 21/03/2025, p. 13](#))
14. Em 02.04.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Vanderlan Cardoso Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 013/2025-PRESIDÊNCIA/CCJ). ([DSF de 03/04/2025, p. 106](#))
15. Em 02.04.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição à Senadora Zenaide Maia, que passa a compor a comissão como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 18/2025-GSEGAMA). ([DSF de 03/04/2025, p. 103](#))
16. Em 24.04.2025, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Marcos do Val, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 018/2025-BLDEMO). ([DSF de 25/04/2025, p. 38](#))
17. Em 21.05.2025, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jaime Bagattoli, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 49/2025-BLVANG). ([DSF de 22/05/2025, p. 333](#))
18. Em 28.05.2025, o Senador Jaime Bagattoli foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 056/2025-BLVANG). ([DSF de 29/05/2025, p. 463](#))
19. Em 10.06.2025, o Senador Confúcio Moura foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jader Barbalho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 34/2025-BLDEMO). ([DSF de 11/06/2025, p. 119](#))
20. Em 10.06.2025, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Confúcio Moura, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 35/2025-BLDEMO). ([DSF de 11/06/2025, p. 117](#))
21. Em 16.07.2025, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Izalci Lucas, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 71/2025-BLVANG). ([DSF de 17/07/2025, p. 181](#))
22. Em 16.07.2025, o Senador Paulo Paim foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Humberto Costa, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 13/2025-BLPBRA). ([DSF de 17/07/2025, p. 178](#))
23. Em 06.08.2025, o Senador Lucas Barreto foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Irajá, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 52/2025-GSEGAMA). ([DSF de 07/08/2025, p. 6](#))
24. Em 15.08.2025, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 72/2025-BLVANG). ([DSF de 16/08/2025, p. 42](#))
25. Em 19.08.2025, o Senador Humberto Costa foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jaques Wagner, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 15/2025-BLPBRA). ([DSF de 20/08/2025, p. 208](#))
26. Em 19.08.2025, o Senador Irajá foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Lucas Barreto, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 52/2025-GSEGAMA). ([DSF de 20/08/2025, p. 209](#))
27. Em 04.09.2025, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro suplente, em substituição à Senadora Margareth Buzetti, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 65/2025-GSEGAMA). ([DSF de 05/09/2025, p. 29](#))
28. Em 09.09.2025, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Laércio Oliveira, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 45/2025-GABLID/BLALIAN). ([DSF de 10/09/2025, p. 28](#))
29. Em 11.09.2025, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Tereza Cristina, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 46/2025-GABLID/BLALIAN). ([DSF de 12/09/2025, p. 35](#))
30. Em 16.09.2025, a Senadora Jussara Lima foi designada membro titular, em substituição à Senadora Eliziane Gama, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 73/2025-GSEGAMA). ([DSF de 17/09/2025, p. 115](#))
31. Em 17.09.2025, o Senador Flávio Arns foi designado membro titular, em substituição ao Senador Cid Gomes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 74/2025-GSEGAMA). ([DSF de 18/09/2025, p. 129](#))
32. Em 18.09.2025, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular, em substituição à Senadora Jussara Lima, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 79/2025-GSEGAMA). ([DSF de 19/09/2025, p. 20](#))
33. Em 22.09.2025, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Flávio Arns, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 86/2025-GSEGAMA). ([DSF de 23/09/2025, p. 52](#))
34. Em 23.09.2025, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular, em substituição ao Senador Cid Gomes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 87/2025-GSEGAMA). ([DSF de 24/09/2025, p. 134](#); [DSF de 30/09/2025, p. 55](#))
35. Em 23.09.2025, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jorge Kajuru, que passa a compor a comissão como membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 87/2025-GSEGAMA). ([DSF de 24/09/2025, p. 134](#); [DSF de 30/09/2025, p. 55](#))



36. Em 29.09.2025, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jorge Kajuru, que passa a membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Arns, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 94/2025-GSEGAMA). ([DSF de 30/09/2025, p. 55](#); [DSF de 30/09/2025, p. 55](#))
37. Em 21.10.2025, o Senador Jaques Wagner foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Paulo Paim, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 37/2025-BLPBRA). ([DSF de 22/10/2025, p. 161](#))
38. Em 29.10.2025, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro titular, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 58/2025-GABLIID/BLALIAN). ([DSF de 30/10/2025, p. 63](#))
39. Em 12.11.2025, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, em substituição à Senadora Tereza Cristina, que deixa de compor a comissão, pela Liderança do Progressistas (Of. nº 65/2025-GLPP). ([DSF de 13/11/2025, p. 128](#))
40. Em 16.12.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, em substituição ao Senador Oriovisto Guimarães, que foi designado sétimo suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 103/2025-BLDEMO). ([DSF de 17/12/2025, p. 295](#))
41. Em 25.02.2026, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, em substituição ao Senador Plínio Valério, que foi designado sétimo suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 07/2026-BLDEMO).
42. Vago em 11.03.2026, em razão da renúncia do Senador Mecias de Jesus (Of. 026/2026-GSMJESUS).
43. Em 17.03.2026, o Senador Hamilton Mourão foi designado membro titular e a Senadora Roberta Acioly, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 010/2026-GABLIID/BLALIAN).
44. Em 01.04.2026, a Senadora Leila Barros foi designada membro suplente, em substituição à Senadora Ana Paula Lobato, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 19/2026-BLPBRA).
45. Vago em 1º.04.2026, em razão do retorno do titular.
46. Em 07.04.2026, o Senador Camilo Santana foi designado membro titular, em substituição à Senadora Augusta Brito, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 021/2026-BLPBRA).
47. Em 07.04.2026, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada membro titular, em substituição ao Senador Alan Rick, que passa a compor a comissão como membro suplente; e o Senador Jayme Campos foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcio Bittar, que passa a compor a comissão como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 017/2026-BLDEMO).
48. Em 09.04.2026, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Angelo Coronel, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 026/2026-GSEGAMA).
49. Em 23.04.2026, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada membro titular, em substituição ao Senador Cid Gomes, que passa a compor a comissão como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 031/2026-BLRESDEM).
50. Em 24.04.2026, o Senador Renan Filho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Sergio Moro, que deixa de compor a comissão; e o Senador Marcelo Castro foi designado 1º suplente, em substituição ao Senador Alessandro Vieira, que passa a 3ª suplência, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 021/2026-BLDEMO).
51. Em 28.04.2026, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, em substituição ao Senador Oriovisto Guimarães, que passa a 7ª suplência, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 022/2026-BLDEMO).
52. Em 28.04.2026, o Senador Sergio Moro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Gomes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 033/2026-BLVANG).
53. Em 29.04.2026, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Portinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 034/2026-BLVANG).
54. Em 05.05.2026, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, em substituição ao Senador Plínio Valério, que passa a 7ª suplência, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 025/2026-BLDEMO).
55. Em 06.05.2026, o Senador Hermes Klann foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jorge Seif, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 037/2026-BLVANG).
56. Em 06.05.2026, a Senadora Dra. Eudócia foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 029/2026-BLDEMO).
57. Em 13.05.2026, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcio Bittar, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 039/2026-BLVANG).
58. Em 13.05.2026, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Sergio Moro, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 043/2026-BLVANG).
59. Em 20.05.2026, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro titular, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 028/2026-GABLIID/BLALIAN).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br



4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA - CE

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ⁽¹⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(1,10)	1. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(1,10)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(1,8,10)	2. VAGO ^(1,8,10)
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(3,10)	3. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ^(3,10)
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(3,10,11,14)	4. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(3,10,23)
	5.
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(9,10)	6.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽⁴⁾	1. Senador Fernando Dueire (PSD-PE) ^(22,30)
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ^(4,22,28)	2. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽⁴⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(4,16,20)	3. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽⁴⁾
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ⁽⁴⁾	4. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾
Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽⁴⁾	5.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE)	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾	1. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽²⁾
Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽²⁾	2. Senadora Dra. Eudócia (PSDB-AL) ⁽²⁾
Senador Izalci Lucas (PL-DF) ^(2,13)	3. Senador Romário (PL-RJ) ^(2,13,21,27,29)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ^(2,31,32)	4. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽⁶⁾	1. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁶⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁶⁾	2. Senadora Leila Barros (PDT-DF) ^(6,18,19)
Senador Camilo Santana (PT-CE) ^(6,15,18,26)	3. Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽⁵⁾	1. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁵⁾
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ^(12,25)	2. Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁵⁾
Senador Alan Rick (REPUBLICANOS-AC) ^(5,25)	3. Senadora Roberta Acioly (REPUBLICANOS-RR) ^(5,24,25)

Notas:

1. Em 18.02.2025, os Senadores Confúcio Moura e Ivete da Silveira foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Castro e Veneziano Vital do Rêgo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 008/2025-GLMDB). ([DSF de 19/02/2025, p. 25](#))
2. Em 18.02.2025, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Magno Malta, Romário e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Portinho, Dra. Eudócia, Izalci Lucas e Rogerio Marinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 008/2025-BLVANG). ([DSF de 22/02/2025, p. 101](#))
3. Em 18.02.2025, os Senadores Marcio Bittar e Professora Dorinha Seabra foram designados membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e Alan Rick, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 012/2025-GLUNIAO). ([DSF de 19/02/2025, p. 15](#))
4. Em 18.02.2025, os Senadores Cid Gomes, Jussara Lima, Vanderlan Cardoso, Zenaide Maia e Flávio Arns foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad, Daniella Ribeiro e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA). ([DSF de 19/02/2025, p. 11](#))
5. Em 18.02.2025, os Senadores Laércio Oliveira e Damares Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Esperidião Amin, Dr. Hiran e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 002/2025-GABLID/BLALIAN). ([DSF de 19/02/2025, p. 7](#))
6. Em 18.02.2025, os Senadores Teresa Leitão, Leila Barros e Paulo Paim foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, Augusta Brito e Ana Paula Lobato, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 026/2025-GLPDT). ([DSF de 19/02/2025, p. 19](#))
7. Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu a Senadora Teresa Leitão Presidente deste colegiado (Of. 1/2025-CE). ([DSF de 20/02/2025, p. 204](#))
8. Em 19.02.2025, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro titular, em substituição à Senadora Ivete da Silveira, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 021/2025-GLMDB). ([DSF de 20/02/2025, p. 221](#))
9. Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2025, p. 200](#))



10. Em 19.02.2025, os Senadores Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo, Professora Dorinha Seabra, Márcio Bittar e Plínio Valério foram designados membros titulares, e os Senadores Ivete da Silveira, Alan Rick e Marcelo Castro, membros suplentes, para compor a comissão, e o Senador Jayme Campos deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 006/2025-BLDEM). ([DSF de 20/02/2025, p. 211](#))
11. Em 20.02.2025, o Senador Marcio Bittar deixou de compor a Comissão (Of. nº 009/2025-BLDEM). ([DSF de 21/02/2025, p. 25](#))
12. Em 21.02.2025, o Senador Hamilton Mourão foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-GABLIID/BLALIAN). ([DSF de 22/02/2025, p. 10](#))
13. Em 11.03.2025, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, em permuta com o Senador Romário, que passa a ocupar a comissão como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 17/2025-BLVANG). ([DSF de 12/03/2025, p. 168](#))
14. Em 14.03.2025, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 20/2025-BLDEM). ([DSF de 15/03/2025, p. 11](#))
15. Em 03.04.2025, a Senadora Leila Barros deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 43/2025-GLPDT). ([DSF de 04/04/2025, p. 137](#))
16. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLRESDEM). ([DSF de 04/07/2025, p. 13](#))
17. Em 26.08.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Veneziano Vital do Rêgo Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 254/2025-CE). ([DSF de 27/08/2025, p. 279](#))
18. Em 01.10.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 26/2025-BLPBRA). ([DSF de 02/10/2025, p. 98](#))
19. Em 22.10.2025, a Senadora Leila Barros foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 38/2025-BLPBRA). ([DSF de 23/10/2025, p. 178](#))
20. Em 30.10.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição ao Senador Pedro Chaves, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2025-BLRESDEM). ([DSF de 31/10/2025, p. 108](#))
21. Em 17.12.2025, o Senador Bruno Bonetti foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Romário, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 141/2025-BLVANG). ([DSF de 18/12/2025, p. 547](#))
22. Em 24.02.2026, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular, em substituição à Senadora Jussara Lima, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 10/2026-GSEGAMA).
23. Em 04.03.2026, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente para compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 10/2026-BLDEMO).
24. Vago em 11.03.2026, em razão da renúncia do Senador Mecias de Jesus (Of. 026/2026-GSMJESUS).
25. Em 17.03.2026, os Senadores Damares Alves e Alan Rick foram designados membros titulares, e a Senadora Roberta Acioly, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 010/2026-GABLIID/BLALIAN).
26. Em 07.04.2026, o Senador Camilo Santana foi designado membro titular, em substituição à Senadora Augusta Brito, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 023/2026-BLPBRA).
27. Vago em 10.04.2026, em razão do retorno do titular.
28. Em 14.04.2026, a Senadora Jussara Lima foi designada membro titular, em substituição ao Senador Omar Aziz, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 028/2026-GSEGAMA).
29. Em 15.04.2026, o Senador Romário foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 030/2026-BLVANG).
30. Em 15.04.2026, o Senador Fernando Dueire foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 029/2026-GSEGAMA).
31. Em 06.05.2026, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 038/2026-BLVANG).
32. Em 13.05.2026, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 042/2026-BLVANG).

Secretário(a): Andréia Mano Da Silva Tavares

Telefone(s): 3303-3498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA

Finalidade: acompanhar as políticas de Alfabetização na Idade Certa, no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(Requerimento 56, de 2023 - CE)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Instalação: 11/06/2024

Secretário(a): Andréia Mano Da Silva Tavares

Telefone(s): 3303-3498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
Finalidade: acompanhar a implementação do Plano Nacional de Educação (PNE).

(Requerimento 22, de 2026 - CE)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	1.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	1.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE)	1.
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	1.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	1.

Secretário(a): Andréia Mano Da Silva Tavares
Telefone(s): 3303-3498
E-mail: ce@senado.leg.br



4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA ACOMPANHAR AS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Finalidade: acompanhar as políticas de Educação de Jovens e Adultos, no âmbito da Comissão de Educação e Cultura.

(Requerimento 50, de 2024 - CE)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Instalação: 03/07/2024

Secretário(a): Andréia Mano Da Silva Tavares

Telefone(s): 3303-3498

E-mail: ce@senado.leg.br



5) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA,
FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(1,10)	1. Senador Oriovisto Guimarães (PSDB-PR) ⁽¹⁰⁾
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(1,10)	2. Senador Efraim Filho (PL-PB) ⁽¹⁰⁾
Senador Sergio Moro (PL-PR) ^(3,10)	3. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(3,12)
Senador Carlos Viana (PSD-MG) ^(8,10,19)	4. Senador Marcio Bittar (PL-AC) ⁽¹⁵⁾
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ^(9,10)	5. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ^(9,19)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(4,17,20)	1. Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽²³⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ^(4,23)	2.
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽²¹⁾	3.
Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽⁴⁾	4.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE)	
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽²⁾	1. Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾
Senador Hermes Klann (PL-SC) ^(2,24)	2. Senador Izalci Lucas (PL-DF) ^(11,25)
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽²⁾	3. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽¹⁴⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽⁵⁾	1. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) ⁽¹³⁾
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁵⁾	2. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽¹⁶⁾
Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) ⁽⁵⁾	3. VAGO ^(18,22)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁶⁾	1. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽⁶⁾
Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) ⁽⁶⁾	2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽⁶⁾

Notas:

- Em 18.02.2025, os Senadores Alessandro Vieira e Renan Calheiros foram indicados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLMDB). ([DSF de 19/02/2025, p. 29](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Flávio Bolsonaro, Jorge Seif e Eduardo Girão foram designados membros titulares, e o Senador Marcos Rogério membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 8/2025-BLVANG). ([DSF de 22/02/2025, p. 101](#))
- Em 18.02.2025, o Senador Sergio Moro foi designado membro titular, e o Senador Jayme Campos membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO). ([DSF de 19/02/2025, p. 15](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Vanderlan Cardoso, Mara Gabrilli e Cid Gomes foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 4/2025-GSEGAMA). ([DSF de 19/02/2025, p. 11](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Beto Faro, Rogério Carvalho e Ana Paula Lobato foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 26/2025-GLPDT). ([DSF de 19/02/2025, p. 19](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Dr. Hiran e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Laércio Oliveira e Damares Alves membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 2/2025-BLALIAN). ([DSF de 19/02/2025, p. 7](#))
- Em 19.02.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Dr. Hiran Presidente deste colegiado.
- Em 19.02.2025, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS). ([DSF de 20/02/2025, p. 218](#))
- Em 19.02.2025, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro titular e o Senador Oriovisto Guimarães, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2025, p. 200](#))
- Em 19.02.2025, os Senadores Alessandro Vieira, Renan Calheiros, Sergio Moro, Soraya Thronicke e Styvenson Valentim foram designados membros titulares, e os Senadores Oriovisto Guimarães e Efraim Filho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 6/2025-BLDEM). ([DSF de 20/02/2025, p. 211](#))
- Em 28.02.2025, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 015/2025-BLVANG). ([DSF de 01/03/2025, p. 6](#))
- Em 24.03.2025, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-BLDEM). ([DSF de 25/03/2025, p. 21](#))
- Em 25.03.2025, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 32/2025-GLPDT). ([DSF de 26/03/2025, p. 122](#))

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



14. Em 04.04.2025, o Senador Rogerio Marinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 29/2025-BLVANG). ([DSF de 05/04/2025, p. 9](#))
15. Em 13.05.2025, o Senador Marcio Bittar foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-BLDEMO). ([DSF de 14/05/2025, p. 87](#))
16. Em 17.06.2025, a Senadora Teresa Leitão foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 4/2025-BLPBRA).
17. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLREDEM). ([DSF de 04/07/2025, p. 13](#))
18. Em 10.09.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 20/2025-BLPBRA). ([DSF de 11/09/2025, p. 122](#))
19. Em 07.10.2025, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular, em substituição à Senadora Soraya Thronicke, que deixa de compor a comissão; e o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 76/2025- BLDEMO). ([DSF de 08/10/2025, p. 198](#))
20. Em 30.10.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição ao Senador Pedro Chaves, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2025-BLREDEM). ([DSF de 31/10/2025, p. 108](#))
21. Em 12.11.2025, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 115/2025-BLREDEM). ([DSF de 13/11/2025, p. 129](#))
22. Vago em 02.04.2026, em razão do retorno do titular.
23. Em 07.04.2026, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular, em substituição à Senadora Mara Gabrilli, que passa a compor a comissão como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 024/2026-GSEGAMA).
24. Em 06.05.2026, o Senador Hermes Klann foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jorge Seif, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 037/2026-BLVANG).
25. Em 26.05.2026, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Astronauta Marcos Pontes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 051/2026-BLVANG).

Secretário(a): Oscar Perné do Carmo Júnior

Reuniões: Terças-feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 33033519

E-mail: ctfc@senado.leg.br



6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(1,10)	1. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(1,10)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(1,10,29)	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽¹⁰⁾
Senador Sergio Moro (PL-PR) ^(3,10)	3. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ^(3,10)
Senador Giordano (PODEMOS-SP) ^(3,10,12,36)	4. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ^(3,10)
Senador Marcos do Val (AVANTE-ES) ^(8,10)	5. Senador Marcio Bittar (PL-AC) ^(8,12)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(9,10)	6. VAGO ^(9,19,23)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽¹³⁾	1. Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽⁴⁾
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽⁴⁾	2. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(4,24,25)
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁴⁾	3. Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽³⁹⁾
Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) ^(20,22,32)	4.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE)	
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽²⁾	1. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽²⁾
Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽²⁾	2. Senador Romário (PL-RJ) ^(2,28,34,35)
Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾	3. Senador Hermes Klann (PL-SC) ^(15,38)
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹⁴⁾	4. Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽¹⁶⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ^(6,17,18,21)	1. Senador Weverton (PDT-MA) ^(6,17)
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ^(6,17)	2. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ^(6,17,33,37)
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁷⁾	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) ^(6,17)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) ^(5,11,40)	1. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ^(5,26,27)
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ^(5,31)	2. Senadora Roberta Acioly (REPUBLICANOS-RR) ^(5,30,31)

Notas:

1. Em 18.02.2025, os Senadores Ivete da Silveira e Giordano foram designados membros titulares e o Senador Alessandro Vieira, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 009/2025-GLMDB). ([DSF de 19/02/2025, p. 26](#))

2. Em 18.02.2025, os Senadores Jaime Bagattoli, Magno Malta e Marcos Rogério foram designados membros titulares e os Senadores Eduardo Girão e Romário, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-BLVANG). ([DSF de 22/02/2025, p. 101](#))

3. Em 18.02.2025, os Senadores Sergio Moro e Marcio Bittar foram designados membros titulares e os Senadores Jayme Campos e Professora Dorinha Seabra, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO). ([DSF de 19/02/2025, p. 15](#))

4. Em 18.02.2025, as Senadoras Jussara Lima e Mara Gabrilli foram designadas membros titulares e os Senadores Flávio Arns e Vanderlan Cardoso, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GSEGAMA). ([DSF de 19/02/2025, p. 11](#))

5. Em 18.02.2025, os Senadores Dr. Hiran e Damares Alves foram designados membros titulares e os Senadores Laércio Oliveira e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 002/2025-GABLID/BLALIAN). ([DSF de 19/02/2025, p. 7](#))

6. Em 18.02.2025, os Senadores Paulo Paim e Fabiano Contarato foram designados membros titulares e os Senadores Augusta Brito, Rogério Carvalho e Weverton, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-GLPDT). ([DSF de 19/02/2025, p. 19](#))

7. Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu as Senadoras Damares Alves e Mara Gabrilli, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2025-CDH).

8. Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular e o Senador Zequinha Marinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS). ([DSF de 20/02/2025, p. 218](#))

9. Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular e o Senador Styvenson Valentim, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2025, p. 200](#))

10. Em 19.02.2025, os Senadores Ivete da Silveira, Giordano, Sergio Moro, Marcio Bittar, Marcos do Val e Plínio Valério foram designados membros titulares e os Senadores Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Zequinha Marinho (em substituição ao Senador Jayme Campos) e Styvenson Valentin, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-BLDEM). ([DSF de 20/02/2025, p. 211](#))

11. Em 19.02.2025, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro titular, em substituição ao Senador Dr. Hiran, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GABLID/BLALIAN). ([DSF de 20/02/2025, p. 207](#))



12. Em 20.02.2025, o Senador Marcio Bittar foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-BLDEM). ([DSF de 21/02/2025, p. 27](#))
13. Em 25.02.2025, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 007/2025-GSEGAMA). ([DSF de 26/02/2025, p. 7](#))
14. Em 27.02.2025, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-BLVANG). ([DSF de 28/02/2025, p. 7](#))
15. Em 10.03.2025, o Senador Jorge Seif foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 16/2025-BLVANG). ([DSF de 11/03/2025, p. 23](#))
16. Em 12.03.2025, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 020/2025-BLVANG). ([DSF de 13/03/2025, p. 85](#))
17. Em 25.03.2025, os Senadores Fabiano Contarato, Rogério Carvalho e Humberto Costa foram designados membros titulares, e os Senadores Weverton, Augusta Brito e Paulo Paim membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 32/2025-GLPDT). ([DSF de 26/03/2025, p. 122](#))
18. Em 29.04.2025, o Senador Jaques Wagner foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 55/2025-GLPDT). ([DSF de 30/04/2025, p. 158](#))
19. Em 29.04.2025, o Senador Confúcio Moura foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 22/2025-BLDEMO). ([DSF de 30/04/2025, p. 160](#))
20. Em 30.04.2025, a Senadora Teresa Leitão foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 24/2025-GSEGAMA). ([DSF de 01/05/2025, p. 166](#))
21. Em 06.05.2025, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jaques Wagner, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 01/2025-BLPBRA). ([DSF de 07/05/2025, p. 120](#))
22. Em 20.05.2025, a Senadora Teresa Leitão deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 32/2025-GSEGAMA). ([DSF de 21/05/2025, p. 167](#))
23. Em 25.06.2025, o Senador Confúcio Moura deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 38/2025-BLDEMO). ([DSF de 26/06/2025, p. 199](#))
24. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLREDEM). ([DSF de 04/07/2025, p. 13](#))
25. Em 30.10.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Pedro Chaves, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2025-BLREDEM). ([DSF de 31/10/2025, p. 108](#))
26. Em 03.11.2025, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Laércio Oliveira, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 62/2025-GABLI/BLALIAN). ([DSF de 04/11/2025, p. 56](#))
27. Em 07.11.2025, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Daniela Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 64/2025-GABLI/BLALIAN). ([DSF de 08/11/2025, p. 20](#))
28. Em 17.12.2025, o Senador Bruno Bonetti foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Romário, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 141/2025-BLVANG). ([DSF de 18/12/2025, p. 547](#))
29. Em 04.03.2026, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular, em substituição ao Senador Giordano, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 8/2026-BLDEMO).
30. Vago em 11.03.2026, em razão da renúncia do Senador Mecias de Jesus (Of. 026/2026-GSMJESUS).
31. Em 17.03.2026, a Senadora Damares Alves foi designada membro titular e a Senadora Roberta Acioly, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 010/2026-GABLI/BLALIAN).
32. Em 31.03.2026, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 023/2026-GSEGAMA).
33. Vago em 02.04.2026, em razão do retorno do titular.
34. Vago em 10.04.2026, em razão do retorno do titular.
35. Em 15.04.2026, o Senador Romário foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 030/2026-BLVANG).
36. Em 24.04.2026, o Senador Giordano foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 020/2026-BLDEMO).
37. Em 27.04.2026, a Senadora Teresa Leitão foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 026/2026-BLPBRA).
38. Em 06.05.2026, o Senador Hermes Klann foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jorge Seif, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 037/2026-BLVANG).
39. Em 06.05.2026, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 039/2026-GSEGAMA).
40. Em 20.05.2026, o Senador Dr. Hiran foi designado membro titular, em substituição à Senadora Tereza Cristina, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 031/2026-GABLI/BLALIAN).

Secretário(a): Dimitri Martin Stepanenko

Reuniões: Quartas-feiras 11:00 -

Telefone(s): 3303-2005

E-mail: cdh@senado.leg.br



6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS POVOS INDÍGENAS YANOMAMI
Finalidade: acompanhar, fiscalizar e aprimorar as políticas públicas voltadas aos povos indígenas que habitam a Terra Indígena Yanomami.

(Requerimento 87, de 2025 - CDH)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽²⁾

Instalação: 06/05/2026

TITULARES	SUPLENTES
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽¹⁾	1. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽¹⁾
Senadora Roberta Acioly (REPUBLICANOS-RR) ⁽¹⁾	2. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE)
Senador Marcio Bittar (PL-AC) ⁽¹⁾	3. Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽³⁾
Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽¹⁾	4.
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽¹⁾	5.

- Notas:**
- 1. Em 28.04.2026, os Senadores Damares Alves, Roberta Acioly, Marcio Bittar, Flávio Arns e Jaime Bagattoli foram designados membros titulares e o Senador Eduardo Braga, membro suplente, para compor a subcomissão (Of. nº 179/2026-CDH).
 - 2. Em 06.05.2026, a subcomissão reunida elegeu a Senadora Damares Alves Presidente deste colegiado (Of. nº 186/2026-CDH).
 - 3. Em 01.06.2026, o Senador Dr. Hiran foi designado membro suplente, para compor a subcomissão (Of. nº 214/2026-CDH).

Secretário(a): Dimitri Martin Stepanenko
Reuniões: Quartas-feiras 11:00 -
Telefone(s): 3303-2005
E-mail: cdh@senado.leg.br



6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA DEBATER A CONVENÇÃO SOBRE A SUBTRAÇÃO INTERNACIONAL DE CRIANÇAS

Finalidade: debater a aplicação da Convenção sobre os Aspectos Cíveis da Subtração Internacional de Crianças, nos casos em que mães brasileiras voltam para o país com seus filhos em razão de violência doméstica.

(Requerimento 135, de 2025 - CDH)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Dimitri Martin Stepanenko

Reuniões: Quartas-feiras 11:00 -

Telefone(s): 3303-2005

E-mail: cdh@senado.leg.br



7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹²⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(1,10)	1. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(1,10)
Senador Fernando Dueire (PSD-PE) ^(1,10)	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(1,10)
Senador Sergio Moro (PL-PR) ^(3,10)	3. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(3,10)
Senador Efraim Filho (PL-PB) ^(3,10)	4. Senador Alan Rick (REPUBLICANOS-AC) ^(3,10)
VAGO ^(8,9,10)	5. Senador Marcos do Val (AVANTE-ES) ^(8,9,10)
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹⁰⁾	6. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ^(10,16)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽⁴⁾	1. Senador Carlos Viana (PSD-MG) ^(4,22)
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁴⁾	2. Senador Sérgio Petecção (PSD-AC) ⁽⁴⁾
Senador Rodrigo Pacheco (PSB-MG) ⁽⁴⁾	3. Senador Irajá (PSD-TO) ⁽⁴⁾
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽⁴⁾	4. Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE)	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾	1. Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ^(2,13,14)	2. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽²⁾
Senador Hermes Klann (PL-SC) ^(2,21)	3. Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽¹¹⁾
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ^(2,17)	4. Senadora Dra. Eudócia (PSDB-AL) ⁽¹⁵⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) ⁽⁶⁾	1. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁶⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁶⁾	2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁶⁾
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁶⁾	3. Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁵⁾	1. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽⁵⁾
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ^(5,19,20)	2. Senador Angelo Coronel (REPUBLICANOS-BA) ^(5,18,19,20)

Notas:

1. Em 18.02.2025, os Senadores Renan Calheiros e Fernando Dueire foram designados membros titulares, e os Senadores Ivete da Silveira e Veneziano Vital do Rêgo membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 010/2025-GLMDB). ([DSF de 19/02/2025, p. 27](#))
2. Em 18.02.2025, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Wellington Fagundes, Jorge Seif e Magno Malta foram designados membros titulares, e os Senadores Marcos Rogério e Carlos Portinho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 008/2025-BLVANG). ([DSF de 22/02/2025, p. 101](#))
3. Em 18.02.2025, os Senadores Sergio Moro e Efraim Filho foram designados membros titulares, e os Senadores Professora Dorinha Seabra e Jayme Campos membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 12/2025-GLUNIAO). ([DSF de 19/02/2025, p. 15](#))
4. Em 18.02.2025, os Senadores Nelsinho Trad, Mara Gabrilli, Rodrigo Pacheco e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Daniella Ribeiro, Sérgio Petecção, Irajá e Cid Gomes membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA). ([DSF de 19/02/2025, p. 11](#))
5. Em 18.02.2025, os Senadores Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. 002/2025-GABLID/BLALIAN). ([DSF de 19/02/2025, p. 8](#))
6. Em 18.02.2025, os Senadores Randolfe Rodrigues, Humberto Costa e Fabiano Contarato foram designados membros titulares, e os Senadores Jaques Wagner, Rogério Carvalho e Beto Faro membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. 026/2025-GLPDT). ([DSF de 19/02/2025, p. 21](#))
7. Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Nelsinho Trad Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2025-CRE). ([DSF de 20/02/2025, p. 197](#))
8. Em 19.02.2025, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular e o Senador Marcos do Val, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS). ([DSF de 20/02/2025, p. 218](#))
9. Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular e o Senador Carlos Viana, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-GLPODEMOS). ([DSF de 20/02/2025, p. 219](#))
10. Em 19.02.2025, os Senadores Renan Calheiros, Fernando Dueire, Sergio Moro, Efraim Filho, Carlos Viana e Tereza Cristina foram designados membros titulares, e os Senadores Ivete da Silveira, Professora Dorinha Seabra, Veneziano Vital do Rêgo, Alan Rick e Marcos Do Val membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 006/2025-BLDEM). ([DSF de 20/02/2025, p. 214](#))



11. Em 20.02.2025, o Senador Dr. Hiran foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, em vaga cedida ao Partido Progressistas (Of. nº 9/2025-BLVANG). ([DSF de 21/02/2025, p. 23](#))
12. Em 13.03.2025, a Comissão reunida elegeu a Senadora Tereza Cristina Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 016/2025-CRE). ([DSF de 14/03/2025, p. 11](#))
13. Em 07.05.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 040/2025-BLVANG). ([DSF de 08/05/2025, p. 140](#))
14. Em 08.05.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 044/2025-BLVANG). ([DSF de 09/05/2025, p. 39](#))
15. Em 08.10.2025, a Senadora Dra. Eudócia foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 105/2025-BLVANG). ([DSF de 09/10/2025, p. 57](#))
16. Em 04.02.2026, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 03/2026-BLDEMO).
17. Em 24.02.2026, o Senador Jaime Bagattoli foi designado membro titular, em substituição ao Senador Magno Malta, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 006/2026-BLVANG).
18. Vago em 11.03.2026, em razão da renúncia do Senador Mecias de Jesus (Of. 026/2026-GSMJESUS).
19. Em 17.03.2026, o Senador Hamilton Mourão foi designado membro titular e a Senadora Roberta Acioly, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 010/2026-GABLI/BLALIAN).
20. Em 24.03.2026, o Senador Hamilton Mourão foi designado membro titular e o Senador Angelo Coronel, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 011/2026-GABLI/BLALIAN).
21. Em 06.05.2026, o Senador Hermes Klann foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jorge Seif, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 037/2026-BLVANG).
22. Em 11.06.2026, o Senador Carlos Viana foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Daniella Ribeiro, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 045/2026-GSEGAMA).

Secretário(a): Marcos Aurélio Pereira

Reuniões: Quintas-feiras 10:00 - Ala Alexandre Costa, Sala 7

Telefone(s): 3303-5919

E-mail: cre@senado.leg.br



7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DEFESA CIBERNÉTICA

Finalidade: acompanhar a política pública relacionada à defesa cibernética.

(Requerimento 20, de 2023 - CRE)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Instalação: 14/05/2024

TITULARES	SUPLENTES
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁾	1. Senador Fernando Dueire (PSD-PE) ⁽¹⁾
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽¹⁾	2. Senador Sergio Moro (PL-PR) ⁽¹⁾
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽¹⁾	3. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹⁾

Notas:
1. Em 27.03.2025, os Senadores Esperidião Amin, Hamilton Mourão e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Fernando Dueire, Sergio Moro e Astronauta Marcos Pontes membros suplentes, para compor a Subcomissão (Of. 018/2025-CRE). ([DSF de 28/03/2025, p. 41](#))
Secretário(a): Marcos Aurélio Pereira
Reuniões: Quintas-feiras 10:00 - Ala Alexandre Costa, Sala 7
Telefone(s): 3303-5919
E-mail: cre@senado.leg.br



8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽⁷⁾**VICE-PRESIDENTE:**

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(1,11)	1. Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(1,9,11,12)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(1,9,11,12)	2. Senador Efraim Filho (PL-PB) ^(1,11)
VAGO ^(1,11,29)	3. Senador Fernando Dueire (PSD-PE) ^(1,11)
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ^(3,11)	4. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ^(3,11)
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(3,11)	5. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(3,11,23)
VAGO ^(8,11)	6. Senador Sergio Moro (PL-PR) ^(8,11)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(10,11)	7. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ⁽¹⁵⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽⁴⁾	1. Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ^(4,16)
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁴⁾	2. VAGO ⁽⁴⁾
Senador Irajá (PSD-TO) ⁽⁴⁾	3. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽⁴⁾
Senador Carlos Viana (PSD-MG) ^(4,32)	4. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(4,19,22)
Senadora Soraya Thronicke (PSB-MS) ^(4,20,21,25,31)	5. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE)	
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽²⁾	1. Senadora Dra. Eudócia (PSDB-AL) ⁽²⁾
Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾	2. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽²⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽²⁾	3. Senador Hermes Klann (PL-SC) ^(2,24,30)
Senador Wilder Morais (PL-GO) ⁽²⁾	4. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽⁶⁾	1. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁶⁾
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁶⁾	2. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) ⁽⁶⁾
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽⁶⁾	3. VAGO ^(6,17)
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽¹⁸⁾	4. VAGO
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁵⁾	1. Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹⁴⁾
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ^(5,13)	2. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ^(5,13)
Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) ^(5,26,27,28)	3. Senador Angelo Coronel (REPUBLICANOS-BA) ^(5,27,28)

Notas:

- Em 18.02.2025, os Senadores Eduardo Braga, Confúcio Moura e Fernando Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Fernando Dueire e Marcelo Castro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 006/2025-GLMDB). ([DSF de 19/02/2025, p. 24](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Jaime Bagattoli, Marcos Rogerio, Wellington Fagundes e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores Dra. Eudócia, Rogerio Marinho, Eduardo Gomes e Astronauta Marcos Pontes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-BLVANG). ([DSF de 22/02/2025, p. 101](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Jayme Campos e Professora Dorinha Seabra foram designados membros titulares; e os Senadores Sergio Moro e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO). ([DSF de 19/02/2025, p. 15](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Cid Gomes, Otto Alencar, Irajá, Daniella Ribeiro e Margareth Buzetti foram designados membros titulares; e os Senadores Jorge Kajuru, Angelo Coronel, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso e Lucas Barreto, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GSEGAMA). ([DSF de 19/02/2025, p. 11](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Esperidião Amin, Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus foram designados membros titulares; e os Senadores Laércio Oliveira e Cleitinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 002/2025-GABLIID/BLALIAN). ([DSF de 19/02/2025, p. 7](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Beto Faro, Rogério Carvalho e Weverton foram designados membros titulares; e os Senadores Fabiano Contarato, Randolfe Rodrigues e Leila Barros, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-GLPDT). ([DSF de 19/02/2025, p. 19](#))
- Em 19.02.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Marcos Rogério Presidente deste colegiado.



8. Em 19.02.2025, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular e o Senador Zequinha Marinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS). ([DSF de 20/02/2025, p. 218](#))
9. Em 19.02.2025, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro titular, em substituição ao Senador Confúcio Moura, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-GLMDB). ([DSF de 20/02/2025, p. 225](#))
10. Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2025, p. 200](#))
11. Em 19.02.2025, os Senadores Eduardo Braga, Confúcio Moura, Fernando Farias, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Carlos Viana e Plínio Valério foram designados membros titulares, e os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Efraim Filho, Fernando Dueire, Zequinha Marinho, Marcelo Castro e Sergio Moro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-BLDEM). ([DSF de 20/02/2025, p. 211](#))
12. Em 20.02.2025, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro titular, em substituição ao Senador Confúcio Moura, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-BLDEM). ([DSF de 21/02/2025, p. 30](#))
13. Em 21.02.2025, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro titular e o Senador Luis Carlos Heinze, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-GABLI/BLALIAN). ([DSF de 22/02/2025, p. 8](#))
14. Em 25.02.2025, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 009/2025-BLALIAN). ([DSF de 26/02/2025, p. 8](#))
15. Em 27.02.2025, o Senador Jader Barbalho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 017/2025-BLDEM). ([DSF de 28/02/2025, p. 10](#))
16. Em 11.03.2025, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jorge Kajuru, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 7/2025-GSEGAMA). ([DSF de 12/03/2025, p. 166](#))
17. Em 03.04.2025, a Senadora Leila Barros deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 43/2025-GLPDT). ([DSF de 04/04/2025, p. 137](#))
18. Em 01.07.2025, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-BLPBRA). ([DSF de 02/07/2025, p. 212](#))
19. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLRESDEM). ([DSF de 04/07/2025, p. 13](#))
20. Vago em 01.10.2025, em razão da assunção do segundo suplente.
21. Em 06.10.2025, o Senador José Lacerda foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 098/2025-BLRESDEM). ([DSF de 07/10/2025, p. 50](#))
22. Em 30.10.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Pedro Chaves, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2025-BLRESDEM). ([DSF de 31/10/2025, p. 108](#))
23. Em 18.11.2025, o Senador Renan Calheiros foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Marcelo Castro, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 90/2025-BLEMO). ([DSF de 19/11/2025, p. 162](#))
24. Em 12.12.2025, o Senador Jorge Seif foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Gomes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 138/2025-BLVANG). ([DSF de 13/12/2025, p. 39](#))
25. Vago em 30.01.2026, em razão da assunção da primeira suplente.
26. Vago em 11.03.2026, em razão da renúncia do Senador Mecias de Jesus (Of. 026/2026-GSMJESUS).
27. Em 17.03.2026, a Senadora Roberta Acioly foi designada membro titular e o Senador Cleitinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 010/2026-GABLI/BLALIAN).
28. Em 24.03.2026, o Senador Cleitinho foi designado membro titular e o Senador Angelo Coronel, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 011/2026-GABLI/BLALIAN).
29. Vago em 1º.04.2026, em razão do retorno do titular.
30. Em 06.05.2026, o Senador Hermes Klann foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jorge Seif, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 037/2026-BLVANG).
31. Em 12.05.2026, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 041/2026-GSEGAMA).
32. Em 11.06.2026, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular, em substituição à Senadora Daniella Ribeiro, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 045/2026-GSEGAMA).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.leg.br



8.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA EXAMINAR A BR-319

Finalidade: Examinar, no prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias, a grave situação criada pela deterioração da BR-319.

(Requerimento 9, de 2025 - CI)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
	1.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
	1.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE)	
	1.
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
	1.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
	1.

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.leg.br



9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Hermes Klann (PL-SC) ^(3,24)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ^(1,9)	1. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(1,9)
Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(1,9,11,12)	2. VAGO ^(1,9)
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(4,9)	3. VAGO ^(4,9,21)
Senador Efraim Filho (PL-PB) ⁽⁹⁾	4. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽¹²⁾
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(8,9)	5. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ^(8,16)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽⁵⁾	1. Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽⁵⁾
VAGO ^(5,17,18,20)	2. Senadora Zenaide Maia (PSD-RN)
VAGO ⁽⁵⁾	3. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽¹⁵⁾
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽⁵⁾	4. Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE)	
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽²⁾	1. Senador Wilder Moraes (PL-GO) ^(2,10,13)
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽²⁾	2. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ^(2,14)
Senador Hermes Klann (PL-SC) ^(2,23)	3. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Camilo Santana (PT-CE) ^(6,22)	1. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁶⁾
Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽⁶⁾	2. Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) ⁽⁶⁾
	3.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽⁷⁾	1. Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁷⁾
Senador Angelo Coronel (REPUBLICANOS-BA) ^(7,20)	2. Senador Alan Rick (REPUBLICANOS-AC) ^(7,19,20)

- Notas:**
1. Em 18.02.2025, os Senadores Marcelo Castro e Ivete da Silveira foram indicados membros titulares, e os Senadores Alessandro Vieira e Fernando Farias membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 13/2025-GLMDB). [\(DSF de 19/02/2025, p. 30\)](#)
2. Em 18.02.2025, os Senadores Eduardo Gomes, Flávio Bolsonaro e Jorge Seif foram designados membros titulares, e os Senadores Wilder Moraes, Rogerio Marinho e Astronauta Marcos Pontes membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 8/2025-BLVANG). [\(DSF de 22/02/2025, p. 101\)](#)
3. Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu os Senadores Professora Dorinha Seabra e Jorge Seif, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2025-CDR). [\(DSF de 20/02/2025, p. 192\)](#)
4. Em 18.02.2025, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada membro titular, e o Senador Efraim Filho membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO). [\(DSF de 19/02/2025, p. 15\)](#)
5. Em 18.02.2025, os Senadores Eliziane Gama, Margareth Buzetti, Angelo Coronel e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Jussara Lima e Cid Gomes membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 4/2025-GSEGAMA). [\(DSF de 19/02/2025, p. 11\)](#)
6. Em 18.02.2025, os Senadores Augusta Brito e Beto Faro foram designados membros titulares, e os Senadores Rogério Carvalho e Ana Paula Lobato membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 26/2025-GLPDT). [\(DSF de 19/02/2025, p. 19\)](#)
7. Em 18.02.2025, os Senadores Laércio Oliveira e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Dr. Hiran e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 2/2025-BLALIAN). [\(DSF de 19/02/2025, p. 7\)](#)
8. Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular e o Senador Alan Rick, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB). [\(DSF de 20/02/2025, p. 200\)](#)
9. Em 19.02.2025, os Senadores Marcelo Castro, Ivete da Silveira, Professora Dorinha Seabra, Efraim Filho e Plínio Valério foram designados membros titulares, e os Senadores Alessandro Vieira, Alan Rick e Fernando Farias membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 6/2025-BLDEM). [\(DSF de 20/02/2025, p. 211\)](#)
10. Em 20.03.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Vanguarda (Of. nº 021/2025-BLVANG). [\(DSF de 21/03/2025, p. 19\)](#)
11. Em 24.03.2025, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular, em substituição à Senadora Ivete da Silveira, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 025/2025-BLDEM). [\(DSF de 25/03/2025, p. 20\)](#)
12. Em 13.05.2025, a Senadora Ivete da Silveira foi designada membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Braga, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 024/2025-BLEMO). [\(DSF de 14/05/2025, p. 88\)](#)



13. Em 16.05.2025, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Vanguarda (Of. nº 048/2025-BLVANG). ([DSF de 17/05/2025, p. 19](#))
14. Em 16.05.2025, a Senadora Zenaide Maia foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 030/2025-BLRESDM). ([DSF de 17/05/2025, p. 18](#))
15. Em 15.07.2025, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 050/2025-BLRESDM). ([DSF de 16/07/2025, p. 88](#))
16. Em 18.08.2025, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 050/2025-BLDEMO). ([DSF de 19/08/2025, p. 18](#))
17. Vago em 01.10.2025, em razão do assunção do segundo suplente.
18. Em 06.10.2025, o Senador José Lacerda foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 098/2025-BLRESDM). ([DSF de 07/10/2025, p. 50](#))
19. Em 02.12.2025, o Senador Alan Rick foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Mecias de Jesus, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 69/2025-GABLI/BLALIAN). ([DSF de 03/12/2025, p. 108](#))
20. Em 24.03.2026, o Senador Angelo Coronel foi designado membro titular e o Senador Alan Rick, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 011/2026-GABLI/BLALIAN).
21. Vago em 1º.04.2026, em razão do retorno do titular.
22. Em 07.04.2026, o Senador Camilo Santana foi designado membro titular, em substituição à Senadora Augusta Brito, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 024/2026-BLPBRA).
23. Em 06.05.2026, o Senador Hermes Klann foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jorge Seif, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 037/2026-BLVANG).
24. Em 19.05.2026, a comissão reunida elegeu o Senador Hermes Klann Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 034/2026-CDR).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Terças-feiras 09:30 -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.leg.br



10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ^(1,11,12)	1. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(1,11,12,29)
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(1,11,12,18,27)	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(1,11,12)
VAGO ^(3,11,12)	3. Senadora Soraya Thronicke (PSB-MS) ^(3,9,11,12)
Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ^(8,11,12)	4. VAGO ^(8,11,12,31)
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ^(9,11,12)	5. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ^(10,12,17)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽⁴⁾	1. Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽⁴⁾
Senador Carlos Fávaro (PSD-MT) ^(4,22,23,26,34)	2. Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽⁴⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(4,20,24)	3. Senador Angelo Coronel (REPUBLICANOS-BA) ⁽⁴⁾
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾	4. Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE)	
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽²⁾	1. Senador Wilder Moraes (PL-GO) ⁽²⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽²⁾	2. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ^(2,15,19)
Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾	3. Senador Hermes Klann (PL-SC) ^(13,35,36)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽⁶⁾	1. VAGO ^(6,16)
VAGO ^(6,14,21,32)	2.
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽⁶⁾	3.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽⁵⁾	1. Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ^(5,28,30,33)
Senador Alan Rick (REPUBLICANOS-AC) ^(5,25)	2. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽⁵⁾

- Notas:**
1. Em 18.02.2025, os Senadores Jader Barbalho e Ivete da Silveira foram designados membros titulares e os Senadores Fernando Farias e Giordano, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 014/2025-GLMDB). [\(DSF de 19/02/2025, p. 31\)](#)
2. Em 18.02.2025, os Senadores Jaime Bagattoli, Wellington Fagundes e Marcos Rogério foram designados membros titulares e os Senadores Wilder Moraes e Rogerio Marinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-BLVANG). [\(DSF de 22/02/2025, p. 101\)](#)
3. Em 18.02.2025, o Senador Alan Rick foi designado membro titular e o Senador Jayme Campos, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO). [\(DSF de 19/02/2025, p. 15\)](#)
4. Em 18.02.2025, os Senadores Flávio Arns, Margareth Buzetti, Vanderlan Cardoso e Sérgio Petecão foram designados membros titulares e os Senadores Chico Rodrigues, Eliziane Gama, Angelo Coronel e Jussara Lima, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GSEGAMA). [\(DSF de 19/02/2025, p. 11\)](#)
5. Em 18.02.2025, os Senadores Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus foram designados membros titulares e os Senadores Tereza Cristina e Hamilton Mourão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 002/2025-GABLID/BLALIAN). [\(DSF de 19/02/2025, p. 7\)](#)
6. Em 18.02.2025, os Senadores Beto Faro, Paulo Paim e Weverton foram designados membros titulares e a Senadora Leila Barros, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-GLPDT). [\(DSF de 19/02/2025, p. 19\)](#)
7. Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Zequinha Marinho Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2025-Presidência/CRA). [\(DSF de 19/02/2025, p. 7\)](#)
8. Em 19.02.2025, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro titular e a Senadora Soraya Thronicke, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS). [\(DSF de 20/02/2025, p. 218\)](#)
9. Em 19.02.2025, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular em vaga destinada ao PSDB, deixando de ocupar a comissão como membro suplente em vaga destinada ao União Brasil, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 1/2025-GLPSDB). [\(DSF de 20/02/2025, p. 200\)](#)
10. Em 19.02.2025, o Senador Efraim Filho foi designado membro suplente em vaga destinada ao PSDB, pelo Bloco Democracia, para compor a comissão (Of. nº 1/2025-GLPSDB). [\(DSF de 20/02/2025, p. 200\)](#)
11. Em 19.02.2025, os Senadores Jader Barbalho, Ivete da Silveira, Alan Rick, Zequinha Marinho e Plínio Valério (em substituição ao Senador Jayme Campos) foram designados membros titulares e os Senadores Giordano, Soraya Thronicke, Fernando Farias e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-BLDEM). [\(DSF de 20/02/2025, p. 211\)](#)



12. Em 20.02.2025, os Senadores Jader Barbalho, Ivete da Silveira, Alan Rick, Zequinha Marinho e Jayme Campos (em substituição ao Senador Plínio Valério) foram designados membros titulares e os Senadores Giordano, Professora Dorinha Seabra, Soraya Thronicke, Fernando Farias e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-BLDEM).
13. Em 21.03.2025, o Senador Jorge Seif foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 22/2025-BLVANG). ([DSF de 22/03/2025, p. 8](#))
14. Em 25.03.2025, o Senador Paulo Paim deixou de compor a comissão como membro titular, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 32/2025GLPDT). ([DSF de 26/03/2025, p. 122](#))
15. Em 27.03.2025, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Rogerio Marinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 23/2025-BLVANG). ([DSF de 28/03/2025, p. 43](#))
16. Em 03.04.2025, a Senadora Leila Barros deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 43/2025-GLPDT).
17. Em 07.04.2025, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 027/2025-BLDEM).
18. Em 13.05.2025, a Senadora Ivete da Silveira deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 025/2025-BLDEMO).
19. Em 22.05.2025, o Senador Rogerio Marinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Izalci Lucas, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 51/2025-BLVANG).
20. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLRESDEM).
21. Em 15.07.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 10/2025-BLPBRA).
22. Vago em 01.10.2025, em razão do assunção do segundo suplente.
23. Em 06.10.2025, o Senador José Lacerda foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 098/2025-BLRESDEM).
24. Em 30.10.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição ao Senador Pedro Chaves, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2025-BLRESDEM).
25. Em 02.12.2025, o Senador Alan Rick foi designado membro titular, em substituição ao Senador Mecias de Jesus, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 69/2025-GABLID/BLALIAN).
26. Vago em 30.01.2026, em razão da assunção da primeira suplente.
27. Em 03.02.2026, o Senador Confúcio Moura foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 002/2026-BLDEMO).
28. Em 10.02.2026, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro suplente, em substituição à Senadora Tereza Cristina, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 4/2026-GLPP).
29. Em 25.02.2026, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Giordano, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 09/2026-BLDEMO).
30. Vago em 31.03.2026, em razão do retorno do titular.
31. Vago em 1º.04.2026, em razão do retorno do titular.
32. Vago em 02.04.2026, em razão do retorno do titular.
33. Em 07.04.2026, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 016/2026-GABLID/BLALIAN).
34. Em 30.04.2026, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 35/2026-BLRESDEM).
35. Em 05.05.2026, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jorge Seif, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 036/2026-BLVANG).
36. Em 06.05.2026, o Senador Hermes Klann foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Izalci Lucas, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 039/2026-BLVANG).

Secretário(a): Pedro Glukhas Cassar Nunes

Reuniões: Quartas-feiras 14h -

Telefone(s): 3303 3506

E-mail: cra@senado.gov.br



11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽¹⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(7,10)	1. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(7,10)
Senador Efraim Filho (PL-PB) ⁽¹⁰⁾	2. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ^(10,12)
Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(2,10,11,15)	3. VAGO ^(2,10)
Senador Marcos do Val (AVANTE-ES) ^(9,10)	4. ⁽¹⁰⁾
Senador Oriovisto Guimarães (PSDB-PR) ^(8,10)	5. VAGO ^(8,10)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽³⁾	1. Senador Cid Gomes (PSB-CE) ^(17,24,26)
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽³⁾	2. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽³⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(3,16,20)	3. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽³⁾
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽³⁾	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽¹⁹⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE)	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹⁾	1. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽¹⁾
Senadora Dra. Eudócia (PSDB-AL) ⁽¹⁾	2. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽¹⁾
Senador Izalci Lucas (PL-DF) ⁽¹⁾	3. Senador Hermes Klann (PL-SC) ^(22,23,25,28)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽⁵⁾	1. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) ⁽⁵⁾
Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽⁵⁾	2. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁵⁾
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽¹⁸⁾	3. Senador Weverton (PDT-MA) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁴⁾	1. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ^(4,27)
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ^(4,13)	2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ^(4,13,21)

Notas:

- Em 18.02.2025, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Dra. Eudócia e Izalci Lucas foram designados membros titulares, e os Senadores Carlos Portinho e Wellington Fagundes membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 008/2025-BLVANG). ([DSF de 22/02/2025, p. 101](#))
- Em 18.02.2025, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular, e o Senador Jayme Campos membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 12/2025-GLUNIAO). ([DSF de 19/02/2025, p. 15](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Flávio Arns, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Sérgio Petecão e Lucas Barreto membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA). ([DSF de 19/02/2025, p. 11](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Dr. Hiran e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Ciro Nogueira e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. 002/2025-GABLD/BLALIAN). ([DSF de 19/02/2025, p. 7](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Teresa Leitão e Beto Faro foram designados membros titulares, e os Senadores Randolfe Rodrigues, Paulo Paim e Weverton membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. 026/2025-GLPDT). ([DSF de 19/02/2025, p. 19](#))
- Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Flávio Arns Presidente deste colegiado (Of. 1/2025-SACCT). ([DSF de 20/02/2026, p. 195](#))
- Em 19.02.2025, o Senador Confúcio Moura foi designado membro titular e o Senador Alessandro Vieira, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 015/2025-GLMDB). ([DSF de 19/02/2025, p. 32](#))
- Em 19.02.2025, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular e o Senador Plínio Valério, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2025, p. 202](#))
- Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-GLPODEMOS). ([DSF de 20/02/2025, p. 219](#))
- Em 19.02.2025, os Senadores Confúcio Moura, Efraim Filho, Marcio Bittar, Marcos Do Val e Oriovisto Guimarães foram designados membros titulares, e os Senadores Alessandro Vieira e Plínio Valério membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 006/2025-BLDEM). ([DSF de 20/02/2025, p. 215](#))
- Em 20.02.2025, o Senador Marcio Bittar deixou de compor a Comissão (Of. nº 009/2025-BLDEM). ([DSF de 21/02/2025, p. 25](#))
- Em 19.03.2025, o Senador Esperidião Amin foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Plínio Valério, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 024/2025-BLDEM). ([DSF de 20/03/2025, p. 129](#))
- Em 11.04.2025, o Senador Hamilton Mourão passa a ocupar a vaga de titular, em substituição ao Senador Cleitinho, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 17/2025-GABLD/BLALIAN). ([DSF de 12/04/2025, p. 6](#))

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



14. Em 29.04.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Hamilton Mourão Vice-Presidente deste colegiado.
15. Em 05.05.2025, a Senadora Ivete da Silveira foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 023/2025-BLDEMO). ([DSF de 06/05/2025, p. 27](#))
16. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLREDEM). ([DSF de 04/07/2025, p. 13](#))
17. Em 06.10.2025, o Senador José Lacerda foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 100/2025-BLREDEM). ([DSF de 07/10/2025, p. 52](#))
18. Em 06.10.2025, o Senador Rogério Carvalho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 28/2025-BLPBRA). ([DSF de 07/10/2025, p. 53](#))
19. Em 09.10.2025, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 102/2025-GSEGAMA). ([DSF de 10/10/2025, p. 35](#))
20. Em 30.10.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição ao Senador Pedro Chaves, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2025-BLREDEM). ([DSF de 31/10/2025, p. 108](#))
21. Em 06.11.2025, a Senadora Damares Alves foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Cleitinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 62/2025-GABLI/BLREPUBL). ([DSF de 07/11/2025, p. 46](#))
22. Em 09.12.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 133/2025-BLVANG). ([DSF de 10/12/2025, p. 127](#))
23. Em 11.12.2025, o Senador Eduardo Girão deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 135/2025-BLVANG). ([DSF de 12/12/2025, p. 26](#))
24. Vago em 30.01.2026, em razão da assunção da primeira suplente.
25. Em 04.02.2026, o Senador Jorge Seif foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 01/2026-BLVANG).
26. Em 10.02.2026, o Senador Cid Gomes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 008/2026-GSEGAMA).
27. Em 06.04.2026, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 014/2026-GABLI/BLALIAN).
28. Em 06.05.2026, o Senador Hermes Klann foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jorge Seif, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 037/2026-BLVANG).

Secretário(a): Matheus Soares Torres Costa

Reuniões: Quartas-feiras 11:00 -

Telefone(s): 3303-1120

E-mail: cct@senado.leg.br



11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO PANTANAL

Finalidade: Propor, debater e acompanhar políticas públicas e iniciativas legislativas que promovam a conservação e o desenvolvimento sustentável do Pantanal, com ênfase na aplicação de soluções científicas e tecnológicas voltadas à preservação ambiental, ao fortalecimento do agronegócio sustentável e ao desenvolvimento da bioeconomia regional.

(Requerimento 10, de 2025 - CCT)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Secretário(a): Matheus Soares Torres Costa

Reuniões: Quartas-feiras 11:00 -

Telefone(s): 3303-1120

E-mail: cct@senado.leg.br



12) COMISSÃO DE DEFESA DA DEMOCRACIA - CDD
Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (1)	1.
	2.
Senador Marcos do Val (AVANTE-ES) (7)	3. VAGO (6,7)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Rodrigo Pacheco (PSB-MG) (3)	1. VAGO (8,9)
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) (3)	2.
	3.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE)	
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (2)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) (5)	1.
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (5)	2.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (4)	1. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) (4)

Notas:

1. Em 18.02.2025, o Senador Renan Calheiros foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 018/2025-GLMDB). (DSF de 19/02/2025, p. 35)

2. Em 18.02.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 008/2025-BLVANG). (DSF de 22/02/2025, p. 101)

3. Em 18.02.2025, os Senadores Rodrigo Pacheco e Eliziane Gama foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA). (DSF de 19/02/2025, p. 11)

4. Em 18.02.2025, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular; e o Senador Hamilton Mourão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 002/2025-GABLID/BLALIAN). (DSF de 19/02/2025, p. 7)

5. Em 18.02.2025, os Senadores Humberto Costa e Fabiano Contarato foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 026/2025-GLPDT). (DSF de 19/02/2025, p. 19)

6. Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS). (DSF de 20/02/2025, p. 218)

7. Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-GLPODEMOS). (DSF de 20/02/2025, p. 219)

8. Em 06.10.2025, o Senador José Lacerda foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 100/2025-BLREDEM). (DSF de 07/10/2025, p. 52)

9. Vago em 30.01.2026, em razão da assunção da primeira suplente.

Secretário(a): Felipe Costa Gerales
Telefone(s): 3303-3491
E-mail: cdd@senado.leg.br



13) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(1,11)	1. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(9,11)
Senador Giordano (PODEMOS-SP) ^(1,11)	2. Senador Marcio Bittar (PL-AC) ⁽¹¹⁾
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ^(3,11)	3. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ^(3,11)
Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ^(8,11)	4. Senador Efraim Filho (PL-PB) ⁽¹⁹⁾
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(10,11,12)	5. VAGO ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽⁴⁾	1. Senador Irajá (PSD-TO) ⁽⁴⁾
VAGO ^(4,22,23,25)	2. Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁴⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁴⁾	3. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(4,20,24)
Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽⁴⁾	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ^(13,14,15)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE)	
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽²⁾	1. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽²⁾
Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾	2. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ^(16,29)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽²⁾	3. Senador Hermes Klann (PL-SC) ^(21,26,33,34,35)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senadora Leila Barros (PDT-DF) ^(5,17)	1. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ^(5,17,27)
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ^(5,17)	2. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁵⁾
Senador Beto Faro (PT-PA) ^(5,17)	3. Senador Camilo Santana (PT-CE) ^(18,32)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽⁶⁾	1. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽⁶⁾
Senadora Roberta Acioly (REPUBLICANOS-RR) ^(6,28,30,31)	2. Senador Angelo Coronel (REPUBLICANOS-BA) ^(6,30,31)

Notas:

1. Em 18.02.2025, os Senadores Confúcio Moura e Giordano foram indicados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 16/2025-GLMDB). ([DSF de 19/02/2025, p. 33](#))

2. Em 18.02.2025, os Senadores Jaime Bagattoli, Marcos Rogerio e Wellington Fagundes foram designados membros titulares, e o Senador Rogerio Marinho membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 8/2025-BLVANG). ([DSF de 22/02/2025, p. 101](#))

3. Em 18.02.2025, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular, e o Senador Marcio Bittar membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO). ([DSF de 19/02/2025, p. 15](#))

4. Em 18.02.2025, os Senadores Eliziane Gama, Margareth Buzetti, Otto Alencar e Cid Gomes foram designados membros titulares, e os Senadores Irajá, Mara Gabrilli e Vanderlan Cardoso membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 4/2025-GSEGAMA). ([DSF de 19/02/2025, p. 11](#))

5. Em 18.02.2025, os Senadores Fabiano Contarato, Beto Faro e Leila Barros foram designados membros titulares, e os Senadores Augusta Brito e Jaques Wagner membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 26/2025-GLPDT). ([DSF de 19/02/2025, p. 19](#))

6. Em 18.02.2025, os Senadores Tereza Cristina e Mecias de Jesus foram designados membros titulares e os Senadores Luis Carlos Heize e Hamilton Mourão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 2/2025-BLALIAN). ([DSF de 19/02/2025, p. 7](#))

7. Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fabiano Contarato e Leila Barros Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 001/2025-CMA). ([DSF de 20/02/2025, p. 193](#))

8. Em 19.02.2025, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS). ([DSF de 20/02/2025, p. 218](#))

9. Em 19.02.2025, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 22/2025-GLMDB). ([DSF de 20/02/2025, p. 222](#))

10. Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular e o Senador Styvenson Valentim, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2025, p. 200](#))

11. Em 19.02.2025, os Senadores Confúcio Moura, Giordano, Jayme Campos e Zequinha Marinho foram designados membros titulares, e os Senadores Alessandro Vieira, Marcio Bittar e Styvenson Valentim membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 6/2025-BLDEM). ([DSF de 20/02/2025, p. 211](#))

12. Em 11.03.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 17/2025-BLDEM). ([DSF de 12/03/2025, p. 167](#))



13. Em 12.03.2025, a Senadora Zenaide Maia foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 8/2025-GSEGAMA). ([DSF de 13/03/2025, p. 82](#))
14. Em 12.03.2025, a Senadora Zenaide Maia deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 009/2025-GSEGAMA). ([DSF de 13/03/2025, p. 83](#))
15. Em 18.03.2025, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 014/2025-GSEGAMA). ([DSF de 19/03/2025, p. 215](#))
16. Em 21.03.2025, o Senador Jorge Seif foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 22/2025-BLVANG). ([DSF de 22/03/2025, p. 8](#))
17. Em 25.03.2025, os Senadores Leila Barros, Fabiano Contarato e Beto Faro foram designados membros titulares, e o Senador Paulo Paim membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 32/2025-GLPDT). ([DSF de 26/03/2025, p. 122](#))
18. Em 26.03.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada membro suplente, pelo Bloco Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 34/2025-GLPDT). ([DSF de 27/03/2025, p. 80](#))
19. Em 24.04.2025, o Senador Efraim Filho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 19/2025-BLDEMO). ([DSF de 25/04/2025, p. 39](#))
20. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLREDEM). ([DSF de 04/07/2025, p. 13](#))
21. Em 07.07.2025, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 66/2025-BLVANG). ([DSF de 08/07/2025, p. 39](#))
22. Vago em 01.10.2025, em razão da assunção do segundo suplente.
23. Em 06.10.2025, o Senador José Lacerda foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 098/2025-BLREDEM). ([DSF de 07/10/2025, p. 50](#))
24. Em 30.10.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Pedro Chaves, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2025-BLREDEM). ([DSF de 31/10/2025, p. 108](#))
25. Vago em 30.01.2026, em razão da assunção da primeira suplente.
26. Em 03.03.2026, o Senador Bruno Bonetti foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Gomes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 011/2026-BLVANG).
27. Em 11.03.2026, o Senador Rogério Carvalho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Paulo Paim, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil (Of. nº 014/2026-BLPBRA).
28. Vago em 11.03.2026, em razão da renúncia do Senador Mecias de Jesus (Of. 026/2026-GSMJESUS).
29. Em 16.03.2026, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jorge Seif, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 018/2026-BLVANG).
30. Em 17.03.2026, a Senadora Roberta Acioly foi designada membro titular e o Senador Hamilton Mourão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 010/2026-GABLID/BLALIAN).
31. Em 24.03.2026, a Senadora Roberta Acioly foi designada membro titular e o Senador Angelo Coronel, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 011/2026-GABLID/BLALIAN).
32. Em 07.04.2026, o Senador Camilo Santana foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Augusta Brito, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 022/2026-BLPBRA).
33. Vago em 10.04.2026, em razão do retorno do titular.
34. Em 14.04.2026, o Senador Jorge Seif foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 027/2026-BLVANG).
35. Em 06.05.2026, o Senador Hermes Klann foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jorge Seif, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 037/2026-BLVANG).

Secretário(a): Airtton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Terças-feiras 09:00 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



13.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO BIOMA CERRADO

Finalidade: acompanhar e estudar as questões referentes à proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável do bioma Cerrado.

(Requerimento 60, de 2024 - CMA)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Terças-feiras 09:00 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



13.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO BIOMA PANTANAL.

Finalidade: estudar os temas pertinentes à proteção do bioma Pantanal, para propor o aprimoramento da legislação, políticas públicas e outras ações para proteção desse patrimônio nacional.

(Requerimento 13, de 2023 - CMA)

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Terças-feiras 09:00 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



14) COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA - CSP

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sergio Moro (PL-PR) ⁽¹³⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(1,11)	1. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(1,11)
Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(1,11)	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(1,11)
Senador Marcio Bittar (PL-AC) ^(3,11)	3. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(3,11)
Senador Sergio Moro (PL-PR) ^(3,11)	4. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(3,11)
Senador Marcos do Val (AVANTE-ES) ^(8,11)	5. Senador Efraim Filho (PL-PB) ⁽¹¹⁾
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ^(10,11)	6. VAGO ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽⁴⁾	1. Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽⁴⁾
VAGO ^(4,26,27,30)	2. VAGO ^(4,9)
Senador Angelo Coronel (REPUBLICANOS-BA) ^(4,9)	3. Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽⁴⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(4,20,29)	4. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE)	
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽²⁾	1. Senador Wilder Moraes (PL-GO) ^(2,23,25)
Senador Hermes Klann (PL-SC) ^(2,36)	2. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ^(2,15,16,21,22)
Senador Magno Malta (PL-ES) ^(2,18,19,32,35)	3. Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽²⁾	4. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁶⁾	1. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽¹⁴⁾
Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) ^(6,14,17)	2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽¹⁴⁾
VAGO ^(12,24,28)	3.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁵⁾	1. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ^(5,31,33,34)
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽⁵⁾	2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽⁵⁾

Notas:

1. Em 18.02.2025, os Senadores Alessandro Vieira e Ivete da Silveira foram designados membros titulares e os Senadores Eduardo Braga e Renan Calheiros, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-GLMDB). ([DSF de 19/02/2025, p. 28](#))

2. Em 18.02.2025, os Senadores Flávio Bolsonaro, Jorge Seif, Magno Malta e Rogerio Marinho foram designados membros titulares e os Senadores Wilder Moraes, Carlos Portinho, Marcos Rogério e Astronauta Marcos Pontes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-BLVANG). ([DSF de 19/02/2025, p. 104](#))

3. Em 18.02.2025, os Senadores Marcio Bittar e Sergio Moro foram designados membros titulares e os Senadores Professora Dorinha Seabra e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO). ([DSF de 19/02/2025, p. 16](#))

4. Em 18.02.2025, os Senadores Jorge Kajuru, Margareth Buzetti, Lucas Barreto e Vanderlan Cardoso foram designados membros titulares e os Senadores Chico Rodrigues, Angelo Coronel, Omar Aziz e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GSEGAMA). ([DSF de 19/02/2025, p. 14](#))

5. Em 18.02.2025, os Senadores Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares e os Senadores Luis Carlos Heinze e Damares Alves, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 002/2025-GABLID/BLALIAN). ([DSF de 19/02/2025, p. 8](#))

6. Em 18.02.2025, os Senadores Fabiano Contarato e Humberto Costa foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-GLPDT). ([DSF de 19/02/2025, p. 21](#))

7. Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Flávio Bolsonaro Presidente deste colegiado (of. nº 1/2025-CSP). ([DSF de 19/02/2025, p. 205](#); [DSF de 20/02/2025, p. 205](#))

8. Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS). ([DSF de 19/02/2025, p. 218](#); [DSF de 20/02/2025, p. 205](#); [DSF de 20/02/2025, p. 218](#))

9. Em 19.02.2025, o Senador Angelo Coronel foi designado membro titular, em substituição ao Senador Lucas Barreto, que deixa de ocupar a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 006/2025-GSEGAMA). ([DSF de 20/02/2026, p. 210](#))

10. Em 19.02.2025, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro titular e o Senador Plínio Valério, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2025, p. 201](#))



11. Em 19.02.2025, os Senadores Alessandro Vieira, Ivete da Silveira, Marcio Bittar, Sergio Moro, Marcos do Val e Styvenson Valentim foram designados membros titulares e os Senadores Eduardo Braga, Professora Dorinha Seabra, Renan Calheiros, Plínio Valério e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-BLDEM). ([DSF de 20/02/2025, p. 214](#))
12. Em 10.03.2025, o Senador Jaques Wagner foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 29/2025). ([DSF de 11/03/2025, p. 24](#))
13. Em 18.03.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Sergio Moro Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 9/2025-CSP).
14. Em 25.03.2025, os Senadores Jaques Wagner e Rogério Carvalho foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão, deixando o Senador Humberto Costa de ocupar a vaga de titular (Of. nº 32/2025-GLPDT). ([DSF de 26/03/2025, p. 122](#))
15. Em 31.03.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Portinho, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 024/2025-BLVANG). ([DSF de 01/04/2025, p. 24](#))
16. Em 01.04.2025, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 025/2025-BLVANG). ([DSF de 02/04/2025, p. 149](#))
17. Em 02.04.2025, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 041/2025-GLPDT). ([DSF de 03/04/2025, p. 104](#))
18. Em 15.05.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Magno Malta, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 047/2025-BLVANG). ([DSF de 16/05/2025, p. 11](#))
19. Em 22.05.2025, o Senador Magno Malta foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 050/2025-BLVANG). ([DSF de 23/05/2025, p. 30](#))
20. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLREDEM). ([DSF de 04/07/2025, p. 13](#))
21. Em 15.07.2025, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Portinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 068/2025-BLVANG). ([DSF de 16/07/2025, p. 87](#))
22. Em 16.07.2025, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Izalci Lucas, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 069/2025-BLVANG). ([DSF de 17/07/2025, p. 179](#))
23. Em 04.09.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 81/2025-BLVANG). ([DSF de 05/09/2025, p. 28](#))
24. Em 09.09.2025, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 18/2025-BLPBRA). ([DSF de 10/09/2025, p. 27](#))
25. Em 15.09.2025, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 86/2025-BLVANG). ([DSF de 16/09/2025, p. 36](#))
26. Vago em 01.10.2025, em razão da assunção do segundo suplente.
27. Em 06.10.2025, o Senador José Lacerda foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 098/2025-BLREDEM). ([DSF de 07/10/2026, p. 50](#))
28. Em 07.10.2025, o Senador Randolfe Rodrigues deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 31/2025-BLPBRA). ([DSF de 08/10/2025, p. 197](#))
29. Em 30.10.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição ao Senador Pedro Chaves, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2025-BLREDEM). ([DSF de 31/10/2025, p. 108](#))
30. Vago em 30.01.2026, em razão da assunção da primeira suplente.
31. Em 10.02.2026, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Luis Carlos Heinze, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 4/2026-GLPP).
32. Em 19.03.2026, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Magno Malta, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 022/2026-BLVANG).
33. Vago em 31.03.2026, em razão do retorno do titular.
34. Em 07.04.2026, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 016/2026-GABLD/BLALIAN).
35. Em 28.04.2026, o Senador Magno Malta foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 031/2026-BLVANG).
36. Em 06.05.2026, o Senador Hermes Klann foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jorge Seif, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 037/2026-BLVANG).

Secretário(a): Waldir Bezerra Miranda

Reuniões: Quintas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): (61) 3303-2315

E-mail: csp@senado.leg.br



15) COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL - CCDD
Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ⁽¹⁾	1. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ⁽¹⁾
	2.
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽³⁾	3. Senador Efraim Filho (PL-PB) ⁽³⁾
Senador Marcos do Val (AVANTE-ES) ⁽⁷⁾	4.
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽⁸⁾	5. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽⁸⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽⁴⁾	1. Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽⁴⁾
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽⁴⁾	2.
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(4,9,10)	3.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾	4.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE)	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾	1. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽²⁾
Senadora Dra. Eudócia (PSDB-AL) ⁽²⁾	2. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽²⁾
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽²⁾	3. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁶⁾	1.
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁶⁾	2.
	3.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁵⁾	1. Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁵⁾
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽⁵⁾	2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽⁵⁾

Notas:

1. Em 18.02.2025, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular, e o Senador Jader Barbalho membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 017/2025-GLMDB). ([DSF de 19/02/2025, p. 34](#))

2. Em 18.02.2025, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Dra. Eudócia e Eduardo Gomes foram designados membros titulares, e os Senadores Eduardo Girão, Carlos Portinho e Rogerio Marinho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 008/2025-BLVANG). ([DSF de 22/02/2025, p. 1](#))

3. Em 18.02.2025, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada membro titular, e o Senador Efraim Filho membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 12/2025-GLUNIAO). ([DSF de 19/02/2025, p. 17](#))

4. Em 18.02.2025, os Senadores Cid Gomes, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso e Sérgio Petecão foram designados membros titulares, e o Senador Flávio Arns membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA). ([DSF de 19/02/2025, p. 11](#))

5. Em 18.02.2025, os Senadores Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Dr. Hiran e Damares Alves membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. 002/2025-GABLD/BLALIAN). ([DSF de 19/02/2025, p. 9](#))

6. Em 18.02.2025, os Senadores Rogério Carvalho e Fabiano Contarato foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. 026/2025-GLPDT). ([DSF de 19/02/2025, p. 20](#))

7. Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS). ([DSF de 20/02/2025, p. 218](#))

8. Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular e o Senador Styvenson Valentim, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2025, p. 203](#))

9. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLREDEM). ([DSF de 04/07/2025, p. 13](#))

10. Em 30.10.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição ao Senador Pedro Chaves, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2025/BLREDEM). ([DSF de 31/10/2025, p. 108](#))

Secretário(a): Matheus Soares Torres Costa
Telefone(s): 6133032230
E-mail: ccdd@senado.leg.br



15.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA DEBATER A DESIGUALDADE E A EXCLUSÃO DIGITAL NO BRASIL

Finalidade: Debater a temática relacionada à desigualdade e à exclusão digital no Brasil.

(Requerimento 3, de 2024 - CCDD)

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

Secretário(a): Matheus Soares Torres Costa

Telefone(s): 6133032230

E-mail: ccdd@senado.leg.br



15.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA VIABILIZAR O SURGIMENTO DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE CRIMES CIBERNÉTICOS

Finalidade: viabilizar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a criação de proposta legislativa que instale, em todo o Brasil, Juizados Especiais de Crimes Cibernéticos.

(Requerimento 9, de 2023 - CCDD)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Matheus Soares Torres Costa

Telefone(s): 6133032230

E-mail: ccdd@senado.leg.br



16) COMISSÃO DE ESPORTE - CEsp
Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽¹¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(1,9)	1. Senador Pedro Chaves (MDB-GO) ^(1,9,15)
Senador Efraim Filho (PL-PB) ^(3,9)	2. Senador Alan Rick (REPUBLICANOS-AC) ^(8,9,10)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽⁹⁾	3.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senadora Mara Gabrielli (PSD-SP) ⁽⁴⁾	1.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾	2.
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽⁴⁾	3. Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE)	
Senador Romário (PL-RJ) ^(2,16,17,18,21,22)	1. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽²⁾
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽²⁾	2. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ^(2,13,14,23)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽⁶⁾	1. VAGO ^(12,20)
Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽⁶⁾	2.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senadora Roberta Acioly (REPUBLICANOS-RR) ^(5,19)	1. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽²⁴⁾

Notas:

- Em 18.02.2025, o Senador Confúcio Moura foi designado membro titular; e o Senador Giordano, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 019/2025-GLMDB). ([DSF de 19/02/2025, p. 36](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Romário e Eduardo Girão foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Portinho e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 008/2025-BLVANG). ([DSF de 22/02/2025, p. 101](#))
- Em 18.02.2025, o Senador Efraim Filho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 012/2025-GLUNIAO). ([DSF de 19/02/2025, p. 15](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Mara Gabrielli, Sérgio Petecão e Chico Rodrigues foram designados membros titulares; e o Senador Jorge Kajuru, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA). ([DSF de 19/02/2025, p. 11](#))
- Em 18.02.2025, o Senador Cleitinho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 002/2025-GABLI/BLALIAN). ([DSF de 19/02/2025, p. 7](#))
- Em 18.02.2025, as Senadoras Teresa Leitão e Leila Barros foram designadas membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 026/2025-GLPDT). ([DSF de 19/02/2025, p. 19](#))
- Em 19.02.2025, a comissão reunida elegeu a Senadora Leila Barros Presidente deste colegiado.
- Em 19.02.2025, o Senador Alan Rick foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 014/2025-GLUNIAO). ([DSF de 20/02/2025, p. 220](#))
- Em 19.02.2025, os Senadores Confúcio Moura, Efraim Filho, e Plínio Valério foram designados membros titulares, e o Senador Giordano, membro suplente, para compor a comissão, e o Senador Alan Rick deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 006/2025-BLDEM). ([DSF de 20/02/2025, p. 211](#))
- Em 20.02.2025, o Senador Alan Rick foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-BLDEM). ([DSF de 21/02/2025, p. 24](#))
- Em 12.03.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Chico Rodrigues Vice-Presidente deste colegiado.
- Em 25.03.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 33/2025-GLPDT). ([DSF de 26/03/2025, p. 124](#))
- Em 07.05.2025, o Senador Magno Malta foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 41/2025-BLVANG). ([DSF de 08/05/2025, p. 139](#))
- Em 08.05.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Magno Malta, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 43/2025-BLVANG). ([DSF de 09/05/2025, p. 38](#))
- Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Giordano, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 43/2025-BLDEMO). ([DSF de 04/07/2025, p. 15](#))
- Em 17.12.2025, o Senador Bruno Bonetti foi designado membro titular, em substituição ao Senador Romário, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 141/2025-BLVANG). ([DSF de 18/12/2025, p. 548](#))
- Em 17.12.2025, o Senador Bruno Bonetti deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 142/2025-BLVANG). ([DSF de 18/12/2025, p. 547](#))
- Em 24.02.2026, o Senador Bruno Bonetti foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 005/2026-BLVANG).



19. Em 24.03.2026, a Senadora Roberta Acioly foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 011/2026-GABLID/BLALIAN).
20. Vago em 02.04.2026, em razão do retorno do titular.
21. Vago em 10.04.2026, em razão do retorno do titular.
22. Em 15.04.2026, o Senador Romário foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 030/2026-BLVANG).
23. Em 19.05.2026, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 047/2026-BLVANG).
24. Em 02.06.2026, o Senador Esperidião Amin foi designado membro suplente para compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 034/2026-BLALIAN).

Secretário(a): Flávio Eduardo De Oliveira Santos

Reuniões: Quartas-feiras 10:30 -

Telefone(s): 3303-2540

E-mail: cesp@senado.leg.br



CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADOR	CARGO
Senador Marcio Bittar (PL-AC)	CORREGEDOR

Atualização: 27/06/2017

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Núcleo de Apoio a Órgãos Técnicos
Endereço: Edifício Principal - Térreo
Telefone(s): 33035258
E-mail: naot@senado.leg.br



2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (MDB-AM)

1ª Eleição Geral: 19/04/1995

8ª Eleição Geral: 26/04/2011

2ª Eleição Geral: 30/06/1999

9ª Eleição Geral: 06/03/2013

3ª Eleição Geral: 27/06/2001

10ª Eleição Geral: 02/06/2015

4ª Eleição Geral: 13/03/2003

11ª Eleição Geral: 30/05/2017

5ª Eleição Geral: 23/11/2005

12ª Eleição Geral: 18/09/2019

6ª Eleição Geral: 06/03/2007

13ª Eleição Geral: 21/03/2023

7ª Eleição Geral: 14/07/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia	
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT)	1. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP)
Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP)	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM)	3. Senador Jader Barbalho (MDB-PA)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL)	4. Senador Marcelo Castro (MDB-PI)
Senador Marcos do Val (AVANTE-ES)	5. Senador Carlos Viana (PSD-MG)
Senador Weverton (PDT-MA)	6. VAGO
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	2. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS)
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN)	3. Senador Lucas Barreto (PSD-AP)
Senador Fabiano Contarato (PT-ES)	4. Senador Rogério Carvalho (PT-SE)
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO)	5. Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA)
Bloco Parlamentar Vanguarda	
Senador Magno Malta (PL-ES)	1.
Senador Jorge Seif (PL-SC)	2.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR)	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS)	2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF)
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Senador Marcio Bittar (PL-AC)	

Atualização: 21/03/2023

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Núcleo de Apoio a Órgãos Técnicos

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035258

E-mail: naot@senado.leg.br



3) CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)

PRESIDENTE: Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Augusta Brito (PT-CE)

1ª Designação: 03/12/2001

2ª Designação: 26/02/2003

3ª Designação: 03/04/2007

4ª Designação: 12/02/2009

5ª Designação: 11/02/2011

6ª Designação: 11/03/2013

7ª Designação: 26/11/2015

Atualização: 08/02/2017

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



4) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES
(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

PRESIDENTE: Senador Irajá (PSD-TO)
VICE-PRESIDENTE: Senador Carlos Portinho (PL-RJ)

1ª Designação: 23/03/2010
2ª Designação: 14/03/2011
3ª Designação: 11/03/2013
4ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS
PSD
Senador Irajá (TO)
PL
Senador Carlos Portinho (RJ)
PDT
Senador Weverton (MA)
MDB
Senador Eduardo Braga (AM)
PODEMOS
Senador Giordano (SP)
PP
Senadora Tereza Cristina (MS)
PSB
Senador Cid Gomes (CE)
PSDB
Senador Plínio Valério (AM)
NOVO
Senador Eduardo Girão (CE)
PT
Senadora Teresa Leitão (PE)
REPUBLICANOS
Senador Alan Rick (AC)
UNIÃO
Senadora Professora Dorinha Seabra (TO)
AVANTE
Senador Marcos do Val (ES)

Atualização: 01/06/2017

Secretaria-Geral da Mesa
NPFG
Endereço: Edifício Principal - Térreo
Telefone(s): 33035713
E-mail: npfg@senado.leg.br



5) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA
(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

1ª Designação: 30/11/2010

2ª Designação: 14/03/2011

3ª Designação: 21/03/2012

4ª Designação: 11/03/2013

5ª Designação: 20/05/2014

6ª Designação: 04/03/2015

Atualização: 11/11/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo Principal - Térreo

Telefone(s): 3303-713

E-mail: saop@senado.leg.br



6) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL
(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)

1ª Designação: 12/09/2012

2ª Designação: 11/03/2013

Atualização: 31/01/2015

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



7) CONSELHO DA COMENDA DORINA DE GOUVÊA NOWILL
(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)

1ª Designação: 22/08/2013

2ª Designação: 01/07/2015

Atualização: 18/10/2016

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Senado Federal - Ed. Principal - Térreo

Telefone(s): 3303-5713

E-mail: npfg@senado.leg.br



8) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO
(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013)

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

1ª Designação: 20/12/2013

2ª Designação: 16/09/2015

Atualização: 11/11/2015

Secretaria-Geral da Mesa
NPFG
Endereço: Edifício Principal - Térreo
Telefone(s): 33035713
E-mail: npfg@senado.leg.br



9) PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

PROCURADOR: Senador Alessandro Vieira (MDB-SE)

COORDENADOR:

1ª Designação: 16/11/1995

2ª Designação: 30/06/1999

3ª Designação: 27/06/2001

4ª Designação: 25/09/2003

5ª Designação: 26/04/2011

6ª Designação: 21/02/2013

7ª Designação: 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Senador Alessandro Vieira (MDB/SE)	Procurador do Senado

Atualização: 03/02/2017

Secretaria-Geral da Mesa

NAOT

Telefone(s): 33035714



10) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
Senadora Augusta Brito (PT-CE)	PROCURADORA

Atualização: 30/03/2023



11) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽¹⁾	OUVIDOR-GERAL

Atualização: 11/02/2023

Notas:
1. Portaria do Presidente nº 1, de 2023, designa o Senador Plínio Valério, como Ouvidor-Geral do Senado Federal.



12) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

3ª Designação: 11/03/2013

4ª Designação: 26/03/2014

5ª Designação: 01/07/2015

Atualização: 29/11/2016

Notas:

1. Ato do Presidente - nº 9, de 2023.

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



13) COMENDA REI PELÉ
(Resolução do Senado Federal nº 4, de 2023.)



14) CONSELHO DO SELO ZUMBI DOS PALMARES
(Resolução do Senado Federal nº 35,2021)

PRESIDENTE:



15) COMENDA NISE MAGALHÃES DA SILVEIRA*(Resolução do Senado Federal nº 43, de 2016)***PRESIDENTE:** Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS)**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Dra. Eudócia (PSDB-AL)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

NPG

Endereço: Edifício Principal - Térreo**Telefone(s):** 3303-5713**E-mail:** npfg@senado.leg.br

16) CONSELHO DO PRÊMIO ADOÇÃO TARDIA - GESTO REDOBRADO DE CIDADANIA
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 2021)

PRESIDENTE: Senador Fabiano Contarato (PT-ES)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



17) COMENDA SANTA DULCE DOS POBRES
(Resolução do Senado Federal nº 25, de 2020)

PRESIDENTE: Senador Eduardo Girão (NOVO-CE)

Secretaria Geral da Mesa

NPFG

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



18) CONSELHO DO PRÊMIO JOVEM EMPREENDEDOR
(Resolução do Senado Federal nº 31, de 2016)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



19) CONSELHO DO PRÊMIO TRÂNSITO SEGURO - GESTO REDOBRADO PARA O FUTURO
(Resolução do Senado Federal nº 29, de 2023.)

PRESIDENTE: Senador Fabiano Contarato (PT-ES)



20) PRÊMIO CARMEN PORTINHO
(Resolução do Senado Federal nº 45, de 2025)

PRESIDENTE:



21) COMENDA DE INCENTIVO À CULTURA LUÍS DA CÂMARA CASCUDO
(Resolução do Senado Federal nº 7, de 2018)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



22) COMENDA MISSIONÁRIOS DANIEL BERG E GUNNAR VINGREN
(Resolução do Senado Federal nº 3, de 2023.)

PRESIDENTE: Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA)



23) COMENDA DO MÉRITO FUTEBOLÍSTICO ASSOCIAÇÃO CHAPECOENSE DE FUTEBOL
(Resolução do Senado Federal nº 27, de 2017)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



24) CONSELHO DO PRÊMIO CHICO MENDES
(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2020.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



25) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO
(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



26) CONSELHO DO DIPLOMA PAUL SINGER
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



27) COMENDA DE INCENTIVO À CARIDADE CHICO XAVIER
(Resolução do Senado Federal nº19, de 2020.)

PRESIDENTE: Senador Eduardo Girão (NOVO-CE)

MEMBROS
NOVO
Senador Eduardo Girão (CE)
MDB
Senador Veneziano Vital do Rêgo (PB)
PDT
Senador Weverton (MA)
PL
Senador Carlos Portinho (RJ)
PODEMOS
Senador Giordano (SP)
PP
Senador Laércio Oliveira (SE)
PSB
Senador Cid Gomes (CE)
PSDB
Senador Plínio Valério (AM)
PSD
Senadora Zenaide Maia (RN)
PT
Senadora Teresa Leitão (PE)
REPUBLICANOS
Senadora Damares Alves (DF)
UNIÃO
Senadora Professora Dorinha Seabra (TO)
AVANTE
Senador Marcos do Val (ES)

Secretaria Geral da Mesa

NPFG

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



28) MEDALHA MARIA QUITÉRIA
(Resolução do Senado Federal nº 40, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



29) PRÊMIO DE EFICIÊNCIA EDUCACIONAL FLORESTAN FERNANDES
(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



30) COMENDA GOVERNADORES PELA ALFABETIZAÇÃO DAS CRIANÇAS NA IDADE CERTA
(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2025.)

Presidente do Comitê Técnico João Paulo Mendes de Lima
Independente:

MEMBROS
Comitê Técnico Independente - Representante do Senado Federal José Dantas Filho
Comitê Técnico Independente - Representante do Ministério da Educação João Paulo Mendes de Lima
Comitê Técnico Independente - Representante do INEP Eduardo Carvalho Sousa
Comitê Técnico Independente - Representante do UNICEF no Brasil Júlia Medeiros Netto Ribeiro
Comitê Técnico Independente - Representante da Fundação Lemann Thamires Mirolli
Comitê Técnico Independente - Representante da Fundação Roberto Marinho Rosalina Maria Soares
Comitê Técnico Independente - Representante da Associação Bem Comum Débora de Freitas Viégas
Comitê Técnico Independente - Representante do Instituto Natura Márcia Ferri



31) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL
(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)

Secretaria-Geral da Mesa

NPG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



32) MEDALHA DE MÉRITO EDUCACIONAL DARCY RIBEIRO
(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



33) COMENDA LAÇO BRANCO
(Resolução do Senado Federal nº 1, de 2026.)

PRESIDENTE:



34) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA
ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO
(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)

1ª Designação: 01/07/2015

Atualização: 01/06/2016

Secretaria-Geral da Mesa
NPFG
Endereço: Edifício Principal - Térreo
Telefone(s): 33035713
E-mail: npfg@senado.leg.br



35) COMENDA CECI CUNHA
(Resolução do Senado Federal nº 49, de 2024.)

PRESIDENTE: Senadora Dra. Eudócia (PSDB-AL)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Tereza Cristina (PP-MS)



36) COMENDA ZILDA ARNS
(Resolução do Senado Federal nº 21, de 2017)

Secretaria Geral da Mesa

NPFG

Telefone(s): 5713

E-mail: npfg@senado.leg.br



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

SENADO
FEDERAL

